

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

MARÇO/2014

**Aprovado pelo Conselho Universitário em XXXXXXXXXX de 2014**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 175/2013, e das orientações do órgão de controle interno.

# UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Administração Superior

## **Reitor**

Prof. Jesualdo Pereira Farias

## **Vice-Reitor**

Prof. Henry de Holanda Campos

## **Pró-Reitor de Graduação**

Prof. Custódio Luís Silva de Almeida

## **Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação**

Prof. Gil de Aquino Farias

## **Pró-Reitora de Extensão**

Prof<sup>ª</sup>. Márcia Maria Tavares Machado

## **Pró-Reitor de Assuntos Estudantis**

Prof. Ciro Nogueira Filho

## **Pró-Reitor de Planejamento**

Prof. Ernesto da Silva Pitombeira

## **Pró-Reitora de Administração**

Prof<sup>ª</sup>. Denise Maria Moreira Chagas Correa

## **Pró-Reitor de Gestão de Pessoas**

Prof. Serafim Firmo de Souza Ferraz

## **Procurador Geral da UFC**

Prof. Paulo Antônio de Menezes Albuquerque

## **Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação**

Prof. Joaquim Bento Cavalcante Neto

**Diretora da Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui**

Prof<sup>ª</sup>. Vanda Magalhães Leitão

**Diretor da Secretaria de Cultura Artística**

Prof. Elvis de Azevedo Matos

**Superintendente de Infraestrutura**

Prof. Sérgio Armando de Sá Benevides

**Superintendente dos Hospitais Universitários**

Dr. Florentino Araújo Cardoso Filho

**Chefe de Gabinete**

Prof. José Maria de Sales Andrade Neto

Administração Acadêmica

**Centro de Ciências**

Diretora: Prof<sup>ª</sup>. Simone da Silveira Sá Borges

Vice-Diretor: Prof. Javam de Castro Machado

**Centro de Ciências Agrárias**

Diretor: Prof. Luiz Antônio Maciel de Paula

Vice-Diretora: Prof<sup>ª</sup>. Sônia Maria Pinheiro de Oliveira

**Centro de Humanidades**

Diretora: Prof<sup>ª</sup>. Vlândia Maria Cabral Borges

Vice-Diretor: Prof. Cássio Braz de Aquino

**Centro de Tecnologia**

Diretor: Prof. José de Paula Barros Neto

Vice-Diretor: Prof. Marco Aurélio Holanda de Castro

**Faculdade de Direito**

Diretor: Prof. José Cândido Lustosa Bittencourt de Albuquerque

Vice-Diretor: Prof. Regnoberto Marques de Melo Jr

**Faculdade de Economia, Administração, Atuaria, Contabilidade e Secretariado  
Executivo**

Diretor: Prof. Augusto Cezar de Aquino Cabral

Vice-Diretora: Prof<sup>ª</sup>. Sandra Maria dos Santos

**Faculdade de Educação**

Diretora: Prof<sup>ª</sup>. Maria Isabel Filgueiras Lima Ciasca

Vice-Diretor: Prof. José Arimatea Barros Bezerra

**Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem**

Diretora: Prof<sup>ª</sup>. Maria Goretti Rodrigues de Queiroz

Vice-Diretor: Prof. Sérgio Lima Santiago

**Faculdade de Medicina**

Diretor: Prof. José Luciano Bezerra Moreira

Vice-Diretora: Prof<sup>ª</sup>. Valéria Goes Ferreira Pinheiro

***Campus do Cariri***

Diretor: Prof. Ricardo Luiz Lange Ness

Vice-Diretora: Prof<sup>ª</sup>. Suely Salgueiro Chacon

***Campus de Sobral***

Diretor: Prof. Vicente de Paulo Teixeira Pinto

Vice-Diretor: Prof. João Guilherme Nogueira Matias

***Campus de Quixadá***

Diretor: Prof. Davi Romero de Vasconcelos

Vice-Diretor: Prof<sup>ª</sup>. Andréia Libório Sampaio

### **Instituto de Ciências do Mar**

Diretor: Prof. Luis Parente Maia

Vice-Diretora: Prof<sup>a</sup>. Maria Ozilea Bezerra Menezes

### **Instituto de Cultura e Arte**

Diretor: Prof. Sandro Thomaz Gouveia

Vice-Diretora: Prof<sup>a</sup>. Inês Sílvia Vitorino Sampaio

### **Instituto de Educação Física e Esportes**

Diretor: Prof. Antônio Barroso Lima

Vice-Diretora: Prof<sup>a</sup>. Lucia Rejane de Araújo Barontini

### **Instituto Universidade Virtual - UFC Virtual**

Diretor: Prof. Mauro Cavalcante Pequeno

Vice-Diretor: Prof. José Aires de Castro Filho

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

---

**Órgão Responsável pela Elaboração do Relatório de Gestão**

**Pró-Reitoria de Planejamento**  
**Pró-Reitor: Prof. Ernesto da Silva Pitombeira**  
**E-mail: prplufc@ufc.br**

**Coleta, sistematização e consolidação do Relatório de Gestão:**  
**Coordenadoria de Planejamento e Gestão Estratégica**  
Coordenador: Prof. Augusto Teixeira de Albuquerque

**Organização e Elaboração**  
Augusto Teixeira de Albuquerque

**Equipe Técnica**  
Eduardo Marques Costa  
Fábio Luiz Benício Maia Nogueira  
Raimundo Olavo de Oliveira Filho  
Raimundo Rabelo Melo

**Alunos Bolsistas**  
Olga Fabiane Dias

**Colaboração**  
Francisco Alcimo de Andrade  
Coordenador de Planejamento Operativo  
Wagner Bandeira Andriola  
Coordenador de Avaliações Institucionais

## LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

ASTEF – Fundação Associação Técnico-Científica Engenheiro Paulo de Frontin  
AUDIN – Auditoria Interna UFC  
CAI – Coordenadoria de Assuntos Internacionais da UFC  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CGU – Controladoria Geral da União  
CNE – Conselho Nacional de Educação  
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
CPE – Coordenadoria de Planejamento e Gestão Estratégica  
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa  
DA – Departamento de Administração da UFC  
DAA – Departamento de Atividades Auxiliares da UFC  
DCF – Departamento de Contabilidade e Finanças da UFC  
DN – Decisão Normativa  
DOU – Diário Oficial da União  
ENEM – Exame Nacional de Ensino Médio  
FACED – Faculdade de Educação  
FCPC – Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura FINEP – Financiadora de Projetos  
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
FNS – Fundo Nacional de Saúde  
FUNCAP – Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
FUNCAPS – Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
GEAP – Fundação de Seguridade Social  
ICA – Instituto de Cultura e Arte  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
LABOMAR – Instituto de Ciências do Mar da UFC  
MEC – Ministério da Educação  
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional  
PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica  
PRAD – Pró-Reitoria de Administração da UFC  
PRAE – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFC  
PREX – Pró-Reitoria de Extensão da UFC  
PRPPG – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFC



PRPL – Pró-Reitoria de Planejamento da UFC

REUNI – Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

PROCEN – Programa de Eficiência de Energia Elétrica

PROGEP – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação da UFC

REUNI – Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SAMEAC – Sociedade de Assistência à Maternidade Escola Assis Chateaubriand

SDI – Secretaria de Desenvolvimento Institucional

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIMEC - Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação

SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil

SI3 – Sistema de Informações Institucionais

SISU – Sistema de Seleção Unificada

SPU – Secretaria de Patrimônio da União

SRH – Superintendência de Recursos Humanos da UFC

STI – Secretaria de Tecnologia da Informação da UFC

TCU – Tribunal de Contas da União

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UNILAB – Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

# Sumário

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>25</b>
1.1 RESULTADOS DA GESTÃO .....	26
1.1.1 PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO (PRPL) .....	26
1.1.2 PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO (PRADM) .....	27
1.1.3 PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO (PRADM) .....	28
1.1.4 PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS (PRAE) .....	29
1.1.5 Pró-Reitoria de Extensão (PREX) .....	30
1.1.6 Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) .....	31
1.1.7 Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) .....	31
1.1.8 Superintendência de Infraestrutura .....	32
1.1.9 Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) .....	33
1.1.10 Secretaria de Cultura Artística (Secult - Arte) .....	33
1.1.11 Secretaria de Acessibilidade UFC Includi .....	34
1.2 AÇÕES REALIZADAS PELAS UNIDADES ACADÊMICAS .....	34
1.2.1 Faculdade de Educação (FACED) .....	34
1.2.2 Centro de Ciências (CC) .....	35
1.2.3 Faculdade de Medicina (FAMED) .....	39
1.2.3.1 Ações desenvolvidas pelo Projeto Telessaúde em 2013 .....	40
1.2.3.2 Ações desenvolvidas pelo Projeto UNASUS em 2013 .....	40
1.2.3.3 Laboratório de Habilidades Clínico-Cirúrgicas .....	41
1.2.3.4 Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica - provab .....	41
1.2.4 Centro de Tecnologia (CT) .....	41
1.2.5 Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem (FFOE) .....	43
1.2.6 Centro de Ciências Agrárias (CCA) .....	47
1.2.7 Centro de Humanidades (CH) .....	50
1.2.8 Faculdade de Direito (Fadir) .....	51
1.2.9 Campus de Sobral .....	53
1.2.10 Campus do Cariri .....	54
1.3 IDENTIFICAÇÃO .....	56
1.3.1 Organograma Funcional .....	56
1.3.2 Macroprocessos Finalísticos .....	57
1.3.3 Macroprocessos de Apoio .....	58
1.3.4 Principais Parceiros .....	59
<b>2 OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS</b> .....	<b>60</b>
2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE .....	60
2.1.1 Competência Institucional .....	60
2.1.2 Objetivos Estratégicos .....	61
2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS .....	61
2.2.1 Plano Estratégico da UFC .....	61
2.2.2 Plano de Trabalho do Exercício .....	62
2.3 PROGRAMAS DE GOVERNO E AÇÕES EXECUTADAS NO EXERCÍCIO DE 2013 .....	63
2.3.1 Programas de Governo cujas Ações Integram a Programação da UFC .....	63
2.3.2 Execução Física das Ações Realizadas pela UFC .....	65
2.4 EXECUÇÃO DAS DESPESAS (PARTE A, ITEM 4, ANEXO II) .....	78
2.4.1 Programação .....	79
2.4.2 Movimentação de Crédito Interna e Externa .....	80
2.4.3 Realização de Despesas .....	82
2.4.4 Movimentação e Saldos de Restos a Pagar .....	88
2.4.5 Análise .....	89

<b>3 INFORMAÇÕES SOBRE OS RECURSOS HUMANOS (PARTE A, ITEM 5, ANEXO II)</b> .....	<b>91</b>
3.1 DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO .....	91
3.2 QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO.....	93
3.3 CUSTO DE PESSOAL DA UJ .....	95
3.4 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS .....	96
3.6 CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA .....	98
3.7 SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS .....	102
3.8 ACUMULAÇÃO DE CARGOS .....	102
3.9 COMPOSIÇÃO DE QUADRO DE ESTAGIÁRIOS .....	102
3.10 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS.....	103
<b>4 TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES, VIGENTES NO EXERCÍCIO DE 2013 .....</b>	<b>104</b>
4.1 TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS EM 2013.....	104
4.1.1 <i>Relação dos Instrumentos de Transferência vigentes no Exercício de 2013</i> .....	104
4.1.2 <i>Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebradas e Valores Repassados nos 03 Últimos Exercícios</i> .....	117
4.1.3 <i>Prestação de Contas relativas aos Convênios e Contratos de Repasse</i> .....	127
4.1.4 <i>Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse</i> .....	136
<b>5 DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO NÚCLEO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DA UFC</b> .....	<b>138</b>
<b>6 CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993 (ITEM 9.4, ANEXO II) .....</b>	<b>138</b>
<b>7 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO (PARTE A, ITEM 3, ANEXO II) .....</b>	<b>140</b>
7.1 SISTEMA DE CORREIÇÃO (ITEM 3.4 DO ANEXO II).....	144
<b>8 ASPECTOS RELACIONADOS À GESTÃO AMBIENTAL (PARTE A, ITEM 8, ANEXO II) .....</b>	<b>145</b>
8.1 AÇÕES E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS JÁ DESENVOLVIDAS NA UFC (ITENS 8.2 E 8.3 DO ANEXO II) .....	147
<b>9 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO (ITEM 6, PARTE A, ANEXO II) .....</b>	<b>148</b>
9.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS.....	148
9.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO (ITEM 6.2, PARTE A, ANEXO II) .....	151
<b>10 GESTÃO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO (PARTE A, ITEM 7, ANEXO II) .....</b>	<b>153</b>
<b>11 PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA O ATENDIMENTO DAS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU ...</b>	<b>155</b>
11.1 CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO (QUADRO A.9.1.1).....	155
11.2 SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE FORAM ATENDIDAS PARCIALMENTE (QUADRO A.9.1.2).....	176
<b>12 RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO .....</b>	<b>188</b>
12.1 RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI (QUADRO A.9.2.1).....	188
12.2 RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS PARCIALMENTE / PENDENTES (QUADRO A.9.2.2).....	233
<b>13 INFORMAÇÕES DE ESTRUTURA DA ÁREA DE AUDITORIA INTERNA E ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS DE SEUS TRABALHOS, DEMONSTRANDO, PELO MENOS: .....</b>	<b>242</b>
<b>14 PARTE A, ITEM 11, ANEXO II (UFC).....</b>	<b>243</b>
14.1 MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO (ITEM 11.1.1) .....	243
14.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR DA UFC – COM RESSALVA (ITEM 11.2.2).....	246

<b>15 INDICADORES DE DESEMPENHO NOS TERMOS DA DECISÃO TCU nº 408/2002 (PARTE B, ANEXO II, DN TCU NO. 127, 15/5/2013)</b> .....	<b>246</b>
15.1 SÉRIES TEMPORAIS DOS INDICADORES DOS 5 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS.....	246
15.2 ANÁLISE CRÍTICA DA UFC SOBRE OS RESULTADOS DOS INDICADORES .....	249
15.3 RELAÇÃO DOS PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO .....	249
<b>16 INDICADORES DO ANUÁRIO UFC</b> .....	<b>270</b>
<b>17 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE (PARTE A, ITEM 10, ANEXO II)</b> .....	<b>274</b>
<b>ANEXOS I:</b> .....	<b>276</b>
<b>AÇÕES DO PROGERE NA GESTÃO DE RESÍDUOS DA UFC</b> .....	<b>282</b>
<b>FORTALEZA - CE, FEVEREIRO DE 2014</b> .....	<b>282</b>
<b>ANEXO II</b> .....	<b>303</b>
<b>ANEXOS III</b> .....	<b>326</b>
<b>ORGANOGRAMAS</b> .....	<b>326</b>

## 1 Introdução

O presente documento apresenta um relato da gestão da Universidade Federal do Ceará (UFC) no exercício de 2013. Trata-se de cumprimento aos termos do art. 70 da Constituição Federal, que solicita a apresentação deste aos órgãos de controle interno e externo da Administração Pública, à comunidade universitária e ao público em geral. Destaca-se que os relatórios de gestão da UFC, desde o exercício de 2003, ficam disponíveis no Portal da UFC (<http://www.ufc.br/a-universidade/documentos-oficiais/324-relatorio-de-gestao>).

O Relatório de Gestão examina os aspectos mais relevantes da gestão da UFC, de forma a possibilitar uma avaliação criteriosa dos vários programas e ações desenvolvidos pela administração central da Instituição. Ressalta-se que, embora tenha o *campus* da UFC do Cariri sido transformado em Universidade Federal do Cariri em junho de 2013 (Lei Federal nº 12.826, de 05 de Junho de 2013), as informações relativas a este *campus* ainda estarão consolidadas neste relatório de gestão, passando a possuir um relatório independente apenas a partir do exercício de 2014, provavelmente.

O formato e conteúdo deste documento seguem as orientações e atos normativos emanados do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria Geral da União (CGU), tendo por referência os seguintes instrumentos legais: a Instrução Normativa TCU nº 63/2010 (72/2013), a Decisão Normativa TCU nº 129/2013, que define as unidades jurisdicionadas, cujos responsáveis devem apresentar processos de contas relativas ao exercício de 2013, especificando a forma, os prazos e conteúdo de sua apresentação; Portaria TCU nº 175/2013, dispondo sobre as orientações de preenchimento dos conteúdos do relatório de gestão; e as orientações do órgão de controle interno, sobre a organização e formalização do processo anual de contas relativo ao exercício de 2013.

Após o intenso trabalho de elaboração do PDI 2013/17 da UFC, ao longo do ano de 2012, o ano de 2013 se caracterizou pelo acompanhamento e avaliação das ações propostas. Foram realizados 3 (três) seminários com toda a gestão superior, administrativa e acadêmica, na Casa José de Alencar, nos meses de abril, outubro e dezembro. Nestas oportunidades, cada setor apresentava as ações em curso ou que seriam iniciadas no exercício e no último seminário foram apresentadas as expectativas para 2014. Após as apresentações, sugestões de correções ou alterações eram apreciadas pelas equipes.

A partir dos seminários, observou-se que a construção coletiva do PDI realmente permitiu a elaboração de um documento que atenda aos anseios da comunidade, tendo em vista que

as ações desenvolvidas ou em desenvolvimento nos eixos: ensino, pesquisa, extensão e gestão estão de acordo com as que foram planejadas.

Ainda na sequência da elaboração do PDI, o ano de 2013 foi marcado também pela elaboração do PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação) da UFC, que é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de T&I, visando atender às necessidades tecnológicas e de informação. As estratégias definidas no PDTI encontram-se alinhadas ao planejamento estratégico da UFC (PDI), condição básica para que as ações previstas no PDTI solucionem as necessidades identificadas nas diversas áreas da Universidade. A elaboração do PDTI é de responsabilidade da alta administração e foi produzido por uma equipe determinada por portaria do Reitor e com apoio do comitê de T&I (CATI) da UFC.

## **1.1 Resultados da Gestão**

Destacam-se como importantes ações e inovações implementadas em 2013, além das atividades regimentais das unidades administrativas:

### **1.1.1 Pró-Reitoria de Planejamento (PRPL)**

✓ Foi finalizado o módulo informatizado para avaliação institucional (docente e discente) para ser inserido no sistema de gerenciamento acadêmico. Encontra-se em fase de teste e deve ser implantado ainda em 2014.

✓ Foram realizados seminários de acompanhamento e avaliação do PDI.

✓ Foi contratada empresa de consultoria externa para fazer um mapeamento, otimização e manualização dos processos de trabalho das Pró-Reitorias de Planejamento, Administração, Gestão de Pessoas e Superintendência de Infraestrutura. O término desta atividade está previsto para março de 2014.

✓ Visando sua inserção em uma vivência ambientalmente mais responsável, com a utilização mais racional de recursos naturais e econômicos, a Universidade Federal do Ceará elaborou o seu Plano de Logística Sustentável, a ser implantado em todos os seus campi. O meio ambiente é uma das grandes preocupações do século, tendo em vista a futura escassez de recursos naturais. As grandes discussões giram em torno da utilização de materiais recicláveis, economicamente viáveis e que reduzam o impacto sobre o meio ambiente. O PLS passa a ser uma ferramenta que definirá as práticas sustentáveis a serem implantadas, que visam à institucionalização da responsabilidade socioambiental. Práticas como a redução do consumo de

recursos naturais, adoção de materiais de alta durabilidade que possam ser reutilizados ou reciclados, assim como a eficiência dos gastos por meio da racionalização, foram os princípios que nortearam este documento.

✓ Foi consolidada a publicação anual de indicadores de desempenho que verificam, de maneira indireta, se as ações em curso estão atingindo os resultados qualitativos esperados.

✓ Conforme previsto, foi revisado e aprimorado o modelo de distribuição da descentralização de verba de capital para as unidades acadêmicas.

### 1.1.2 Pró-Reitoria de Administração (PRADM)

CÓD	OBJETIVO ESTRATÉGICO CORPORATIVO
OE -1	Aumentar a eficiência da gestão e controles internos
OE -2	Ampliar a capacidade de desenvolvimento e melhoria da instituição
OE-3	Melhorar e ampliar infraestrutura física
OE-4	Ampliar e melhorar o acesso aos recursos tecnológicos e de informação
OE-5	Desenvolver ampla política de comunicação

Visando a consecução dos objetivos estratégicos acima, a Pró-Reitoria de Administração realizou uma série de ações:

✓ Análise e modelagem do processo crítico de Compra e Contratação de Serviços, seguido da elaboração do Manual de Procedimentos.

✓ Elaboração de formulários e *checklists*.

✓ Divulgação dos manuais de procedimentos:

i. *Site* da PRAD;

ii. Palestras técnicas com os gestores;

iii. Participação em reuniões do colegiado das unidades acadêmicas.

✓ Realização de pesquisa diagnóstica sobre o Almoxarifado Central com os servidores do Almoxarifado, em abril/2013.

✓ Realização da “I Oficina de Gestão de Materiais” (apresentação de palestra, oficina de trabalhos e discussão das atividades).



✓ Elaboração do Manual de Procedimentos do processo de “Gestão de Materiais e Patrimônio”.

✓ Acompanhamento da implantação do sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos - SIPAC.

✓ Treinamento e capacitação dos servidores.

✓ Especificação das competências para os cargos.

✓ Adequação de pessoas x cargos e ampliação do quadro de servidores.

✓ Implantação de nova metodologia de trabalho nas seguintes unidades:

i. Assessoria Executiva;

ii. DCEO (*em andamento*).

### **1.1.3 Pró-Reitoria de Administração (PRADM)**

✓ Finalização do recadastramento dos servidores docentes e técnicos da UFC. Continua em andamento o recadastramento dos servidores portadores de necessidades especiais.

✓ Foi realizado o alinhamento entre as estruturas organizacionais e o quadro de funções, implantando um modelo padrão para toda a Instituição.

✓ Está em andamento a construção do banco de professor equivalente nas unidades acadêmicas e o banco de servidor equivalente nas unidades acadêmicas e administrativas. Esta ação faz parte do dimensionamento de pessoal em toda a UFC.

✓ Foram concluídos em 2013, 187 (cento e oitenta e sete) concursos para docentes efetivos e 175 (cento e setenta e cinco) para técnico-administrativos.

Muito se evoluiu nas discussões das avaliações docentes para estágio probatório e progressões, além de atividades de capacitação docente e de servidores articulada com o projeto CASA da Pró-Reitoria de Graduação. Sendo assim, várias ações de capacitação foram iniciadas, dentre elas, citam-se:

i. Formação em pesquisa;

ii. Implantação do módulo de capacitação SIGPRH;

- iii. Modelo descentralizado para unidades do interior;
- iv. Valorização da produção intelectual do servidor;
- v. Projeto Centro de Treinamento / Universidade Corporativa UFC – com UFC Infra;
- vi. Capacitação para a gestão e secretarias – foco instrumental;
- vii. Desenvolvimento de lideranças Portfólio de treinamentos gerenciais, comportamentais, técnicos, operacionais e administrativos – foco nos novos gestores;
- viii. Novo modelo LNT – Levantamento de Necessidades de Capacitação.

✓ Foi fechada uma parceria com o SENAI para implantação do PCMSO e demais exigências para insalubridade e periculosidade em toda a UFC.

✓ Foram implantados módulos do sistema integrado SI3, relativos à força de trabalho (SIGAPRH).

#### **1.1.4 Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE)**

✓ A UFC ampliou para:

- i. 800, o número de Bolsas de Iniciação Acadêmica;
- ii. 400, o número de vagas e de auxílios residentes através do Programa de Residência Universitária;
- iii. 200, o número de auxílios moradia para os campi do interior;
- iv. 430, o número de concessões da isenção de taxa no RU;
- v. 100, o número de Bolsas de Incentivo ao Desporto.

✓ Foi instituída a alimentação do jantar nos refeitórios do Pici, Benfica, Quixadá e Juazeiro e a 4ª refeição (noturna) para alunos residentes.

✓ Foi implantado no dia 1º de julho de 2013, o refeitório do campus de Porangabuçu com o serviço de almoço para 1.000 (um mil) comensais, em média.

✓ Foi ampliado o atendimento psicopedagógico e psicológico especializado através da admissão de 1 (um) psicólogo social e 2 (dois) psicólogos clínicos e implementado o serviço de Terapia de Grupo, diversificando o tipo de atendimento e abrangendo um maior número de estudantes.

✓ Foram concedidas 1.682 (mil seiscentos e oitenta e duas) ajudas de custo para participação em eventos culturais, científicos, desportivos e entidades estudantis.

✓ Implantou-se uma linha de ônibus *intercampi*, ligando os *campi* do Pici, Porangabuçu, Benfica e Labomar.

✓ Foram licitadas as construções de 3 (três) novos refeitórios: para o *Campus* do Pici (dois pavimentos), Quixadá e Sobral. Também foi iniciada a construção da nova residência do *Campus* do Benfica, com capacidade para 100 (cem) estudantes.

#### **1.1.5 Pró-Reitoria de Extensão (PREX)**

✓ Foi reativada, em 2013, a Câmara de Extensão, com reuniões periódicas e realizando uma série de atualizações nas resoluções que envolvam as atividades de extensão Universitária.

✓ Foi realizado intercâmbio acadêmico dos projetos de extensão com visitas aos *campi* do interior.

✓ Foram realizadas reuniões com os programas de extensão consolidados, com mais de 10 anos de existência, e, reuniões nas unidades acadêmicas divulgando e estimulando o surgimento de novas ações e programas de extensão. Foram também implementadas divulgações das ações de extensão através de redes sociais e da revista Extensão em Ação.

✓ A UFC foi selecionada, entre as 5 (cinco) universidades que farão parte da rede nacional da 1º Infância, em função do trabalho realizado:

- i. IPREDE – Instituto da Primeira Infância;
- ii. NUTEP – Núcleo de Treinamento e Estimulação Precoce;
- iii. MIB – Museu da Infância e do Brinquedo.

✓ Na Internacionalização, foi iniciado o Curso Colaborativo em Saúde Pública com a Universidade de *Harvard*, com objetivo de fomentar o intercâmbio na área de políticas públicas para a saúde e estabelecer uma rede colaborativa internacional de pesquisa.

### **1.1.6 Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD)**

✓ Foram criados no ano de 2013, o Curso de Letras Libras e o novo curso de Mídias Digitais, além do Departamento de Letras Libras e Estudos Surdos.

✓ Foi desenvolvido pela Pró-Reitoria de Graduação, o Protocolo de Transição pela Criação da UFCA, que possibilitou e regulamentou a transição gradual para que o *campus* do Cariri, recém transformado em Universidade Federal do Cariri, contasse com todo o apoio da UFC.

✓ Duas resoluções foram elaboradas e aprovadas pelo CONSUNI (Conselho Universitário):

- i. Antecipação de estudos;
- ii. Regulamentação de Programas Acadêmicos.

✓ Em função da constatação de algumas evoluções no Indicador de Evasão, a Pró-Reitoria iniciou, tempestivamente, uma ação de combate à evasão.

✓ A Coordenadoria Geral de Programas Acadêmicos, em articulação com os Coordenadores de Programas Acadêmicos das unidades tem acompanhado, estimulado e consolidado diversas ações para o desenvolvimento e constante atualização dos cursos.

### **1.1.7 Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG)**

✓ Foi iniciado o serviço de apoio ao pesquisador, com o mapeamento, prospecção e estudo de mercado tecnológico. Foi criada a disciplina de Bionegócios e Marco Legal.

✓ Migrou para o SIGAA uma série de serviços, tais como emissão de diplomas e editais de seleção.

✓ Parte dos recursos do PROAP foi utilizada para o fortalecimento da política de internacionalização da UFC, num montante de R\$ 3.430.239,99.

✓ Foram criados 5 (cinco) novos cursos de especialização, 3 (três) de mestrado e 1 (um) de doutorado, que foram avaliados com:

- i. Biotecnologia de Recursos Naturais – M/D – nota 4 (quatro);
- ii. Artes – M – nota 3 (três);

- iii. Ciências da Saúde/Sobral – M – nota 3 (três);
- iv. Engenharia Elétrica e da Computação/Sobral – M – nota 3 (três);
- v. Na reestruturação dos Cursos/Programas de Pós-Graduação foram revisadas as normas gerais dos Cursos de Pós-Graduação *Stricto* e *Lato Sensu*, assim como, de suas respectivas normas internas.

✓ Quanto à produção qualificada de conhecimento científico, a UFC foi eleita a 12º melhor, segundo o *ranking* da Folha de São Paulo 2013, dentre 190 (cento e noventa) universidades avaliadas.

✓ Quanto à divulgação dos programas de PG existentes e da produção científica foi:

- i. Criada a Revista da Pós-Graduação;
- ii. Criado o Portal de Periódicos da UFC;
- iii. Criada a Coleção de Estudos da Pós-Graduação.

✓ Quanto à Central Analítica:

- i. Foram criadas as resoluções nº 20/CONSUNI e nº 21/CONSUNI, ambas de 12 de julho de 2013, que tratam das normas de uso.
- ii. Foi cadastrada como laboratório associado ao MCTI dentro do sistema SISNANO (Sistema de Laboratórios Multiusuários – P, D & I em Nanociências e Nanotecnologias);
- iii. Ações de interação com o setor produtivo que usam técnicas disponíveis na Central Analítica, foram implementadas em 2013.

### **1.1.8 Superintendência de Infraestrutura**

Um grande esforço foi empreendido em 2013 para a manutenção e ampliação da infraestrutura da UFC, o quadro abaixo expressa um resumo destas atividades. Apresentam-se no Anexo I as listas das obras.

CATEGORIA	QUANTIDADE
OBRAS CONCLUÍDAS	45
OBRAS EM ANDAMENTO	43
OBRAS A INICIAR DE 2013 (EMPENHADAS)	26
OBRAS PARALISADAS	03
OBRAS RESCINDIDAS	09
OBRAS CANCELADAS	07
<b>VALOR LICITADO EM 2013</b>	<b>R\$ 77.592.346,33</b>

### 1.1.9 Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)

A construção da sala cofre conferiu à UFC, em 2013, o título de 2o universidade Brasileira a possuir um equipamento com este padrão tecnológico, garantindo a segurança física dos ativos de T&I com alta disponibilidade.

✓ Foram implementadas na STI boas práticas de governança em T&I:  
*<http://www.sti.ufc.br/govti/>*

✓ A UFC iniciou, em 2013, processo de adequação aos protocolos da Instrução Normativa nº 04 para aquisição de solução de T&I.

✓ Foram realizadas melhorias (SIGAA), implementações (SIGAPRH) e desenvolvimento (SIPAC) dos módulos do SI3 visando à integração do sistema, prevista para final de 2014.

Para que estas diversas ações tenham continuidade e para que todo o planejamento previsto no PDTI seja efetivado, estão sendo contratados mais de 30 (trinta) novos servidores, entre analistas e técnicos, para a STI, a partir de concurso realizado no ano de 2013.

### 1.1.10 Secretaria de Cultura Artística (Secult - Arte)

O Circuito UFC - Arte, durante o ano de 2013, compreendeu várias realizações. O referido Circuito culminou com a Programação Artística (reflexiva e performática) dos Encontros Universitários, ocorridos em novembro, quando foi possível trazer grupos de Sobral e do Cariri para realizar apresentações para o público de Fortaleza. Além do aspecto artístico de caráter performático durante os Encontros Universitários, a Secretaria de Cultura Artística promoveu

momentos de reflexão sobre arte no contexto universitário e ensaios musicais abertos (de caráter didático).

É possível afirmar que durante o ano de 2013 o trabalho da Secult - Arte alcançou mais abrangência nos *campi* do interior, principalmente em Sobral, onde ocorreu o 24º Festival Internacional de Orquestras Jovens (*Eurochestries*), dando um impulso importante para as reflexões sobre a implantação de uma orquestra na UFC.

#### **1.1.11 Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui**

Suas ações se desenvolvem em 5 (cinco) eixos principais: atitudinal, promovendo reflexões sobre a educação e profissionalização de pessoas com deficiência, visando à remoção de barreiras que impedem a acessibilidade em suas várias dimensões; arquitetônico, adequando e/ou construindo estrutura física da UFC, tornando acessíveis os espaços da instituição para pessoas que apresentam condições de deficiência motora e/ou visual; pedagógico, propondo ações que favoreçam à permanência de alunos com deficiência na UFC e a formação da comunidade acadêmica para a inclusão; tecnológico, estimulando a realização de pesquisas e ações em tecnologias assistivas para o desenvolvimento de equipamentos, serviços e estratégias que permitam a acessibilidade ao conhecimento com autonomia; e linguístico, garantindo às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação.

### **1.2 Ações Realizadas pelas Unidades Acadêmicas**

Dentre as diversas ações realizadas e resultados alcançados pelas unidades acadêmicas da UFC, apresentam-se algumas:

#### **1.2.1 Faculdade de Educação (FACED)**

O Departamento de Estudos Especializados ofertou em 2013, o curso de Especialização em Educação Especial – Formação Continuada para professores para o Atendimento Educacional Especializado – AEE. O curso é uma demanda do MEC, por meio da Secretaria de Educação Especial – SEESP. Nesse ano, foram ofertadas 900 (novecentas) vagas para professores da rede pública de ensino de 521 (quinhentos e vinte e um) de 26 (vinte e seis) estados brasileiros, a saber: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rondônia, Roraima, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina, Sergipe, Tocantins.

O Departamento de Estudos Especializados ofertou, em 2013, 3 (três) turmas do Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil, sendo 2 (duas) em Fortaleza, com 35 (trinta e cinco) alunos cada, e 1 (uma) em Quixadá, com 27 (vinte e sete) alunos. Foram ministradas 10 (dez) disciplinas. Esse Curso insere-se no âmbito da Política Nacional de Formação de Professores para a Educação Infantil, sob a responsabilidade da Secretaria de Educação Básica (SEB), do Ministério da Educação (MEC), em parceria com as Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), com as Secretarias Municipais de Educação.

A Coordenação de Programas Acadêmicos, em parceria com as coordenações dos Cursos de Pedagogia diurno e noturno e Centro Acadêmico Paulo Freire/UFC, promoveu 4 (quatro) Seminários de Introdução ao curso de Pedagogia turmas 2013.1, diurno e noturno e 2013.2, diurno e noturno. O Seminário, com duração de 20h/a, tem como objetivo acolher bem os alunos novatos e veteranos, promovendo o acesso à informação acerca dos cursos de pedagogia, seu currículo, suas habilitações e sobre as rotinas acadêmicas administrativas da Faculdade de Educação e da UFC. Ao final do evento, os alunos que cumpriram a carga horária foram certificados.

A professora Ana Maria Iório Dias, do Departamento de Teoria e Prática de Ensino, foi agraciada com a Medalha Paulo Freire, premiação concedida pela Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, da Câmara Municipal de Fortaleza, a educadores com reconhecida atuação em, favor da educação no município.

A professora Maria Isabel Filgueiras Lima, do Departamento de Fundamentos da Educação, assumiu a Coordenação Geral do SIMEC - SIPAC, Projeto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) no estado do Ceará, ficando à subcoordenação a professora Ana Paula Medeiros, do Departamento de Teoria e Prática de Ensino. Aconteceram 04 (quatro) atividades de formação de 794 (setecentos e noventa e quatro) orientadores de estudo que multiplicarão a formação, nos polos dos municípios, atingindo um público de 15.000 (quinze mil) professores alfabetizadores da rede pública de 179 (cento e setenta e nove) municípios do Ceará.

### **1.2.2 Centro de Ciências (CC)**

O Centro de Ciências teve como atividades programadas e executadas os seguintes programas e projetos:

✓ Reestruturação de Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação em Ciências Biológicas, Biotecnologia, Geologia e Bacharelado em Matemática;



✓ Reestruturação de Integralização Curricular de Cursos de Pós-Graduação em Computação, Geologia, Matemática e Bioquímica;

✓ Otimização da estrutura administrativa da Direção do Centro de Ciências, Organização e Otimização do Almoxarifado/CC, Otimização das atividades do Setor de Manutenção Predial e continuidade da política de preservação dos bens patrimoniais da instituição;

✓ Adequação gradual da infraestrutura do Centro de Ciências relativa à acessibilidade;

✓ Gestão Acadêmica compartilhada com chefes de departamentos, coordenadores de cursos de graduação e de pós-graduação e com os demais fóruns da comunidade acadêmica.

Além destas atividades, houve melhoria, ampliação e otimização da infraestrutura física e de equipamentos do Centro de Ciências como:

✓ Construção do Bloco de Apoio à Pesquisa e Pós-Graduação do Centro de Ciências (*Em Fase de Conclusão*);

✓ Reforma e ampliação– Bloco 910 e 915 - Depto. de Estatística e Matemática Aplicada (*Em Andamento*);

✓ Construção de rampas de acessibilidade em vários Blocos do Centro de Ciências: 907; 910; 911; 914; 915.

✓ Reforma do Auditório - Bloco 936 - Depto. de Química Analítica e Físico-Química (*Em Andamento*);

✓ Construção de Bloco Didático no Departamento de Química Analítica e Físico-Química (*Em Andamento*);

✓ Reforma dos Blocos 938 e 939 - Depto. de Química Analítica e Físico-Química (*Em Fase de Conclusão*);

✓ Ampliação e modernização do Bloco 917 – Departamento de Matemática (*Em Andamento*);

✓ Reforma dos Blocos 922 - Departamento de Física (*Em Andamento*);

✓ Reforma dos Blocos 928 e 929 - Departamento de Física (*Em Andamento*);

- ✓ Serviço de Instalações Elétricas da Sala de Equipamentos para Processamento de Dados - Departamento de Física (*Em Andamento*);
- ✓ Serviço de Manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças do gerador pertencente ao Biotério Central (*Em Andamento*);
- ✓ Reforma das Cobertas sobre as Marquises dos Blocos 931, 932 e 935 - Depto. de Química Orgânica e Inorgânica (*Em Andamento*);
- ✓ Reforma do Laboratório de Bioinorgânica nos Bloco 933 e 935 - Depto. de Química Orgânica e Inorgânica (*Em Andamento*);
- ✓ Substituição da rede elétrica dos Blocos 931 a 933, 935 e 939 - Depto. de Química Orgânica e Inorgânica;
- ✓ Construção de Bloco Didático - Departamento de Computação e Departamento de Matemática (*Em Andamento*);
- ✓ Construção de Abrigos e instalação de Geradores - Laboratório CENAUREM e Departamento de Bioquímica e Biologia Molecular (*Em Andamento*);
- ✓ Elaboração de Projeto para Construção do Centro Integrado de Pesquisa Matemática e Computacional – CIPEMAQ;
- ✓ Drenagem da via de contorno de acesso ao Centro de Ciências e Instituto de Cultura e Arte (*Concluída*);
- ✓ Reforma do prédio do Laboratório de Produtos Naturais;
- ✓ Elaboração de Projeto para Reforma dos Blocos 912 e 913 - Departamento de Geologia (*Em Andamento*);
- ✓ Elaboração de Projeto para Reforma e Ampliação do Bloco 907 - Departamento de Bioquímica e Biologia Molecular (*Em Andamento*);

Prêmios Concedidos ao Centro de Ciências em 2013:

- 1) Itamar Sales de Oliveira Filho e Esdras Muniz Mota, do Curso de Graduação em Matemática, conquistaram, respectivamente, medalha de bronze e menção honrosa, na XV Olimpíada Ibero-Americana de Matemática Universitária (OBMU);

2) Ana Karolyne Oliveira Monteiro, do Curso de Graduação em Geografia, foi destaque na Universidade de Montana, EUA, ingressou na Lista do Reitor (*Dean's List*), uma relação com os melhores alunos, em fevereiro de 2013;

3) A revista Mercator, do Departamento de Geografia, recebeu a classificação de extrato superior A1 no *Qualis* Periódico da Capes, em agosto de 2013;

4) A revista Geosaberes, da Pós-Graduação em Geografia, foi promovida para a classificação de B3 no *Qualis* Periódico da Capes, em agosto de 2013;

5) Os professores Joaquim Albenísio Gomes da Silveira, do Departamento de Bioquímica e Biologia Molecular e Edilberto Rocha Silveira, do Departamento de Química Orgânica e Inorgânica, foram promovidos pelo CNPq ao nível de bolsistas de Produtividade em Pesquisa (PQ), Nível 1A, em agosto de 2013;

6) O Prof. Eduardo Vasconcelos Teixeira, da Pós-Graduação em Matemática foi o único pesquisador brasileiro, dos 5 (cinco) pesquisadores premiados na edição de 2013 do Congresso de Matemática das Américas;

7) 8 (oito) Cursos de Graduação foram estrelados no Guia do Estudante, pela Editora Abril;

8) Renan Sousa Rodrigues e Marcos Tadeu Viana Aragão, do Curso de Graduação em Ciências da Computação, foram finalistas do SBGames – Simpósio da Comissão Especial de Jogos e Entretenimento Digital da Sociedade Brasileira de Computação;

9) O Professor Eustógio Wanderley Correia Dantas, do Departamento de Geografia, assume uma cadeira no Instituto do Ceará no dia 17 de outubro de 2013;

10) O professor Lev Birbrair, do Departamento de Matemática, figura entre os 6 (seis) editores de uma das mais prestigiadas coleções de Matemática, a *DeGruyter Expositions in Mathematics*, em novembro de 2013;

11) O Professor José de Araújo Nogueira Neto, do Depto. de Geologia, foi homenageado por sua dedicação a pesquisa e ensino, no 25º Simpósio de Geologia do Nordeste;

12) “Tópicos de Matemática Elementar – Volumes 1, 2, 3, 4, 5” do Professor Antônio Caminha Muniz Neto, do Departamento de Matemática, foi classificado entre os 10 (dez) finalistas do Prêmio Jabuti, da Câmara Brasileira do Livro, em novembro de 2013;

13) O Prof. Jorge Herbert Soares de Lira, do Depto. de Matemática, recebeu o Prêmio Jovem Cientista 2013 da Academia de Ciências para o Mundo em Desenvolvimento;

14) Empossados na Academia Brasileira de Ciências: Eduardo Bedê Barros e Odair Pastor Ferreira, do Depto. de Física; Antonio Caminha Muniz Neto, do Depto. de Matemática.

### **1.2.3 Faculdade de Medicina (FAMED)**

Baseado no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFC 2013 – 2017 – Eixo Gestão, que prevê entre as medidas prioritárias da atual gestão a recuperação, melhoria e ampliação da infraestrutura física da instituição, a Faculdade de Medicina realizou, em 2013, diversas reformas, o que se deu através do projeto de descentralização das ações administrativas e de recursos financeiros constantes do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.

Entre os trabalhos de melhoria da infraestrutura da Faculdade de Medicina executados em 2013, vale ressaltar a inclusão de espaços de acessibilidade em diversos pontos do *Campus* como reformas em dependências da Administração da Faculdade, entre as quais: a modernização da Sala de reuniões do Conselho Departamental desta Faculdade; construção da Unidade Acadêmica Ícaro, que deverá possuir 6 (seis) pavimentos didáticos e encontra-se em fase de acabamento da obra; inauguração do Restaurante Universitário do *Campus* do Porangabuçu, que iniciou suas atividades em 30 de julho de 2013; realização de concursos, tendo sido contratados durante o exercício de 2013, 11 (onze) professores efetivos e 3 (três) técnico-administrativos.

A Faculdade de Medicina também participou ativamente do Projeto ABEM: 10 (dez) Anos de Diretrizes Curriculares Nacionais, que foi concebido visando contribuir para o aprimoramento da Educação Médica no país, contribuir para o aprimoramento do SUS a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais da Graduação em Medicina e estabelecer Sistema de Avaliação do desempenho do estudante de Medicina, o “Teste de Progresso”.

**Destaca-se a inclusão do Teste de Progresso, na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará, como estratégia permanente de avaliação institucional e do processo ensino aprendizagem ao longo da formação discente.**

Consonante à proposta de participação na elaboração, implementação e avaliação das políticas de Governo, a Faculdade de Medicina, através do Núcleo de Desenvolvimento em Educação Médica - NUDEM, está inserida de modo ativo e participativo em programas do Governo

Federal como o Pró-Saúde, PET - Saúde, Pró-Ensino na Saúde, Núcleo de Tecnologias e Educação a Distância em Saúde – NUTEDS e PROVAB.

### **1.2.3.1 Ações desenvolvidas pelo Projeto Telessaúde em 2013**

**Palestras:** Os ciclos de palestras ocorrem mensalmente nas segundas quartas-feiras do mês, sendo transmitidas em tempo real para os municípios, via *webconferência*, de modo que os participantes interajam e discutam casos ao final da apresentação.

**Teleconsultas:** A Teleconsulta (2ª Opção Formativa) propicia a troca de informações médicas entre profissionais de saúde que estejam em atendimento em locais ou municípios distintos, utilizando tecnologia de telecomunicação e informática, visando à promoção de saúde.

**Telecardiologia:** Seu funcionamento acontece quando um paciente dá entrada na UBS com dor ou sinais de problema cardiológico, o médico solicita um Eletrocardiograma (ECG), que é realizado pela equipe de enfermagem e, fazendo uso do software do computador, é remetido via *Internet* para o endereço do Plantão de Telemedicina. Logo após, o Cardiologista fornece o laudo imediatamente após o recebimento do ECG. Quando este apresenta sinais definitivos ou uma suspeita importante de lesão do miocárdio, o Cardiologista do Plantão entra em contato com o médico da UBS via telefone para informar as providências a serem tomadas. O Plantão de Cardiologia atende a 37 (trinta e sete) municípios.

**Cursos Online:** Atendendo a solicitação das Secretarias de Educação e Saúde do Estado do Ceará, o núcleo de Telessaúde do Ceará desenvolveu cursos de formação para profissionais da saúde (PSF) e educação e de jovens protagonistas do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE) na modalidade à distância. Através de rubrica específica para esse fim.

### **1.2.3.2 Ações desenvolvidas pelo Projeto UNASUS em 2013**

✓ Conclusão da primeira turma do Curso de Especialização em Pesquisa e Inovação em Saúde da Família, cujo objetivo é formar especialistas em Saúde da Família com conhecimentos, habilidades e atitudes necessários para a atuação na atenção básica dentro da rede do SUS.

✓ Início da segunda turma do Curso de Especialização em Pesquisa e Inovação em Saúde da Família.

✓ Início do Curso de Especialização em Saúde da Pessoa Idosa.

✓ Curso de Capacitação em Atenção Domiciliar.

### **1.2.3.3 Laboratório de Habilidades Clínico-Cirúrgicas**

Os objetivos do Laboratório de Habilidades no ano 2013 foram:

- ✓ Funcionar como Centro de Treinamento em Habilidades Clínico-Cirúrgicas;
- ✓ Integrar e contextualizar material didático dos módulos através de realização de oficinas e grupos de trabalho para produzir vídeos instrucionais e modelos para treinamento de alunos;
- ✓ Melhorar o desempenho dos alunos nas atividades desenvolvidas no laboratório de habilidades clínicas e nas avaliações;
- ✓ Montar estações interativas sob a orientação de uma equipe de professores para utilização em treinamentos e avaliações;
- ✓ Produzir material didático-pedagógico (POP), para ser utilizado com os estudantes e disponibilizado para outros cursos e/ou instituições públicas de formação profissional na saúde;
- ✓ Produzir trabalhos e artigos científicos;
- ✓ Promover cursos extracurriculares, em parceria com instituições governamentais;
- ✓ Treinar Internos e Residentes do Hospital Universitário Walter Cantídio.

### **1.2.3.4 Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica - provab**

No estado do Ceará o PROVAB ampliou o número de municípios cadastrados no Programa de 32 (trinta e dois) em 2012 para 97 (noventa e sete) em 2013, estando divididos em 3 (três) regiões (Região Fortaleza, Região Norte e Região Sul), com 803 (oitocentos e três) médicos contratados até 2013 e 96 (noventa e seis) docentes cadastrados para a supervisão desses médicos.

### **1.2.4 Centro de Tecnologia (CT)**

Foi considerado, segundo o resultado do ENADE, o melhor Centro de Tecnologia do Norte/Nordeste e incluído entre os 20 (vinte) melhores do Brasil.

Na busca pela melhoria da qualidade dos cursos do Centro de Tecnologia, iniciou-se um processo para formatação de uma parceria com o ITA no âmbito da inovação, do ensino e da pesquisa.

✓ Foi criada a coordenação do Ciclo Básico que ficou responsável pelo acompanhamento dos alunos dos 2 (dois) primeiros anos dos cursos de engenharia, pois este período é o ponto nevrálgico da evasão escolar e temos a peculiaridade de termos um básico prolongado e compartilhado com outra unidade acadêmica – o Centro de Ciências (CC).

✓ Foi criado o Departamento de Engenharia de Produção (DEPRO), a partir de um desmembramento do Departamento de Engenharia Mecânica e de Produção (DEMP).

✓ Foram criados 2 (dois) novos cursos: Engenharia de Telecomunicações e Engenharia de Computação, com 60 (sessenta) vagas cada um, e com previsão de início de funcionamento para 2015.

✓ O Programa de Pós-Graduação em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental obteve a nota 6 (seis) na avaliação da CAPES (conceito de padrão internacional), sendo o primeiro do CT a obter esta nota e o terceiro da UFC.

✓ O CT teve uma participação efetiva nos programas de intercâmbios internacionais, sendo a unidade acadêmica da UFC que mais enviou alunos para o programa Ciência Sem Fronteiras, do Governo Federal.

✓ Foi inaugurado o Laboratório de Pesquisa em Adsorção e Captura de CO<sub>2</sub> do Departamento de Engenharia Química (DEQ). Foram iniciadas a construção dos centros de excelência em asfalto e em soldagem (ambos financiados pela PETROBRAS), do laboratório de estruturas e a reforma do bloco 709 – Engenharia Química.

Os professores e alunos do Centro de Tecnologia ganharam vários prêmios este ano. Podemos destacar a conquista, pelos alunos do curso de Engenharia Metalúrgica, do vice-campeonato da etapa mundial do *Virtual Steelmaking Challenge*. Além disso, o aluno Osvaldo Mendonça, da Engenharia Mecânica, ficou em segundo lugar na categoria “Estudante de Ensino Superior” (XXVII Prêmio Jovem Cientista – CNPq), sob a orientação dos professores Eugênia Vieira e Paulo Rocha. O prof. Iran Eduardo Lima, do DEHA, teve o seu trabalho escolhido pelo *Journal of Hydraulic Engineering* da *American Society of Civil Engineers* como o melhor de 2013. Oito cursos do Centro de Tecnologia foram recomendados no Guia do Estudante de 2013. Por fim, tivemos dez trabalhos premiados nos Encontros Universitários de 2013.

### **1.2.5 Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem (FFOE)**

A Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem da Universidade Federal do Ceará visa à formação de profissionais farmacêuticos, dentistas e enfermeiros com competências científicas, técnicas e éticas para atender às necessidades de saúde da comunidade nos diferentes níveis de complexidade de atenção à saúde, quer na assistência e/ou na produção de conhecimento, comprometidos com as necessidades da sociedade.

A Faculdade tem realizado inúmeras atividades assistenciais à comunidade através das seguintes subunidades: Clínica Integrada, Farmácia-Escola e Laboratório de Análises Clínicas e Toxicológicas (LACT). As Clínicas do Curso de Odontologia têm proporcionado aos estudantes a prática clínica, tornando-os aptos a diagnosticar, planejar, executar e avaliar os planos de tratamentos odontológicos integrados. Durante o ano de 2013, as clínicas atenderam, aproximadamente, 300 (trezentos) pacientes por dia, entre crianças, jovens e adultos, nas áreas de dentística, endodontia, periodontia, cirurgia, prótese, ortodontia, odontopediatria e radiologia.

A Farmácia-Escola vem apoiando as atividades de pesquisa e extensão na área de desenvolvimento, produção e controle de qualidade do medicamento, bem como a prática da Atenção Farmacêutica. Contribuindo para a formação de profissionais farmacêuticos, gerando a transferência de conhecimentos técnico-científicos para a sociedade e produzindo produtos farmacêuticos de qualidade à comunidade.

O LACT desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão, prestando um serviço de diagnóstico laboratorial na atenção primária de saúde a uma população carente proveniente dos ambulatórios do Hospital das Clínicas e comunidades adjacentes ao Campus do Porangabuçu. Ao longo de 2013, o LACT realizou 27.749 (vinte e sete mil setecentos e quarenta e nove) exames durante o período, aumentando cada vez mais a demanda e inserindo o aluno no campo da prática e no trabalho social.

Destaque-se, ainda, vinculado ao Departamento de Farmácia, o Centro de Desenvolvimento e Ensaio Farmacêuticos – CEDEFAR, que é um laboratório analítico que atua na área de controle de qualidade de medicamentos, equivalência farmacêutica, estabilidade de medicamentos e nas pesquisas para o desenvolvimento e validação de ensaios, como também nas metodologias analíticas, visando atender a política de qualidade de medicamentos no Brasil, dentro das exigências da ANVISA – MS. Este laboratório está habilitado para atender os laboratórios fabricantes de medicamentos que desejam realizar ensaios de controle de qualidade para a



certificação dos seus medicamentos junto à ANVISA, cumprindo às exigências dessa agência nacional.

Durante o ano de 2013, a Administração Superior deu continuidade e apoiou as ações da FFOE no sentido de valorizar o ensino de graduação em todos os seus segmentos, através da melhoria das condições físicas no ambiente de ensino, adequando-o a padrões de qualidade, da implementação de laboratórios e bibliotecas; e do comprometimento com o aperfeiçoamento dos sistemas de avaliação coerentes com as propostas de formação dos estudantes, desenvolvidas em nossa universidade.

As Pró-Reitorias de Graduação, Pós-Graduação, Extensão e Assistência Estudantil fortaleceram as atividades na graduação e têm procurado incrementar os programas que visam à qualidade das atividades no desenvolvimento do ensino de graduação. O trabalho e a participação dos docentes e técnico-administrativos desta Unidade em editais resultaram na aquisição de, aproximadamente: 93 (noventa e três) bolsas de Iniciação Científica; 66 (sessenta e seis) monitorias remuneradas e 64 (sessenta e quatro) monitorias voluntárias; 71 (setenta e uma) bolsas de Extensão; bolsas de Iniciação à Docência (PID): 66 (sessenta e seis) remuneradas e 66 (sessenta e seis) voluntárias; 08 (oito) bolsas de monitoria de Projetos de Graduação, além de 47 (quarenta e sete) bolsistas de Iniciação Acadêmica distribuídos entre as diversas Subunidades da Faculdade. No contexto da internacionalização, os cursos de graduação participaram ativamente do Programa Ciência sem Fronteira.

No tocante a Graduação, os cursos de Farmácia e Enfermagem obtiveram a pontuação máxima de 5 (cinco) estrelas e Odontologia obteve 4 (quatro) estrelas na avaliação de cursos superiores realizada pelo Guia do Estudante (GE). Essa avaliação, inclusive, constará na publicação GE Profissões Vestibular 2014.

Os cursos de pós-graduação continuam avançando rumo a excelência acadêmica através do trabalho permanente dos professores buscando recursos em editais internos e externos. Atualmente, o quadro de pesquisadores se apresenta bastante promissor e conta com 15 (quinze) bolsistas de produtividade, distribuídos da seguinte forma: 03 (três) docentes do Curso de Farmácia; 01 (um) docente do Curso de Odontologia; e 11 (onze) docentes do Curso de Enfermagem. Os professores, em sua maioria, foram contemplados em editais e têm proporcionado aos alunos de graduação e de pós-graduação grandes oportunidades de aperfeiçoamento. A produção científica reflete o avanço e o envolvimento da FFOE na busca da qualidade, a publicação de 2013 atingiu cerca 243 (duzentos e quarenta e três) artigos completos publicados, sendo 142 (cento e quarenta e

dois) em periódicos nacionais e 101 (cento e um) em periódicos internacionais, além de 4 (quatro) livros e 37 (trinte e sete) capítulos. Os docentes, discentes e técnico-administrativos enviaram e apresentaram 372 (trezentos e setenta e dois) resumos com participação em Congressos Nacionais e Internacionais.

No tocante aos recursos externos, faz-se necessário ressaltar que vários docentes da FFOE foram contemplados em diversos editais de órgãos de fomento, tais como: FUNCAP, CNPq e CAPES cujos recursos, injetados na Faculdade, foram na ordem de mais de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

Merecem ser destacados: o Prêmio Capes de Teses 2013 da área de Odontologia, recebido pelo Programa de Pós-Graduação em Odontologia da UFC pela tese —Estudos do Efeito Anticárie de Materiais Odontológicos Beneficiados por Nanotecnologia, defendida no ano de 2012, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dra. Lidiany Karla Azevedo Rodrigues; e os prêmios recebidos, também em 2013, pela Prof<sup>a</sup>. Maria Vera Lúcia Moreira Leitão Cardoso, Chefe do Departamento de Enfermagem da FFOE: 1º lugar da modalidade oral da I semana de Enfermagem da Unichristus – Título: Experiência da família no cuidado à criança com mielomeningocele: percurso no serviço de saúde, Unichristus; 1º lugar no PRÊMIO ENFERMEIRA EUSÉBIA JESUS PEREIRA, SOBEP; 1º lugar no PRÊMIO PROFESSORA ELACI SAMPAIO BARRETO, SOBEP. Prêmio Destaque Multidisciplinar no 1º Congresso Multidisciplinar em Oncologia Instituto do Câncer do Hospital Mãe de Deus, Instituto do Câncer do Hospital Mãe de Deus.

É importante salientar, ainda, que o Curso de Pós-Graduação em Enfermagem da FFOE foi avaliado pela CAPES no último triênio com conceito 5 (cinco), Odontologia e Ciências Farmacêuticas com conceito 4 (quatro). A FFOE coordena ainda dois Programas de Pós-Graduação em rede: o Mestrado Profissional em Saúde da Família – conceito 3 (três) e o Programa em Desenvolvimento e Inovação Tecnológica em Medicamentos – PPgDITM (Doutorado – conceito 4 (quatro)).

Na área de Recursos Humanos, houve a contratação de 03 (três) professores titulares, sendo 2 (dois) para o DENF e um para o DOR; 10 (dez) professores adjuntos/assistentes, sendo um para o DEFA, 1 (um) para o DOR, 01 (um) para o DCO e 07 (sete) para o DENF; 01 (um) professor visitante para o Programa de Pós-Graduação em Odontologia; e 01 (um) técnico-administrativo, ocupante do cargo de farmacêutico.

No plano acadêmico, com o encerramento das atividades do Projeto Institucional PET-SAÚDE/Saúde da Família, a FFOE participou da convocação pública para apresentação de

propostas com vistas à seleção de projetos de Instituições de Educação Superior (IES), em conjunto com Secretarias Municipais e/ou Estaduais de Saúde, objeto do Edital nº 024, de 15/12/2011, tendo sido contemplada com o Projeto – PRÓ-SAÚDE-PET-SAÚDE: reorientação da formação profissional como estratégia de fortalecimento da integração ensino-serviço-comunidade, fundamentado no Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde) e articulado ao Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde – PET-Saúde. O projeto envolve os Cursos de Medicina, Enfermagem, Odontologia, Farmácia, Fisioterapia, Educação Física e Psicologia, sendo composto por 07 (sete) grupos tutoriais, que envolvem um Coordenador geral, um Coordenador-adjunto, 07 (sete) tutores acadêmicos, 42 (quarenta e dois) preceptores, 84 (oitenta e quatro) estudantes bolsistas e 84 (oitenta e quatro) estudantes não bolsistas, tendo como objetivo geral fortalecer a formação profissional em nível de graduação de alunos da área da saúde, visando à integração ensino-serviço-comunidade por meio da implantação dos subprojetos observando os eixos teóricos, pedagógicos e cenários da prática, objetivando sua execução integrada ao mundo do trabalho de modo cooperativo, solidário e comprometido com a promoção da saúde da população.

Ao longo de 2013, a FFOE, também em parceria com o Ministério da Saúde, deu prosseguimento ao ano III do Pró-Saúde II – Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional, cujo objetivo é promover uma melhor formação pedagógica aos discentes da FFOE a partir dos seguintes eixos: orientação teórica, cenários de prática e orientação pedagógica. Foram realizadas as etapas finais do projeto, com ênfase no cenário de prática, contemplando a modernização dos equipamentos de prestação de serviços de saúde. Para isso, foram adquiridos bens e materiais permanentes para os laboratórios e clínicas que desenvolvem atividades de ensino e assistência integrados a rede dos serviços de saúde, dando continuidade das metas traçadas de oferta de exames de análises clínicas e diagnóstico de patologia bucal à população. Além disso, integrado aos demais programas/projetos do Ministério da Saúde, participaram na promoção de seminários pedagógicos de avaliação e reestruturação dos currículos dos Cursos de Farmácia e Odontologia, que tiveram como participantes docentes, técnico-administrativos, discentes e profissionais da rede de serviço.

Ainda em parceria com o Ministério da Saúde e a CAPES, houve continuidade da participação no Projeto Pró-Ensino, cujo objetivo é formar pesquisadores na área de formação na saúde. Participam deste programa as pós-graduações *stricto sensu* da Enfermagem e da Odontologia. Neste programa, foram contempladas bolsas de mestrado e doutorado, equipamentos e pós-doutorado no país para os docentes participantes.

Quanto à infraestrutura, houve a realização da obra de reforma e instalação do Laboratório Multifuncional do Curso de Odontologia, que atende a disciplinas do Departamento de Clínica Odontológica e Odontologia Restauradora.

Outro destaque em relação à gestão da infraestrutura, foi a continuidade da prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva através da atuação da Prefeitura instalada no Campus do Porangabuçu, que atendeu mais de 660 (seiscentos e sessenta) ordens de serviços, sendo 247 (duzentas e quarenta e sete) executadas no Curso de Farmácia; 262 (duzentas e sessenta e duas), no Curso de Odontologia; e 151 (cento e cinquenta e um), no Curso de Enfermagem, conforme relatório da prefeitura.

### **1.2.6 Centro de Ciências Agrárias (CCA)**

Programas e Projetos realizados pelo CCA:

✓ Estratégias de produção científica e publicações: Teve como objetivos, fortalecer a Revista Ciência Agronômica para dar visibilidade ao CCA e difundir os conhecimentos científicos gerados por seus professores, técnico-administrativos e alunos no âmbito. As metas consistiam em publicar, por ano, 04 volumes de forma trimestral nas versões impressa (ISSN 0045-6888) e online (ISSN 1806-6690). Houve aprimoramentos na política editorial, de acordo com o crescimento e visibilidade da revista. Como resultados, a Revista Ciência Agronômica manteve-se indexada nas bases: *AGRIS*, *AGRICOLA*, *AGROBASE*, *CAB Internacional*, *EBSCO Publishing*, *ISI*, *LATINDEX*, *Redalyc*, *SCIELO* e *SCOPUS*. Foram publicados 04 volumes.

✓ Programa de Relações Externas: Teve como objetivos, ampliar a articulação com os setores governamental e empresarial e com a sociedade civil. As metas consistiam em promover pelo menos 01 (uma) reunião de planejamento com instituições afins ao CCA. Abaixo estão as atividades programadas e executadas:

- i. Adagri – Agencia de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará: reunião de planejamento de ações conjuntas na área de defesa animal e vegetal. Primeira ação: controle de nematoides;
- ii. AEAC – Associação de Engenheiros Agrônomos do Ceará: apoio à realização da XXIX Semana de Engenheiros Agrônomos do Ceará;

- iii. Agropacto – Pacto de Cooperação da Agropecuária Cearense: participação em reuniões semanais para discussão de problemas relacionados à agropecuária cearense;
- iv. CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia: reuniões com a Câmara de Agronomia do CREA para tratar da nova legislação profissional e da reforma do Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia;
- v. Ematerce – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará: participação no Conselho de Gestão da Ematerce que vem discutindo proposta de reestruturação da empresa e redefinição de sua política;
- vi. IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: reunião com o Diretor Geral para tratar de parcerias na área de educação no meio rural;
- vii. Instituto Frutal: apoio à realização da 20ª Semana Internacional da Fruticultura, Floricultura e Agroindústria – Frutal 2013;
- viii. INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária: discussão sobre a seleção de Articuladores das ações aprovadas pelas chamadas de Assistência Técnica e Extensão Rural;
- ix. Prefeitura de Barroquinha: instalação de um Horto de Plantas Medicinais no assentamento Lagoa do Barro, localizado no município de Barroquinha, em parceria com a Ematerce;
- x. Rádio O Povo: participação na Expedição Jornalística Rádio O POVO 30 Anos, promovida pelo Grupo de Comunicação O POVO em parceria com a UFC. Cerca de 40 (quarenta) jornalistas, radialistas, fotógrafos e acadêmicos percorrerão 25 (vinte e cinco) localidades do Ceará no projeto para redescobrir o interior do Estado. Carlos Henrique Martins representou o CCA na Expedição.

✓ Sistema de comunicação institucional integrado: Teve como objetivos, divulgar, através do Informativo CCA Notícias e da página eletrônica do CCA atividades e conhecimentos gerados para dar mais visibilidade ao Centro. Suas metas consistiam em publicar um número do

Informativo CCA Notícias trimestralmente e criar uma nova página eletrônica. Abaixo estão as atividades programadas e executadas:

- i. Retomada da publicação do informativo CCA Notícias;
- ii. Construção e atualização da nova página eletrônica do CCA;
- iii. Contato com docentes, técnicos dos diversos Departamentos do CCA e encaminhamento de matérias a serem exploradas.

Os resultados obtidos destacaram a atualização da página eletrônica do CCA e a criação do blog: (<http://www.ccaufc.blogspot.com.br>).

✓ Uso das mídias disponíveis para a divulgação das atividades: Teve como objetivos ampliar a comunicação com a sociedade através dos meios de comunicação social. Suas metas consistiram em promover pelo menos 01 (uma) reunião com os órgãos de comunicação da UFC para planejar e estratégia de ação. Houve reunião com a Coordenadoria de Comunicação e Marketing da UFC, com a presença de jornalistas da UFC TV, da Rádio FM Universitária, da Revista UP – Universidade Pública, do Portal da UFC e do Jornal da UFC, para tratar da estratégia de comunicação do CCA visando à criação de uma imagem institucional que caracterize a identidade do Centro. Como resultados alcançados, as ações do CCA passaram a ser veiculadas sistematicamente pelos meios de comunicação da UFC e foram reproduzidas e produzidas por jornais, rádios e televisões do estado.

✓ Análise da atividade laboral dos servidores técnico-administrativos: Teve como objetivos, compreender como se constitui a atividade laboral dos servidores de setores variados do CCA, a fim de possibilitar transformações nesses contextos de trabalho. Tais transformações intentam favorecer, simultaneamente, a saúde dos trabalhadores e os resultados dos serviços prestados, considerando aspectos relacionados tanto à qualidade quanto à produtividade. Suas metas consistiram em realizar o estudo sobre atividade laboral com 25 (vinte e cinco) secretários e secretárias do CCA. Houve a preparação do estudo sobre a atividade laboral dos servidores técnico-administrativos sob a supervisão da Coordenadoria de Organização e Qualidade de Vida no Trabalho da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. Como resultado, foi elaborado um redimensionamento dos servidores técnico-administrativos.

### 1.2.7 Centro de Humanidades (CH)

Como ação acadêmica, a atual gestão continuou a atender às muitas solicitações da Coordenadoria de Planejamento e Acompanhamento Curricular PROGRAD/COPAC no sentido de fundamentar o Projeto Pedagógico com as leis atuais que o disciplinam, no âmbito do Ministério da Educação – MEC – e das resoluções e legislações internas da UFC.

Quanto ao Departamento de Ciências da Informação, no âmbito do ensino, manteve-se a distribuição de cargas horárias dos professores, proporcionando que todos assumissem suas cargas horárias integrais, distribuídas em aulas concentradas em dias inteiros e não alternados ao longo da semana.

Em 2013, mantiveram-se sob a atenção deste departamento as ações do “Programa de Extensão Biblioteca, Leitura e Cidadania”, que abriga 8 (oito) projetos de extensão, todos com efetiva produção e promoção de eventos ao longo de 2013.

O Departamento também envidou todos os esforços para patrocinar apoio e logística às ações estudantis, inclusive possibilitando a solicitação de equipamentos para o Centro Acadêmico Ramirez Galvão, do Curso de Biblioteconomia.

No âmbito das ações laboratoriais, cada um deles recebeu de seus coordenadores incrementos em suas ações.

O Laboratório de Conservação e Restauro de Acervos foi implantado em fevereiro de 2013. O referido laboratório foi contemplado com 16 (dezesesseis) bolsas oriundas da faculdade de Direito, que pagou durante todo o ano de 2013 aos 16 (dezesesseis) alunos do Curso de Biblioteconomia. Estes ocuparam as instalações do referido laboratório para trabalharem com materiais bibliográficos daquela FADIR, higienizando e recuperando 120 (cento e vinte) documentos históricos, que compuseram a exposição por ocasião dos 110 (cento e dez) anos de sua fundação.

O Departamento de História programou e realizou em 2013 os seguintes planos de trabalhos: I Simpósio de História, Arquivo e Mídias Digitais e I Seminário Direitos Humanos e Gênero: perspectivas para educação e pesquisa.

Em 2013, o Departamento de Letras Vernáculas desenvolveu inúmeras atividades contemplando os três eixos de atuação da Universidade, dentre as quais podemos destacar as seguintes: Projeto José Aparecido de Oliveira, Curso de Português Língua Estrangeira: Cultura e

Língua Brasileiras, Programa Iracema: o retrato de Fortaleza, Curso de Contação de Histórias para a Infância, Programa Teia e Programa AMPLINKS (Ampliando *Links*).

O Departamento de Literatura tem desenvolvido pesquisas nas mais diferentes linhas, o que propicia, ao educando, o contato com leituras diversificadas, muitas vezes, de um mesmo texto e/ou obra literária. Quantitativamente, no Departamento de Literatura, 87,5% dos professores efetivos têm pesquisas aprovadas pelas instâncias competentes da UFC, registradas na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação desta IES e no Diretório de Pesquisa do CNPq, as quais são acompanhadas pela chefia do Departamento e pela coordenação do PPG-Letras, por meio de apresentação docente de relatórios anuais. Isso corresponde a um total de 14 (quatorze) pesquisas que estão sendo desenvolvidas no DL. Importante dizer que, no caso dos docentes que participam do Programa de Pós-Graduação em Letras, 100% deles têm pesquisas regularizadas e em pleno andamento (perfazendo um total de 20 (vinte) projetos em curso), com produção acadêmica regular comprovada, anualmente, pela Coleta CAPES, bem como pelo credenciamento, sendo exigido dos mesmos, publicações constantes em periódicos e revistas de *Qualis*, no mínimo, B2.

Avaliado com nota 4 (quatro) pela CAPES, os docentes do PPG-Letras têm por meta aumentar a nota do referido programa para 5 (cinco) durante o presente triênio. Para que isso ocorra, tem-se implementado as atividades na pós-graduação, procurando-se aumentar a produção acadêmica de seus professores, a fim de que tal objetivo seja atingido.

### **1.2.8 Faculdade de Direito (Fadir)**

Dentre os diversos projetos e trabalhos desenvolvidos durante o ano de 2013 pela Faculdade de Direito, destacam-se os seguintes:

- ✓ Revisão do Projeto Político Pedagógico do Curso: Atualização das bases pedagógicas do Curso como o objetivo de alcançar maior unidade, coesão e sistematicidade das políticas, programas, projetos e metodologias pedagógicas referentes ao Curso de Direito.

- ✓ Reestruturação da Grade Curricular do Curso de Graduação: Criação de novas disciplinas, requalificação da carga horária de modo a atender as novas demandas do mercado e da realidade política social brasileira. Nesse contexto, destacam-se as seguintes disciplinas: Bioética, Biodireito, Processo Penal e Garantismo.

- ✓ Alargamento das Atividades de Pesquisa e Extensão na Graduação e Pós: Além da continuidade dos projetos já em andamento, foram criados novos projetos com o objetivo de difundir nos discentes e docentes o espírito investigativo e estimular o raciocínio criterioso e



metódico em cada área de atuação, tendo como fim uma atividade profissional eficiente e de qualidade. Os projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos durante o ano de 2013 buscaram difundir o comprometimento acadêmico com o contexto social e político. Nesse contexto, destacam-se os seguintes projetos: Empresa Júnior na Área Jurídica – EJUDI; Núcleo de Estudos Aplicados Direitos, Infância e Justiça – NUDI-JUS; e Grupo de Estudos em Direito e Assuntos Internacionais – GEDAI.

✓ Alargamento das Atividades do Núcleo de Práticas Jurídicas. O NPJ é o elemento mais tangível do compromisso da Faculdade com a responsabilidade social. O ano de 2013 foi marcado pela consolidação e alargamento das atividades de prestação jurídica do Núcleo a um número cada vez maior de demandas da população de desassistida juridicamente. A parceria com a Defensoria Pública do Estado é motivo de orgulho na busca perene do cumprimento da função social dessa Faculdade.

✓ Desenvolvimento das Atividades do Núcleo Docente Estruturante – NDE: Durante o ano de 2013, as atividades do NDE foram consolidadas através do desenvolvimento de atividades de extrema importância para a excelência do Curso de Direito. Entre outras, NDE desenvolveu as seguintes atividades: revisão do Projeto Político-Pedagógico do Curso Direito; participação na reformulação da matriz curricular do Curso, no ementário e na bibliografia; reestruturação dos programas de monitoria, de pesquisa e de iniciação científica do Curso e demais Programas específicos; auxílio ao NPJ do Curso, para aprimoramento da prática jurídica, e respectivos projetos; proposição de melhorias nas rotinas de avaliação no Curso de Direito; criação de projetos visando atender aos objetivos e políticas do Curso; atuação para o aumento do diálogo e interação entre os docentes no planejamento de suas disciplinas e atividades no Curso.

✓ Dinamização e Ampliação das Bolsas de Iniciação à Docência: As bolsas de iniciação a docência representam uma ferramenta de aperfeiçoamento e a valorização da formação dos alunos e, quiçá, dos nossos futuros professores, à medida que aumenta a convivência dos graduandos com o cotidiano do exercício da função docente. Essa iniciativa foi um marco do ano de 2013 na faculdade de Direito.

✓ Ampliação dos Convênios e Parcerias Internacionais: O ano de 2013 foi um ano muito profícuo no que tange a “internacionalização” do curso de Direito da UFC. Várias parcerias e convênios internacionais foram firmados com Universidades de excelência na área do Direito, como os convênios celebrados com as Universidades de Coimbra e Lisboa.

### 1.2.9 Campus de Sobral

- ✓ Acompanhamento nas obras de infraestrutura dos diversos Cursos do *Campus* de Sobral;
- ✓ Entrega da Hospedaria de Animais no Bloco I do Curso de Medicina;
- ✓ Construção da 1ª etapa do Bloco de Pós-Graduação do Curso de Medicina de Sobral;
- ✓ Instalação do Laboratório de Habilidades Clínicas e de Comunicação do Curso de Medicina de Sobral;
- ✓ Acompanhamento das obras dos blocos B, C e D do Curso de Odontologia;
- ✓ Entrega de 20 (vinte) Equipos Odontológicos do Bloco B;
- ✓ Elaboração do projeto arquitetônico do Bloco III (Bloco didático para os cursos de Psicologia, Música – Licenciatura, Ciências Econômicas e Bacharelado em Finanças);
- ✓ Elaboração do Projeto para finalizar a construção do Bloco A do Curso de Odontologia;
- ✓ Intensificar as atividades de manutenção na infraestrutura dos diversos Cursos do Campus de Sobral;
- ✓ Implantação do Sistema de Ordem de Serviço, desenvolvido pela equipe da Divisão de Tecnologia da Informação do *Campus* de Sobral;
- ✓ Contratação de 01 eletricista para integrar a equipe de manutenção da empresa 2MM;
- ✓ Atualização e aumento do acervo da biblioteca;
- ✓ Biblioteca do Curso de Medicina: aquisição de 240 (duzentos e quarenta) títulos e 632 (seiscentos e trinta e dois) exemplares;
- ✓ Biblioteca do Campus de Sobral: aquisição de 474 (quatrocentos e setenta e quatro) títulos e 1.759 (mil setecentos e cinquenta e nove) exemplares;
- ✓ Aumento do número de vagas ofertadas nos Cursos de Graduação;
- ✓ Aumento de 50 (cinquenta) para 100 (cem) vagas anuais nos Cursos de Engenharia Elétrica e de Engenharia da Computação;

- ✓ Realização de concurso para contratação de professores efetivos (novas vagas):
  - i. Bacharelado em Finanças: 01 vaga
  - ii. Medicina: 09 vagas
  - iii. Engenharia Elétrica: 01 vaga
  - iv. Engenharia da Computação: 01 vaga
  - v. Música – Licenciatura: 05 vagas
  - vi. Odontologia: 03 vagas
- ✓ Implementação de políticas de inclusão e de assistência estudantil;
- ✓ Aquisição de um ônibus, com capacidade para alunos, para viabilizar o traslado dos estudantes em atividades de campo e eventos intermunicipais;
- ✓ Ampliação do número de refeições servidas no Restaurante Universitário para atender a demanda crescente, consequência do aumento no número de vagas e da redução da evasão escolar no *Campus* de Sobral.
- ✓ Renovação e ampliação da frota de veículos do *Campus*;
- ✓ Aquisição de um ônibus rodoviário com capacidade para 45 (quarenta e cinco) lugares;
- ✓ Aquisição de um *Pick-up*, modelo *S10*, para realizar os traslados do Diretor, Coordenador de Programas Acadêmicos e demais servidores que são convocados e/ou convidados para reuniões, eventos e outras solenidades que ocorrem na sede da Universidade Federal do Ceará, em Fortaleza.

### **1.2.10 Campus do Cariri**

A Universidade Federal do Cariri - UFCA é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação e sediada na Região Metropolitana do Cariri - RMC, no sul do estado do Ceará. Foi criada pela Lei Federal nº 12.826, de 05 de Junho de 2013, por desmembramento do *Campus* Cariri da Universidade Federal do Ceará - UFC, que é a Instituição tutora durante o processo de implantação da nova Universidade. A UFCA já tem unidades instaladas nas cidades de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, e expansão prevista inicialmente para as cidades de Brejo Santo e Icó.

Se por um lado a UFCA nasceu com três *campi* já em funcionamento, por outro lado foram colocados enormes desafios para ela. Até 2016, deverá ofertar mais 15 (quinze) cursos de graduação disponibilizando 6.490 (seis mil quatrocentas e noventa) vagas, implantar 2 (dois) novos *campi* (Brejo Santo e Icó), contratar 197 (cento e noventa e sete) professores, 212 (duzentos e doze) técnico-administrativos de nível superior e 318 (trezentos e dezoito) técnico-administrativos de nível médio.

A exposição de motivos que acompanha o projeto delinea os primeiros eixos norteadores da Instituição: A oferta de alternativas de ensino superior público e gratuito é condição essencial para o desenvolvimento regional, estendendo o acesso a esse nível de ensino também à população mais pobre, desde que associado às políticas afirmativas de inclusão, estimulando o seu desenvolvimento.

Segundo o PL 2208/2011, a UFCA será pautada por princípios orientadores que visam à integração da região e o desenvolvimento dos municípios que perfazem a região do Cariri e seu entorno. Entre esses princípios, destacam-se:

- ✓ O desenvolvimento regional integrado, condição essencial para a permanência dos cidadãos na região;
- ✓ O acesso ao Ensino Superior como fator decisivo para o desenvolvimento das capacidades econômicas e sociais da região;
- ✓ A qualificação profissional e o compromisso de inclusão social que devem pautar todo projeto político pedagógico e que dão sentido ao conhecimento;
- ✓ O desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão como condição de existência de um ensino crítico, investigativo e inovador;
- ✓ A interação entre as cidades e os estados que compõem a região.

No tocante às ações de pesquisa e extensão, nossa produção tem se mostrado expressiva e presente, com dezenas de artigos publicados e outras dezenas de projetos e de programas de extensão universitária, tendo sido esta área uma das mais fortes vocações do *Campus* Cariri. Vários prêmios foram recebidos por alunos e docentes, obtendo assim o reconhecimento da comunidade acadêmica em âmbito nacional.

### 1.3 Identificação

#### Quadro I – Identificação da Unidade

<b>Poder e Órgão de Vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Educação			<b>Código SIORG:</b> 26000244
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora</b>			
<b>Denominação completa:</b> Universidade Federal do Ceará			
<b>Denominação abreviada:</b> UFC			
<b>Código SIORG:</b> 26244416		<b>Código LOA:</b> 26233	<b>Código SIAFI:</b> 153045
<b>Situação:</b> Ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Autarquia Especial do Poder Executivo			
<b>Principal Atividade:</b> Educação Superior – Graduação e Pós-Graduação			<b>Código CNAE:</b> 8532-5/00
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(85) 33667301	(85)33667306/33667307	(85) 33667308
<b>Endereço eletrônico:</b> reitor@ufc.br;greitor@ufc.br			
<b>Página da Internet:</b> <a href="http://www.ufc.br">http://www.ufc.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Avenida da Universidade nº 2853, Bairro Benfica, CEP: 60.020-181, Fortaleza – Ceará – Brasil			
<b>Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas</b>			
Nome	Situação	Código SIORG	
<b>Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas</b>			
<b>Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas</b>			
Lei Federal nº 2373, de 16 de dezembro de 1954, publicada em 23 de dezembro de 1954			
<b>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas</b>			
Estatuto e Regimento da UFC, aprovado pelo CNE, Processo nº 23.000.12.916/98-59. Aprovada pela Portaria nº 592 do Ministro da Educação, de 23/03/1999, publicada no DOU de 26/03/1999. Os diplomas foram revistos e atualizados para adequação à Constituição Federal de 1988, à Lei nº 9394, de 20/12/1996 e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9192, de 21/12/1995. Documentos Oficiais disponíveis em: <a href="http://www.ufc.br/portal/index.php?option=com_content&amp;task=category&amp;sectionid=14&amp;id=54&amp;Itemid=77">http://www.ufc.br/portal/index.php?option=com_content&amp;task=category&amp;sectionid=14&amp;id=54&amp;Itemid=77</a>			
<b>Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas</b>			
Anuário Estatístico da UFC 2012 – Base de 2011/ Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2013-2017/ Plano de Trabalho da Gestão . Disponíveis em: ( <a href="http://www.ufc.br/portal/">http://www.ufc.br/portal/</a> )			
<b>Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas</b>			
<b>Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas</b>			
Código SIAFI/UG	Nome		
150244/15224	Hospital Universitário Walter Cantídio – HUWC		
150246/15224	Maternidade Escola Assis Chateaubriand – MEAC		

#### 1.3.1 Organograma Funcional

Em relação ao organograma funcional, disponibilizado no Anexo III do Relatório de Gestão, as atribuições e competências dos componentes da UFC são descritos no Regimento da

Reitoria. Trata-se o Regimento da Reitoria de documento oficial da Instituição disponibilizado no *link* abaixo:

([http://www.ufc.br/images/\\_files/a\\_universidade/regimento\\_reitoria/regimento\\_reitoria.pdf](http://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/regimento_reitoria/regimento_reitoria.pdf))

### 1.3.2 Macroprocessos Finalísticos

Os Macroprocessos finalísticos da Universidade Federal do Ceará são, em linhas gerais, o desenvolvimento e a oferta da tríade universitária: Ensino, Pesquisa e Extensão. São, na UFC, estes Macroprocessos geridos pelas Pró-reitorias finalísticas (Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação, e, Extensão), e, pelas 17 Unidades Acadêmicas que hoje a compõem. Considera-se ainda como Pró-reitoria meio a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis, que desempenha fundamental papel para garantia de uma permanência adequada dos estudantes na UFC.

São disponibilizados no Portal da UFC importantes documentos para a boa compreensão de seu funcionamento, tais como o Regimento Geral e o Estatuto da UFC. A autonomia da Universidade Federal do Ceará é exercida na forma do seu Estatuto e da legislação em vigor. O Estatuto da UFC contém as definições e formulações básicas para a organização e o funcionamento da Universidade. O Regimento Geral disciplina aspectos da organização e funcionamento comuns aos diversos órgãos e serviços da Universidade Federal do Ceará completando o Estatuto a que se incorpora. Os regimes antes descritos encontram-se nos *links* abaixo:

([http://www.ufc.br/images/\\_files/a\\_universidade/regimento\\_geral\\_ufc/regimento\\_geral\\_ufc.pdf](http://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/regimento_geral_ufc/regimento_geral_ufc.pdf))

([http://www.ufc.br/images/\\_files/a\\_universidade/estatuto\\_ufc/estatuto\\_ufc.pdf](http://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/estatuto_ufc/estatuto_ufc.pdf))

Durante o ano de 2013 foram revisadas e atualizadas as **Normas Administrativas**, onde são descritas todas as atribuições das subunidades administrativas das Pró-Reitorias, que estão disponibilizadas no *site* da Pró-reitoria de Planejamento:

(<http://www.prpl.ufc.br/normas-administrativas>)

Citam-se de maneira sintética os processos finalísticos principais, por Pró-Reitorias:

a) A Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) é o órgão central do sistema acadêmico da UFC, e a ela compete programar, coordenar, supervisionar, controlar e executar as atividades inerentes ao ensino de graduação: estrutura de currículos e cursos, ingresso na universidade

(vestibular, transferência) e controle da vida escolar dos alunos (matrícula, monitoria, estágios, etc.);

b) Atuando como gestora das políticas de assistência estudantil da Universidade Federal do Ceará, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) priorizou, no primeiro momento de sua implantação, a assistência socioeconômica ao estudante universitário. Atualmente, atenta às concepções mais avançadas acerca do papel da Universidade na sociedade contemporânea, volta-se para o objetivo mais amplo da construção da cidadania nos diversos segmentos que compõem a comunidade universitária. É da natureza do seu trabalho incentivar, apoiar e acompanhar o estudante, em suas múltiplas demandas, no decorrer de toda sua trajetória acadêmica, através de ações efetivas nas áreas sociais, cultural, técnico-científica, esportiva e política;

c) A Pró-Reitoria de Extensão (PREX) é o órgão responsável por promover, coordenar, supervisionar, controlar e avaliar as atividades de extensão da Universidade Federal do Ceará. Desenvolve ações junto às comunidades urbana e rural sob a forma de programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços, a partir de propostas apresentadas por docentes ou técnico-administrativos, lotados nas diversas unidades acadêmicas;

d) A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), órgão executivo da Administração Superior, tem por finalidade programar, orientar, coordenar e supervisionar as atividades de pesquisa, de pós-graduação, e de capacitação de recursos humanos no âmbito da Universidade Federal do Ceará. Para tanto, no plano interno, desenvolve ações, junto à comunidade acadêmica e aos setores administrativos da Universidade, e no externo, junto a segmentos representativos da sociedade, incluindo instituições públicas e privadas, autoridades governamentais, e agências de fomento à pesquisa e ao ensino.

### **1.3.3 Macroprocessos de Apoio**

Muito tem investido a UFC nos macroprocessos meio (de apoio), que após o mapeamento realizado em 2012, realizou em 2013, a revisão e atualização das Normas Administrativas, além de contratar uma consultoria para a otimização, elaboração de *checklists* e manualização dos processos de trabalho das Pró-Reitorias de Administração, Planejamento, Gestão de Pessoas e Superintendência de Infraestrutura.

Este trabalho será concluído em abril de 2014 e apresenta-se em anexo (Anexo II) o exemplo de Manual que está sendo elaborado.

### 1.3.4 Principais Parceiros

Muitas são as parcerias firmadas pela UFC, com outros órgãos públicos e privados, para a consecução de seus objetivos de entregar, a sociedade Cearense e Brasileira, Ensino e Pesquisa de excelência, e, serviços e interações com a população através de ações de extensão. Relacionam-se abaixo estes órgãos. Salienta-se ainda que, outros parceiros podem ser observados também nos quadros relativos às fundações de apoio.

<b>NOME</b>	<b>UG/GESTÃO</b>
Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia	150016/00001
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECADI	150028/00001
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	153173/15253
Subsecretaria de Planej. Orçam. E Administração – Ministério do Esporte	180002/00001
CAPES	154003/15279
Coord. Geral de Recursos Logístico/Ministério de Ciências e Tecnologia	240101/00001
Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - MTE	380908/00001
Fundo Nacional de Saúde - FNS	257001/00001
Instituto Nacional de colonização e Ref. Agrária - INCRA	373001/37201
Ministério da Pesca e Agricultura - MPA	110008/00001
Agência Nacional de Vigilância Sanitária	253002/36212
Empresa Brasileira de Comunicação S. A. - EBC	115406/20415
Coordenação Geral de Orçamento e Finanças - MRE	240005
Agência Nacional do Petróleo - ANP	323031/32205
Secretaria de Educação Superior - SESU	150011/00001
Universidade Federal de Santa Catarina	153163/15237
Int. Fed. De Educação Cien. e Tec. Do Piauí	158146/26431
Int. Fed. De Educação Cien. e Tec. Do Ceará - IFCE	158133/26405
Coord. Geral de Planej. Orçamento e Finanças - Min. Planejamento	201002/00001
Sec. Da Inclusão Digital – Ministério da Comunicação - MC	410002/00001
Inst. Nacional de Est. E Pesquisas Educacionais - INEPE	153978/26290
Secretaria de Educação Básica - SEB	150019/00001
Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República	110235/00001
Gerencia de Orçamento e Finanças/SAF/ANA	443003/44205
Coordenação Geral de Sup. Gestão Orçamento e Finanças/SPO/MEC	152734/00001

Além dos parceiros acima, citam-se também: FINEP, Petrobrás, CNPq, EMBRAPA, Banco do Nordeste do Brasil e Agência Nacional do Petróleo.



## 2 Objetivos e Metas Institucionais e/ou Programáticos

### 2.1 Responsabilidades Institucionais da Unidade

#### 2.1.1 Competência Institucional

A UFC integra a Rede Federal de Ensino Superior vinculada ao Ministério da Educação na qual tem desempenhado, em toda sua trajetória, um papel de destacado protagonista no processo de expansão, na melhoria do ensino e na formação de quadros qualificados para o desenvolvimento brasileiro.

Ao longo dos anos, a UFC vem norteando sua atuação pela busca da excelência acadêmica e por uma inserção ativa no meio social em que atua, de modo a propiciar o seu desenvolvimento, correspondendo, assim, às expectativas de sua comunidade interna e da população local e cumprindo plenamente a sua função de instituição direcionada a dar contribuição efetiva ao desenvolvimento regional e nacional. Observa-se que, de acordo com matéria publicada no jornal OPOVO, de 13/01/2014, a UFC foi a Instituição mais procurada no Brasil no Sistema de Seleção Unificado (SISU) do MEC pelo 3o ano consecutivo.

A UFC tem contribuído para os significativos avanços nos padrões da Educação Superior do Estado do Ceará e da Região Nordeste, segundo o *ranking* 2013 da folha de São Paulo a UFC foi considerada a segunda melhor Universidade do Nordeste.

A estrutura física da UFC compreendia, em 2012, 16 (dezesesseis) Unidades Acadêmicas, sendo 3 (três) *campi* fora de sede, 2 Hospitais, 17 bibliotecas, Casas de Cultura e diversos outros equipamentos. No ano de 2013, o *campus* do Cariri foi transformado em Universidade Federal do Cariri, passando a ser a terceira Universidade Federal no Estado do Ceará. Ainda em 2013, foram iniciadas as obras de 2 *campi* fora de sede, Russas e Crateús, de forma que conta a UFC, atualmente, com 17 (dezesete) Unidades Acadêmicas.

A expansão de oferta na graduação em 2013 registrou um crescimento de 39,5% (6.258 vagas ofertadas pelo sistema de seleção unificada) em relação ao ano de 2009 (4.484 vagas ofertadas). Do total de vagas ofertadas em 2013, 37% foram ofertadas em cursos noturnos, e, 22% foram ofertadas nos *campi* do interior, que ressalta o forte processo de interiorização da instituição, demonstrando ainda o compromisso com as Metas do Plano Nacional de Educação.

Mantém a UFC, como eixos norteadores de seu programa de trabalho a expansão e o aprimoramento dos cursos de graduação, a adequada articulação da graduação com a pós-

graduação, a recuperação e ampliação da infraestrutura física, a Internacionalização e a consolidação dos *campi* do interior do Estado. Assim, durante o exercício de 2013, deu-se continuidade às ações e programas direcionados para o alcance dos objetivos prioritários que compõem o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2013/17.

A UFC tem como atividades fins o ensino, a pesquisa e a extensão. Todas essas atividades são desenvolvidas no Estado do Ceará, nos *campi* do Porangabuçu, Pici, Benfica, e, Labomar situados na cidade de Fortaleza, do Cariri (transformado em UFCA), de Sobral e de Quixadá, e, em breve de Russas e Crateús, todos localizados no interior do Estado.

### **2.1.2 Objetivos Estratégicos**

Trata-se a Universidade de Instituição estratégica para o desenvolvimento econômico e social de uma nação. À instituição universitária, impõe-se uma ampla articulação com o meio, sendo imprescindível que oriente suas ações a partir das necessidades e objetivos explicitados pelos diferentes segmentos sociais.

As prioridades da instituição estabelecem um conjunto de estratégias específicas para as áreas de atuação consideradas prioritárias pela comunidade da UFC, pela sociedade e pelo governo Federal, e, sobre o qual se direcionam os esforços institucionais. As estratégias específicas abrangem o conjunto de ações que, em dado momento, constituem as linhas de ação identificadas como as mais adequadas ao alcance dos objetivos da gestão, no horizonte de tempo de vigência do PDI (2013/2017).

O processo de planejamento tem realizado uma reavaliação contínua de seus objetivos e ações, e, tem se constatado que as rotas traçadas estão bastante alinhadas com as necessidades, fato que demonstra o caráter participativo da elaboração do PDI.

O PDI, que é o documento básico para a elaboração dos planos de trabalho anuais, fica disponível, na íntegra, no sítio eletrônico da UFC de forma a prover transparência e envolver os quadros docente, discentes e servidores técnico-administrativos na consecução dos objetivos.

## **2.2 Estratégias de Atuação frente às Responsabilidades Institucionais**

### **2.2.1 Plano Estratégico da UFC**

A UFC vem norteando sua atuação ao longo dos anos pela busca da excelência acadêmica e por uma inserção ativa no meio social em que atua, de modo a propiciar o seu amplo desenvolvimento, correspondendo, assim, às expectativas de sua comunidade interna e da

população local e cumprindo plenamente a sua função de instituição direcionada a dar contribuição efetiva ao desenvolvimento regional e nacional.

Neste sentido, a UFC elaborou em 2013 o seu Plano de Logística Sustentável (PLS), trata-se de um processo de responsabilidade socioambiental dotado de práticas na reeducação ambiental. Foi elaborado com a ajuda de grupos de trabalho, nas áreas de obras, coleta seletiva, compras, eficiência energética, meio ambiente e mobilidade, que fizeram o levantamento de dados e propuseram iniciativas a serem adotadas por toda a Comunidade Acadêmica, conforme disposto na Instrução Normativa nº 10 de novembro de 2012, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). O seu objetivo principal é estabelecer metas e ações a fim de implantar a gestão ambiental da UFC, de forma articulada e sustentável.

A elaboração do Plano é de fundamental importância para a institucionalização de uma cultura ambiental na Universidade, e, espera-se que esta seja disseminada pela comunidade acadêmica para além dos limites dos *campi*.

Ressalta-se também que ao longo de 2013, uma série de ações, iniciadas em 2012, apresentaram continuidade em 2013 com o intuito de garantir a obtenção dos resultados esperados, dentre elas destacam-se algumas:

a) O seminário para mapeamento e revisão dos processos administrativos realizado em 2012 deu origem à contratação em 2013 de uma consultoria para mapear, aperfeiçoar e manualizar os processos de trabalho de 4 (quatro) unidades administrativas;

b) A transformação da superintendência de RH em Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas em 2012 já efetivou em 2013 uma série de inovações na gestão de pessoal, através de novos processos, dimensionamento de unidades, implantação de sistema, etc.;

c) A avaliação diagnóstica da UFC, a partir de indicadores de desempenho, que serviu de subsídio aos diretores de unidades acadêmicas em 2012, foi institucionalizada como ferramenta de acompanhamento de gestão.

### **2.2.2 Plano de Trabalho do Exercício**

A gestão da UFC, a partir das proposições estabelecidas no PDI 2013/17, das avaliações e considerações realizadas nos seminários de acompanhamento das ações estratégicas e das demandas que surgem define seu plano de trabalho anual, estabelecendo metas prioritárias para

o seu alcance no exercício e para assegurar a continuidade das ações já iniciadas e daquelas que deverão prosseguir em períodos futuros, concomitantemente com a definição da peça orçamentária da instituição, que anualmente é submetida ao MEC.

Tendo em vista a sua função de Instituição direcionada para o desenvolvimento científico e para formação do capital humano, a UFC executou, no exercício de 2013, um conjunto de ações integradas aos Programas e Ações Governamentais, notadamente do Ministério da Educação, destacando-se o Programa 2032, Educação Superior, de natureza finalística, o qual abrange um conjunto de ações.

No programa Educação Superior, estão incluídas as ações mais representativas quanto à distribuição dos recursos orçamentários previstos e executados. São ações pertencentes a este programa:

- i. Funcionamento de cursos de graduação;
- ii. Assistência ao educando;
- iii. Reestruturação e expansão de IFES;
- iv. Fomento às ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão.

### **2.3 Programas de Governo e Ações Executadas no Exercício de 2013**

Identificam-se neste item, os programas governamentais componentes da programação do governo federal nos quais a UFC teve participação por meio da execução de projetos/atividades ou ações administrativas a eles integradas relativas ao exercício de 2013. Apresentam-se, ainda, os indicadores utilizados para avaliar o desempenho dos projetos/atividades ou ações administrativas, bem como as metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária e/ou pactuadas com o supervisor ministerial por intermédio do Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação (SIMEC).

#### **2.3.1 Programas de Governo cujas Ações Integram a Programação da UFC**

Quadro II – Programas cujas Ações Integram a Programação da UFC (26233) - Exercício de 2013

<b>Código</b>	<b>Denominação</b>	<b>Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Coordenador</b>	<b>Fone</b>
2032	Educação Superior	2032.20RK.0023	Funcionamento de Cursos de Graduação (aluno matriculado).	Cláudio de Albuquerque Marques (claudio@prograd.ufc.br)	3366 9496 / 9634 9452 / 8727 6671
2032	Educação Superior	2032.8282.0023	Reestruturação e expansão de IFES (vaga disponibilizada).	Cláudio de Albuquerque Marques (claudio@prograd.ufc.br)	3366 9496 / 9634 9452 / 8727 6671

2030	Educação Básica	2030.20RJ.0023	Apoio à capacitação e formação inicial e continuada de professores, profissionais, funcionários e gestores para a educação básica (pessoa beneficiada) SEB/SECADI.	Francisco Herbert Lima Vasconcelos (herbert@virtual.ufc.br)	9987 4600
2032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	2032.20GK.0023	Fomento às ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão (projeto apoiado).	Carlos Fontenele de Oliveira (cfontenele@gmail.com)	3366 7464
2032	Educação Superior	2032.4002.0023	Assistência ao Educando (aluno assistido).	Francisco José de Albuquerque Cruz (franze@ufc.br)	3366 7441 / 9171 1355
2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	2109.2004.0023	Assistência Médica e Odontológica (pessoa beneficiada).	Renata Mendes Luna (renata.luna@ufc.br)	3366 7409
2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	2109.2010.0023	Assistência Pré-Escolar (criança atendida).	Renata Mendes Luna (renata.luna@ufc.br)	3366 7409
2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	2109.2011.0023	Auxílio Transporte (pessoa beneficiada).	Renata Mendes Luna (renata.luna@ufc.br)	3366 7409
2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	2109.2012.0023	Auxílio Alimentação (pessoa beneficiada).	Renata Mendes Luna (renata.luna@ufc.br)	3366 7409

Fonte: SIAFI

Todas as ações executadas pela UFC têm coordenadores específicos, que se reportam ao Pró-Reitor de planejamento, Prof. Ernesto da Silva Pitombeira, que é o responsável da UFC pelas ações.

### 2.3.2 Execução Física das Ações Realizadas pela UFC

#### Quadro A.2.2.3.1 (A) – Ações – OFSS (Assistência ao estudante do Ensino Superior)

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2032.4002.26233.0023					<b>Tipo:</b>
<b>Título</b>	Assistência ao Estudante do Ensino Superior					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Educação Superior	<b>Código:</b> 2032			<b>Tipo:</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	26233 - Universidade Federal do Ceará					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( ) Não		Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
21.491.425,00	21.491.425,00	21.179.813,63	19.767.425,07	19.756.127,07		
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
<b>Alunos Assistidos</b>		<b>Unidade</b>	<b>23375</b>	<b>26288</b>	<b>26288</b>	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
<b>4.818.431,46</b>	429.567,71		<b>Alunos Assistidos</b>	<b>Unidade</b>	<b>280</b>	

#### Análise Situacional

A Universidade Federal do Ceará, no ano de 2013, assistiu um total geral de 26.568 (vinte e seis mil quinhentos e sessenta e oito) alunos (resultado da soma entre 26.288/físico, executado em 2013, + 280/físico, executado com RAP do exercício anterior).

Fatores que contribuíram: Recursos financeiros, programas de bolsas, empenho de servidores técnico-administrativos, política de incentivo institucional e apoio do Governo Federal.

Fatores que dificultaram: Quadro funcional de técnico-administrativos insuficiente.

Resultados obtidos: Aumento da permanência do aluno na Universidade em horário extracurricular, Melhoria do rendimento acadêmico dos alunos assistidos, Ampliação dos intercâmbios desportivos, culturais, políticos e acadêmicos; e Redução da evasão.

#### Programa Incluir

O empenho e interesse da administração superior, a aceitação e acolhimento do colegiado do Centro de Humanidades, e o efetivo apoio da Secretaria de Acessibilidade UFC Incluir foram fatores que favoreceram a oferta do curso de licenciatura em Letras Libras. Destaca-se, ainda,

a criação do Departamento de Letras Libras e Estudos Surdos como unidade acadêmica que gerencia as ações voltadas à formação de professores para a educação de surdos.

Não ter uma estrutura física própria, com salas amplas para as interações em Libras e o reduzido número de intérpretes e tradutores de Libras/Língua Portuguesa, foram fatores que dificultaram a realização das ações. Além disso, as diferentes condições linguísticas dos alunos e os níveis diferenciados de letramento são dois elementos que têm trazido dificuldades quanto ao andamento dos processos de ensino e aprendizagem.

O grupo de alunos tem se mantido coeso com a adoção de ações colaborativas e de ajuda mútua, dando positivo suporte à coordenação e à equipe de professores, que têm desenvolvido um trabalho bem integrado. Em se tratando dos processos de ensino e de aprendizagem, os resultados obtidos são favoráveis. No âmbito da comunidade universitária, os impactos são positivos, na medida em que os alunos (12 surdos e 24 ouvintes) participam de importantes eventos acadêmicos da UFC. Isto tem contribuído para a difusão da Libras, desmistificação acerca da pessoa surda e da surdez, e para o desenvolvimento de uma cultura inclusiva na UFC.

Referente ao valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), informamos que foram abertos diversos processos, entretanto, tais processos não puderam ter prosseguimento, uma vez que os fornecedores se negaram a emitir propostas comerciais com validade superior a 30 dias.

#### **Quadro A.2.2.3.1 (B) – Ações – OFSS (Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior)**

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	<b>2032.20RK.26233.0023 Tipo:</b>						
<b>Título</b>	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior						
<b>Iniciativa</b>							
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>						
<b>Programa</b>	Educação Superior	<b>Código:</b> 2032				<b>Tipo:</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	26233 - Universidade Federal do Ceará						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
79.466.822,00	95.639.861,00	73.480.443,55	48.073.908,28	47.282.491,32			
Execução Física							
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
<b>Alunos Matriculados</b>		<b>Unidade</b>	<b>25798</b>	<b>25798</b>	<b>27426</b>		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
<b>34.856.832,41</b>	26.836.505,57		<b>Alunos Matriculados</b>	<b>Unidade</b>	<b>0</b>		

### Análise Situacional

A UFC ampliou em 470 (quatrocentos e setenta) as vagas de ingresso através do SISU em 2013, sendo 344 (trezentas e quarenta e quatro) em cursos existentes e 130 (cento e trinta) em novos cursos. Além disso, como a UFC ampliou consideravelmente as vagas nos últimos 3 (três) anos, o número de alunos matriculados também registrou um aumento em 2013, conseguindo superar a meta estabelecida para 2013.

### Quadro A.2.2.3.1 (C) – Ações – OFSS (Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior)



Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2032.20RK.26233.1048 <b>Tipo:</b>					
<b>Título</b>	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Educação Superior	<b>Código:</b> 2032				<b>Tipo:</b>
<b>Unidade Orçamentária</b>	26233 - Universidade Federal do Ceará					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	NãoProcessados
200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00		
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
<b>Alunos Matriculados</b>		<b>Unidade</b>	<b>250</b>	<b>250</b>	<b>0</b>	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
<b>0,00</b>	0,00		<b>Alunos Matriculados</b>	<b>Unidade</b>	<b>0</b>	

### Análise Situacional

No dia 5/4/2013, foram liberados e bloqueados os orçamentos das Emendas Parlamentares em favor da UFC. No dia 9/10/2013, foi desbloqueado o orçamento parcial dessas Emendas. No dia 10/10/2013, foi liberado o limite de empenho. Dessa forma, só foi possível abrir os processos licitatórios após 10/11/2013 (data da liberação do limite), e que o referido limite foi estornado em 25/11/2013, tendo sido decorrido neste período apenas 45 dias, os quais foram insuficientes para o processamento e homologação dos referidos processos licitatórios.

### Quadro A.2.2.3.1 (D) – Ações – OFSS (Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior)

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	2032.20RK.26233.7030 <b>Tipo:</b>						
<b>Título</b>	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior						
<b>Iniciativa</b>							
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>						
<b>Programa</b>	Educação Superior	<b>Código:</b> 2032				<b>Tipo:</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	26233 - Universidade Federal do Ceará						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00			
Execução Física							
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
<b>Alunos Matriculados</b>		<b>Unidade</b>	<b>101</b>	<b>101</b>	<b>0</b>		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
<b>0,00</b>	0,00		<b>Alunos matriculados</b>	<b>Unidade</b>	<b>0</b>		

### Análise Situacional

No dia 5/4/2013, foram liberados e bloqueados os orçamentos das Emendas Parlamentares em favor da UFC. No dia 9/10/2013, foi desbloqueado o orçamento parcial dessas Emendas. No dia 10/10/2013, foi liberado o limite de empenho. Dessa forma, só foi possível abrir os processos licitatórios após 10/11/2013 (data da liberação do limite), e que o referido limite foi estornado em 25/11/2013, tendo sido decorrido neste período apenas 45 dias, os quais foram insuficientes para o processamento e homologação dos referidos processos licitatórios.

### Quadro A.2.2.3.1 (E) – Ações – OFSS (Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior)

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	<b>2032.20RK.26233.7038 Tipo:</b>						
<b>Título</b>	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior						
<b>Iniciativa</b>							
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>						
<b>Programa</b>	Educação Superior	<b>Código:</b> 2032				<b>Tipo:</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	26233 - Universidade Federal do Ceará						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00			
Execução Física							
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
<b>Alunos Matriculados</b>		<b>Unidade</b>	<b>250</b>	<b>250</b>	<b>0</b>		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
<b>0,00</b>	0,00		<b>Alunos Matriculados</b>	<b>Unidade</b>	<b>0</b>		

### Análise Situacional

No dia 5/4/2013, foram liberados e bloqueados os orçamentos das Emendas Parlamentares em favor da UFC. No dia 9/10/2013, foi desbloqueado o orçamento parcial dessas Emendas. No dia 10/10/2013, foi liberado o limite de empenho. Dessa forma, só foi possível abrir os processos licitatórios após 10/11/2013 (data da liberação do limite), e que o referido limite foi estornado em 25/11/2013, tendo sido decorrido neste período apenas 45 dias, os quais foram insuficientes para o processamento e homologação dos referidos processos licitatórios.

### Quadro A.2.2.3.1 (F) – Ações – OFSS (Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares)

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	<b>2109.2010.26233.0023 Tipo:</b>					
<b>Título</b>	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação <b>Código: 2109 Tipo:</b>					
<b>Unidade Orçamentária</b>	26233 - Universidade Federal do Ceará					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
408.000,00	438.000,00	431.569,34	431.569,34	431.569,34		
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
<b>Criança Atendida</b>		<b>Unidade</b>	<b>459</b>	<b>553</b>	<b>553</b>	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
<b>0,00</b>	0,00		<b>Criança Atendida</b>	<b>Unidade</b>	<b>0</b>	

### Análise Situacional

A superação das metas físico-financeira, inicialmente estabelecidas, ocorreu essencialmente em função da admissão de novos servidores ao longo do exercício.

O resultado alcançado sinaliza que a instituição buscou garantir junto ao seu público-alvo, o pleno acesso a esta importante ação governamental.

### Quadro A.2.2.3.1 (G) – Ações – OFSS (Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes)

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	<b>2109.2004.26233.0023 Tipo:</b>					
<b>Título</b>	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação <b>Código: 2109 Tipo:</b>					
<b>Unidade Orçamentária</b>	26233 - Universidade Federal do Ceará					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7.686.947,00	9.337.947,00	9.277.550,03	8.873.025,39	8.873.025,39		
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
<b>Pessoa Beneficiada</b>		<b>Unidade</b>	<b>6253</b>	<b>8209</b>	<b>8209</b>	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
<b>0,00</b>	0,00		<b>Pessoa Beneficiada</b>	<b>Unidade</b>	<b>0</b>	

### Análise Situacional

1. A superação das metas financeiro-física no tocante à Assistência Médica aos Servidores ocorreu por conta do reajuste no valor do per capita saúde suplementar bem como em função da admissão de novos servidores ao longo do exercício.

2. Os exames periódicos não foram realizados conforme previsto inicialmente, em função de dificuldades decorrentes do processo de reestruturação administrativa efetivada no âmbito da antiga Superintendência de Recursos Humanos e Unidade do SIASS/UFC, assim como em virtude de questões relacionadas com a licitação do serviço. O Pregão Eletrônico 251/2013-SRP com tal finalidade foi homologado em 27/12/2013, restando apenas a assinatura do contrato e adoção das demais providências necessárias ao início da realização dos exames.

3. Considerando que a realização dos exames periódicos é parte integrante da política de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor público federal, esta Coordenação trabalhará pela sua efetivação em regime de prioridade.

### Quadro A.2.2.3.1 (H) – Ações – OFSS (Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares)

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	<b>2109.2011.26233.0023 Tipo:</b>					
<b>Título</b>	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação <b>Código: 2109 Tipo:</b>					
<b>Unidade Orçamentária</b>	26233 - Universidade Federal do Ceará					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
683.496,00	683.496,00	663.045,97	663.045,97	663.045,97		
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
<b>Pessoa Beneficiada</b>		<b>Unidade</b>	<b>316</b>	<b>866</b>	<b>866</b>	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
<b>0,00</b>	0,00		<b>Pessoa Beneficiada</b>	<b>Unidade</b>	<b>0</b>	

### Análise Situacional

A meta inicial para esta ação não coincide com a informação da instituição junto ao SIMEC. Ressalte-se que ao longo dos anos de 2011 e 2012 a avaliação junto ao Sistema foi informada na condição crítica. O quantitativo ora informado como realizado é o valor que realmente condiz com a execução da ação.

### Quadro A.2.2.3.1 (I) – Ações – OFSS (Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares)

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	<b>2109.2012.26233.0023 Tipo:</b>					
<b>Título</b>	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação <b>Código: 2109 Tipo:</b>					
<b>Unidade Orçamentária</b>	26233 - Universidade Federal do Ceará					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
14.160.000,00	18.391.900,00	18.357.826,15	18.357.826,15	18.357.826,15		
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
<b>Pessoa Beneficiada</b>		<b>Unidade</b>	<b>3882</b>	<b>4221</b>	<b>4221</b>	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
<b>0,00</b>	0,00		<b>Pessoa Beneficiada</b>	<b>Unidade</b>	<b>0</b>	

### Análise Situacional

Considerando que o benefício é implementado automaticamente em relação ao exercício do servidor, o acréscimo em função da meta inicialmente estabelecida decorreu da admissão de novos servidores ao longo do exercício.

### Quadro A.2.2.3.1 (J) – Ações – OFSS (Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica)

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	<b>2030.20RJ.26233.0023 Tipo:</b>					
<b>Título</b>	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica.					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Educação Básica	<b>Código:</b> 2030				<b>Tipo:</b>
<b>Unidade Orçamentária</b>	26233 - Universidade Federal do Ceará					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
13.022.790,00	14.371.424,00	7.369.491,90	4.653.156,49	4.653.156,49		
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
<b>Pessoa Beneficiada</b>		<b>Unidade</b>	<b>6618</b>	<b>0</b>	<b>16943</b>	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
<b>6.104.556,74</b>	2.356.873,22		<b>Pessoa Beneficiada</b>	<b>Unidade</b>	<b>4440</b>	

### Análise Situacional

Dificuldade pontuada: No decorrer dos trâmites necessários à efetivação do empenho do recurso de fomentação dos Cursos de Formação de Professores da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) ocorreram alguns entraves, como a tardia emissão das notas técnicas de aprovação do Ministério da Educação (MEC). Além disso, foram verificadas algumas dificuldades internas à Administração da Universidade Federal do Ceará (UFC), o que tornou impraticável o empenho de tal recurso na data prevista, implicando, assim, na inexecução dos cursos.

Oferta de vagas detalhadas por curso:

- ✓ Formação Continuada de Dirigentes Municipais de Educação - 148 vagas.
- ✓ Curso de Extensão a Distância Formação Continuada em Conselhos Escolares (CFCE) e Curso de Formação para Conselheiros Escolares (CFC) - 1.040 vagas.
- ✓ Curso de Qualificação em Tecnologia Digital – Aluno Integrado - 2.000 vagas.
- ✓ Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica - 600 vagas.
- ✓ Curso Pacto Nacional pela alfabetização na Idade Certa - 583 vagas (orientador de estudo formado e certificado) + 12.572 vagas (Professor Alfabetizador certificado) = 13.155 vagas.



**Quadro A.2.2.3.1 (K) – Ações – OFSS (Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão)**

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2032.20GK.26233.0023 <b>Tipo:</b>					
<b>Título</b>	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão <b>Código: 2032 Tipo:</b>					
<b>Unidade orçamentária</b>	26233 - Universidade Federal do Ceará					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.444.893,00	5.177.009,00	3.441.985,92	1.159.681,42	1.139.704,63		
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
<b>Projeto Apoiado</b>		<b>Unidade</b>	<b>22</b>	<b>22</b>	<b>22</b>	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
<b>311.173,86</b>	175.116,77		<b>Projeto Apoiado</b>	<b>Unidade</b>	<b>19</b>	

**Análise Situacional**

Em 2012, foram encaminhados 51 propostas (28 programas e 23 projetos) para o Edital PROEXT / MEC / SESU. Destes, foram contemplados 13 (treze) programas e 9 (nove) projetos, o que representará um aporte de recursos financeiros obtidos R\$2.369.893,00 na Lei Orçamentária da União 2013. Ação orçamentária 2032.20GK.26233.0023 - Fomento às ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, sofreu uma série de contratempos, sendo o maior entrave a questão das aquisições de materiais de consumo e permanente.

Todos os projetos/programas enfrentaram dificuldades na execução financeira, sendo que foram executados cerca de 65% do total do orçamento aprovado. Apesar das dificuldades mencionadas, as ações de extensão foram executadas no período de janeiro a dezembro de 2013, alcançando o seu principal objetivo que é o de contribuir para a formação cidadã dos alunos da UFC, sendo a Extensão o “processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, para viabilizar relações transformadoras entre a universidade e a sociedade” numa relação dialógica com os diversos saberes, promovendo a inserção e o envolvimento de docentes, discentes e técnico-administrativos junto às comunidades populares.

Os resultados alcançados por essas ações têm impactos nas comunidades atendidas, que poderão ser sentidos em curto, médio e longo prazo, visto que as ações atuam nas situações-problema e suas causas, abordados pelo desenvolvimento do Ensino, da Pesquisa e da Extensão Universitária.

**Quadro A.2.2.3.1 (L) – Ações – OFSS (Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão)**

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	<b>2032.20GK.26233.7004 Tipo:</b>					
<b>Título</b>	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão <b>Código:</b> 2032 <b>Tipo:</b>					
<b>Unidade Orçamentária</b>	26233 - Universidade Federal do Ceará					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
180.000,00	180.000,00	150.000,00	0,00	0,00		
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
<b>Projeto Apoiado</b>		<b>Unidade</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
<b>0,00</b>	0,00		<b>Projeto Apoiado</b>	<b>Unidade</b>	<b>0</b>	

**Análise Situacional**

Os objetivos desta ação foram alcançados, porém sobre o valor de R\$ 30.000,00 não executados informamos que foram abertos diversos processos, entretanto tais processos não puderam ter prosseguimento, uma vez que os fornecedores se negaram a emitir propostas comerciais com validade superior a 30 dias.

**Quadro A.2.2.3.1 (M) – Ações – OFSS (Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior)**

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	<b>2032.8282.26233.0023 Tipo:</b>					
<b>Título</b>	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Educação Superior	<b>Código:</b> 2032 <b>Tipo:</b>				
<b>Unidade Orçamentária</b>	26233 - Universidade Federal do Ceará					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
94.852.432,00	104.058.187,00	80.616.438,18	29.675.210,23	28.697.705,61		
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
<b>Vaga Disponibilizada</b>		<b>Unidade</b>	<b>1763</b>	<b>1763</b>	<b>2223</b>	
			<b>Previsto</b>	<b>Reprogramado</b>	<b>Realizado</b>	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
<b>33.846.639,93</b>	16.526.902,86		<b>Vaga Disponibilizada</b>	<b>Unidade</b>	<b>2223</b>	

### Análise Situacional

A UFC fecha o ano de 2013 com a ampliação de 2.223 vagas de ingresso através do SISU em relação a 2008. Nesse período (2008-2013) a UFC criou novas vagas, seja em cursos novos, seja em cursos existentes em 2008, no seguinte ritmo: 40 em 2008, 395 em 2009, 1144 em 2010, 60 em 2011, 210 em 2012 e 374 em 2013. Com isso, a UFC cumpriu a meta estabelecida no REUNI para a ampliação das vagas.

#### 2.4 Execução das Despesas (Parte A, item 4, Anexo II)

Todos os quadros da Execução de Despesas tiveram como fonte as informações do SIAFI, que foram coletadas e analisadas pelo Departamento de Contabilidade e Finanças da Pró-Reitoria de Administração.

## 2.4.1 Programação

Quadro A.4.1.1 – Programação de Despesas					
Unidade Orçamentária:		Código UO: 26233		UGO:	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes			
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL		769.751.047,00	---	161.269.127,00	
CRÉDITOS	Suplementares		157.294.244,00	---	30.495.240,00
	Especiais	Abertos	---	---	---
		Reabertos	---	---	---
	Extraordinários	Abertos	---	---	---
		Reabertos	---	---	---
	Créditos Cancelados		(199.880,00)	---	(18.608.992,00)
Outras Operações		---	---	---	
Dotação final 2013 (A)		926.845.411,00	---	173.155.375,00	
Dotação final 2012(B)		772.685.526,00	---	140.089.942,00	
Variação (A/B-1)*100		(16,63)	---	(19,10)	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL		75.844.678,00	---	---	---
CRÉDITOS	Suplementares		23.751.536,00	---	---
	Especiais	Abertos	---	---	---
		Reabertos	---	---	---
	Extraordinários	Abertos	25.071.561,00	---	---
		Reabertos	---	---	---
	Créditos Cancelados		(27.316.561,00)	---	---
Outras Operações		---	---	---	---
Dotação final 2013 (A)		97.351.214,00	---	---	---
Dotação final 2012(B)		101.681.918,00	---	---	---
Variação (A/B-1)*100		(4,26)	---	---	---

## 2.4.2 Movimentação de Crédito Interna e Externa

Quadro A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa						
Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	---	---	---	---	---	---
Concedidos	---	---	---	---	---	---
Recebidos	---	---	---	---	---	---
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	---	---	---	---	---	---
Recebidos	---	---	---	---	---	---
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	153045	150244	12364203220RK0023	---	---	409.206,09
Concedidos	153045	150246	12364203220RK0023	---	---	3.851,52
Recebidos	---	---	---	---	---	---
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	---	---	---	---	---	---
Recebidos	---	---	---	---	---	---

Quadro A.4.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	153045	090031	28846090100050023	2.467.319,00	---	---
Concedidos	153045	090031	28846090100G50001	4.456.359,00	---	---
Concedidos	153045	080004	28846090100050023	37.845.159,00	---	---
Concedidos	153045	153037	12368203020RJ0023	---	---	4.992,00
Concedidos	153045	158565	12364203220RK0023	---	---	900,00
Recebidos	030001	153045	01032055040180001	---	---	98.000,00
Recebidos	240901	153045	19753202141560001	---	---	46.105,88
Recebidos	150014	153045	12364203240050001	---	---	2.717.829,50
Recebidos	153031	153045	12128210945720035	---	---	1.080,00
Recebidos	154069	153045	12364203220RK0031	---	---	1.531,20
Recebidos	154003	153045	12364203204870001	---	---	3.391.559,59
Recebidos	154003	153045	12368203020RJ0001	---	---	87.548,94
Recebidos	153173	153045	12368203020RJ0001	---	---	928.200,00
Recebidos	158146	153045	12128210945720022	---	---	115.829,09
Recebidos	200014	153045	06181207023200001	---	---	22.170,00
Recebidos	323002	153045	22663204143960001	---	---	34.205,70
Recebidos	240005	153045	07122211820000001	---	---	59.250,00
Recebidos	253002	153045	10304201587190001	---	---	43.200,00
Recebidos	257001	153045	10122201582870001	---	---	1.612.719,03
Recebidos	257001	153045	10128201520YD0001	---	---	4.553.250,00
Recebidos	257001	153045	10306201587350001	---	---	1.169.683,00
Recebidos	257001	153045	10306206920QH0001	---	---	423.040,00
Recebidos	380910	153045	1133420712C430001	---	---	7.416.660,00
Recebidos	373001	153045	213632066210T0001	---	---	240.649,08
Recebidos	180077	153045	27812203520JP0001	---	---	10.800,00
Recebidos	560003	153045	15452204020NN0001	---	---	60.915,52
Recebidos	110008	153045	20125205220Y20001	---	---	130.918,40
Recebidos	110008	153045	20608205220Y00001	---	---	1.926.892,00
Recebidos	443003	153045	18544202620WI0001	---	---	680.000,00
Recebidos	155007	153045	12302203240860001	---	---	2.499.830,82
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	---	---	---	---	---	---
Recebidos	110008	153045	20608205220Y00001	1.910.478,00	---	---
Recebidos	180077	153045	27811203514TP0001	2.579.992,11	---	---
Recebidos	257000	153045	10302201520R40001	29.087,97	---	---
Recebidos	257001	153045	10128201520YD0001	63.765,21	---	---
Recebidos	253002	153045	10304201587190001	6.100,00	---	---
Recebidos	155007	153045	12302203220RX0001	56.200,00	---	---
Recebidos	154003	153045	12364203220GK0001	2.595.861,78	---	---

**Quadro A.4.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total**

Unidade Orcamentária:	Código UO: 26233		UGO:	
	Despesa Liquidada		Despesa paga	
Modalidade de Contratação	2013	2012	2013	2012
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>55.299.494,46</b>	<b>43.053.185,85</b>	<b>53.531.618,51</b>	<b>41.004.940,45</b>
a) Convite	---	---	---	---
b) Tomada de Preços	1.001.401,80	376.254,64	1.001.401,80	376.254,64
c) Concorrência	1.644.201,99	1.238.979,99	1.110.345,25	1.238.979,99
d) Pregão	52.653.890,67	41.437.951,22	51.419.871,46	39.389.705,82
e) Concurso	---	---	---	---
f) Consulta	---	---	---	---
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	---	---	---	---
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>16.859.493,27</b>	<b>22.018.461,55</b>	<b>16.830.289,38</b>	<b>21.984.638,57</b>
h) Dispensa	14.175.118,63	19.378.735,61	14.145.914,74	19.344.912,63
i) Inexigibilidade	2.684.374,64	2.639.725,94	2.684.374,64	2.639.725,94
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
j) Suprimento de Fundos	---	---	---	---
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>928.792.932,05</b>	<b>771.361.777,48</b>	<b>909.181.399,72</b>	<b>771.361.777,48</b>
k) Pagamento em Folha	927.307.084,74	769.444.638,62	907.695.552,41	769.444.638,62
l) Diárias	1.485.847,31	1.917.138,86	1.485.847,31	1.917.138,86
<b>5. Outros</b>	<b>42.418.521,21</b>	<b>22.459.842,69</b>	<b>42.415.404,68</b>	<b>22.459.842,69</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>1.043.370.440,99</b>	<b>858.893.267,57</b>	<b>1.021.958.712,29</b>	<b>856.811.199,19</b>

**2.4.3 Realização de Despesas**

<b>Quadro A.4.1.3.2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários</b>				
<b>Valores Executados diretamente pela UJ</b>				
<b>Unidade Orçamentária:</b>	<b>Código UO: 26233</b>		<b>UGO:</b>	
<b>Modalidade de Contratação</b>	<b>Despesa Liquidada</b>		<b>Despesa paga</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>54.939.268,64</b>	<b>42.768.906,15</b>	<b>53.172.959,89</b>	<b>41.004.940,45</b>
a) Convite	---	---	---	---
b) Tomada de Preços	1.001.401,80	376.254,64	1.001.401,80	376.254,64
c) Concorrência	1.644.201,99	1.238.979,99	1.110.345,25	1.238.979,99
d) Pregão	52.293.664,85	41.153.671,52	51.061.212,84	39.389.705,82
e) Concurso	---	---	---	---
f) Consulta	---	---	---	---
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	---	---	---	---
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>16.859.493,27</b>	<b>22.018.461,55</b>	<b>16.830.289,38</b>	<b>21.984.638,57</b>
h) Dispensa	14.175.118,63	19.378.735,61	14.145.914,74	19.344.912,63
i) Inexigibilidade	2.684.374,64	2.639.725,94	2.684.374,64	2.639.725,94
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
j) Suprimento de Fundos				
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>891.445.118,02</b>	<b>770.419.049,80</b>	<b>871.833.585,69</b>	<b>770.419.049,80</b>
k) Pagamento em Folha	889.959.270,71	768.501.910,94	870.347.738,38	768.501.910,94
l) Diárias	1.485.847,31	1.917.138,86	1.485.847,31	1.917.138,86
<b>5. Outros</b>	<b>42.214.852,85</b>	<b>19.357.552,68</b>	<b>42.211.736,32</b>	<b>19.357.552,68</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>1.005.458.732,78</b>	<b>854.563.970,18</b>	<b>984.048.571,28</b>	<b>852.766.181,50</b>







**Quadro A.4.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação**

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>1.227.455,97</b>	<b>937.890,78</b>	<b>963.265,80</b>	<b>908.670,04</b>
a) Convite	---	---	---	---
b) Tomada de Preços	---	---	---	---
c) Concorrência	---	---	---	---
d) Pregão	1.227.455,97	937.890,78	963.265,80	908.670,04
e) Concurso	---	---	---	---
f) Consulta	---	---	---	---
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	---	---	---	---
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>2.635.911,34</b>	<b>2.955.537,42</b>	<b>2.615.321,34</b>	<b>2.729.625,66</b>
h) Dispensa	2.606.984,17	2.297.378,64	2.586.394,17	2.071.466,88
i) Inexigibilidade	28.927,17	658.158,78	28.927,17	658.158,78
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
j) Suprimento de Fundos				
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>3.238.566,53</b>	<b>4.852.246,79</b>	<b>3.212.375,45</b>	<b>4.851.955,83</b>
k) Pagamento em Folha	2.771.849,44	4.174.364,42	2.745.658,36	4.174.364,42
l) Diárias	466.717,09	677.882,37	466.717,09	677.591,41
<b>5. Outros</b>	<b>1.233.152,17</b>	<b>1.301.023,50</b>	<b>1.233.152,17</b>	<b>1.301.023,50</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>8.335.086,01</b>	<b>10.046.698,49</b>	<b>8.024.114,76</b>	<b>9.791.275,03</b>



**Quadro A.4.3 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores**

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	R\$ 2.053.212,14	R\$ 468.022,92	(R\$ 3.259,63)	R\$ 1.581.929,59
2011	R\$ 327.350,85	R\$ 326.755,85		R\$ 595,00
2010	R\$ 2.480,00	R\$ 2.480,00		R\$ 0,00
2009	R\$ 608.463,60	R\$ 569.056,60	(R\$ 39.407,00)	R\$ 0,00
2008	R\$ 1.011.088,42		(R\$ 1.011.088,42)	R\$ 0,00
2006	R\$ 735.134,50		(R\$ 735.134,50)	R\$ 0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	R\$ 113.372.191,86	R\$ 69.901.890,80	(R\$ 80.878,98)	R\$ 43.389.422,08
2011	R\$ 17.273.866,46	R\$ 9.474.940,64	(R\$ 1.817.632,62)	R\$ 5.981.293,20
2010	R\$ 7.096.145,91	R\$ 1.723.405,85	(R\$ 409.872,39)	R\$ 4.962.867,67

**2.4.4 Movimentação e Saldos de Restos a Pagar**

## 2.4.5 Análise

### Quadro A.4.1.1 – Programação de Despesas

Observa-se que há uma compatibilidade entre a dotação orçamentária e as necessidades da Instituição, porém, existe uma demanda reprimida muito grande que ainda precisa ser atendida, inclusive, com aumento de quadro de servidores para provimento de estrutura de suporte administrativo.

Quanto à execução orçamentária registra-se grande dificuldade com a não liberação de limite de empenho, que trás prejuízos à execução. Ressalta-se, entretanto, a abertura de créditos adicionais como uma excelente ferramenta para atendimento de demandas não supridas pela LOA.

#### Quadros A.4.1.3.1. A.4.1.3.4 - Realização da Despesa com Créditos Originários

Os quadros A.4.1.3.1. a A.4.1.3.4 demonstram a execução das despesas no âmbito da Universidade Federal do Ceará – UFC cujos créditos orçamentários foram recebidos diretamente da Lei Orçamentária Anual – LOA.

No exercício 2013, houve um crescimento de aproximadamente 28% nas contratações em relação ao exercício 2012. Quanto às modalidades de contratação adotadas pela UFC, destaca-se a Modalidade de Licitação Pregão como a mais utilizada para contratações no período, correspondendo a mais de 95% do montante licitado, evidenciando a constante preocupação desta instituição em realizar processos licitatórios com maior transparência, eficiência e economicidade nas compras de bens e serviços comuns.

As contratações diretas sofreram importante redução no exercício 2013, da ordem de 23% em relação ao exercício anterior, evidenciando a constante preocupação da instituição em contratar através dos trâmites licitatórios, com maiores volumes e menores preços de aquisição.

A despesa com pagamento de pessoal sofreu crescimento de 20% no período, devendo-se esta, principalmente, as novas contratações de servidores realizadas pela UFC e aos reajustes na folha de pagamento previstos no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação. Em contrapartida, as despesas com Diárias sofreram redução de 22,5% no exercício 2013, resultante, principalmente, do contingenciamento dos limites para as despesas com diárias no âmbito do MEC, estabelecido pela Portaria do Ministério do Planejamento nº 268, de 30 de julho de 2013.

Do montante de recursos empenhados em custeio no exercício 2013, verificou-se que 98% foram efetivamente executados durante o ano, restando apenas 2% em restos a pagar não processados. As despesas correntes sofreram um aumento na ordem de 21% em relação ao exercício anterior, sendo o montante da despesa com Pessoal o mais significativo, representando 88% do seu total.

Observou-se que, no exercício 2013, houve um aumento de 4,8% das despesas de capital, destinadas principalmente para execução de obras e instalações.

Do total de recursos originários empenhados em investimentos ao longo do exercício 2013, verificou-se que cerca de 10% foram efetivamente executados, ficando 90% em restos a pagar não processados, em virtude, principalmente, da existência de obras em andamento, com parcelas a serem executadas no(s) ano(s) seguinte(s).

#### **Quadro A.4.3 - Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores**

A UFC adota como estratégia de pagamento dos Restos a Pagar a observância da ordem cronológica de processamento das notas de empenho, da realização do objeto da despesa, da liquidação e do recebimento dos recursos financeiros, onde à medida que os serviços são realizados e os materiais são recebidos pela instituição, procede-se a liquidação das despesas, aguarda-se o recebimento dos recursos financeiros e se efetua o respectivo pagamento.

Diante da movimentação dos Restos a Pagar no exercício 2013, observou-se uma tendência de diminuição significativa de restos a pagar não processados, onde aproximadamente 60% dos mesmos foram pagos ou cancelados no corrente ano, o que evidencia o esforço da administração da instituição pela diminuição da dívida, buscando a execução da despesa dentro do exercício corrente.

Ressaltamos que os Restos a Pagar processados dos exercícios 2006, 2008, 2009 e 2010 foram cancelados ou pagos em sua totalidade no exercício 2013, representando uma diminuição de 66% no seu total.

A permanência de Restos a Pagar Não Processados do exercício financeiro 2010, obedece ao disposto no artigo 1º, parágrafo 3, inciso II, alínea c, do Decreto nº 7.654, de 23 de dezembro de 2011, o qual determina que despesas do Ministério da Educação financiadas com recursos da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino inscritas em restos a pagar não processados permanecem válidas após 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição.

Quanto aos eventos que prejudicam a gestão dos Restos a Pagar, o mais relevante diz respeito ao fato de que órgãos e entidades financiadores de projetos executados pela UFC providenciam a liberação das cotas orçamentárias, em sua grande maioria, apenas no segundo semestre do ano, o que, frequentemente, provoca atrasos na execução dos projetos.

### 3 Informações sobre os Recursos Humanos (Parte A, Item 5, Anexo II)

Neste item apresentam-se informações sobre os recursos humanos da UFC fornecidas por sua Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, compreendendo: composição do quadro de servidores ativos, composição do quadro de servidores inativos e pensionistas, custos associados à manutenção dos recursos humanos, locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços e alguns indicadores gerenciais sobre os recursos humanos.

#### 3.1 Demonstração da Força de Trabalho

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	5.986	5.472	295	233
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	5.986	5.472	295	233
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	5.986	5.451	285	218
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		6	4	5
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		8	1	2
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		7	5	8
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	396	171	129	204
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>		366	179	184
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>6.382</b>	<b>6.009</b>	<b>603</b>	<b>621</b>

Fonte: Siage - Dez/2013



**Quadro A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ**

<b>Tipologias dos afastamentos</b>	<b>Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro</b>
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>23</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	23
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>106</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	3
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	45
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	58
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>34</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	5
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	4
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	4
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	21
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>4</b>
4.1. Doença em Pessoa da Família	
4.2. Capacitação	4
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>21</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	
5.2. Serviço Militar	
5.3. Atividade Política	
5.4. Interesses Particulares	21
5.5. Mandato Classista	
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	<b>13</b>
6.1. Licença Premio por Assiduidade	3
6.2. Licença Incentivada Não Remunerada Art. 8 MP1917/99	3
6.3. Licença Gestamnte (120 dias) Art. 207 Lei 8112/90	7
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>201</b>

### 3.2 Qualificação da Força de Trabalho

**Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>126</b>	<b>118</b>	<b>31</b>	<b>13</b>
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	<b>126</b>	<b>118</b>	<b>31</b>	<b>13</b>
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		106	23	10
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		2	2	
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				1
1.2.4. Sem Vínculo		3	3	2
1.2.5. Aposentados		7	3	
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>439</b>	<b>340</b>	<b>179</b>	<b>66</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		337	177	63
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		2	2	2
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		1		1
<b>3. Funções Comissionada de Coord. Curso</b>	<b>173</b>	<b>140</b>	<b>71</b>	<b>40</b>
4.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		140	71	40
<b>4. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>565</b>	<b>598</b>	<b>281</b>	<b>119</b>

**Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>459</b>	<b>1.305</b>	<b>1.656</b>	<b>1.694</b>	<b>508</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira	385	1.240	1.643	1.685	498
1.3. Servidores com Contratos Temporários	74	65	13	9	10
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>9</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	0	4	1	9
2.3. Funções Gratificadas	0	1	1	1	0
2.4. FUC					
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>460</b>	<b>1.306</b>	<b>1.661</b>	<b>1.696</b>	<b>517</b>

**Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	23	53	164	1.003	801	1.096	904	1.535	43
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira	23	53	164	1.003	742	1.094	839	1.497	36
1.3. Servidores com Contratos Temporários					59	2	65	38	7
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>			6	54	87	136	106	273	18
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				4	14	23	36	83	15
2.3. Funções Gratificadas			6	50	73	113	47	61	3
2.4. FUC							23	129	
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>23</b>	<b>53</b>	<b>170</b>	<b>1.057</b>	<b>888</b>	<b>1.232</b>	<b>1.010</b>	<b>1.808</b>	<b>61</b>

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

**Fonte:**

**LEGENDA UTILIZADA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Ensino Fundamental incompleto; 4 - Ensino Fundamental; 5 - Ensino Médio ou técnico; 6 - Ensino Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

OBS: O Quadro original não tem a **coluna 10 (Não Classificado)**. Como na UFC não tem nenhum servidor com escolaridade **Analfabeto** passamos a preencher a partir da Coluna de Ensino Fundamental Incompleto (2), abrindo assim espaço para a Coluna Faltante.

## 3.3 Custo de Pessoal da UJ

Quadro A.5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores											
Tipologias / Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										
<b>Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão</b>											
Exercícios	2013	207.353.576,47	1.175.780,51	134.476.720,10	41.123.430,20	20.998.908,86	16.688.833,95	25.770,81	2.006.953,29	16.461.884,37	440.311.858,56
	2012	220.807.829,39	7.084.595,94	154.043.329,82	29.490.187,90	19.980.776,40	17.760.079,81	16.725,55	-	22.075.621,22	471.259.146,03
	2011	167.129.880,17	172.154,13	128.067.075,74	31.141.804,13	17.057.320,44	13.853.669,67	115.144,18		20.107.674,53	377.644.722,99
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2013	4.940.794,21		410.602,59	29.060,06	67.361,70					5.447.818,56
	2012	5.094.595,10		427.352,26	24.402,14	408.860,46					5.955.209,96
	2011	3.913.821,05	-	439.755,46	20.738,68	368.361,62		658,97		59.929,56	4.803.265,34
<b>Servidores Cedidos com ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2013	10.763.561,06	231.984,48	7.162.469,32	971.662,32	903.591,45	802.289,29	112.848,27	69.904,58	1.312.609,80	22.330.920,57
	2012	18.260.800,43	281.072,11	9.473.515,44	2.570.091,53	1.515.645,15	1.506.208,24			1.896.543,44	72.685.439,55
	2011	17.088.542,50	259.191,68	12.353.481,03	2.368.265,31	1.457.555,57	1.452.260,25	11.762,92		2.190.503,95	37.181.563,21
<b>Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										
<b>Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2013	8.735.937,48	5.142.274,67	8.976.428,89	1.652.155,45	726.715,74	809.704,94	2.550,79	94.390,47	2.069.184,78	28.209.343,21
	2012	6.513.396,27	3.674.062,78	8.364.262,75	443.295,35	459.793,10	731.472,17	4.456,01	0,00	2.216.131,00	22.406.869,43
	2011	5.214.384,84	4.315.453,11	9.378.776,70	957.396,79	483.741,29	794.560,58	19.827,30		2.901.575,63	24.065.716,24
<b>Servidores ocupantes de Funções gratificadas</b>											
Exercícios	2013	17.252.872,88	1.633.525,09	10.188.956,33	1.773.433,47	1.654.947,53	1.514.202,59	4.478,60	120.572,25	1.780.122,86	35.923.111,60
	2012	21.762.335,59	2.148.958,80	17.786.432,13	1.260.411,13	1.751.462,99	1.862.444,66		-	2.306.742,76	48.878.788,06
	2011	18.889.090,05	2.061.804,58	20.168.968,95	2.139.862,08	1.803.278,58	1.793.108,84	15.510,27		2.864.331,89	49.735.955,24
<b>Servidores ocupantes de FUC</b>											
	2013	8.164.777,85	1.159.046,41	10.599.134,46	1.869.193,77	694.516,88	581.651,21	850,00	32.619,65	708.899,97	23.810.690,20

Fonte: Siape/Dez-2013

Fonte: Progep

## 3.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

**Quadro A.5.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro**

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>2.446</b>	<b>157</b>
1.1 Voluntária	2.175	150
1.2 Compulsória	4	
1.3 Invalidez Permanente	267	7
1.4 Outras		
<b>2. Proporcional</b>	<b>674</b>	<b>14</b>
2.1 Voluntária	585	4
2.2 Compulsória	34	
2.3 Invalidez Permanente	55	10
2.4 Outras		
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>3.120</b>	<b>171</b>

Fonte: Progep

**Quadro A.5.1.4.2 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12**

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>707</b>	<b>51</b>
1.1 Integral	519	36
1.2 Proporcional	188	15
<b>2. Em Atividade</b>	<b>634</b>	<b>9</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>1.341</b>	<b>60</b>

Fonte: SIAPE/MPOG/PROGEP-UFC

### 3.5 Informações sobre Atos de Pessoal sujeitos a registros e comunicação

**Quadro A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)**

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	468	746	468	746
Concessão de aposentadoria		5	250	192
Concessão de pensão civil		2	91	70
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório			78	
<b>Totais</b>	<b>468</b>	<b>753</b>	<b>887</b>	<b>1008</b>

Fonte: Progep

**Quadro A.5.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)**

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento			266	193
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>266</b>	<b>193</b>

**Quadro A.5.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac**

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão		468		
Concessão de aposentadoria	93	72	4	3
Concessão de pensão civil	34	46	6	5
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório	39	22	9	8
<b>Total</b>	<b>166</b>	<b>608</b>	<b>19</b>	<b>16</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	266			
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
<b>Total</b>	<b>266</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Progep

**Quadro A.5.1.5.4 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)**

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Pensões graciosas ou indenizatórias	1			
Outros atos fora do SISAC (especificar)				
<b>Totais</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Progep

**3.6 Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra**

O **quadro abaixo** contempla a situação, em 31/12/2013, da distribuição de trabalhadores contratados mediante os contratos de locação de mão de obra pelas unidades administrativas associadas à UJ.

QUADRO A.5.2.1 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2013	2012	2011		
Auxiliar de Manutenção	2	2	3		
Auxiliar Administrativo	112	112	104		
Auxiliar de Cozinha	1	1	1		
Auxiliar de Serviços Gerais/Zelador	351	329	326		
Capataz	-	-	14		
Coordenador	1	-	-		
Coordenador de Serviços Terceirizados	2	2	-		
Copeiro	7	5	4		
Cozinheiro	1	1	1		
Digitador	1	1	3		
Encadernador	8	4	4		
Encarregado de Área Externa/Interna	11	9	-		
Garçon	2	2	3		
Jardineiro	43	-	-		
Lavador de veículos	1	1	-		
Montador de Fotolipo	2	2	2		
Motoqueiro	5	5	2		
Motorista	43	34	26		
Office-boy	3	1	1		
Operador de Microcomputador	7	2	2		
Operador de Som	2	2	2		
Podador	5	-	4		
Porteiro	41	141	134		
Recepcionista	58	6	3		
Servente	30	-	-		
Serviços Gerais	1	1	-		
Supervisor	1	-	-		
Supervisor de Jardim	2	-	-		
Supervisor de Oficina	0	0	0		
Supervisor de Poda	1	-	-		
Supervisor de Portaria/Recepção	1				
Supervisor de Serviços	-	-	9		
Supervisor de Serviços	5	5	3		
Técnico em Secretariado	21	19	16		
Tratorista	2	-	4		
Vigilante	269	237	237		
<b>Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão</b>					
As células contendo hífen indicam a inexistência de contrato ativo para o cargo no final do exercício.					
As células contendo "0" indicam a existência de contrato ativo para o cargo, no entanto, vago.					

Fonte: Departamento de Atividades Gerais

Os cargos terceirizados acima elencados estão amparados pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, além de outras providências, e pela Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008, do Ministério do



Planejamento, Orçamento e Gestão, que dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não.

O quadro a seguir compreende os contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva que tiveram em vigência no exercício de 2013.

QUADRO A.5.2.3 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante												
Nome: Universidade Federal do Ceará												
UG/Gestão:						CNPJ: 07.272.636/0001-31						
Informações sobre os Contratos												
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados					
					Início	Fim	F		M		S	
							P	C	P	C	P	C
2006	L	O	156/2006	07.360.290/000 1-23	03/12/06	02/03/12	?	344	-	-	-	-
2007	V	O	131/2007	09.451.428/000 1-25	01/10/07	31/03/13	239	237	-	-	-	-
2012	L	E	015/2012	07.360.290/000 1-23	03/03/12	02/09/12	?					
2012	L	E	047/2012	07.783.832/000 1-70	18/10/12	17/04/13						
2012	L	O	065/2012	07.783.832/000 1-70	23/11/12	24/11/14	470	349	2	2	-	-
2013	V	O	010/2013	09.451.428/000 1-25	01/04/13	01/04/14	-	-	287	269	-	-
2013	L	O	018/2013	11.292.126/000 1-01	23/04/13	23/04/14	84	80	6	5	-	-

**Observações:** Não tivemos acesso ao número de cargos previstos para o Contrato 156/2006. Em função do Contrato 065/2012 contemplar tanto o número de cargos por m<sup>2</sup> como fixos, dificultando, pois, a sua quantificação exata, estimamos, conforme o Edital do Pregão 243/2011, o total de postos por m<sup>2</sup> adicionados aos fixos para determinar o quantitativo previsto.

**LEGENDA**  
**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.  
**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.  
**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  
**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Departamento de Atividades Gerais

O próximo quadro compreende os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra que tiveram em vigência no exercício de 2013.

## QUADRO A.5.2.4 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: Universidade Federal do Ceará													
UG/Gestão:							CNPJ: 07.272.636/0001-31						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	12	O	011/2009	07.783.832/0001-70	01/05/09	30/04/13	13	26	26	11	8	?	E
2009	5	O	014/2009	02.590.700/0001-09	14/05/09	13/05/13	143	143	-	-	-	-	E
2010	12	O	44/2010	07.783.832/0001-70	02/08/10	02/08/14	44	24	94	140	-	-	P
2012	2	O	001/2012	09.172.237/0001-24	01/02/12	01/02/14	47	46	1	0	-	-	P
2013	5	O	027/2013	08.330.354/0001-06	22/05/13	22/05/14	-	-	118	100	-	-	A
2013	12	E	031/2013	05.485.352/0001-06	20/05/13	20/11/13	30	25	15	17	-	-	E
<b>Observações:</b> Não tivemos acesso às informações acerca da contratação de cargos para nível superior referentes ao Contrato 011/2009.													
<b>LEGENDA</b>													
<b>Área:</b>					<b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
1. Segurança;					<b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
2. Transportes;					<b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
3. Informática;					<b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
12. Outras													

Fonte: Departamento de Atividades Gerais

Segundo o responsável pelo setor, na fiscalização dos contratos constantes dos Quadros A.5.2.3 e A.5.2.4, depara-se constantemente com a dificuldade das empresas contratadas em cumprir integralmente o que preceitua os respectivos contratos, necessitando da aplicação de sanções.

### 3.7 Substituição de Terceirizados

Quanto ao Quadro A.5.2.2, de acordo com o Pró-Reitor de Gestão de Pessoas, a UFC não utiliza mão de obra terceirizada para cargos pertencentes ao seu quadro, utilizando a terceirização apenas para cargos extintos ou em extinção.

### 3.8 Acumulação de Cargos

Várias ações foram implantadas pela PROGEP em 2013 para a melhoria do monitoramento sobre a acumulação de cargos:

- a) A UFC renovou e ampliou a equipe da unidade de acumulação de cargos;
- b) Foi aprovada uma resolução que obriga, além dos ocupantes de cargos de direção, que todos os professores em regime de dedicação exclusiva apresentem as suas declarações de bens e rendimentos;
- c) Foi unificada a base de informações sobre processos de acumulação desde de 2007.

A partir da identificação de uma possível acumulação o servidor é chamado pela PROGEP para que seja apresentada uma justificativa ou ainda para que apresente uma defesa.

Espera-se que em 2014 seja implantada uma rotina de controle no SIGAPRH para que o monitoramento da acumulação seja feita via sistema.

### 3.9 Composição de Quadro de Estagiários

<b>Quadro A.5.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários</b>					
<b>Nível de escolaridade</b>	<b>Quantitativo de contratos de estágio vigentes</b>				<b>Despesa no exercício</b> (em R\$ 1,00)
	<b>1º Trimestre</b>	<b>2º Trimestre</b>	<b>3º Trimestre</b>	<b>4º Trimestre</b>	
<b>1. Nível superior</b>	0	6520	9780	9780	-
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio		6520	9780	9780	
<b>2. Nível Médio</b>	0	0	0	0	-
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio					
<b>3. Total (1+2)</b>	0	6520	9780	9780	-

**Fonte: Procuradoria UFC**

Segundo informações colhidas na PROGEP, PRADM e Procuradoria, a UFC possui estagiários apenas na Procuradoria. Em muitas outras unidades, existem bolsistas de várias modalidades.

### 3.10 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Alguns indicadores gerenciais sobre recursos humanos da Instituição referem-se ao seguinte conjunto de índices, relacionados aos servidores técnico-administrativos e docentes:

A. Número de servidores técnico-administrativos com curso superior/número total de servidores técnico-administrativos = 0,57 (2010), 0,59 (2011), 0,61 (2012) e 0,63 (2013).

B. Número de servidores técnico-administrativos com pós-graduação/número total de servidores técnico-administrativos = 0,26 (2009), 0,37 (2010), 0,4 (2011), 0,42 (2012) e 0,42 (2013).

C. Número de docentes em regime de dedicação exclusiva (DE) / número total de docentes em exercício = 0,83 (2009), 0,84 (2010), 0,85 (2011), 0,85 (2012) e 0,85 (2013).

D. Número total de docentes temporários /número total de docentes em exercício = 0,15 (2009), 0,08 (2010), 0,08 (2011), 0,02 (2012) e 0,001 (2013).

E. Total de docentes com doutorado/total de docentes em exercício = 0,6033 (2009), 0,6065 (2010), 0,6273 (2011), 0,64 (2012) e 0,70 (2013)

F. Total de docentes com mestrado/total de docentes em exercício = 0,2520 (2009), 0,2753 (2010), 0,2808 (2011), 0,27 (2012) e 0,24 (2013).

G. Total de docentes com especialização/total de docentes em exercício = 0,0442 (2009), 0,0494 (2010), 0,0435 (2011), 0,038 (2012) e 0,029 (2013)

H. Total de docentes em exercício/total de servidores técnico-administrativos = 0,572 (2009), 0,540 (2010), 0,5837 (2011), 0,6058 (2012) e 0,5823 (2013)

#### 4 Transferências mediante Convênio, Contrato de Repasse, Termo de Parceria, Termo de Cooperação, Termo de Compromisso ou Outros Acordos, Ajustes ou Instrumentos Congêneres, vigentes no Exercício de 2013

##### 4.1 Transferências Efetuadas em 2013

##### 4.1.1 Relação dos Instrumentos de Transferência vigentes no Exercício de 2013

##### Quadro A.4.4.1 (A) – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia									
CNPJ: 00394445053213					UG/GESTÃO: 150016/00001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra partida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	439/2011	153045	596.000,00			596.000,00	Nov/11	Dez/15	1
<b>LEGENDA</b>									
<b>Modalidade:</b>							<b>Situação da Transferência:</b>		
1 - Convênio							1 - Adimplente		
2 - Contrato de Repasse							2 - Inadimplente		
3 - Termo de Cooperação							3 - Inadimplência Suspensa		
4 - Termo de Compromisso							4 - Concluído		
							5 - Excluído		
							6 - Rescindido		
							7 - Arquivado		
Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM									

##### Quadro A.4.4.1 (B) – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Nome: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE									
CNPJ: 00378257000181					UG/GESTÃO: 153173/15253				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra partida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	1552	153045	232.821,58			232.821,58	01/07/10	31/05/13	4
3	4130	153045	230.646,80			230.646,80	01/09/10	31/06/13	4
3	5875	153045	1.064.438,30			1.064.438,30	01/12/10	31/12/13	1
3	6251	153045	2.500.000,00			2.500.000,00	01/08/10	31/05/13	4
3	8770	153045	2.000.000,00			2.000.000,00	01/07/09	31/12/13	1

3	1026	153045	504.440,00			504.440,00	01/09/09	31/06/13	4
3	11771	153045	653.037,80			653.037,80	01/09/11	01/08/13	1
3	10497	153045	199.980,00			199.980,00	Set/11	Dez/13	1
3	659	153045	1.763.000,00			1.763.000,00	Jun/10	Dez/13	1
3	13070	153045	62.118,40			62.118,40	Out/11	Mar/13	4
3	120	153045	978.748,19			978.748,19	01/08/08	31/08/13	4

**LEGENDA**

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM

**Quadro A.4.4.1 (C) – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência**

Unidade Concedente ou Contratante					Posição em 31.12.2013				
Nome: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE									
CNPJ: 00378257000181					UG/GESTÃO: 153173/15253				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra partida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	13111	153045	178.124,80			178.124,80	01/10/11	31/12/13	1
3	2451	153045	1.079.664,30			1.079.664,30	01/07/10	01/12/13	1
3	16921	153045	676.242,36			676.242,36	01/11/12	30/12/13	1
3	16946	153045	117.549,52			117.549,52	01/12/12	31/03/14	1
3	16990	153045	567.345,00			567.345,00	01/11/12	31/12/14	1
3	16794	153045	111.998,72			111.998,72	01/11/12	30/12/14	1
3	16169	153045	44.813,12			44.813,12	05/11/12	30/08/13	4
3	16613	153045	122.640,00			122.640,00	01/06/12	31/12/13	1
3	17296	153045	1.297.300,00		1.297.300,00	1.297.300,00	15/03/13	29/09/13	4
LEGENDA									
Modalidade:	Situação da Transferência:								
1 - Convênio	1 - Adimplente								
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente								
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa								
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído								
	5 - Excluído								
	6 - Rescindido								

	7 - Arquivado
Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM	

**Quadro A.4.4.1 (D)– Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência**

Unidade Concedente ou Contratante					Posição em 31.12.2013				
Nome: Subsecretaria de Planej. Orçam. E Administração – Ministério do Esporte									
CNPJ:					UG/GESTÃO: 180002/00001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra partida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	s/n	153045	189.900,00			189.900,00	set/11	dez/14	1
3	s/n	153045	77.253,00			77.253,00	Nov/11	mar/13	4
3	31	153045	3.096.659,41		3.096.659,41	3.096.659,41	07/12/12	07/06/13	4
3	41	153045	2.579.992,11		2.579.992,11	2.579.992,11	18/11/13	31/12/14	1
<b>LEGENDA</b>									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				
Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM									

**Quadro A.4.4.1 (E) – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência**

Unidade Concedente ou Contratante					Posição em 31.12.2013				
Nome: CAPES									
CNPJ: 00889834000108					UG/GESTÃO: 154003/15279				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra partida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	s/n	153045	91.800,07			91.800,07	01/11/10	31/12/13	1
3	s/n	153045	1.289.604,93			1.289.604,93	01/03/11	01/05/14	1
3	s/n	153045	361.215,64			361.215,64	abr/11	18/06//13	4
3	s/n	153045	464.687,00			464.687,00	mar/11	jul/13	4
3	s/n	153045	215.546,71			215.546,71	out/11	set/13	4
3	731	153045	2.595.861,78		2.595.861,78	2.595.861,78	18/09/13	18/09/14	1

3	45/2012	153045	2.519.650,00			2.519.650,00	10/09/12	31/12/13	1
3	191/2012	153045	12.428.772,14			12.428.772,14	22/02/12	26/08/14	1
3	11	153045	3.430.239,99		3.430.239,99	3.430.239,99	01/01/13	31/12/13	1
3	985	153045	49.859,60		49.859,60	49.859,60	05/11/13	05/01/14	1
3	731	153045	2.595.861,78		2.595.861,78	2.595.861,78	18/09/13	18/09/14	1

**LEGENDA**

Modalidade:		Situação da Transferência:
1 - Convênio		1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse		2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação		3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso		4 - Concluído
		5 - Excluído
		6 - Rescindido
		7 - Arquivado

Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM

**Quadro A.4.4.1 (F) – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência**

Unidade Concedente ou Contratante					Posição em 31.12.2013				
Nome: Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - MTE									
CNPJ: 07526983002278					UG/GESTÃO: 380908/00001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra partida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	3	153045	14.026.010,00		7.419.110,00	14.026.010,00	09/12/11	Fev/15	1

**LEGENDA**

Modalidade:		Situação da Transferência:
1 - Convênio		1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse		2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação		3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso		4 - Concluído
		5 - Excluído
		6 - Rescindido
		7 - Arquivado

Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM

**Quadro A.4.4.1 (G) – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência**

Unidade Concedente ou Contratante		Posição em 31.12.2013	
Nome: Fundo Nacional de Saúde - FNS			
CNPJ: 00530493000171		UG/GESTÃO: 257001/00001	



Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra partida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	35	153045	138.000,00			138.000,00	12/08/10	28/08/14	1
3	76	153045	446.670,00			446.670,00	05/11/10	30/06/14	1
3	109	153045	926.576,00			926.576,00	29/11/10	09/01/14	1
3	154	153045	400.000,00			400.000,00	16/12/10	05/12/14	1
3	215	153045	700.000,00			700.000,00	27/12/10	22/12/14	1
3	207	153045	1.563.462,48			1.172.574,06	28/12/09	30/06/14	1
3	704	153045	3.980.500,00			3.980.500,00	18/12/08	20/01/14	1
3	754	153045	5.391.000,00			5.391.000,00	31/12/06	13/08/14	1
3	37	153045	2.000.000,00			2.000.000,00	05/10/11	24/09/14	1
3	101	153045	576.500,00			576.500,00	04/11/11	18/11/14	1
3	175	153045	580.000,00			580.000,00	15/12/11	07/05/14	1
3	289	153045	185.000,00			185.000,00	dez/12	dez/13	4
3	288	153045	224.847,00			224.847,00	10/12/12	02/06/14	1

**LEGENDA**

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM

**Quadro A.4.4.1 (H) – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência**

Unidade Concedente ou Contratante					Posição em 31.12.2013				
Nome: Fundo Nacional de Saúde -FNS									
CNPJ: 00530493000171					UG/GESTÃO: 257001/00001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra partida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	169	153045	12.055,00		12.055,00		11/11/13	06/12/14	1
3	214	153045	31.659,00		9.497,00		22/11/13	17/11/15	1
3	200	153045	30.000,00		30.000,00		22/11/13	17/11/14	1
3	221	153045	44.105,00		13.231,00		22/11/13	22/11/15	1
3	283	153045	165.000,00		165.000,00		22/11/13	17/12/14	1

3	213	153045	270.000,00		270.000,00		22/11/13	22/03/14	1
3	282	153045	600.000,00		600.000,00		22/11/13	17/11/14	1
3	338	153045	259.720,00		259.720,00		09/12/13	29/11/15	1
3	337	153045	3.600.000,00		1.592.723,00		09/12/13	29/11/15	1
3	368	153045	2.904.031,45		290.403,15		18/12/13	08/12/15	1
3	140	153045	252.940,00		252.940,00		18/12/13	08/12/15	1

**337**

<b>Modalidade:</b>		<b>Situação da Transferência:</b>	
1 - Convênio		1 - Adimplente	
2 - Contrato de Repasse		2 - Inadimplente	
3 - Termo de Cooperação		3 - Inadimplência Suspensa	
4 - Termo de Compromisso		4 - Concluído	
		5 - Excluído	
		6 - Rescindido	
		7 - Arquivado	

Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM

**Quadro A.4.4.1 (I) – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência**

Unidade Concedente ou Contratante						Posição em 31.12.2013			
Nome: Fundo Nacional de Saúde - FNS									
CNPJ: 00530493000171					UG/GESTÃO: 257001/00001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra partida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	130	153045	1.717.719,03		1.117.719,03	1.117.719,03	17/10/13	26/10/14	1
3	64	153045	9.000.000,00		1.500.000,00	1.500.000,00	18/10/13	28/10/16	1
3	142	153045	74.865,00		11.229,75	11.229,75	22/10/13	22/11/15	1

**Quadro A.4.4.1 (J) – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência**

Unidade Concedente ou Contratante					Posição em 31.12.2013				
Nome: Instituto Nacional de colonização e Ref. Agrária - INCRA									
CNPJ: 00375972000160					UG/GESTÃO: 373001/37201				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra partida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	s/n	153045	1.079.782,40		247.332,60	896.313,70	mai/10	mai/14	1
3	s/n	153045	3.078.400,00		1.065.600,00	2.609.953,68	01/10/09	30/07/14	1
3	s/n	153045	1.404.000,00			713.000,00	out/09	out/13	4
3	s/n	153045	284.070,00		284.070,00	284.070,00	01/12/13	01/05/14	1
<b>LEGENDA</b>									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				
Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM									

**Quadro A.4.4.1 (K) – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência**

Unidade Concedente ou Contratante					Posição em 31.12.2013				
Nome: Ministério da Pesca e Agricultura									
CNPJ: 05482692000175					UG/GESTÃO: 110008/00001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra partida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	3	153045	961.000,00		294.108,00	961.000,00	30/12/12	31/05/14	1
3	20	153045	1.687.601,00		674.315,36	1.687.601,00	30/11/12	31/12/14	1
3	24	153045	1.440.000,00			1.440.000,00	05/12/12	30/11/14	1
3	21	153045	359.100,00		23.000,00	359.100,00	30/11/12	30/12/13	1
3	18	153045	200.500,00			200.500,00	30/11/12	30/03/13	4
3	10	153045	405.550,00		106.150,00	405.550,00	30/11/12	31/01/14	1
3	6	153045	2.126.272,00		1.957.741,15	1.957.741,15	06/08/13	31/08/14	1
3	14	153045	2.505.692,00		2.505.692,00	2.505.692,00	15/10/13	31/08/14	1
3	15	153045	836.878,40		836.878,40	836.878,40	25/09/13	30/09/14	1
3	38	153045	1.249.600,00		1.070.000,00	1.070.000,00	20/12/13	28/02/15	1
<b>LEGENDA</b>									
Modalidade:					Situação da Transferência:				

1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM

**Quadro A.4.4.1 (L) – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência**

Unidade Concedente ou Contratante						Posição em 31.12.2013			
Nome: COORD-GERAL DE SUP. A GESTÃO ORCAMENT/SPO/MEC									
CNPJ: 05482692000175					UG/GESTÃO: 152734/00001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra partida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	228	153045	2.188.399,47		2.025.277,78	2.188.399,47	11/10/13	31/12/13	1
3	896	UFCA	2.984.464,92		2.984.464,92	2.984.464,92	11/10/13	31/12/13	1
<b>LEGENDA</b>									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				

Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM

**Quadro A.4.4.1 (M) – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência**

Unidade Concedente ou Contratante						Posição em 31.12.2013			
Nome: Agência Nacional de Vigilância Sanitária									
CNPJ: 03112386000111					UG/GESTÃO: 253002/36212				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra partida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	5	153045	506.000,00		68.817,00	452.400,00	out/10	out/14	1
<b>LEGENDA</b>									
Modalidade:					Situação da Transferência:				

1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado
<b>Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM</b>	

**Quadro A.4.4.1 (N) – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência**

Unidade Concedente ou Contratante						Posição em 31.12.2013			
<b>Nome: Coordenação Geral de Orçamento e Finanças - MRE</b>									
<b>CNPJ: 00394536000562</b>					<b>UG/GESTÃO: 240005</b>				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra partida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	1	153045	425.448,40		59.250,00	425.448,40	31/01/12	06/02/14	1
<b><u>LEGENDA</u></b>									
<b>Modalidade:</b>					<b>Situação da Transferência:</b>				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				
<b>Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM</b>									

**Quadro A.4.4.1 (O) – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência**

Unidade Concedente ou Contratante						Posição em 31.12.2013			
<b>Nome: Agência Nacional do Petróleo - ANP</b>									
<b>CNPJ: 02313673000208</b>					<b>UG/GESTÃO: 323031/32205</b>				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	s/n	153045	1.180.950,18	33.184,08	72.111,58	921.220,96	01/11/09	31/12/17	1
<b><u>LEGENDA</u></b>									
<b>Modalidade:</b>					<b>Situação da Transferência:</b>				

1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM

**Quadro A.4.4.1 (P) – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência**

Unidade Concedente ou Contratante				Posição em 31.12.2013					
Nome: Int. Fed. De Educação Ciência E Tec. Do Piauí									
CNPJ: 34.982.249/0001-61				UG/GESTÃO: 158146/26431					
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra partida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	1	153045	220.718,87		82.514,29	220.718,87	ago/11	ago/14	1
<b>LEGENDA</b>									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				

Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM

**Quadro A.4.4.1 (Q) – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência**

Unidade Concedente ou Contratante				Posição em 31.12.2013					
Nome: Int. Fed. De Educação Ciência e Tec. Do Ceará - IFCE									
CNPJ: 10744098/0001 45				UG/GESTÃO: 158133/26405					
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra partida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	s/n	153045	126.720,00		63.360,00	110.880,00	mar/11	fev/13	4
<b>LEGENDA</b>									
Modalidade:					Situação da Transferência:				

1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado
<b>Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM</b>	

**Quadro A.4.4.1 (R) – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência**

Unidade Concedente ou Contratante			Posição em 31.12.2013						
<b>Nome: Coord. Geral de Planej. Orçamento e Finanças - Min. Planejamento</b>									
<b>CNPJ: 00489828000740</b>					<b>UG/GESTÃO: 201002/00001</b>				
<b>Informações sobre as Transferências</b>									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra partida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	15	153045	270.000,00		270.000,00	270.000,00	Nov/12	Nov/13	4
<b>LEGENDA</b>									
<b>Modalidade:</b>					<b>Situação da Transferência:</b>				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				
<b>Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM</b>									

**Quadro A.4.4.1 (S) – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência**

Unidade Concedente ou Contratante			Posição em 31.12.2013						
<b>Nome: Sec. Da Inclusão Digital – Ministério da Comunicação - MC</b>									
<b>CNPJ: 00489828000740</b>					<b>UG/GESTÃO: 410002/00001</b>				
<b>Informações sobre as Transferências</b>									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra partida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	10	153045	155.242,24			155.242,24	dez/11	mar/13	4
3	11	153045	200.000,00			200.000,00	dez/11	mar/13	4

3	10	153045	598.850,00		598.850,00	598.850,00	04/12/13	04/04/15	1
<b>LEGENDA</b>									
<b>Modalidade:</b>					<b>Situação da Transferência:</b>				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				
Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM									

**Quadro A.4.4.1 (T) – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência**

<b>Unidade Concedente ou Contratante</b>							<b>Posição em 31.12.2013</b>		
Nome: Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República									
CNPJ:					UG/GESTÃO: 110235/00001				
<b>Informações sobre as Transferências</b>									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra partida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	13	153045	642.612,00			642.612,00	21/11/12	31/12/13	1
<b>LEGENDA</b>									
<b>Modalidade:</b>					<b>Situação da Transferência:</b>				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				
Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM									

**Quadro A.4.4.1 (U) – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência**

<b>Unidade Concedente ou Contratante</b>							<b>Posição em 31.12.2013</b>		
Nome: Gerencia de Orçamento e Finanças/SAF/ANA									
CNPJ:					UG/GESTÃO: 443003/44205				
<b>Informações sobre as Transferências</b>									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra partida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	



3	3	153045	1.350.000,00		700.000,00		16/05/13	16/05/15	1
<b>LEGENDA</b>									
<b>Modalidade:</b>					<b>Situação da Transferência:</b>				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				
Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM									

**Quadro A.4.4.1 (V) – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência**

Unidade Concedente ou Contratante						Posição em 31.12.2013			
Nome: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE									
CNPJ:					UG/GESTÃO:				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra partida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	abr/11	153045	133.900,00			125.900,00	jun/11	jun/13	4
<b>LEGENDA</b>									
<b>Modalidade:</b>					<b>Situação da Transferência:</b>				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
- Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				
Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM									

**Quadro A.4.4.1 (W) – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência**

Unidade Concedente ou Contratante						Posição em 31.12.2013			
Nome: Universidade Federal do Ceará									
CNPJ: 07272636000162					UG/GESTÃO: 153045/12554				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra partida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	

1	2	5330436000162	376.277,50	38.000,00	376.277,50		05/12/13	31/08/14	1
1	3	5330436000162	582.941,39	58.313,89	524.627,50		30/09/13	31/10/14	1
1	4	5330436000162	1.150.850,00		1.150.850,00		13/09/13	30/03/14	1
1	5	8918421000108	3.271.354,40		3.271.354,40		13/09/13	30/03/14	1
1	6	5330436000162	389.961,26	39.000,00	350.961,26		05/12/13	31/08/14	1
1	7	5330436000162	455.337,00		151.779,12		03/12/13	31/12/14	1

**LEGENDA**

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM

#### 4.1.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebradas e Valores Repassados nos 03 Últimos Exercícios

##### Quadro A.4.4.2 (A) – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - MTE					
CNPJ:	7526983002278					
UG/GESTÃO:	380908/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento		
	2013	2012	2011	(em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação			1	7,419,110.00	6,606,900.00	969,120.00
Termo de Compromisso						
<b>Totais</b>				7,419,110.00	6,606,900.00	969,120.00

Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM

##### Quadro A.4.4.2 (B) – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante	
Nome:	Fundo Nacional de Saúde - FNS
CNPJ:	530493000171
UG/GESTÃO:	257001/0001

Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento		
				(em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	14	2	3	8,509,040.91	2,209,847.00	1,057,657.50
Termo de Compromisso						
<b>Totais</b>				8,509,040.91	2,209,847.00	1,057,657.50

Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM

**Quadro A.4.4.2 (C)– Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios**

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Instituto Nacional de colonização e Ref. Agrária - INCRA					
CNPJ:	375972000160					
UG/GESTÃO:	373001/37201					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento		
				(em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	1			1,597,002.60	2,060,271.10	1,504,490.84
Termo de Compromisso						
<b>Totais</b>				1,597,002.60	2,060,271.10	1,504,490.84

Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM

**Quadro A.4.4.2 (D)– Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios**

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Ministério da Pesca e Agricultura					
CNPJ:	5482692000175					
UG/GESTÃO:	110008/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento		
				(em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	4	6	1	7,467,884.91	5,053,751.00	94,976.62
Termo de Compromisso						
<b>Totais</b>				7,467,884.91	5,053,751.00	94,976.62

Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM

**Quadro A.4.4.2 (E) – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios**

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	COORD-GERAL DE SUP. A GESTÃO ORCAMENT/SPO/MEC					
<b>CNPJ:</b>	5482692000175					
<b>UG/GESTÃO:</b>	152734/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento		
	(em R\$ 1,00)					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	2			5,009,742.70		
Termo de Compromisso						
<b>Totais</b>				5,009,742.70		
Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM						

**Quadro A.4.4.2 (F) – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios**

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Agência Nacional de Vigilância Sanitária					
<b>CNPJ:</b>	3112386000111					
<b>UG/GESTÃO:</b>	253002/36212					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento		
	(em R\$ 1,00)					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação				80,817.00	118,406.00	116,235.00
Termo de Compromisso						
<b>Totais</b>				80,817.00	118,406.00	116,235.00
Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM						

**Quadro A.4.4.2 (G) – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios**

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Coordenação Geral de Orçamento e Finanças - MRE					
<b>CNPJ:</b>	394536000562					
<b>UG/GESTÃO:</b>	240005					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento		
	(em R\$ 1,00)					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011

<b>Convênio</b>						
<b>Contrato de Repasse</b>						
<b>Termo de Cooperação</b>		1		59,250.00	425,448.40	
<b>Termo de Compromisso</b>						
<b>Totais</b>				59,250.00	425,448.40	
<b>Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM</b>						

**Quadro A.4.4.2 (H) – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios**

<b>Unidade Concedente ou Contratante</b>						
<b>Nome:</b>	Agência Nacional do Petróleo - ANP					
<b>CNPJ:</b>	2313673000208					
<b>UG/GESTÃO:</b>	323031/32205					
<b>Modalidade</b>	<b>Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício</b>			<b>Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento</b>		
				<b>(em R\$ 1,00)</b>		
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Convênio</b>						
<b>Contrato de Repasse</b>						
<b>Termo de Cooperação</b>				72,111.58	33,078.39	528,299.54
<b>Termo de Compromisso</b>						
<b>Totais</b>				72,111.58	33,078.39	528,299.54
<b>Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM</b>						

**Quadro A.4.4.2 (I)– Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios**

<b>Unidade Concedente ou Contratante</b>						
<b>Nome:</b>	Int. Fed. De Educação Ciência e Tec. Do Piauí					
<b>CNPJ:</b>	34.982.249/0001-61					
<b>UG/GESTÃO:</b>	158146/26431					
<b>Modalidade</b>	<b>Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício</b>			<b>Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento</b>		
				<b>(em R\$ 1,00)</b>		
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Convênio</b>						
<b>Contrato de Repasse</b>						
<b>Termo de Cooperação</b>			1	133,394.29	87,324.58	90,820.80
<b>Termo de Compromisso</b>						
<b>Totais</b>				133,394.29	87,324.58	90,820.80
<b>Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM</b>						

**Quadro A.4.4.2 (J)– Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios**

<b>Unidade Concedente ou Contratante</b>	
<b>Nome:</b>	Int. Fed. De Educação Ciência e Tec. Do Piauí

<b>CNPJ:</b>	34.982.249/0001-61					
<b>UG/GESTÃO:</b>	158146/26431					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento		
	(em R\$ 1,00)					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação			1	133,394.29	87,324.58	90,820.80
Termo de Compromisso						
<b>Totais</b>				133,394.29	87,324.58	90,820.80
<b>Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM</b>						

**Quadro A.4.4.2 (K) – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios**

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Int. Fed. De Educação Ciência e Tec. Do Ceará – IFCE					
<b>CNPJ:</b>	10744098/0001 45					
<b>UG/GESTÃO:</b>	150894/26405					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento		
	(em R\$ 1,00)					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação			1	63,360.00	110,880.00	47,520.00
Termo de Compromisso						
<b>Totais</b>				63,360.00	110,880.00	47,520.00
<b>Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM</b>						

**Quadro A.4.4.2 (L)– Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios**

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Int. Fed. De Educação Ciência e Tec. Do Ceará – IFCE					
<b>CNPJ:</b>	10744098/0001 45					
<b>UG/GESTÃO:</b>	150894/26405					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento		
	(em R\$ 1,00)					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação			1	63,360.00	110,880.00	47,520.00
Termo de Compromisso						

<b>Totais</b>				63,360.00	110,880.00	47,520.00
<b>Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM</b>						

**Quadro A.4.4.2 (M) – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios**

<b>Unidade Concedente ou Contratante</b>						
<b>Nome:</b>	Coord. Geral de Planej. Orçamento e Finanças - Min. Planejamento					
<b>CNPJ:</b>	489828000740					
<b>UG/GESTÃO:</b>	201002/00001					
<b>Modalidade</b>	<b>Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício</b>			<b>Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento</b>		
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>(em R\$ 1,00)</b>		
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Convênio</b>						
<b>Contrato de Repasse</b>						
<b>Termo de Cooperação</b>		1	1	270,000.00	27,268.00	
<b>Termo de Compromisso</b>						
<b>Totais</b>				270,000.00	27,268.00	
<b>Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM</b>						

**Quadro A.4.4.2 (N) – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios**

<b>Unidade Concedente ou Contratante</b>						
<b>Nome:</b>	Sec. Da Inclusão Digital – Ministério da Comunicação – MC					
<b>CNPJ:</b>	489828000740					
<b>UG/GESTÃO:</b>	410002/00001					
<b>Modalidade</b>	<b>Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício</b>			<b>Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento</b>		
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>(em R\$ 1,00)</b>		
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Convênio</b>						
<b>Contrato de Repasse</b>						
<b>Termo de Cooperação</b>	1		2	598,850.00	355,242.24	
<b>Termo de Compromisso</b>						
<b>Totais</b>				598,850.00	355,242.24	
<b>Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM</b>						

**Quadro A.4.4.2 (O) – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios**

<b>Unidade Concedente ou Contratante</b>		
<b>Nome:</b>	Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República	
<b>CNPJ:</b>		
<b>UG/GESTÃO:</b>	110235/00001	
<b>Modalidade</b>	<b>Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício</b>	<b>Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano</b>

				de Celebração do Instrumento		
				(em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
<b>Convênio</b>						
<b>Contrato de Repasse</b>						
<b>Termo de Cooperação</b>		1	1		642,612.00	2,558,410.75
<b>Termo de Compromisso</b>						
<b>Totais</b>					642,612.00	2,558,410.75

Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM

**Quadro A.4.4.2 (P) – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios**

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Gerencia de Orçamento e Finanças/SAF/ANA					
<b>CNPJ:</b>						
<b>UG/GESTÃO:</b>	443003/44205					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento		
	2013	2012	2011	(em R\$ 1,00)		
				2013	2012	2011
<b>Convênio</b>						
<b>Contrato de Repasse</b>						
<b>Termo de Cooperação</b>	1			700,000.00		
<b>Termo de Compromisso</b>						
<b>Totais</b>				700,000.00		

Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM

**Quadro A.4.4.2 (Q) – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios**

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Coord. Geral de Recursos Logístico/Ministério de Ciências e Tecnologia					
<b>CNPJ:</b>	3132745000100					
<b>UG/GESTÃO:</b>	240101/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento		
	2013	2012	2011	(em R\$ 1,00)		
				2013	2012	2011
<b>Convênio</b>						
<b>Contrato de Repasse</b>						
<b>Termo de Cooperação</b>			2			205,009.00
<b>Termo de Compromisso</b>						
<b>Totais</b>						205,009.00

Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM

**Quadro A.4.4.2 (R) – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios**



Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Secretaria de Educação Superior - SESU					
CNPJ:	394445007459					
UG/GESTÃO:	150011/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento		
	(em R\$ 1,00)					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação			2		1,163,288.63	407,509.00
Termo de Compromisso						
<b>Totais</b>					1,163,288.63	407,509.00
Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM						

**Quadro A.4.4.2 (S) – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios**

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO					
CNPJ:	394445000284					
UG/GESTÃO:	150014/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento		
	(em R\$ 1,00)					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação			3			11,441.60
Termo de Compromisso						
<b>Totais</b>						11,441.60
Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM						

**Quadro A.4.4.2 (T) – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios**

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Inst. Nacional de Est. E Pesquisas Educacionais – INEPE					
CNPJ:	1678363000143					
UG/GESTÃO:	153978/26290					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento		
	(em R\$ 1,00)					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação			1			100,000.00

<b>Termo de Compromisso</b>						
<b>Totais</b>						100,000.00
<b>Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM</b>						

**Quadro A.4.4.2 (U) – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios**

<b>Unidade Concedente ou Contratante</b>						
<b>Nome:</b>	SEB					
<b>CNPJ:</b>	00394445/0124-52					
<b>UG/GESTÃO:</b>	150019/00001					
<b>Modalidade</b>	<b>Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício</b>			<b>Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento</b>		
	<b>(em R\$ 1,00)</b>					
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Convênio</b>						
<b>Contrato de Repasse</b>						
<b>Termo de Cooperação</b>						500,000.00
<b>Termo de Compromisso</b>						
<b>Totais</b>						500,000.00
<b>Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM</b>						

**Quadro A.4.4.2 (V) – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios**

<b>Unidade Concedente ou Contratante</b>						
<b>Nome:</b>	SEED					
<b>CNPJ:</b>	394445054023					
<b>UG/GESTÃO:</b>	150010/00001					
<b>Modalidade</b>	<b>Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício</b>			<b>Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento</b>		
	<b>(em R\$ 1,00)</b>					
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Convênio</b>						
<b>Contrato de Repasse</b>						
<b>Termo de Cooperação</b>						2,500,000.00
<b>Termo de Compromisso</b>						
<b>Totais</b>						2,500,000.00
<b>Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM</b>						

**Quadro A.4.4.2 (W) – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios**

<b>Unidade Concedente ou Contratante</b>	
<b>Nome:</b>	<b>Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECADI</b>
<b>CNPJ:</b>	889834000108
<b>UG/GESTÃO:</b>	150028/00001

Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento		
	(em R\$ 1,00)					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação						218,129.00
Termo de Compromisso						
<b>Totais</b>						218,129.00

Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM

**Quadro A.4.4.2 (X) – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios**

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE					
CNPJ:						
UG/GESTÃO:						
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento		
	(em R\$ 1,00)					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio			3		183,704.15	602,279.09
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
<b>Totais</b>					183,704.15	602,279.09

Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM

**Quadro A.4.4.2 (Y) – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios**

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Universidade Federal do Ceará					
CNPJ:	7272636000162					
UG/GESTÃO:	153045/12554					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento		
	(em R\$ 1,00)					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio	6			6,226,721.55		
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
<b>Totais</b>						

Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM

#### 4.1.3 Prestação de Contas relativas aos Convênios e Contratos de Repasse

**Quadro A.4.4.3 (A) – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. Valores em R\$ 1,00.**

Unidade Concedente					
Nome: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE					
CNPJ: 00378257000181			UG/GESTÃO: 153173/15253		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade		4	
		Montante Repassado		2.096.679,98	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		4	
		Montante Repassado		3.855.124,22	
2012	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2011	Contas Prestadas	Quantidade		6	
		Montante Repassado		2.308.228,10	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM

**Quadro A.4.4.3 (B) – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. Valores em R\$ 1,00.**

Unidade Concedente					
Nome: Subsecretaria de Planej. Orçam. E Administração – Ministério do Esporte					
CNPJ:			UG/GESTÃO: 180002/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade		1	
		Montante Repassado		77.253,00	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		1	
		Montante Repassado		3.096.659,41	
2012	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

2011	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM					

**Quadro A.4.4.3 (C) – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. Valores em R\$ 1,00.**

Unidade Concedente					
Nome: CAPES					
CNPJ: 00889834000108			UG/GESTÃO: 154003/15279		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade		2	
		Montante Repassado		825.902,64	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		1	
		Montante Repassado		215.546,71	
2012	Contas Prestadas	Quantidade		4	
		Montante Repassado		2.544.856,22	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2011	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM					

**Quadro A.4.4.3 (D) – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. Valores em R\$ 1,00.**

Unidade Concedente					
Nome: Fundo Nacional de Saúde - FNS					
CNPJ: 00530493000171			UG/GESTÃO: 257001/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade		1	
		Montante Repassado		185.000,00	

	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2012	Contas Prestadas	Quantidade		4	
		Montante Repassado		1.170.001,00	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2011	Contas Prestadas	Quantidade		1	
		Montante Repassado		117.000,00	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM

**Quadro A.4.4.3 (E) – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. Valores em R\$ 1,00.**

Unidade Concedente					
Nome: Ministério da Pesca e Agricultura					
CNPJ: 05482692000175			UG/GESTÃO: 110008/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		1	
		Montante Repassado		200.500,00	
2012	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		2	
		Montante Repassado		571.925,62	
2011	Contas Prestadas	Quantidade		1	
		Montante Repassado		157.364,96	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM

**Quadro A.4.4.3 (F) – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. Valores em R\$ 1,00.**

Unidade Concedente	
Nome: Coord. Geral de Planej. Orçamento e Finanças - Min. Planejamento	
CNPJ: 00489828000740	UG/GESTÃO: 201002/00001

Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade		1	
		Montante Repassado		270.000,00	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2012	Contas Prestadas	Quantidade		1	
		Montante Repassado		27.268,00	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2011	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM

**Quadro A.4.4.3 (G) – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. Valores em R\$ 1,00.**

Unidade Concedente					
Nome: Sec. Da Inclusão Digital – Ministério da Comunicação - MC					
CNPJ: 00489828000740			UG/GESTÃO: 410002/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade		2	
		Montante Repassado		355.242,24	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2012	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2011	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM

**Quadro A.4.4.3 (H) – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. Valores em R\$ 1,00.**

Unidade Concedente					
Nome: Coord. Geral de Recursos Logístico/Ministério de Ciências, Tecnologia e Informação - MCTI					
CNPJ: 03132745000100			UG/GESTÃO: 240101/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2012	Contas Prestadas	Quantidade		2	
		Montante Repassado		701.380,28	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2011	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM

**Quadro A.4.4.3 (I) – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. Valores em R\$ 1,00.**

Unidade Concedente					
Nome: Empresa Brasileira de Comunicação S. A. - EBC					
CNPJ: 09168704000142			UG/GESTÃO: 115406/20415		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2012	Contas Prestadas	Quantidade		1	
		Montante Repassado		49.870,00	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2011	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			



Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM

**Quadro A.4.4.3 (J) – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. Valores em R\$ 1,00.**

Unidade Concedente					
Nome: Int. Fed. De Educação Ciência e Tec. Do Piauí					
CNPJ: 34.982.249/0001-61			UG/GESTÃO: 158146/26431		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2012	Contas Prestadas	Quantidade		1	
		Montante Repassado		198.046,40	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2011	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM

**Quadro A.4.4.3 (K) – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. Valores em R\$ 1,00.**

Unidade Concedente					
Nome: Inst. Nacional de Est. E Pesquisas Educacionais - INEPE					
CNPJ:			UG/GESTÃO: 153978/26290		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2012	Contas Prestadas	Quantidade		1	
		Montante Repassado		100.000,00	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

2011	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM

**Quadro A.4.4.3 (L) – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. Valores em R\$ 1,00.**

Unidade Concedente					
Nome: Secretaria de Educação Básica - SEB					
CNPJ: 00394445/0124-52			UG/GESTÃO: 150019/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade		1	
		Montante Repassado		500.000,00	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2012	Contas Prestadas	Quantidade		2	
		Montante Repassado		131.964,00	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2011	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM

**Quadro A.4.4.3 (M) – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. Valores em R\$ 1,00.**

Unidade Concedente					
Nome: Secretaria de Educação a Distância - SEED					
CNPJ: 00394445054023			UG/GESTÃO: 150010/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

2012	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2011	Contas Prestadas	Quantidade		1	
		Montante Repassado		250.000,00	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM					

**Quadro A.4.4.3 (N) – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. Valores em R\$ 1,00.**

Unidade Concedente					
Nome: Coordenação Geral de Orçamento e Finanças - MRE					
CNPJ: 00394536000562			UG/GESTÃO: 240005		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados	Instrumentos			
		(Quantidade e Montante Repassado)			
		Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse	
2013	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2012	Contas Prestadas	Quantidade		1	
		Montante Repassado		402.860,00	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2011	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM					

**Quadro A.4.4.3 (O) – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. Valores em R\$ 1,00.**

Unidade Concedente					
Nome: Secretaria de Áudio Visual/Ministério da Cultura					
CNPJ:			UG/GESTÃO: 420006		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados	Instrumentos			
		(Quantidade e Montante Repassado)			
		Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse	

2013	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2012	Contas Prestadas	Quantidade		1	
		Montante Repassado		211.000,00	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2011	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM

**Quadro A.4.4.3 (P) – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. Valores em R\$ 1,00.**

Unidade Concedente					
Nome: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECADI					
CNPJ: 00889834000108			UG/GESTÃO: 150028/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados	Instrumentos			
		(Quantidade e Montante Repassado)			
		Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse	
2013	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2012	Contas Prestadas	Quantidade		15	
		Montante Repassado		2.324.306,23	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2011	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM

**Quadro A.4.4.3 (Q) – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. Valores em R\$ 1,00.**

Unidade Concedente	
Nome: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE	
CNPJ:	UG/GESTÃO:

Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		1	
		Montante Repassado		125.900,00	
2012	Contas Prestadas	Quantidade		3	
		Montante Repassado		671.781,20	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2011	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: Núcleo de Gestão de Convênio - NGC/PRADM


#### 4.1.4 Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Quadro A.4.4.4 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse. Posição 31/12, valores em R\$ 1,00.

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:						
CNPJ:			UG/GESTÃO:			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos		
				Convênios	Contratos de Repasse	
2013	Quantidade de Contas Prestadas					
	Com Prazo de Análise ainda <b>não Vencido</b>	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada			
			Quantidade Reprovada			
			Quantidade de TCE			
			Montante Repassado (R\$)			
	Com Prazo de Análise <b>Vencido</b>	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			
			Montante Repassado (R\$)			
		Contas Analisadas	Quantidade Aprovada			
			Quantidade Reprovada			
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade de TCE				
		Montante Repassado (R\$)				
	2012	Quantidade de contas prestadas				
Contas Analisadas		Quantidade Aprovada				
		Quantidade Reprovada				
		Quantidade de TCE				
		Montante repassado				

	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		
		Montante repassado (R\$)		
<b>2011</b>	Quantidade de Contas Prestadas			
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		
		Quantidade Reprovada		
		Quantidade de TCE		
		Montante Repassado		
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		
Montante Repassado				
<b>Exercício Anterior a 2011</b>	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
<b>Fonte:</b>				

## 5 Declaração do Responsável pelo Núcleo de Convênios e Contratos da UFC

<p><b>DECLARAÇÃO</b></p> <p>Eu, Selma Helena Marcos Ribeiro, CPF nº 122962363 91, (<u>cargo de contador</u>), exercido no (<u>Departamento de Contratos e Execução Orçamentária da Pró-Reitoria de Administração</u>) declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema de Gestão de Convênios – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p> <p style="text-align: center;">Brasília, 13 de março de 2014.</p> <p style="text-align: center;"></p> <p style="text-align: center;">Selma Helena Marcos Ribeiro</p> <p style="text-align: center;"><u>122962363 91</u></p> <p style="text-align: center;"><u>(Contadora SGC/DCEO/PRADM)</u></p>
--

## 6 Cumprimento das Obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993 (Item 9.4, Anexo II)

Segundo o responsável pelo setor (Coordenadoria de Administração e Pessoal – DIPAP/CAPES/PROGEP) incumbido de receber as DBR, apesar da obrigatoriedade da entrega, conforme estabelece a Lei nº 8.730/93, vários servidores costumam atrasar o encaminhamento de suas declarações, sendo necessário o envio de correspondências, a fim de lembrar-lhes acerca da necessidade do cumprimento das obrigações impostas pelo dispositivo legal acima citado.

Ademais, no momento em que ocorre o início do exercício das funções, encaminhamos, juntamente com a respectiva portaria de designação, documento informativo sobre a necessidade do cumprimento de tais obrigações legais.

Por outro lado, adotou-se, também, uma sistemática de informar através de mensagem inserida nos contracheques, aos servidores no exercício de funções que exigem a entrega anual da DBR.

Em relação às pessoas que deixam de cumprir a obrigação de entregar a DBR, adotamos como providência cabível, o encaminhando dos respectivos nomes à COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – CPPAD, a fim de instaurar processo administrativo disciplinar contra esses servidores omissos.

Normalmente, as DBR são encaminhadas a CAPES em papel, individualmente, trazidas pelo próprio servidor, ou coletivamente, por meio de ofício acompanhado das DBR de servidores pertencentes aos respectivos setores, bem como o recebimento da DBR via *e-mail*.

Entretanto, não é adotada uma sistemática de autorização eletrônica da autoridade ou servidor para acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil.

Por ocasião da recepção das DBR, é realizada uma análise simples, apenas com o intuito de verificar se está completa, com todas as páginas, inclusive o recibo de entrega à Secretaria da Receita Federal.

As DBR recebidas são conservadas em pastas apropriadas e mantidas na CAPES/PROGEP, em armários trancados, de forma a se manter preservado o sigilo fiscal das informações nelas contidas.

#### **Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do Cumprimento, por Servidores da UFC, da Obrigação de Entregar a DBR no Ano de 2013**

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em Comissão)	Obrigados a Entregar a DBR	342	283	595
	Entregaram a DBR	107	98	262
	Não Cumpriram a Obrigação	235	185	333

Fonte: CAPES/PROGEP - UFC



## **7 Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão (Parte A, Item 3, Anexo II)**

A Universidade Federal do Ceará possui como órgão destinado a fiscalização econômico-financeira, o Conselho de Curadores, manifestando-se, ademais, sobre o processo de Prestação de Contas Anual da UFC, conforme seu Estatuto (art. 18 e 19).

A UFC possui Comissão de Ética e complementou o Código de Ética Profissional do Servidor Público com um Código de Ética próprio em 2013.

A Auditoria Interna, órgão de assessoramento direto ao Reitor, compete assistência quanto a assuntos de avaliação técnica, administrativa, contábil-financeira e acadêmica. Possui, como função procedimental, a elaboração de recomendações no tocante a verificações, bem como acompanhamentos de auditoria por amostragem, seja por iniciativa própria ou por motivação externa, conforme previsão no Regimento da Reitoria (art. 14).

Destaca-se que, durante o ano de 2013, quanto à Governança de TI em particular, várias ações foram realizadas:

- ✓ Foi criada a Assessoria de Governança de T&I;
- ✓ Foi aprovado o PDTI 2013/17;
- ✓ Foi inaugurada a sala cofre do STI; e
- ✓ Foram efetivadas várias contratações de pessoal para suprir a demanda do setor.

Destaca-se, também, a revisão e atualização das Normas Administrativas das Pró-reitorias de Planejamento, Administração, Gestão de pessoas e Superintendência de Infraestrutura, além das Pró-Reitorias de Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação, Extensão e Assuntos Estudantis. As Normas estão disponíveis no site da Pró-Reitoria de Planejamento: (<http://www.prpl.ufc.br/normas-administrativas>).

No ano de 2013 foi contratada uma Consultoria Externa para mapear, otimizar e manualizar os fluxos de trabalho das Pró-Reitorias de Planejamento, Administração, Gestão de Pessoas e Superintendência de Infraestrutura. Estes manuais serão concluídos em março de 2014 e serão, sem dúvida, uma importante ferramenta de Governança Administrativa para a UFC.

Quanto ao processo de compra e contratação de serviço, a Pró-Reitoria de Administração (PRADM) realizou uma análise e modelagem, e, posteriormente elaborou e disponibilizou Manual de Procedimentos, formulários e *check lists*. Para divulgação, utilizou-se do

site da Pró-Reitoria, palestras técnicas com os gestores e participação em reuniões das Unidades Acadêmicas.

### Quadro A.3.2 - Avaliação dos Sistemas de Controle Interno

<b>ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS</b>	<b>VALORES</b>				
<b>Ambiente de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X

21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X

### **Análise Crítica:**

✓ A alta administração instaurou um processo de reestruturação da unidade de Auditoria Interna, estabelecendo setores voltados ao controle interno nas Pró-Reitorias cuja crítica se mostrou mais relevante;

✓ As rotinas de controle, e sua importância, têm ampla difusão no âmbito da Universidade, porém não se pode garantir o acesso irrestrito a todos os membros da comunidade acadêmica indistintamente, sendo, pois considerada parcialmente válida a afirmação;

✓ A comunicação busca a excelência, contudo a afirmação torna-se parcialmente válida devido à descentralização regional da Universidade, a qual conta com *campi* e fazendas espalhadas pelo território do Estado do Ceará, dificultando a comunicação em tempo real. A excelência nos termos de comunicação perpassam os setores de comunicação interna, de comunicação social e marketing institucional, bem como os portais da internet e sistemas acadêmicos;

✓ A Universidade Federal do Ceará vale-se do Código de Ética dos Servidores Públicos Civil, devidamente formalizado como uma Lei, e disponibilizado no sítio da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP);

✓ A afirmação é parcialmente válida, pois a UFC está em vias de conclusão de um processo de atualização e criação de novos manuais e fluxogramas de procedimentos internos;

✓ A UFC utiliza seu portal na internet, bem como sistemas internos e sites das unidades administrativas, para incentivar a participação dos servidores, como, por exemplo, os sítios da Pró-Reitoria de Administração (PRADM), Pró-Reitoria de Planejamento (PRPL) e Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP);

✓ A estrutura hierárquica da UFC encontra-se bem delimitada em seus normativos internos (Estatuto, Regimento Geral e Regimento da Reitoria) e organograma;

✓ A afirmativa torna-se parcialmente válida, devido a problemas enfrentados pela escassez de recursos humanos no âmbito da UFC, o que impede o total atendimento às exigências de segregação de funções; Em que pese padecer de deficiências estruturais inerentes ao contexto das IFES, os controles internos têm participação fundamental na consecução dos resultados planejados pela UJ, sendo imprescindíveis para os objetivos da Academia;

✓ Foi publicado o novo Plano de Desenvolvimento Institucional para 2013-2017, sendo que anteriormente havia documento equivalente para o período 2008-2012;

✓ Há identificação de processos críticos;

✓ Observe-se que, a análise da crítica pode ser verificada no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna;

✓ A informação está parcialmente válida, pois a avaliação de risco é feita, sim de maneira contínua com tomada de decisão, porém, devido à diversidade e descentralização da Universidade, a comunicação obsta a conclusão;

✓ A Universidade Federal do Ceará está aguardando a resolução de diversos processos sindicantes, bem como de Tomadas de Contas Especiais, carecendo de informações conclusivas sobre o questionamento (neutra);

✓ Todo indício de fraude ou desvio conduz à instauração de processo disciplinar devido;

✓ A UFC encontra-se em processo de reformulação e atualização de seus normativos internos;

✓ Existem manuais e fluxogramas públicos nos sites da UFC, bem como um Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, contemplando ações preventivas;

✓ As ações contempladas no PAINT vêm sendo seguidas à risca pela Universidade, consoante os RAINTs dos exercícios pretéritos;

✓ Os servidores da Auditoria Interna, bem como os servidores ligados a rotinas de controle, são em número abaixo do que seria necessário para uma atividade de controle condizente com os recursos destinados à UFC.

✓ As rotinas de identificação, documentação, armazenamento e comunicação são plenamente satisfatórias à realidade da UFC;

✓ O gestor detém confiança plena nas informações que lhe chegam, advindas dos setores fins da entidade;

✓ A informação está parcialmente válida, pois a comunicação e qualidade de informações são feitas, sim de maneira condizente com a necessidade, porém, devido à diversidade e descentralização da Universidade, a comunicação sofre algum percalço;

✓ O Sistema de Controle Interno da UFC apresenta desempenho satisfatório, considerando a fragilidade estrutural que ainda o impede de apresentar desempenho plenamente satisfatório, estando em curso diversas medidas de aprimoramento.

### **7.1 Sistema de Correição (Item 3.4 do Anexo II)**

Apresentam-se os resultados alcançados pela Comissão Permanente do Processo Administrativo Disciplinar – CPPAD/GR/UFC, no ano de 2013, em atendimento ao Ofício Circular nº 031/2013/GR, datado de 17/12/2013. Trata-se de exigência legal estabelecida pela Portaria da Controladoria Geral da União nº 2.270, de 04/11/2009, Instrução Normativa nº 57, de 27/08/2008 e Decisão Normativa nº 100, de 07/10/2009, ambas do Tribunal de Contas da União (TCU).

A Comissão Permanente do Processo Administrativo Disciplinar – CPPAD passou a integrar o Gabinete do Reitor da UFC a partir de outubro de 2012, ocasião em que recebeu novas e amplas instalações, que vêm sendo paulatinamente melhor equipadas com novos itens de mobiliário. Atualmente, a CPPAD compõe-se de duas Comissões Disciplinares Permanentes, sendo uma destinada a atuar em procedimentos disciplinares envolvendo servidores técnico-administrativos e outra destinada a atuar em procedimentos disciplinares envolvendo servidores

docentes e discentes. Em face da significativa quantidade de processos em trâmite na CPPAD, surgiu a necessidade de contar, também, com a colaboração de outras Comissões Disciplinares.

Foram instaurados na CPPAD, no ano de 2013, 39 (trinta e nove) procedimentos disciplinares, sendo 15 (quinze) Processos Administrativos Disciplinares, 14 (quatorze) Sindicâncias Investigativas e 10 (dez) Sindicâncias Punitivas. Foram concluídos e encaminhados para julgamento em 2013, 29 (vinte e nove) procedimentos disciplinares, dos quais 03 (três) remanesceram dos procedimentos instaurados em 2012 e 26 (vinte e seis) decorreram dos procedimentos instaurados em 2013, estes perfazendo 66% dos 39 (trinta e nove) processos instaurados em 2013. Foram julgados, em 2013, 02 (dois) PADs remanescentes de 2012 e 02 (dois) PADs instaurados em 2013, totalizando 04 PADs e ainda 01 (uma) Sindicância Remanescente de 2012 e 02 (duas) Sindicâncias instauradas em 2013, totalizando 03 (três) Sindicâncias, perfazendo ao todo 07 (sete) procedimentos disciplinares julgados em 2013. Foram aplicadas 08 (oito) suspensões a servidores estatutários da UFC. Foram também publicadas no Portal da Universidade Federal do Ceará, no ano de 2013, 113 (cento e treze) Portarias referentes aos procedimentos instaurados. Quanto à emissão de Declarações Negativas/Positivas relativas a envolvimento em procedimentos disciplinares, para os diversos fins, tais como as requeridas para fim de aposentadoria, concurso público, pedido de exoneração, cessão de servidor, licença para trato de interesse particular etc., estas totalizaram 215 (duzentas e quinze) declarações.

## 8 Aspectos Relacionados à Gestão Ambiental (Parte A, Item 8, Anexo II)

### Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? <b>OS CRITÉRIOS ELENCADOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 1 DE 19 DE JANEIRO DE 2010</b>	IN SLTI N° 01/2010				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos 5 (cinco) anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).			X		
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei n° 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei n° 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, são avaliados se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei n° 10.520/2002, art.				X	
	ISO 14001 e ISO 9296.				

1º, parágrafo único <i>in fine</i> ), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.  Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? <b>ISO 14001 e ISO 9296 – PRINCIPALMENTE NA CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO DE TI</b>					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <b>PREFERÊNCIA POR APARELHO DE REFRIGERAÇÃO COM SELO PROCEL A.</b>  Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			X		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <b>NÃO HOUVE AQUISIÇÕES DE PRODUTOS RECICLADOS</b> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? <b>AQUISIÇÃO DE CARTUCHOS E TONERS PARA IMPRESSORAS, RECARREGÁVEIS.</b>		X			
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto nº 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).		X			
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto nº 7.746/2012. <b>O PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL FOI ELABORADO, e, aprovado pelo Conselho Universitário.</b>  Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.					X
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.				X	
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. <b>A UFC elaborou um Manual com padrões visando os aspectos de sustentabilidade (ANEXO).</b>				X	
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006. <b>Relatório de coleta seletiva anexo (PROGERE).</b>					X
Considerações Gerais:					
11. LEGENDA 12. Níveis de Avaliação: (1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Fonte: DA/PRAD - CPE/PRPL - PROGERE - COP/UFCINFRA

Destaca-se a elaboração e aprovação pelo Conselho Universitário do Plano de gestão de logística sustentável durante o ano de 2013. O PLS da UFC irá consolidar e institucionalizar as diversas ações ambientais já em curso na UFC.

**QUADRO A.8.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA**

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão	Resultados			
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	-	-	-	-	-	-
Água	258.237	252.563	284.660	R\$ 1.769.441,03	R\$ 1.594.759,72	R\$ 1.514.832,29
Energia Elétrica	25.300.168	23.877.717	21.886.090	R\$ 8.537.748,74	R\$ 9.213.172,87	R\$ 8.916.583,62
			<b>Total</b>	R\$ 10.307.189,77	R\$ 10.807.932,59	R\$ 10.431.415,91

Fonte:

**8.1 Ações e práticas sustentáveis já desenvolvidas na UFC (Itens 8.2 e 8.3 do Anexo II)**

Dentre várias ações já realizadas pela UFC, destacamos a Semana do Meio Ambiente, realizada todos os anos desde 2003. Conta com a participação de seus alunos e servidores. A SMA tem em sua programação oficinas de cultivo de hortas em pequenos espaços, aproveitamento de resíduos domésticos, distribuição de mudas de essências arbóreas nativas para arborização urbana e debates voltados para os públicos interno e externo. Com isso, a UFC vem demonstrando a sua preocupação em adotar práticas sustentáveis e repassar isso aos alunos e a comunidade social.

A UFC já iniciou a implementação de compras que exigem certificações ambientais em materiais tais como copos e papel A4 com selo verde (FSC). Adotou também práticas sustentáveis na contratação de obras e projetos, a partir de um Manual de Obras Sustentáveis.

Na área de eficiência energética implantou programas de racionalização de energia em 2 campi, com apoio da ANEEL, com excelentes resultados, a partir de um projeto de extensão e pesquisa, PROCEN, coordenado pelo Prof. Tomaz Nunes Cavalcante Neto.

O conjunto das bibliotecas universitárias implantou um amplo programa de conscientização, conservação e restauro dos livros, e, investiu nos últimos anos significativamente em livros digitais. Além disso, tem incentivado os alunos a participar da Campanha “Adote um



livro”, no qual, para cada capa doada aos livros da UFC, o aluno recebe em troca uma squeeze ou uma ecobag, ambos sustentáveis.

Quanto à coleta seletiva, o Programa de Gerenciamento de Resíduos da UFC (PROGERE) é o destaque. Foi criado em setembro de 2005 e reúne um conjunto de procedimentos e ações para a implantação de um sistema integrado de redução, reutilização e reciclagem dos diversos tipos de resíduos gerados nas unidades da UFC. Em 2009, o PROGERE passou a colaborar, numa parceria com a DIURB (Divisão Limpeza e de Serviços Urbanos da UFC), com a gestão dos resíduos recicláveis, em atenção ao Decreto Federal nº 5.940/2006, que “institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências”.

Nesse sentido, o PROGERE divide-se entre o gerenciamento dos resíduos recicláveis produzidos nas unidades acadêmicas e administrativas, que geram principalmente papel, além de outros resíduos como plásticos, vidros, resíduos tecnológicos e outros, e enfoca a necessidade de gerenciamento dos resíduos laboratoriais originados em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Quanto aos resíduos de laboratórios o PROGERE elaborou um plano de ações para tratamento adequado, considerando um inventário elaborado do passivo ambiental da UFC.

O PROGERE também se articula com projetos e programas pertencentes a outros setores da UFC, tais como:

- ♻ Núcleo de Ensino e Pesquisa em Agricultura Urbana (NEPAU) no Centro de Ciências Agrárias;
- ♻ Programa de Gestão, Estudos e Pesquisas Ambientais – PROGEPA, cujo objetivo é Implantar, na Faculdade de Economia, Administração, Atuaria e Contabilidade - FEAAC, um programa ambiental integrado;
- ♻ Tecendo Redes – educação ambiental em escolas públicas, com foco na discussão sobre a poluição de recursos hídricos, biodiversidade local e gestão de resíduos.

## **9 Gestão do Patrimônio mobiliário e imobiliário (Item 6, Parte A, Anexo II)**

### **9.1 Gestão da Frota de Veículos**

De acordo com as informações prestadas pela DIVISÃO DE TRANSPORTES DA UFC, vinculada à Superintendência de Infra Estrutura:

a) Legislação que regula a Constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

✓ Lei Nº 9.327, de 09 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a condução de veículo oficial;

✓ Lei Nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, Código Brasileiro de Trânsito.

✓ Decreto Federal nº 6.403, de 17 de março de 2008, que dispõe sobre o uso de veículos oficiais próprios ou contratados;

✓ Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008, da Secretária De Logística E Tecnologia Da Informação Do Ministério Do Planejamento, Orçamento E Gestão, que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

Atualmente, a Universidade Federal do Ceará dispõe de cerca de 99 (noventa e nove) veículos oficiais, sendo 81 (oitenta e um) distribuídos em várias unidades administrativas e acadêmicas localizadas em Fortaleza e 18 (dezoito) distribuídos nas Unidades de Barbalha, Crato, Juazeiro do Norte, Sobral e Quixadá. Os veículos atendem todas as atividades de transporte de professores e servidores a serviço, e de alunos em atividades acadêmicas (aulas de campo) e de materiais. Durante o ano de 2013, somente os veículos lotados na Divisão de Transportes, realizaram cerca de 513 (quinhentas e treze) atividades.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

A frota oficial da UFC é formada somente por veículos próprios e a sua classificação para fins de utilização, segue o determinado pelo Decreto nº 6.403 de 17/03/2008 em seu Art. 2º, e a IN SLTI/MPOG nº 3 de 15/05/2008 em seu art. 3º, existindo veículos nas seguintes categorias: veículos de transporte institucional e veículos de serviços comuns, nos quantitativos abaixo apresentados.

<b>Classificação</b>	<b>Quantidade</b>
Veículos Transporte Institucional	02
Veículos Serviços Comuns	97
Total	99

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

<b>Classificação</b>	<b>Quilômetros rodados</b>
Veículos Transporte Institucional	29.434
Veículos Serviços Comuns	1.351.306

e) Idade média da frota, por grupo de veículos:

<b>Classificação</b>	<b>Idade média (anos)</b>
Veículos Transporte Institucional	2
Veículos Serviços Comuns	5

f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

<b>CUSTO</b>	<b>VALOR</b>
Abastecimento	R\$ 618.067,16
Manutenção	R\$ 464.242,51
Taxa Administração Do Serviço	R\$ 4.329,17
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1.086.638,84</b>

g) Plano de substituição da frota;

No segundo semestre de 2013, iniciou-se processo administrativo para compra de veículos novos (zero quilômetro), para o atendimento de solicitações feitas por vários setores da UFC e para a substituição de veículos da frota.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

Durante o ano de 2013, não foram feitas ações visando à terceirização da frota, em virtude do número de veículos próprios existentes sempre atender as demandas.

i) Estruturas de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

O controle/acompanhamento é feito de 3 (três) formas. A primeira via *internet/WEB*, utiliza sistema de monitoramento e rastreamento, utilizando tecnologia de comunicação *GSM* e *GPRS*, que possibilita em condições ideais, a localização e rastreamento do veículo por *GPS* (Sistema de Posicionamento Global). O sistema é alimentado com informações dos veículos como: marca, modelo, placas de identificação, motorista/condutor. Para realizar o acompanhamento diário, o sistema possibilitar a visualização na *internet/WEB*, em tempo real, informando a localização do veículo durante 24 horas.

A segunda forma, também via *internet/WEB*, utiliza o software de gestão de abastecimento, que registra os dados da transação como: identificação do posto de combustíveis (nome e endereço); identificação do veículo através da numeração das placas; quilometragem do veículo no momento do abastecimento; data e hora da transação; e o condutor (nome e número de matrícula). O registro informatizado permite a qualquer momento fazer consultas e a emissão de relatórios.

A terceira forma de controle/acompanhamento é o registro diário do tráfego do veículo, feito pelo próprio motorista/condutor, em formulário/planilha próprio da Divisão de Transportes, onde constam informações como: identificação do veículo (placa), nome do motorista/condutor, data da movimentação, horários e quilometragens de saída e chegada, o serviço a ser executado e o setor solicitante.

## 9.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário (item 6.2, Parte A, Anexo II)

QUADRO A.6.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	UF 1		
	FORTALEZA	35	35
	CRATO	01	01
	JUAZEIRO DO NORTE	01	01
	MARANGUAPE	01	01
	SOBRAL	01	01
Subtotal Brasil		39	39
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		39	39

Fonte: DA/PRADM/UFC

**Quadro A.6.2.3 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ**

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados	1385000335006	Bom	4277488,16	30/04/2013			
	1389004835006	Regular	89258884,69	12/12/2013			
	1389004845001	Regular	5193508,58	27/08/2001			
	1389004855007	Regular	264078,50	27/08/2001			
	1389004875008	Regular	58300,40	26/08/2001			
	1389004885003	Regular	289942,37	26/08/2001			
	1389004895009	Regular	5129791,77	26/08/2001			
	1389004905004	Regular	10390135,00	05/02/2013			
	1389004915000	Regular	10567803,56	12/12/2013			
	1389004925005	Regular	199513,22	26/08/2001			
	1389004935000	Regular	337733,98	26/08/2001			
	1389004945006	Regular	999305,15	27/02/2013			
	1389004955001	Regular	230348,50	27/08/2001			
	1389004965007	Regular	70867,39	27/08/2001			
	1389004975002	Regular	49810,89	27/08/2001			
	1389004985008	Regular	1562204,11	26/08/2001			
	1389004995003	Regular	762833,13	27/08/2001			
	1389005005007	Regular	524183,79	10/04/2013			
	1389005015002	Regular	812392,61	25/02/2013			
	1389005025008	Regular	60343,86	26/08/2001			
	1389005055004	Regular	1702655,30	26/08/2001			
	1389005065000	Regular	40393,24	26/08/2001			
	1389005075005	Regular	70057,37	26/08/2001			
	1389005085000	Regular	7746757,81	30/04/2013			
	1389005405005	Regular	225219,93	27/08/2001			
	1389005415000	Regular	146767,11	27/08/2001			
	1389005425006	Regular	1457572,25	27/08/2001			
	1389005435001	Regular	158150,85	27/08/2001			
	1389005445007	Regular	95888,51	27/08/2001			
	1389005455002	Regular	404990,83	27/08/2001			
	1389005465008	Regular	13877645,91	12/12/2013			
	1389005475003	Regular	1029573,91	26/08/2001			
	1389005485009	Regular	366132,24	28/08/2001			
	1389005885007	Regular	876612,20	28/12/2005			
	1389006325005	Novo	9117065,80	07/04/2009			
	1389006365007	Bom	2198662,55	19/04/2013			
	1455000605008	Regular	264529,43	27/08/2001			
	1559004065007	Bom	9913834,21	12/12/2013			
Vazio	1447000305003	Bom	480000,00	14/02/2006			
Total							

Fonte: <https://spiunet.spu.planejamento.gov.br/>

Quadro A.6.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros			
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	UF 1 - Ceará	Σ	Σ
	Fortaleza	2	2
	Quixadá		2
	município "n"		
	UF "n"	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município "n"		
Subtotal Brasil		2	4
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		2	4

Fonte: Pró-Reitoria de Administração

## 10 Gestão de Tecnologia de Informação (Parte A, Item 7, Anexo II)

### Quadro A.7.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados		
<b>1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:</b>		
X		Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	X	Monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X		Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	X	Aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	X	Aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
		Aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	X	Aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
		Aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
		Aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X		Designou formalmente um comitê de TI para <b>auxiliá-la nas decisões</b> relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X		Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
X		Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
<b>2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:</b>		
X		Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
		Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
		Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2013.

	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Aprovou, para 2013, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta Instituição.
<b>3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2013, por iniciativa da própria instituição:</b>	
X	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
X	Auditoria de segurança da informação.
X	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual (is)?
	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2013.
<b>4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:</b>	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
X	O PDTI desdobra diretrizes estabelecidas(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
X	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: ( <a href="http://www.sti.ufc.br/govti/pdti/">http://www.sti.ufc.br/govti/pdti/</a> )
<b>5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:</b>	
X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
<b>6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:</b>	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos ao qual a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
<b>7. Em relação às contratações de serviços de TI:</b>	
Utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(3) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(3) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(3) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(3) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(3) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
<b>8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)</b>	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.

	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A Instituição a publicará em 2014, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2014 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
X	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<b>9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?</b>	
X	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
<b>Comentários</b>	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

Fonte: STI-UFC

### Análise Crítica:

As exigências para adoção de processos de governança de TI para as UJs são essenciais para a melhoria do controle e da qualidade dos serviços de TI prestados. Alguns obstáculos, entretanto, têm sido enfrentados pela UFC no atendimento dessas exigências tais como: falta de um maior conhecimento pelos servidores nos processos de governança e quantidade insuficiente de servidores para desenvolver atividades relacionadas com a implementação dos processos de governança de TI. Houve um concurso recentemente para mais servidores que trabalharão nessa área e espera-se que isso seja melhorado. Além disso, foi publicado em 2012 o Plano de Segurança da Informação e foi elaborado o Plano Diretor de TI (PDTI) em 2013, que também foi publicado. Criou-se também uma assessoria na Secretaria de TI (STI) para estabelecer os processos de governança de TI e processos de aquisição de bens e serviços de TI conforme a Instrução Normativa 4 (IN04).

## 11 Providências Adotadas para o Atendimento das Deliberações Exaradas em Acórdãos do TCU

### 11.1 Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício (Quadro A.9.1.1)

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Universidade Federal do Ceará					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	018.953/2009-7	1853/2012 - TCU - 2ª Câmara			Ofício 789/2012-TCU/SECEX-CE
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Universidade Federal do Ceará					



**Descrição da Deliberação**

- 1.6.1.3. Esclareçam a diferença de 14 servidores ativos detectada pela CGU e relacione-os nominalmente, de forma a compatibilizar as informações do relatório de gestão da entidade com as do SIAPE, no tocante ao quantitativo de pessoal, em atendimento ao princípio do controle administrativo preconizado no DL nº 200/67;
- 1.6.1.4. Observem, na admissão de professores substitutos, ao prévio e regular processo seletivo simplificado e à devida e tempestiva formalização contratual, acorde com o que estabelece o art. 3º da Lei nº 8.745/93;
- 1.6.1.5. Formalizem as admissões de professores substitutos somente quando atendidas as condições dispostas no art. 2º, § 1º, da Lei nº 8.745/93, com indicação nos campos 26 a 30 do formulário SISACNET respectivo dos atos que originaram a efetiva disponibilidade de vaga;
- 1.6.1.8. Emitam portaria de alteração de aposentadoria do ex servidor de matrícula nº 0290486, publicando-a no DOU, e efetue o respectivo cadastramento dessa alteração no sistema SISAC/TCU, conforme estabelecido na IN nº 55/TCU/2007;
- 1.6.1.9. Apresentem certidão expedida pelo INSS do inativo, matrícula nº 0290486, relativa ao tempo de serviço averbado para aposentadoria em atividade insalubre, em observância a Orientação Normativa SRH/MPOG nº 7/2007;
- 1.6.1.10. Certifiquem, apresentando documentação comprobatória, a regularidade do pagamento de proventos integrais aos inativos, matrículas nº 0291571 e nº 6289691, em desacordo com a fundamentação legal de suas aposentadorias, constante no cadastro do Sistema SIAPE, correspondente a proventos proporcionais;
- 1.6.1.11. Efetuem a reposição ao erário do valor pago a maior, a título de auxílio alimentação, ao professor substituto de matrícula nº 1443174, na forma do art. 46 da Lei nº 8.112/90;
- 1.6.1.12. Suspendam o pagamento do benefício Abono de Permanência, previsto na Emenda Constitucional nº 41/2003, e efetuem os acertos financeiros cabíveis, referente aos 23 servidores, abaixo relacionados, tendo em vista que da documentação apresentada pela entidade não ficou comprovada a regularidade das referidas percepções: servidores matrículas nº SIAPE: 0290900, 0728211, 0293619, 0293898, 0293267, 6291132, 0079608, 0294083, 0293701, 0293585, 0292236, 0289841, 0292740, 1166215, 0289949, 1166311, 8291662, 0293060, 0293166, 0290202, 0293489, 0291913, 0311481;
- 1.6.1.15. Corrijam no Sistema SIAPE a situação funcional, de CEDIDO para ATIVO PERMANENTE, dos servidores de matrículas nº 2227474 e nº 0289785, registrando para este último, nos dados individuais funcionais - SIAPE, a ocorrência de afastamento para desempenho em mandato eletivo, fundamentado no art. 94 da Lei nº 8.112/90;
- 1.6.1.17. Efetuem no Sistema SISAC/TCU o cadastramento dos atos de admissão pendentes de registro, conforme estabelecido na IN/TCU nº 55/2007;
- 1.6.1.19. Realizem ampla pesquisa de preços/orçamentos quando a Universidade for contratar diretamente serviços de engenharia de modo a evitar que as cotações se restrinjam a empresas ligadas entre si ou de fachada, prejudicando a busca pelo melhor preço e o princípio da competitividade;
- 1.6.1.20. Abstenham-se de realizar carta convite sem o mínimo de três propostas aptas a contratar, conforme determina o § 7º do art. 22 da Lei nº 8.666/93;
- 1.6.1.21. Convoque no mínimo um novo fornecedor presente no mercado, a cada realização de novo convite pertinente a objeto idêntico ou assemelhado, conforme determina o § 6º do art. 22 da Lei nº 8.666/93;
- 1.6.1.22. Abstenham-se de contratar, em sede de inexigibilidade de licitação, assinatura de revistas e periódicos e serviços sem comprovação da exclusividade, tendo em vista o disposto no item 3.3, Anexo II, do Decreto nº 3.555, de 8/8/2000 e no art. 25 da Lei nº 8.666/93;
- 1.6.1.23. Instruam os processos de inexigibilidade e de dispensa de licitação com os devidos pareceres jurídicos e justificativos de preços, em cumprimento aos artigos 36 e 38 da Lei nº 8.666/93;
- 1.6.1.26. Efetuem controle da utilização dos telefones, de modo a estabelecer limites e critérios para serviços como *Velox*, Radiodifusão e TC Data Turbo, ligações a cobrar, ligações locais para celular, ligações longa distância nacional para celular, auxílio à lista e informador, tendo em vista a finalidade pública e o princípio da economicidade;
- 1.6.1.27. Apresente à CGU cópia do registro cartorial do imóvel, 2a Zona, em nome da UFC referente às três matrículas, 3219, 3220, e 3221, demonstrando que não pesa mais sobre a matrícula nº 3221, a hipoteca em favor do Banco do Brasil, tendo em vista ainda a alimentação de dados no SPIUnet, demonstrando a real propriedade da UFC (Processo nº 15922/08-73);
- 1.6.1.28. Ratifiquem os processos de dispensa e de inexigibilidade de licitação, que devem ser instruídos somente com Parecer Jurídico emitido por membro da Advocacia-Geral da União- AGU, abstendo-se de concluir processos com base em Parecer Jurídico assinado por qualquer outro servidor, em desacordo com o parágrafo 3º do art. 2º e no art. 18 da Lei Complementar nº 73, de 10/02/1993 e Orientação Normativa-AGU 28, de 9/4/2009;
- 1.6.1.30. No andamento dos processos licitatórios na modalidade convite, comuniquem e/ou publique os resultados dos eventos aos licitantes ausentes, com vistas à intimação para interposição de recurso, tendo em vista o disposto no inciso Iº do art. 109 da Lei nº 8.666/93, bem como providencie junto aos contratados o aporte das garantias previstas no edital, previsto no art. 56 da mesma lei;
- 1.6.1.31. Realizem pesquisas de preços no mercado, a fim de estimar o custo do objeto a ser adquirido, verificando a compatibilidade dos preços propostos com os praticados no mercado, em consonância com os artigos 7º, § 2º, inciso II, e 43, incisos IV e V, todos da Lei nº 8.666/1993;
- 1.6.1.32. Republiquem os editais de pregão, recontando o prazo legal sempre que houver alteração das especificações

do objeto, conforme determina o art. 17 do Decreto nº 5.450/05, evitando informação privilegiada e possíveis restrições à competitividade;

1.6.1.33. Motivem expressa e devidamente nos processos de pregão, as razões para classificação e desclassificação de licitantes, tendo em vista o disposto no § único do art. 4º da Lei 8.666/93 e no § 3º do art. 22 do Decreto nº 5.450/05;

1.6.1.34. Tornem sem efeito o termo aditivo pleiteado pela empresa Construtora Cimel, CNPJ: 05.099.819/0001-71, no valor de R\$ 135.148,45, decorrente da Carta Convite 34/2008, cujo objeto foi a reforma realizada no Bloco 708 do Centro de Tecnologia - Campus do Pici/UFC, onde funciona a Unidade Didática do curso de Engenharia Civil e aprovado pela Coordenadoria de Obras e Projetos da UFC, caso o mesmo tenha sido assinado, uma vez não estar comprovada a execução dos serviços;

1.6.1.35. Abstenham-se de contratar, com fundamento no inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666/93, quando não estiver devidamente caracterizada a urgência na aquisição do objeto do contrato, e, nos casos de dispensa sob esse fundamento, faça constar nos processos as justificativas dos preços, conforme determina o inciso III do § único do art. 26 da Lei nº 8.666/93, anexando, ainda, os pareceres jurídicos emitidos sobre as dispensas, segundo preceitua o inciso VI do art. 38 da Lei nº 8.666/93 e a ratificação pela autoridade superior sobre a dispensa;

1.6.1.36. Realize nas contratações diretas, orçamento detalhado dos serviços de engenharia relativos a obras, reformas e instalações, dando cumprimento ao inc. II, § 2º, art. 7º da Lei nº 8.666/93;

1.6.1.37. Promova a guarda e identificação do equipamento Vectonistagmógrafo Digital, adquirido por meio do Pregão Eletrônico nº 55/2008, de forma adequada para evitar a ocorrência de danos ao mesmo, consoante os princípios de controle e eficácia administrativa;

1.6.1.38. Fiscalize devidamente a execução dos contratos de locação de máquinas de reprografia de modo a evitar pagamento de franquia de máquinas sem produção, inclusive cobrando da contratada a manutenção tempestiva de máquinas inoperantes, em consonância com os princípios da eficiência, eficácia e economicidade;

1.6.1.39. Providencie junto à empresa contratada o ressarcimento das quantias referentes aos pagamentos integrais de franquias relativos às máquinas de reprografia sem nenhuma produção, em alguns meses do exercício de 2008, que perfaz R\$ 1.700,00, com os devidos acréscimos legais, consoante determinações contidas nos itens 6.2 e 6.4 do Anexo I do Edital do Pregão nº 30/2007 que norteou a contratação;

1.6.1.40. Adotem mecanismos eficazes de controle, de forma a evitar o pagamento de multas e juros de mora devido a atrasos no pagamento;

1.6.1.41. Formalizem contrato junto à fornecedora de energia elétrica, conforme previsto no art. 60 da Lei nº 8.666/93, após ser instruído com o devido parecer jurídico previsto no art. 38 da mesma lei;

1.6.1.42. Acompanhem e informe no RAINT a implementação das recomendações dos órgãos de controle interno e externo, bem como as próprias recomendações da AUDIN utilizando o sistema SADIN, fazendo menção ao atendimento ou não do item, conforme estabelecido nos arts. 4º e 6º da Instrução Normativa SFC 1, de 3/1/2007.

#### Providências Adotadas

**Sector Responsável pela Implementação**

**Código SIORG**

#### Síntese da Providência Adotada

1.6.1.3, 1.6.1.4, 1.6.1.5, 1.6.1.8, 1.6.1.9, 1.6.1.10, 1.6.1.11, 1.6.1.12, 1.6.1.15, 1.6.1.17 - Por meio do of.035/2013/AUDIN/UFC, a Auditoria Interna encaminha o ofício 654/CAP/PROGEP/UFC, o qual traz esclarecimentos sobre as determinações em questão.

1.6.1.19, 1.6.1.20, 1.6.1.21, 1.6.1.23, 1.6.1.26, 1.6.1.27, 1.6.1.28, 1.6.1.30, 1.6.1.31, 1.6.1.32, 1.6.1.33, 1.6.1.34, 1.6.1.35, 1.6.1.36, 1.6.1.38, 1.6.1.39, 1.6.1.40, 1.6.1.42 - atendidos mediante apresentação do Ofício 023/2013/AUDIN/UFC em 01/03/2013 à Controladoria Geral da União.

1.6.1.37, 1.6.1.41 - atendido mediante apresentação do ofício 024/2013/AUDIN/UFC à Controladoria Geral da União em 06/03/2013.

#### Síntese dos Resultados Obtidos

Pontos atendidos

#### Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.

Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas discontinuidades de normas operacionais.

Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações

operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos *campi* de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.

Cumpram ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, consta o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.

Contribuíram para o não atendimento completo das recomendações os seguintes obstáculos operacionais:

- Número de técnico-administrativos ainda insuficiente para a carga de trabalho dos setores da Universidade.
- Transição de chefias, as quais impactaram a implantação de novos métodos e rotinas nos setores.
- Adesão da Universidade a novas demandas de ensino e serviço à sociedade.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Universidade Federal do Ceará					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	029.779/2012-0	8065/2012 - TCU - 2ª Câmara			2226/2012-TCU/SECEX-CE
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Universidade Federal do Ceará					
Descrição da Deliberação					
Determina a Universidade que encaminhe à Controladoria Geral da União no Estado do Ceará (CGU/CE) nos próximos 180 (cento e oitenta) dias, os resultados das apurações das comissões de PAD e de TCE constituídas com o intuito de apurar possíveis irregularidades encontradas nos Pregões Eletrônicos nº 130/2010 e nº 119/2011, e na gestão dos contratos deles decorrentes.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração					
Síntese da Providência Adotada					
A UFC em atendimento ao Acórdão encaminhou as seguintes respostas: Envio em 11/06/2013 de defesa e relatórios TCEs e PADs ao TCU por meio do ofício nº 372/2013-GR; Envio em 11/06/2013 de manifestação acerca do contexto acadêmico e administrativo atual da UFC; Envio em 14/06/2013 de relatórios TCEs e PADs à CGU Brasília e ao AECI MEC.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Solicitação Atendida.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.					
Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.					
Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos <i>campi</i> de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.					
Cumpram ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou					

assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, consta o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.

Contribuíram para o não atendimento completo das recomendações os seguintes obstáculos operacionais:

- Número de técnico-administrativos ainda insuficiente para a carga de trabalho dos setores da Universidade.
- Transição de chefias, as quais impactaram a implantação de novos métodos e rotinas nos setores.
- Adesão da Universidade a novas demandas de ensino e serviço à sociedade.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Universidade Federal do Ceará					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	036.076/2011-2				Ofício 112/2012-TCU-SECOB-1
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Universidade Federal do Ceará					
Descrição da Deliberação					
<p>Solicita que, <b>no prazo de 15 (quinze) dias</b>, a contar do recebimento da presente diligência, encaminhe a esta Secretaria cópia dos seguintes documentos relacionados aos contratos administrativos contidos no Anexo I:</p> <p>a) Referentes às licitações:</p> <p>a.1) Composição detalhada do BDI do edital;</p> <p>a.2) Ata(s) de julgamento e homologação da licitação;</p> <p>b) Referentes aos contratos administrativos:</p> <p>b.1) Contrato administrativo;</p> <p>b.2) Planilha orçamentária da empresa contratada;</p> <p>b.3) Composição detalhada do BDI do contrato; e</p> <p>b.4) Fórmula de cálculo do BDI do contrato.</p> <p>Solicitamos ainda que, caso o objeto licitado/contratado contemple execução de obras/serviços de engenharia e fornecimento de materiais/equipamentos relevantes, sejam encaminhadas as composições detalhadas do BDI para obras/serviços de engenharia e para fornecimento de materiais/equipamentos tanto em relação ao edital quanto ao contrato administrativo.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Universidade Federal do Ceará					
Síntese da Providência Adotada					
Por meio do ofício 090/2012-GR foi encaminhada documentação referentes às Concorrências Públicas Nacionais nº 15/2010 e 16/2009, em atendimento à requisição exarada no bojo da diligência em epígrafe.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Atendido.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
<p>O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.</p> <p>Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas discontinuidades de normas operacionais.</p> <p>Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos <i>campi</i> de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de</p>					

horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.

Cumpra ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, consta o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.

Contribuíram para o não atendimento completo das recomendações os seguintes obstáculos operacionais:

- Número de técnico-administrativos ainda insuficiente para a carga de trabalho dos setores da Universidade.
- Transição de chefias, as quais impactaram a implantação de novos métodos e rotinas nos setores.
- Adesão da Universidade a novas demandas de ensino e serviço à sociedade.

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Universidade Federal do Ceará					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	008.220/2013-1	3536/2006-TCU-2ª Câmara			3912/2013-TCU/SEFIP
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Universidade Federal do Ceará					
Descrição da Deliberação					
Magnífico Reitor, 1. Consoante delegação de competência do Relator, Ministro Valmir Canipelo, e com fulcro no art. 11 da Lei 8.443/1992, foi determinada a audiência de Vossa Magnificência para, no prazo de 15 dias, a contar do recebimento da presente comunicação, apresentar razões de justificativa ao descumprimento do Acórdão 3536/2006 TCU 2ª Câmara, que apreciou pela ilegalidade o ato de aposentadoria da servidora Valdevez Marques Cavalcante (CPF 065.837.503-25), em virtude do pagamento da URP (26,05%), bem como da determinação contida no subitem 9.2.1.2 do Acórdão 2161/2005-TCU-Plenário, que determinou a absorção das rubricas relativas a planos econômicos pelas novas estruturas remuneratórias criadas por lei - o que não vem ocorrendo no caso da mencionada aposentada. 2. A rejeição das razões de justificativa poderá ensejar a imputação de multa prevista no art.58 da Lei 8.443/1992. 3. Em caso de não apresentação de resposta no prazo estabelecido, o processo terá prosseguimento, caracterizando-se a revelia, para todos os efeitos, nos termos do § 3º do art. 12 da Lei 8.443/1992. 4. Por fim, solicito atenção para as informações complementares contidas no Anexo I deste ofício, as quais integram a presente comunicação.					
Providências Adotadas					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
PROGEP					
Síntese da Providência Adotada					
Por meio do ofício 264-A, de 23 de abril de 2013, o Magnífico Reitor da Universidade Federal do Ceará apresenta esclarecimentos quanto às solicitações contidas no processo em epígrafe.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Solicitação atendida.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.  Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.  Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações					

operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos *campi* de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.

Cumpra ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, consta o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.

Contribuíram para o não atendimento completo das recomendações os seguintes obstáculos operacionais:

- Número de técnico-administrativos ainda insuficiente para a carga de trabalho dos setores da Universidade.
- Transição de chefias, as quais impactaram a implantação de novos métodos e rotinas nos setores.
- Adesão da Universidade a novas demandas de ensino e serviço à sociedade.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Universidade Federal do Ceará					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	008.989/2013-3	1.348/2010-TCU-Plenário			Ofício 4423/2013
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Universidade Federal do Ceará					
Descrição da Deliberação					
<p>Magnífico Reitor,</p> <p>Com vistas ao saneamento do processo acima indicado, com fundamento no art. 11 da Lei nº 8.443/1992, solicito a Vossa Magnificência que, no prazo de 30 dias, encaminhe a esta SEFIP os documentos e/ou esclarecimentos abaixo discriminados, referentes a pensões civis instituídos por essa entidade:</p> <p>INSTITUIDOR: ARMANDO GERMANO DE OLIVEIRA            BENEFICIÁRIAS: ISANILDA CAMARA DE OLIVEIRA (VIÚVA); SOLANGE MARIA CAMARA DE OLIVEIRA (FILHA);            Esclarecimentos/documentos:            - Comprovação da dependência econômica da filha maior de 21 anos e inválida (Solange Maria Camara de Oliveira) em relação ao instituidor, enquanto vivo, e a cópia do laudo pericial, emitido por junta médica oficial, que ateste a invalidez e sua preexistência ao momento do óbito do instituidor (Súmula TCU nº 271/2012).</p> <p>INSTITUIDOR: FRANCISCO BENTO DE SOUSA            BENEFICIÁRIAS: CARMELITA DOS SANTOS SOUZA (VIÚVA); ZENEIDA ALVES DE LIMA (COMPANHEIRA);            Esclarecimentos/documentos:            - Cópia da decisão judicial, se existir, que tenha reconhecido a união estável à companheira, sem afastar o direito da viúva, para que o benefício possa ser concedido concomitantemente à viúva e à companheira, conforme entendimento firmado no Acórdão 1.348/2010-TCU-Plenário.</p> <p>INSTITUIDOR: JOÃO FERREIRA GOMES            BENEFICIÁRIAS: CONSTANCIA MARIA DA SILVA GOMES (VIÚVA); MARIA PAULA DE OLIVEIRA FILHA (COMPANHEIRA);            Esclarecimentos/documentos:            - Cópia da decisão judicial, se existir, que tenha reconhecido a união estável à companheira, sem afastar o direito da viúva, para que o benefício possa ser concedido concomitantemente à viúva e à companheira, conforme entendimento firmado no Acórdão 1.348/2010-TCU-Plenário.</p> <p>2. Solicito restituir a esta Secretaria de Fiscalização de Pessoal — SEFIP a 2a via deste ofício, datada e assinada.            3. Informo que o Tribunal pune os responsáveis pelo não atendimento de diligências, com a multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
PROGEP					

<b>Síntese da Providência Adotada</b>
A PROGEP emitiu os ofícios 971/CAPES/PROGEP/UFC, de 13 de maio de 2013, e 1436/PROGEP/UFC, de 25 de junho de 2013, que trazem justificativa sobre as pensões civis em epígrafe.
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>
Tendo em vista os encaminhamentos relacionados, considera-se o ponto atendido até posterior análise do Tribunal de Contas.
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>
O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.
Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.
Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos <i>campi</i> de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.
Cumprir ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, consta o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.
Contribuíram para o não atendimento completo das recomendações os seguintes obstáculos operacionais: - Número de técnico-administrativos ainda insuficiente para a carga de trabalho dos setores da Universidade. - Transição de chefias, as quais impactaram a implantação de novos métodos e rotinas nos setores. - Adesão da Universidade a novas demandas de ensino e serviço à sociedade.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Universidade Federal do Ceará					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	041.816/2012-9	1806/2013 - TCU - 2º Câmara			5045/2013-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Universidade Federal do Ceará					
Descrição da Deliberação					
<p>Senhor (a) Superintendente,</p> <p>Encaminhamos a Vossa Senhoria, em anexo, para adoção das providências pertinentes, cópia do Acórdão 1806/2013 - TCU - Segunda Câmara, prolatado na Sessão de 9/4/2013.</p> <p>Solicitamos especial atenção no que se refere ao encaminhamento a esta Sefip, juntamente com a resposta ao presente ofício, do(s) comprovante(s) de ciência do (a) interessado (a), nos termos do que foi estabelecido no Acórdão acima mencionado, independentemente de interposição de eventual recurso por parte do órgão.</p> <p>A propósito, esclarecemos que, tão logo ultimadas as medidas a cargo desse (a) órgão/entidade, nos prazos estabelecidos no(s) Acórdão(s), o Tribunal deverá ser formalmente notificado a respeito.</p> <p>Salientamos que a ausência de atendimento tempestivo às determinações do TCU poderá ensejar a aplicação, aos responsáveis, da multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei nº 8.443/92.</p> <p>Solicitamos, por fim, que imediatamente após o recebimento deste ofício sua 2ª via seja restituída, coma aposição do "ciente", a esta Secretaria.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG

PROGEP
<b>Síntese da Providência Adotada</b>
Enviado of. 070/2013/AUDIN/UFC, de 17 de maio de 2013, com os devidos esclarecimentos.
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>
Tendo em vista o envio dos esclarecimentos, considera-se o ponto atendido.
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>
O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.
Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.
Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos <i>campi</i> de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.
Cumpram ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, consta o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.
Contribuíram para o não atendimento completo das recomendações os seguintes obstáculos operacionais:
- Número de técnico-administrativos ainda insuficiente para a carga de trabalho dos setores da Universidade.
- Transição de chefias, as quais impactaram a implantação de novos métodos e rotinas nos setores.
- Adesão da Universidade a novas demandas de ensino e serviço à sociedade.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Universidade Federal do Ceará					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	014.551/2009-2				Ofício 6993/2013
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Universidade Federal do Ceará					
Descrição da Deliberação					
Com vistas ao saneamento do processo acima indicado, com fundamento no art. 11 da Lei 8.443/1992, solicito a Vossa Magnificência que, no prazo de 30 dias, encaminhe a esta SEFIP os documentos e/ou esclarecimentos abaixo discriminados, referentes à aposentadoria instituída por essa entidade: INTERESSADO: RAYMUNDO MAURO DE ARARIPE PEREIRA; ESCLARECIMENTOS/DOCUMENTOS: - declaração de acumulação de cargos; cópias das portarias de designação/exoneração/correlações das funções exercidas pelo servidor; declaração, expedida pelo setor de pessoal, quanto à ocorrência, na época da concessão, de débito do servidor com o erário, bem como de processo administrativo disciplinar e de afastamento para aperfeiçoamento em instituição nacional ou estrangeira nos últimos dois anos que antecederam a inativação; e principais peças judiciais das vantagens consignadas na ficha financeira do servidor, nas rubricas 01293, 10289 e 16171, apresentando a memória de cálculo dos valores constantes nessas rubricas, respectivamente, R\$ 1.823,22, R\$ 10.202,29 e R\$ 2.912,85. Solicito restituir a esta Secretaria de Fiscalização de Pessoal — SEFIP a 2a via deste ofício, datada e assinada. Informe que o Tribunal pune os responsáveis pelo não atendimento de diligências, com a multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.					



Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
PROGEP	
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
Por meio do of. 079/2013/AUDIN/UFC, de 02 de julho de 2013, foram encaminhados os esclarecimentos acerca das demandas contidas no ofício em referência.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
Tendo em vista o envio dos esclarecimentos ao TCU, considera-se a demanda atendida.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
<p>O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.</p> <p>Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.</p> <p>Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos <i>campi</i> de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.</p> <p>Cumprir ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, consta o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.</p> <p>Contribuíram para o não atendimento completo das recomendações os seguintes obstáculos operacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de técnico-administrativos ainda insuficiente para a carga de trabalho dos setores da Universidade.</li> <li>- Transição de chefias, as quais impactaram a implantação de novos métodos e rotinas nos setores.</li> <li>- Adesão da Universidade a novas demandas de ensino e serviço à sociedade.</li> </ul>	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Universidade Federal do Ceará					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	023.414/2013-8				0665/2013-TCU/Sefti
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Universidade Federal do Ceará					
Descrição da Deliberação					
<p>Com meus cordiais cumprimentos, informo a Vossa Magnificência, que esse tribunal iniciou fiscalização, no âmbito do TC 023.414/2013-8, coordenada pela Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti), com o objetivo de realizar diagnóstico da situação de pessoal de TI nas instituições da Administração Pública Federal (APF). O referido trabalho será realizado, primordialmente, por meio de pesquisa eletrônica, a qual consiste em um questionário que deverá ser respondido por essa instituição.</p> <p>Nesse sentido, solicito que indique, em até cinco dias a partir do recebimento deste, por meio do endereço eletrônico <a href="mailto:levpessoalti2013@tcu.gov.br">levpessoalti2013@tcu.gov.br</a>, o interlocutor responsável pelo preenchimento do questionário, constando, entre as informações encaminhadas, nome, cargo, endereço, endereço eletrônico e telefone, para o envio das instruções pertinentes ao seu adequado preenchimento.</p> <p>Para melhor orientá-lo na indicação do responsável pelo preenchimento da pesquisa eletrônica, segue anexa versão preliminar do questionário. Ressalto que o questionário não deve ser respondido neste momento, mas deve ser apenas</p>					

indicado o interlocutor que ficará responsável pela resposta.  
Ao tempo em que coloco à disposição dessa instituição a equipe da Sefti para dirimir eventuais dúvidas por meio do e-mail levpeessoalti2013(*tcu.gov.br*), agradeço a Vossa Magnificência pela atenção dispensada.

#### Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
PROGEP	

#### Síntese da Providência Adotada

Foram enviadas, conforme solicitado, as informações requeridas para o endereço eletrônico descrito no ofício em referência.

#### Síntese dos Resultados Obtidos

Foram enviadas, conforme solicitado, as informações requeridas para o endereço eletrônico descrito no ofício em referência.

#### Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.

Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.

Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos *campi* de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.

Cumpram ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, consta o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.

Contribuíram para o não atendimento completo das recomendações os seguintes obstáculos operacionais:

- Número de técnico-administrativos ainda insuficiente para a carga de trabalho dos setores da Universidade.
- Transição de chefias, as quais impactaram a implantação de novos métodos e rotinas nos setores.
- Adesão da Universidade a novas demandas de ensino e serviço à sociedade.

#### Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa	Código SIORG
Universidade Federal do Ceará	

#### Deliberações do TCU

##### Deliberações Expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9	021.198/2013-6	2226/2013-Plenário		DE/RE	Ofício 1570/2013-TCU/SECEX-CE

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal do Ceará	

#### Descrição da Deliberação

9.1. Conhecer da presente solicitação, uma vez preenchidos os requisitos do art. 7º da Instrução Normativa - TCU nº 63/2010, e autorizar, em caráter excepcional, o prazo adicional e improrrogável de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência, para apresentação ao Tribunal do processo de prestação de contas anual da Universidade Federal do Ceará, relativa ao exercício de 2012;

9.2. Enviar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, para conhecimento do Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria Geral da União e à Universidade Federal do Ceará;

9.3. Arquivar o presente processo

Providências Adotadas	
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Universidade Federal do Ceará	
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
Em 01/04/2013, foi encaminhada a Prestação de Contas 2012 da Universidade à Controladoria Geral da União.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
Atendido	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
<p>O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.</p> <p>Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.</p> <p>Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos <i>campi</i> de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.</p> <p>Cumpram ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, consta o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.</p> <p>Contribuíram para o não atendimento completo das recomendações os seguintes obstáculos operacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de técnico-administrativos ainda insuficiente para a carga de trabalho dos setores da Universidade.</li> <li>- Transição de chefias, as quais impactaram a implantação de novos métodos e rotinas nos setores.</li> <li>- Adesão da Universidade a novas demandas de ensino e serviço à sociedade.</li> </ul>	

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Universidade Federal do Ceará					
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	015.481/2013-1	2.731/2008-TCU-Plenário			0373/2013-TCU/SecexEduc
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Universidade Federal do Ceará					
<b>Descrição da Deliberação</b>					
<p>1. Com vistas ao saneamento do processo TC 015.481/2013-1, no âmbito do qual se realiza o referido trabalho, solicito a Vossa Magnificência, com fundamento nos artigos 41, 11; 42 caput; e 87, todos da Lei 8.443/1992, que, <b>no prazo de 15 (quinze) dias</b>, a partir do recebimento deste ofício, encaminhe a este Tribunal a documentação especificada a seguir, <b>em formato eletrônico</b>, endereçada ao <i>email</i> secexeduc (tcu.gov.br):</p> <p>3.1. Cópia do Plano de Desenvolvimento Institucional (instrumento previsto no art. 1º, § 1º, da Lei nº 8.958/1994 c/c o art. 2º, <i>capuz</i>’, do Decreto 7.423/2010) em vigor no âmbito dessa universidade;</p> <p>3.2. Em relação aos <b>contratos/projetos discriminados no Anexo 1 deste ofício</b>, que contaram com a participação de fundações de apoio:</p> <p>3.2.1. Cópias dos planos de trabalho, projetos básicos ou termos de referência; 3.2.2. cópias dos extratos bancários e demonstrativos contábeis;</p> <p>3.2.3. Listagem com o nome dos coordenadores designados para os referidos projetos, correlacionando-os;</p> <p>3.3. Listagem com a discriminação dos projetos celebrados entre essa universidade e fundações de apoio, <b>a partir de</b></p>					

**1º/1/2011, conforme o modelo indicado no Anexo 2 deste ofício,** que obedecem aos seguintes critérios:

3.3.1. Classificados como de "desenvolvimento institucional";

3.3.2. Que tenham previsto a utilização de Fundos de Apoio Institucional (FAI) ou instrumentos similares para arrecadação e manutenção de recursos em contas bancárias de fundações de apoio;

3.4. Demonstrativos dos seguintes itens, em relação a projetos com termo de convênio/contrato assinado a partir de 1º/1/2011, **conforme os modelos indicados no Anexo 2 deste ofício:**

3.4.1. utilização da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso, prevista no art. 76-A da Lei 8.112/1990, como instrumento de remuneração de servidores;

3.4.2. Bolsas pagas a servidores dessa universidade, por parte das fundações de apoio;

3.5. Normas, manuais ou orientações expedidas por essa universidade para regulamentar os seguintes temas:

3.5.1. critérios de participação de professores em projetos apoiados por fundações que envolvam pagamentos mediante bolsas, inclusive no que se refere à colaboração esporádica prevista no Decreto nº 94.664/1987;

3.5.2. Atuação de coordenadores de projetos, de forma a evitar o favorecimento a cônjuges ou parentes de servidores da IFES ou empregados de fundações de apoio nas contratações, ou, ainda, o direcionamento de bolsas em benefício dessas pessoas;

3.5.3. Rotinas de encaminhamento de projetos com a participação de fundações de apoio e o conteúdo mínimo para aceitabilidade desses projetos (definição precisa do objeto, projeto básico, metas e indicadores de desempenho e de resultados, recursos humanos e materiais envolvidos etc.);

3.5.4. Casos e condições em que é possível transferir a fundações de apoio a arrecadação de recursos provenientes de prestação de serviços a terceiros;

3.6. Cópias de Boletins Internos ou instrumentos semelhantes que contenham informações sobre os projetos decorrentes do relacionamento dessa universidade com fundações de apoio, bem como indicação dos links de sítios eletrônicos da IFES que contenham tais informações;

3.7. Cópias de manuais, anúncios e outros meios de informação sobre os cursos de pós-graduação lato sensu oferecidos por essa universidade em parceria com fundações de apoio, **realizados a partir de 1º/1/2011**, explicando como a gestão desses cursos é compartilhada pela Eles e pelas referidas fundações;

3.8. Documentos que evidenciem como se dá o recolhimento, à conta única da universidade, dos recursos que lhe são legalmente devidos e o controle e conciliação dos valores arrecadados no âmbito de projetos realizados com a participação de fundações de apoio.

#### Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Universidade Federal do Ceará	

#### Síntese da Providência Adotada

Em 13/08/2013, foi enviado o ofício 514/2013-GR apresentando respostas ao ofício 0373/2013-TCU/SecexEduc.

#### Síntese dos Resultados Obtidos

Atendido

#### Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.

Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas discontinuidades de normas operacionais.

Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos *campi* de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.

Cumpram ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, consta o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.

Contribuíram para o não atendimento completo das recomendações os seguintes obstáculos operacionais:

- Número de técnico-administrativos ainda insuficiente para a carga de trabalho dos setores da Universidade.
- Transição de chefias, as quais impactaram a implantação de novos métodos e rotinas nos setores.
- Adesão da Universidade a novas demandas de ensino e serviço à sociedade.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Universidade Federal do Ceará					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	015.235/2012-2	3325/2013- TCU-2ª Câmara			Ofício 2226/2012-TCU/SECEX-CE
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Universidade Federal do Ceará					
Descrição da Deliberação					
<p>9.3. Determinar à Universidade Federal do Ceará que, no prazo de 10 (dez) dias, encaminhe à CGU no Estado do Ceará os resultados das apurações das comissões de PAD e de TCE, referenciadas no item anterior;</p> <p>9.4. Determinar à SECEX-CE que monitore o cumprimento do item 9.3 acima, representando ao Tribunal caso entenda necessário;</p> <p>9.5. Determinar à CGU no Estado do Ceará que acompanhe o desdobramento dos trabalhos das comissões de PAD e de TCE, adotando as medidas necessárias na respectiva esfera de competência;</p> <p>9.6. Encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, à representante, à Universidade Federal do Ceará e à CGU no Estado do Ceará;</p> <p>9.7. Autorizar o arquivamento dos autos após a adoção das medidas constantes dos itens 9.2 a 9.6 da presente deliberação</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Universidade Federal do Ceará					
Síntese da Providência Adotada					
Os ofícios 382/2013-GR, 383/2013-GR e 395/2013-GR informam ao MEC, à CGU de Brasília e ao TCU-SECEX-CE, respectivamente, os relatórios finais das Tomadas de Contas, em atendimento ao Acórdão 3325.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Atendido					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
<p>O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.</p> <p>Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas discontinuidades de normas operacionais.</p> <p>Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos <i>campi</i> de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.</p> <p>Cumprir ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, consta o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.</p> <p>Contribuíram para o não atendimento completo das recomendações os seguintes obstáculos operacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de técnico-administrativos ainda insuficiente para a carga de trabalho dos setores da Universidade.</li> </ul>					

- Transição de chefias, as quais impactaram a implantação de novos métodos e rotinas nos setores.
- Adesão da Universidade a novas demandas de ensino e serviço à sociedade.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Universidade Federal do Ceará					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	015.047/2013-0				Ofício 0784/2013-TCU/SECEX-CE
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Universidade Federal do Ceará					
Descrição da Deliberação					
<p>Desse modo, solicito a Vossa Magnificência as seguintes providências:</p> <p>a) A disponibilização, até o dia 07/06/2013, preferencialmente em meio eletrônico, dos documentos e informações constantes do anexo I deste ofício, organizados na ordem em que estão listados, referenciando, para cada documento, a seção do questionário correspondente;</p> <p>b) Disponibilização, até o dia 07/06/2013, em meio eletrônico, dos documentos e informações referentes aos atuais responsáveis dessa Instituição, em caráter efetivo ou em substituição, conforme modelos constantes do anexo II a este ofício;</p> <p>c) Designação formal de servidor (nome, matrícula, cargo, telefone e e-mail), a partir da ciência desta fiscalização, para interlocução junto à equipe de fiscalização, agendamento de reuniões e acompanhamento do fornecimento dos documentos referentes a esta e futuras solicitações da equipe;</p> <p>d) Divulgação da realização deste trabalho do TCU junto aos servidores e prestadores de serviços dessa Instituição, informando o objetivo do trabalho, o período previsto para a fiscalização e o telefone (85) 4008-8350 para quaisquer informações ou esclarecimentos sobre o trabalho, de forma a tornar transparente a atuação desta Corte de Contas.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Síntese da Providência Adotada					
Em 29/07/2013 foi realizada reunião com os auditores do Tribunal que tratavam na época da pasta de Tecnologia da Informação da Universidade. Igualmente, a Secretaria de Tecnologia da Informação apresentou respostas mediante e-mail e o ofício 181/2013-STI.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Atendido.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicou a Adoção de Providências pelo Gestor					
<p>O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.</p> <p>Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.</p> <p>Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos <i>campi</i> de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.</p> <p>Cumprе ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, consta o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.</p>					

Contribuíram para o não atendimento completo das recomendações os seguintes obstáculos operacionais:

- Número de técnico-administrativos ainda insuficiente para a carga de trabalho dos setores da Universidade.
- Transição de chefias, as quais impactaram a implantação de novos métodos e rotinas nos setores.
- Adesão da Universidade a novas demandas de ensino e serviço à sociedade.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Universidade Federal do Ceará					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
13	046.872/2012-4				Ofício 0400/2013-TCU/SECEX-CE
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Universidade Federal do Ceará					
Descrição da Deliberação					
<p>Conforme delegação de competência conferida pelo Excelentíssimo Senhor Ministro Relator, e pela sua delegação conferida pela Portaria 9/2013 da SECEX/TCU/CE, no processo de representação contra a Universidade Federal do Ceará - UFCE, com fundamento no art. 157 do Regimento Interno/TCU, solicito a Vossa Magnificência que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da presente comunicação, informe a esta Secretaria do TCU no Ceará se a Universidade irá aderir à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), e, caso positivo, identificar o estágio em que se encontra o processo de adesão bem como encaminhar documentação comprobatória das medidas adotadas até a presente data com vistas ao alcance do intento.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Hospital Universitário Walter Cantídio					
Síntese da Providência Adotada					
Em 24/04/2013, o ofício 269/2013-GR apresenta ao TCU resposta ao ofício 0400-2013 sobre adesão da UFC à EBSERH.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Atendido					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
<p>O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.</p> <p>Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas discontinuidades de normas operacionais.</p> <p>Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos <i>campi</i> de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.</p> <p>Cumpram ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, consta o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.</p>					
<p>Contribuíram para o não atendimento completo das recomendações os seguintes obstáculos operacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de técnico-administrativos ainda insuficiente para a carga de trabalho dos setores da Universidade.</li> <li>- Transição de chefias, as quais impactaram a implantação de novos métodos e rotinas nos setores.</li> </ul>					

- Adesão da Universidade a novas demandas de ensino e serviço à sociedade.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Universidade Federal do Ceará					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
14	003.073/2013-0				Ofício 0194/2013-TCU/SECEX-CE
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Universidade Federal do Ceará					
Descrição da Deliberação					
Em cumprimento ao Despacho do Excelentíssimo Senhor Ministro Valmir Campelo e para que se possa prosseguimento a processo de Representação enfocando possíveis irregularidades nos Pregões Eletrônicos da UFC 243/2011 e 157/2012 solicito de Vossa Magnificência que, no prazo de 15(quinze) dias, encaminhe a esta Secretaria os seguintes documentos: a íntegra dos citados pregões e os documentos deles decorrentes, incluindo contratações, pagamentos, contratos emergenciais, além de documentos recebidos e enviados à Justiça Comum sobre os certames.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Universidade Federal do Ceará					
Síntese da Providência Adotada					
Em 10/04/2013, o ofício nº 237/2013-GR, o qual responde ao ofício nº 0194/2013-TCU/SECEX-CE, mediante cópias dos processos dos pregões 243-2011 e 157-2012.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Atendido					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicou a Adoção de Providências pelo Gestor					
<p>O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.</p> <p>Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.</p> <p>Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos <i>campi</i> de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.</p> <p>Cumprir ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, consta o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.</p> <p>Contribuíram para o não atendimento completo das recomendações os seguintes obstáculos operacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de técnico-administrativos ainda insuficiente para a carga de trabalho dos setores da Universidade.</li> <li>- Transição de chefias, as quais impactaram a implantação de novos métodos e rotinas nos setores.</li> <li>- Adesão da Universidade a novas demandas de ensino e serviço à sociedade.</li> </ul>					

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Universidade Federal do Ceará	



Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
15	019.131/2013-5				Ofício 478/2013-1 TCU/SECEX-CE
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Universidade Federal do Ceará					
Descrição da Deliberação					
<p>Solicitamos a V. <sup>Mag.a</sup>, nos termos dos artigos 42 e 87 da Lei nº 8.443/92, conforme acordado em reuniões realizadas de 29 a 31 de julho de 2013 nessa Instituição, encaminhar a esta equipe de auditoria do Tribunal de Contas da União — TCU, preferencialmente em meio eletrônico até o dia 15/08/2013, a seguinte documentação:</p> <p>a) Ato normativo que instituiu a Assessoria em Governança de Tecnologia da Informação;</p> <p>b) Ato normativo que designou o assessor em Tecnologia da Informação;</p> <p>c) Ato normativo ou ata de reunião que aprovou o Plano de Desenvolvimento Institucional 2013-2017;</p> <p>d) Evidências de ações de divulgação do código de ética junto aos servidores da instituição;</p> <p>e) ato normativo que instituiu o Comitê de Ética na instituição;</p> <p>f) O ato normativo que designa grupo de trabalho para elaboração de processo de contratação;</p> <p>g) Relatório de planejamento de auditorias internas (PAINT) para os exercícios de 2010, 2011, 2012 e 2013;</p> <p>h) Relatório de atividades de auditoria interna (RAINT) nos exercícios de 2010, 2011, 2012 e 2013.</p> <p>Colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos, no telefone (85) 4008-8390.</p> <p>Cientificamos V.S.a que a sonegação de processo, documento ou informação ensejará a aplicação de multa nos termos do art. 268, inciso VI do Regimento Interno do TCU.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Síntese da Providência Adotada					
Em 14/08/2013, houve o envio do ofício nº 083/2013/AUDIN /UFC ao Tribunal apresentando as documentações solicitadas no ofício nº 478/2013-1 TCU.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Pontos atendidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
<p>O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.</p> <p>Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas discontinuidades de normas operacionais.</p> <p>Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos <i>campi</i> de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.</p> <p>Cumpramos ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, consta o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.</p> <p>Contribuíram para o não atendimento completo das recomendações os seguintes obstáculos operacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de técnico-administrativos ainda insuficiente para a carga de trabalho dos setores da Universidade.</li> <li>- Transição de chefias, as quais impactaram a implantação de novos métodos e rotinas nos setores.</li> <li>- Adesão da Universidade a novas demandas de ensino e serviço à sociedade.</li> </ul>					
Unidade Jurisdicionada					

Denominação Completa						Código SIORG
Universidade Federal do Ceará						
Deliberações do TCU						
Deliberações Expedidas pelo TCU						
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida	
16	000.000/2013-1				Ofício 552-GP/ TCU	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação						Código SIORG
Universidade Federal do Ceará						
Descrição da Deliberação						
<p>Senhor (a) Reitor,</p> <p>Informo a Vossa Magnificência que este Tribunal está promovendo, neste ano, evoluções em sua estrutura em forma de atuação, com vistas a proporcionar maior especialização de suas Secretarias e contribuir para o aperfeiçoamento da governança pública brasileira. Nessa direção, iniciou levantamento, coordenado pela Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip), com o objetivo de avaliar a situação da governança e da gestão de pessoal na Administração Pública Federal. O TCU, desde 2007, vem fazendo trabalho de igual teor no âmbito de Tecnologia da Informação (Perfil GovTI), o que tem contribuído significativamente para a melhoria do desempenho, nessa área, das instituições avaliadas.</p> <p>O referido levantamento — que tem caráter preventivo, orientativo, não punitivo — será realizado por meio de questionário baseado no Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GesPública) e em modelos internacionais aplicados à governança e à gestão estratégica de pessoal no setor público, tais como o adotado pela Administração Pública Federal dos Estados Unidos (<i>Human Capital Assessment and Accountability Framework</i>) e o publicado pela Federação Internacional de Contadores (<i>Governance in the Public Sector: A Governing Body Perspective</i>).</p> <p>Considerando que a participação dessa Instituição na aludida tarefa será de grande importância para o aperfeiçoamento da governança de pessoal da Administração Pública Federal — o que resultará na obtenção de melhores resultados institucionais em benefício da sociedade —, solicito a Vossa Magnificência a gentileza de, <b>no prazo de cinco dias</b>, preencher o formulário "Dados de Apoio", disponível no endereço (<a href="http://www.tcu.gov.br/perfilgovpessoal">http://www.tcu.gov.br/perfilgovpessoal</a>), e enviá-lo ao TCU, apenas por meio eletrônico, conforme as orientações constantes do respectivo documento.</p> <p>Esclareço que a resposta ao questionário do levantamento, por sua vez, será solicitada posteriormente, com a definição de prazo para sua execução.</p> <p>Ao agradecer a Vossa Magnificência pela atenção dispensada, registro que a equipe da Sefip, por intermédio do e-mail: <a href="mailto:perfilgovpessoal2013@tca.gov.br">perfilgovpessoal2013@tca.gov.br</a>, encontra-se à disposição dessa Instituição para dirimir eventuais dúvidas.</p>						
Providências Adotadas						
Setor Responsável pela Implementação						Código SIORG
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas						
Síntese da Providência Adotada						
Em 18/04/2013, o ofício 232/2013/AUDIN/UFC encaminhou o Aviso 552/GP-TCU à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas para as devidas providências. Em 14/06/2013, houve o envio do ofício 363/2013/AUDIN/UFC, o qual encaminha a resolução n. 25/CONSUNI à Pró-Reitoria citada.						
Síntese dos Resultados Obtidos						
Atendido						
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor						
<p>O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.</p> <p>Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas discontinuidades de normas operacionais.</p> <p>Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos <i>campi</i> de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.</p>						

Cumpra ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, consta o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.

Contribuíram para o não atendimento completo das recomendações os seguintes obstáculos operacionais:

- Número de técnico-administrativos ainda insuficiente para a carga de trabalho dos setores da Universidade.
- Transição de chefias, as quais impactaram a implantação de novos métodos e rotinas nos setores.
- Adesão da Universidade a novas demandas de ensino e serviço à sociedade.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Universidade Federal do Ceará					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
17	023.414/2013-8				Levantamento de Pessoal de TI na APF - Questionário eletrônico
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Universidade Federal do Ceará					
Descrição da Deliberação					
<p>1. Considerando que o Tribunal de Contas da União iniciou fiscalização, no âmbito do TC 023.414/2013-8, coordenada pela Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti), com o objetivo de realizar diagnóstico da situação de pessoal de Tecnologia da Informação (TI) nas instituições da Administração Pública Federal (APF), e tendo em vista vossa designação como interlocutor da UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, solicitamos que preencha a pesquisa eletrônica disponível no endereço eletrônico abaixo (copiar e colar na URL do navegador de internet). (<a href="http://contas.tcu.gov.br/limesurvey/index.php/survey/index/sid/985533/token/j8j7ec9uhd7ihgh432x2jiawfige2g/lang/pt-BR">http://contas.tcu.gov.br/limesurvey/index.php/survey/index/sid/985533/token/j8j7ec9uhd7ihgh432x2jiawfige2g/lang/pt-BR</a>)</p> <p>2. Ressalta-se que o prazo para conclusão do preenchimento da pesquisa é às <u>23h59m do dia 23/10/2013, exclusivamente</u> por meio do(s) endereço(s) eletrônico(s) acima indicado(s).</p> <p>3. Alerta-se que esta solicitação é equivalente a uma diligência e que <u>o seu não atendimento no prazo estabelecido pode ensejar a aplicação de multa</u> prevista no art. 58, IV e VII, da Lei nº 8.443/1992 e art. 268, IV e VII, do Regimento Interno desta Corte de Contas, conforme entendimento deste Tribunal expresso no Acórdão 746/2012-TCU-Plenário.</p> <p>4. Para melhor orientá-lo no preenchimento das respostas da pesquisa segue, ao fim desta mensagem eletrônica, cópia das questões que deverão ser respondidas. Salientamos que o questionário não deve ser respondido por e-mail ou por via postal.</p> <p>5. O respondente deve observar que as questões constantes deste questionário, embora semelhantes às das versões preliminares anteriormente enviadas, sofreram alterações, fato que inspira cuidados em seu preenchimento.</p> <p>6. Ao tempo em que nos colocamos à disposição dessa instituição para dirimir eventuais dúvidas por meio do <i>e-mail</i>: <a href="mailto:levpessoalti2013@tcu.gov.br">levpessoalti2013@tcu.gov.br</a>, agradecemos a Vossa Senhoria pela atenção dispensada.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria da tecnologia da Informação					
Síntese da Providência Adotada					
<p>Em 15/10/2013, os ofícios 591, 592, 593, 594, 595 e 597/2013/ AUDIN/UFC foram encaminhado à Secretaria de Tecnologia da Informação, à Pró-Reitoria de Planejamento, à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, à Pró-Reitoria de Administração, às Pró-Reitoria de Extensão, Atendimento ao Estudante, Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação, Superintendência de Infraestrutura, respectivamente, cientificando-os sobre os itens do LevPessoalTI do TCU. Igualmente, o ofício nº 408/2013/PRADM/UFC solicitou informações sobre Bolsistas/Estagiários da Pró-Reitoria de Administração à STI.</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Atendido					

### Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.

Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.

Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos *campi* de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.

Cumpram ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, consta o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.

Contribuíram para o não atendimento completo das recomendações os seguintes obstáculos operacionais:

- Número de técnico-administrativos ainda insuficiente para a carga de trabalho dos setores da Universidade.
- Transição de chefias, as quais impactaram a implantação de novos métodos e rotinas nos setores.
- Adesão da Universidade a novas demandas de ensino e serviço à sociedade.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Universidade Federal do Ceará					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
18	025.068/2013-0				Ofício 2595/2013 - TCU - Selog
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Universidade Federal do Ceará					
Descrição da Deliberação					
<p>1. Informo a Universidade Federal do Ceará, na pessoa de seu representante legal que este Tribunal iniciou levantamento com o objetivo de obter e sistematizar informações sobre a <b>governança e a gestão das aquisições</b> nas organizações da Administração Pública Federal.</p> <p>2. O referido levantamento — que tem caráter preventivo, orientativo, não punitivo — será realizado por meio de questionário, de forma que solicito a Universidade Federal do Ceará, na pessoa de seu representante legal que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da presente comunicação, com fundamento no art. 11 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 157 do Regimento Interno do TCU, encaminhe a esta Secretaria resposta ao questionário "Perfil de Governança das Aquisições — Ciclo 2013" nas formas eletrônica e impressa, conforme orientações a seguir:</p> <p>a) Na <b>forma eletrônica</b>, deve ser preenchido o questionário disponível no endereço eletrônico (<a href="http://www.teu.gov.br/perfilgovaquisicoes">http://www.teu.gov.br/perfilgovaquisicoes</a>), utilizando o <i>token</i> 50781287 para acesso, seguindo então as instruções presentes na parte introdutória do questionário.</p> <p>b) Depois de respondido eletronicamente, o questionário deve ser enviado na <b>forma impressa</b> à Secretaria de Controle Externo das Aquisições Logísticas (endereço no rodapé do ofício), devidamente preenchido e assinado (ao final do preenchimento, há opção para imprimir o questionário respondido).</p> <p>3. As informações coletadas neste levantamento serão divulgadas apenas de forma consolidada, de modo que não sejam identificadas as respostas individuais das organizações participantes. Após a apreciação do Plenário, o TCU encaminhará para cada participante relatório que permitirá à organização comparar o seu desempenho com a média do segmento de negócio em que se encontra inserido e de toda a Administração Pública Federal. Essas informações poderão ser aproveitadas no processo de planejamento e na composição do Relatório de Gestão da organização.</p> <p>4. Depois do preenchimento da primeira seção do questionário, com a designação do interlocutor da organização junto ao TCU para esta auditoria, eventuais dúvidas poderão ser encaminhadas ao <i>e-mail</i>:</p>					

<p><i>governanca.aquisicoes.2013@tcu.gov.br</i>. As respostas às essas dúvidas serão padronizadas, encaminhadas ao e-mail de origem e adicionadas ao arquivo "Perfil de Governança das Aquisições 2013 - FAQ", disponível em <a href="http://www.tcu.gov.br/perfilgovaquisicoes">http://www.tcu.gov.br/perfilgovaquisicoes</a>.</p> <p>5. A participação dessa Organização no citado levantamento será de grande importância para o aperfeiçoamento da governança das aquisições na Administração Pública Federal, contribuindo para a obtenção de melhores resultados em benefício da sociedade.</p> <p>6. Informo que o não atendimento à diligência de decisão deste Tribunal, no prazo fixado, sem causa justificada, poderá ensejar a aplicação da multa prevista no art. 58, incisos IV, da Lei nº 8.443/1992, a qual prescinde de realização de prévia audiência, nos termos do art. 268, inciso IV, § 3º, do Regimento Interno do TCU.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria da tecnologia da Informação					
Síntese da Providência Adotada					
<p>Em 06/12/2013, a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, Ouvidoria Geral, Pró-Reitoria de Planejamento, Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, Superintendência de Infraestrutura, Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Serviço de Informação ao Cidadão foram informados, mediante os ofícios 679 a 685/2013/AUDIN/UFC.</p> <p>Em 23/12/2013, o ofício nº 837/2013-GR encaminhou a versão impressa do questionário de governança das aquisições 2013 ao TCU.</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Atendido					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
<p>O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.</p> <p>Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.</p> <p>Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos <i>campi</i> de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.</p> <p>Cumpram ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, consta o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.</p> <p>Contribuíram para o não atendimento completo das recomendações os seguintes obstáculos operacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de técnico-administrativos ainda insuficiente para a carga de trabalho dos setores da Universidade.</li> <li>- Transição de chefias, as quais impactaram a implantação de novos métodos e rotinas nos setores.</li> <li>- Adesão da Universidade a novas demandas de ensino e serviço à sociedade.</li> </ul>					

## 11.2 Situação das deliberações do TCU que foram atendidas parcialmente (Quadro A.9.1.2)

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Universidade Federal do Ceará					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida

01	025.996/2011-1			SEFIP-D/2562
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação				Código SIORG
Universidade Federal do Ceará				
Descrição da Deliberação				
<p>Com vistas ao saneamento do processo acima indicado, com fundamento no art. 11 da Lei nº 8.443/92, solicito a Vossa Magnificência as seguintes providências:</p> <p>Com relação às aposentadorias dos servidores listados abaixo, encaminhar a esta SEFIP, por cópia, documento que certifica o cumprimento de tempo de serviço anterior a 1º de janeiro de 1991, em condições insalubres (Laudo técnico de condições ambientais do trabalho expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho).</p> <p>ANA HOZANA MOREIRA CIDADE CPF nº 048.968.823-34  FRANCISCO CLAUDIO COUTO FALCAO CPF nº 090.215.583-00  FRANCISCO GERONIMO PEREIRA CPF nº 313.569.073-34  FRANCISCO JEAN CRISPIM RIBEIRO CPF nº 116.224.403-82  FRANCISCO TEIXEIRA DA SILVA CPF nº 061.231.633-53  MARGARIDA MARIA-SILVA DE OLIVEIRA CPF nº 193.257.623-15  MARIA DE FATIMA COUTINHO DE SOUZA CPF nº 117.197.373-04  MARIA DE LOURDES BARROS MARQUES CPF nº 760.437.708-49  MARIA DE MARILLAC NUNES MARQUES CPF nº 117.216.773-72  MARIA DO SOCORRO GALDINO ALVES CPF nº 071.235.583-91  MARIA DO SOCORRO ROCHA CARNEIRO CPF nº 141.505.903-97  MARIA JOSÉ DE LIMA UCHOA CPF nº 098.459.253-91  MARIA NEIARIA ASSEF RIBEIRO CPF nº 090.935.243-72  MARIA ODETE VAZ DE LIMA CPF nº 185.405.031-15  MARIA OLINELZA VIEIRA CPF nº 153.940.773-04  MARIA SOCORRO DE PAULO CPF nº 059.419.203-00  MARIA SOCORRO MARQUES CARNEIRO CPF nº 107.487.843-49  MARIA VILALBA ROCHA BEZERRA CPF nº 144.274.193-72  MARLENE DA SILVA MOREIRA CPF nº 211.170.633-72  OTONI CARDOSO DO VALE CPF nº 014.042.293-53  ROZALY SILVA RODRIGUES CPF nº 122.118.853-49  SIRLENE ALVES DE MENDONCA CAULA CPF nº 162.771.983-00  VERDIANA PEREIRA CARVALHO CPF nº 475.048.037-15  ZUILA SILVA SAMPAIO CPF nº 258.269.303-06</p>				
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento				
Setor Responsável pela Implementação				Código SIORG
PROGEP				
Justificativa para o seu não Cumprimento:				
<p>Por meio do of. nº 2287/PROGEP/UFC, de 27 de setembro de 2013, a PROGEP afirma que “diante do fato de que a Comissão de Avaliação Ambiental e Perícia somente foram criadas em 13 de fevereiro de 1992, conforme descrito na documentação anexa (DOC I), e após buscas reiteradas da documentação requerida, que data de período anterior a 1991, tais documentos não foram encontrados na base de dados da Divisão de Saúde e Segurança do Trabalho da UFC”.</p>				
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor				
<p>O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.</p> <p>Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.</p> <p>Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos <i>campi</i> de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.</p> <p>Cumprido ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou</p>				

assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, consta o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.

Contribuíram para o não atendimento completo das recomendações os seguintes obstáculos operacionais:

- Número de técnico-administrativos ainda insuficiente para a carga de trabalho dos setores da Universidade.
- Transição de chefias, as quais impactaram a implantação de novos métodos e rotinas nos setores.
- Adesão da Universidade a novas demandas de ensino e serviço à sociedade.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Universidade Federal do Ceará					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	025.809/2011-3				SEFIP D/2572
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Universidade Federal do Ceará					
Descrição da Deliberação					
<p>Com vistas ao saneamento do processo acima indicado, com fundamento no art. 11 da Lei n.º 8.443/92, solicito a Vossa Magnificência as seguintes providências:</p> <p>Com relação à pensão civil instituída por OLINDINA CARMO VIEIRA (CPF nº 2483491391) em favor de PATRICIA MILENA DE OLIVEIRA CADETA, enviar a esta SEFIP cópia do termo de guarda definitiva e informações sobre os nomes dos pais, números de CPF de ambos, suas ocupações e seus locais de emprego.</p> <p>Com relação à pensão civil instituída por FRANCISCO DAS CHAGAS TELES (CPF nº 5445361349), enviar a esta Sefip documentos que comprovam a condição de viúva (Certidão de Casamento) de RAIMUNDA AURELIA MESQUITA TELES, e cópia dos documentos que provam a união estável entre a companheira, RITA MARIA FERREIRA VERAS, e o instituidor.</p> <p>O prazo para atendimento dessa diligência é de 15 dias, a contar da data do recebimento deste ofício.</p> <p>Solicito a Vossa Magnificência restituir a esta Secretaria de Fiscalização de Pessoal - SEFIP a 2ª via deste ofício, datada e assinada.</p> <p>Alerto a Vossa Magnificência que o Tribunal pune os responsáveis pelo não atendimento de diligências com a multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.</p>					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
PROGEP					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
<p>Por meio do ofício 1920/PROGEP/UFC, de 23/08/2013, a PROGEP relata que “em relação à ex pensionista Patrícia Milena de Oliveira Cadeia, salientamos que o Ofício nº 984/DAP/SRH informou que as tentativas de comunicação com a ex pensionista foram frustradas, de forma que esta Instituição de Ensino Superior ainda não dispõe do termo de guarda definitiva e de informações sobre os nomes dos pais da interessada.</p> <p>Nessa oportunidade, indagamos sobre os procedimentos que esta Universidade deverá adotar, considerando que não há benefício a ser suspenso.”</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
<p>O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.</p> <p>Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.</p> <p>Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações</p>					

operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos *campi* de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.

Cumpra ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.

Contribuíram para o não atendimento completo das recomendações os seguintes obstáculos operacionais:

- Número de técnico-administrativos ainda insuficiente para a carga de trabalho dos setores da Universidade.
- Transição de chefias, as quais impactaram a implantação de novos métodos e rotinas nos setores.
- Adesão da Universidade a novas demandas de ensino e serviço à sociedade.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Universidade Federal do Ceará					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	027.833/2011-9	8646/2012 - 2ª Câmara			2273/2012-TCU/SECEX-CE
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Universidade Federal do Ceará					
Descrição da Deliberação					
<p>1.7. Determinações:</p> <p>1.7.1. À Universidade Federal do Ceará que encaminhe à Controladoria Geral da União no Estado do Ceará (CGU/CE), nos próximos 180 (cento e oitenta) dias, os resultados das apurações das comissões de PAD e de TCE constituídas com o intuito de apurar possíveis irregularidades encontradas nos Pregões Eletrônicos nº 130/2010 e nº 119/2011 e na gestão dos contratos deles decorrentes;</p> <p>1.7.2. À CGU/CE que acompanhe a apuração das comissões indicadas no subitem anterior e adote as providências a seu cargo;</p> <p>1.7.3. À Secex/CE que realize inspeção na Universidade Federal do Ceará (UFCE) para verificar o resultado dos trabalhos das comissões PAD e de TCE, após o prazo estabelecido no subitem 1.7.1;</p> <p>1.8. Informar à UFCE que a comunicação por ela encaminhada ao TCU, por meio do Ofício nº 437/2012, de 07 de agosto de 2012, foi conhecida por este Tribunal como representação, nos termos deste Acórdão.</p>					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
<p>Por meio do ofício 067/2013/AUDIN/UFC foi encaminhada resposta à CGU referente às Nota Técnica nº 22.806-2012, Nota Técnica nº 23.828-2013 e Acórdãos TCU nº 1853-2012 - 2ª Câmara e nº 8646-2012.</p> <p>Falta finalização de atendimento das demandas pendentes, conforme os encaminhamentos proferidos na Reunião entre os diretores da Pró-Reitoria de Administração, com a participação da Auditoria Interna como ouvinte, deflagrada no dia 09/05/2013. As pendências foram também encaminhadas à Pró-Reitoria de Administração através do ofício 330/2013/AUDIN/UFC em 24/05/2013.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
<p>O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.</p> <p>Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.</p>					



Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos *campi* de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.

Cumpra ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.

Contribuíram para o não atendimento completo das recomendações os seguintes obstáculos operacionais:

- Número de técnico-administrativos ainda insuficiente para a carga de trabalho dos setores da Universidade.
- Transição de chefias, as quais impactaram a implantação de novos métodos e rotinas nos setores.
- Adesão da Universidade a novas demandas de ensino e serviço à sociedade.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Universidade Federal do Ceará					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	022.641/2010-6	960/2012 - 2ª Câmara			749/2012-TCU/SECEX-CE
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Universidade Federal do Ceará					
Descrição da Deliberação					
<p><b>A01 - (1.1.2.1, do RA 243902 - CGU):</b> Quando do pagamento de despesas decorrentes de contratos administrativos, resultantes de processos licitatórios ou compras diretas (dispensa/inexigibilidade), observe com rigor os estágios da despesa, preconizados na Lei 4.320/64, abolindo o pagamento de despesas que não tenham sido comprovadas e abstenha-se de dar tratamento de convênio, como sendo a UFC a concedente, a este tipo de despesa.</p> <p><b>A02 - (2.1.1.1, do RA 243902 - CGU):</b> Apresente a documentação comprobatória referente às providências adotadas visando ao atendimento da determinação do Acórdão 6742/2009-TCU-1ª Câmara, quanto a sanar as irregularidades apontadas nos atos de aposentadoria dos (05) cinco servidores inativos, conforme Acórdão 3.019/2005-TCU-1ª Câmara, constantes do item 2.1.1.1, do Relatório de Auditoria CGU 243.902.</p> <p><b>A03 - (2.1.1.2, do RA 243902 - CGU):</b> Apresente as planilhas de cálculos dos valores pagos indevidamente, referente aos períodos em que foram efetuados pagamentos de proventos integrais aos dois inativos constantes do item 2.1.1.2, do relatório de Auditoria CGU 243.902, em atendimento ao princípio do controle que rege a administração pública.</p> <p><b>A04 - (2.1.3.1, do RA 243902 - CGU):</b> Atenda às diligências expedidas pela CGU, referentes aos atos de concessão de aposentadoria, pensão e admissão, observando que o prazo previsto na IN/TCU 55, de 24/10/2007, é de trinta dias (art. 12, § 2º), efetuando o registro dos respectivos atos no sistema.</p> <p><b>A05 - (3.1.2.1, do RA 243902 - CGU):</b> Nos processos licitatórios, proceda à ampla pesquisa de preços no mercado, a fim de estimar o custo do objeto a ser adquirido e verifique a compatibilidade dos preços propostos com os praticados no mercado, em consonância com os artigos 7º, § 2º, inciso II, e 43, incisos IV e V, todos na Lei 8.666/1993.</p> <p><b>A06 - (3.1.2.4, do RA 243902 - CGU):</b> Aprimore o planejamento da unidade, a fim de evitar a contratação de serviços e compra de bens com fulcro na Lei 8.66/1993, art. 24, inc. IV, sem que estejam efetivamente caracterizadas as situações de emergência (como mencionado no item 3.1.2.4, do relatório de Auditoria CGU 243.902), dando cumprimento ao inc. I do art. 26 da Lei 8.666/93.</p> <p><b>A07 - (3.1.2.5, do RA 243902 - CGU):</b> Planeje adequadamente as aquisições de material de expediente, de processamento de dados e de material para áudio, vídeo e foto da universidade, a fim de evitar o fracionamento de despesas com esses materiais mediante a formalização de dispensa com fulcro no inciso II do art. 24 da Lei de Licitações, em observância ao § 5º do art. 23 da Lei n. 8.666/93.</p> <p><b>A08 - (3.1.2.6, do RA 243902 - CGU):</b> Realize ampla pesquisa de preços/orçamentos sempre que a UFC for contratar diretamente mediante dispensa de licitação, de modo a evitar que as cotações se restrinjam às mesmas empresas e/ou empresas ligadas entre si, prejudicando a busca pela melhor oportunidade para a administração, preconizada no art. 3º da Lei n. 8.666/93, bem como os caracteres isonômico e competitivo preconizados na mesma</p>					

Lei.	
<b>A09 - (3.2.2.1, do RA 243902 - CGU):</b> Planeje adequadamente as contratações de serviços de elaboração de projetos referentes a obras, reformas e instalações, a fim de evitar fracionamento de despesa em vários processos de convite, em observância ao § 5º do art. 23 da Lei 8.666/93.	
<b>A10 - (4.1.2.1, do RA 243902 - CGU):</b> Exija dos beneficiários das bolsas a abertura de conta bancária para o recebimento dos recursos, tendo em vista o princípio do controle que rege a administração pública.	
<b>A11 - (5.1.2.1, do RA 243902 - CGU):</b> No tocante ao item 5.1.2.1, letra "e" (Termo de Cooperação 207/2009), abstenha-se de transferir às fundações de apoio atividades de competência exclusiva da UFC, por falta de amparo legal.	
<b>A12 - (1.1.3.2, do RA 243902 - CGU):</b> Elabore projeto básico das contratações de serviços, incluindo estudo de necessidade, orçamento e detalhamento em nível analítico dos serviços contratados, nos termos do art. 6º, inciso IX, c/c o art. 7º, § 2º, todos da Lei 8.666/93.	
<b>Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento:</b>	
<b>A01:</b> Em 01/03/2013 a Auditoria Interna encaminhou à CGU novas documentações a respeito do acórdão 960-2012-TCU- 2ª Câmara, o qual trata da Prestação de Contas da UFC de 2009. Igualmente, foi elaborada a Portaria do Reitor de nº 2534, de 15/07/2011, proibindo a antecipação de pagamento, exceto para diárias e passagens. Tal ponto está sobrestado porque precisa ainda ser atendido pela CGU, bem como, é objeto de análises constantes a fim de verificar o cumprimento ou não da portaria.	
<b>A02, A03, A04:</b> Em 27/03/2013 a Auditoria Interna encaminhou à CGU informações complementares ao atendimento do Acórdão 960/2012/TCU - 2ª Câmara, por meio do ofício 655/CAP/PROGEP/UFC, que relaciona justificativas acerca dos pontos referentes a Recursos Humanos. Por meio do of. 036/2013/AUDIN/UFC, de 27 de março de 2013, a UFC encaminhou à CGU esclarecimentos quanto às determinações mencionadas. Posteriormente, a PROGEP emitiu o of. 1658/PROGEP/UFC, de 19 de julho de 2013, encaminhado à CGU por meio do documento “Manifestação acerca do Relatório de Auditoria Preliminar 201305978” em 23 de julho de 2013, o qual traz esclarecimentos complementares acerca das constatações acima evidenciadas, atendendo as determinações em questão.	
<b>A05, A06, A07, A08, A09, A11, A12:</b> Em 01/03/2013 a Auditoria Interna encaminhou à CGU novas documentações a respeito do acórdão 960-2012-TCU-2ª Câmara, que trata da Prestação de Contas da UFC de 2009 por meio do ofício 022/2013/AUDIN/UFC.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.	
Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas discontinuidades de normas operacionais.	
Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos <i>campi</i> de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.	
Cumpre ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.	
Contribuíram para o não atendimento completo das recomendações os seguintes obstáculos operacionais:	
- Número de técnico-administrativos ainda insuficiente para a carga de trabalho dos setores da Universidade.	
- Transição de chefias, as quais impactaram a implantação de novos métodos e rotinas nos setores.	
- Adesão da Universidade a novas demandas de ensino e serviço à sociedade.	

<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Universidade Federal do Ceará					
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
05	018.953/2009-7	1853/2012-TCU-2ª Câmara			Ofício 789/2012-TCU/SECEX-CE
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Universidade Federal do Ceará					
<b>Descrição da Deliberação</b>					
<p>1.6.1.6. Observem as normas previstas no artigo 10 e seu parágrafo único, do Decreto 4.050, de 12/12/2001, visando ao retorno dos servidores de matrículas 1166051, 1165401, e 1165822 à UFC, vez que o prazo das referidas cessões estão expiradas e houve indeferimento de prorrogação das mesmas pelo MP</p> <p>1.6.1.7. Comprovem a regularização das cessões dos 15 servidores elencados no quadro de fl.275, do volume 1, apresentando à CGU cópia da publicação no DOU das portarias de cessão e prorrogações, consoante estabelece o parágrafo 2º do art. 93 da Lei 8.112/90 c/c art. 37 da CF/88;</p> <p>1.6.1.13. Adotem providências para corrigir os posicionamentos dos 14 citados servidores (matrículas SIAPE 0293838, 0290824, 0293771, 0292260, 0291030, 0292904, 0236546, 0291932, 1166702, 0290280, 0236576, 0292724, 0292124 e 0388718), desde o enquadramento da Lei 11.091/2005, efetuando o cálculo dos valores pagos a maior, com vistas à reposição ao erário na forma do art. 46 da Lei 8.112/90;</p> <p>1.6.1.14. Comprovem o reembolso de cessão dos meses apurados, relativos aos servidores de matrículas 1165639, 0293269, 0292604, 0292754, 0294095, 1165604, 1350229, 2227474, e 0350646, consoante preconizado nº 93 da Lei nº 8.112/90;</p> <p>1.6.1.16. Adotem providências para a apuração das irregularidades ocorridas no pagamento de benefícios a aposentados/pensionistas após os respectivos óbitos, ocorridos em 2008, observando as orientações da Secretaria de Recursos Humanos/MP, contidas no Ofício-Circular 26/SRH/MP, de 28/8/2003, que enfatiza "alcançar, ao final, a reparação dos danos e a imposição legítima de sanção, quando cabível, aos infratores, na forma da lei.";</p> <p>1.6.1.22. Abstenham-se de contratar, em sede de inexigibilidade de licitação, assinatura de revistas e periódicos e serviços sem comprovação da exclusividade, tendo em vista o disposto no item 3.3, Anexo II, do Decreto 3.555, de 8/8/2000 e no art. 25 da Lei 8.666/93;</p> <p>1.6.1.24. Efetuem o devido procedimento licitatório para contratação dos serviços de telefonia fixa, inclusive internet banda larga, radiodifusão e "TC Data Turbo", conforme determinação contida no Acórdão 2.007/2005-TCU-Plenário;</p> <p>1.6.1.25. Formalizem contrato junto às operadoras de telefonia fixa, dando cumprimento ao art. 60 da Lei nº 8.666/93;</p> <p>1.6.1.29. Instruam os processos de dispensa de licitação baseados no inc. XXI do art. 24 da Lei nº 8.666/93, com os documentos de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens adquiridos serão alocados, emitidos pelas instituições financiadoras, dando cumprimento ao inc. IV do art. 26, da Lei nº 8.666/93;</p>					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Universidade Federal do Ceará					
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento:</b>					
<p>1.6.1.22, 1.6.1.24, 1.6.1.25, 1.6.1.29 – Em 01/03/2013 houve o envio do ofício 023/2013/AUDIN/UFC. Contudo, demandam-se verificações posteriores de forma a verificar-se a implementação das formas de adequação determinadas pelo Tribunal da União.</p> <p>1.6.1.6, 1.6.1.7, 1.6.1.13, 1.6.1.14, 1.6.1.16 – Em 26/03/2013 a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas emitiu o of. 654/CAP/PROGEP/UFC, encaminhado à CGU pelo of. 035/2013/AUDIN/UFC, de 27/03/2013, contendo esclarecimentos acerca das determinações em epígrafe.</p>					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					
<p>O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.</p> <p>Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.</p> <p>Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim.</p>					

As visitas aos *campi* de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.

Cumpra ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.

Contribuíram para o não atendimento completo das recomendações os seguintes obstáculos operacionais:

- Número de técnico-administrativos ainda insuficiente para a carga de trabalho dos setores da Universidade.
- Transição de chefias, as quais impactaram a implantação de novos métodos e rotinas nos setores.
- Adesão da Universidade a novas demandas de ensino e serviço à sociedade.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Universidade Federal do Ceará					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
06	044.289/2012-0	1617/2011-TCU-2ª Câmara			Ofício 1391/2013-TCU/SECEX de 12/08/2013
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Universidade Federal do Ceará					
Descrição da Deliberação					
<p>a) Não atendimento às determinações exaradas pelo Tribunal de Contas da União mediante os Acórdãos 9750/2011-TCU- 2º Câmara e 1617/20011-TCU- 2º Câmara, proferidos nas contas da UFC do Exercício 2007, das quais, segundo a CGU, restam ser atendidos 83% (39) dos itens do Acórdão (Itens 1.4.1.2, 1.4.1.4, 1.4.1.5, 1.4.1.6, 1.4.1.8, 1.4.1.9, 1.4.1.10, 1.4.1.11,1.4.1.12, 1.4.1.13,1.4.1.14, 1.4.1.15, 1.4.1.16, 1.4.1.17, 1.4.1.18, 1.4.1.19, 1.4.1.20, 1.4.1.21, 1.4.1.22, 1.4.1.23, 1.4.2.1, 1.4.2.2, 1.4.2.3,1.4.2.4,1.4.2.5,1.4.2.6,1.4.2.8,1.4.2.9,1.4.2.10,1.4.2.11,1.4.2.12,1.4.2.13,1.4.2.14,1.4.2.15, 1.4.2.16,1.4.2.18, 1.4.2.19,1.4.2.20 e 1.4.2.22);</p> <p>b) Irregularidades na Área de Recursos Humanos no tocante à acumulação ilegal de cargos, obrigatoriedade de entrega das declarações de bens e rendas dos servidores ocupantes de cargos de direção e funções, ressarcimento de despesas com pessoal cedido e valores pagos a maior com o posicionamento incorreto na carreira de 14 servidores, situações já relatadas no Relatório de Auditoria da gestão 2007 da UFC, julgado pelo TCU mediante o Acórdão 1617/2011-TCU-2º Câmara, retificado pelo Acórdão 9750/2011-TCU-2º Câmara, tendo impacto na gestão 2011, cujos itens não atendidos, segundo a CGU, seriam os seguintes 1.4.1.4, 1.4.13, 1.4.1.6, 1.4.1.8, 1.4.1.9, 1.4.1.10, 1.4.1.11, 1.4.23, 1.4.2.4, 1.4.2.5,1.4.2.6,1.4.2.10 e 1.4.2:18;</p> <p>c) Fragilidades dos controles internos na área de gestão de recursos humanos da UFC, comprometendo a consistência da sua folha de pagamento (constatações 2.2.3.2 e 6.1.1.1 , item XIII12, do Relatório de Auditoria da CGU);</p> <p>d) Sistema de controle interno deficiente no que diz respeito à área de licitações, apresentando <i>checklists</i> que não abrangem as modalidades Concorrência, Tomada de Preços e Convite e adotando manuais superficiais de procedimentos, o que demonstrou ineficiência e incapacidade de evitar e, sequer, de identificar a ocorrência das situações apontadas no Relatório da CGU (Constatações 2.2.3.2 e 6.1.1.1, item XIII 12);</p> <p>e) ausência de controle acerca da exigência de apresentação da cópia das declarações de bens e rendas, consoante preconizado na Lei 8.730, de 10/11/1993 ou das autorizações para acesso eletrônico das declarações, consoante descrito no item XVI da presente instrução (Constatação 3.1.1.1, Item XVI);</p> <p>d) Utilização para o pagamento das despesas da contratação de serviços de organização de eventos, decorrentes do Pregão 101/2011, de recursos no valor de R\$ 1.914.836,80 destinados a Ação nº 8282.26233.0023 - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais — REUNI que tem objetivos ligados a sua missão institucional, para a realização de eventos, fato que, além de configurar desobediência à Lei Orçamentária Anual, expõe clara inversão de prioridades quando da alocação de recursos (Item II da instrução do processo).</p> <p>2. Para subsidiar a manifestação de Vossa Magnificência, encaminho, em anexo, cópia do Relatório de Auditoria de Controle Interno e da instrução do processo realizada nesta Secretaria (peças 6 e 11).</p> <p>3. Por fim, solicito atenção para as informações complementares contidas no Anexo deste ofício, o qual integra a presente comunicação.</p>					

Providências Adotadas	
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Universidade Federal do Ceará	
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento:</b>	
<p>Em 04/09/2013 foi encaminhado o ofício 562/2013-GR apresentando manifestação circunstanciada e documentação anexa em seis volumes. Igualmente, houve complemento de informações remetidas pelos ofícios 571/2013-GR de 09/09/2013 e 768/2013-GR de 18/11/2013.</p> <p>Contudo, faz-se necessário o decurso de tempo para que as rotinas determinadas no Acórdão 1617/2011 e ofício 1391/2013-TCU sejam efetivamente finalizadas.</p>	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
<p>O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.</p> <p>Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.</p> <p>Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos <i>campi</i> de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.</p> <p>Cumpram ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.</p> <p>Contribuíram para o não atendimento completo das recomendações os seguintes obstáculos operacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de técnico-administrativos ainda insuficiente para a carga de trabalho dos setores da Universidade.</li> <li>- Transição de chefias, as quais impactaram a implantação de novos métodos e rotinas nos setores.</li> <li>- Adesão da Universidade a novas demandas de ensino e serviço à sociedade.</li> </ul>	

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Universidade Federal do Ceará					
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
07	008.993/2013-0				6541/2013
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Universidade Federal do Ceará					
<b>Descrição da Deliberação</b>					
<p>Com vistas ao saneamento do processo acima indicado, com fundamento no 11 da Lei 8.443/1992, solicito a Vossa Magnificência que, no prazo de 30 qbitf.,ASPEif ates Andrade Netc esta SEFIP os documentos e/ou esclarecimentos abaixo discriminados, civil instituída por essa entidade:</p> <p>INSTITUIDOR (A): MARIA IVONETE VIDAL DE FREITAS;  INTERESSADO (A): MARIA IVONE VIDAL DE FREITAS;  ESCLARECIMENTOS/DOCUMENTOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Demonstração da efetiva dependência econômica da beneficiária em relação à instituidora, assim como esclarecimentos sobre a percepção de aposentadoria pela Prelitura Municipal de Fortaleza e de percepção de benefício pela Previdência Social, a partir de 25/03/2002, decorrente de aposentadoria por idade (informar os valores de ambos os proventos).</li> </ul>					

Solicito restituir a esta Secretaria de Fiscalização de Pessoal — SEFIP a 2a via deste ofício, datada e assinada. Informo que o Tribunal pune os responsáveis pelo não atendimento de diligências, com a multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.	
<b>Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento</b>	
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
PROGEP	
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento:</b>	
A PROGEP expediu ofício nº 2287/PROGEP/UFC, de 27 de setembro de 2013, por meio do qual encaminha defesa administrativa apresentada pela servidora em questão.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.	
Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.	
Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos <i>campi</i> de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.	
Cumpre ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.	
Contribuíram para o não atendimento completo das recomendações os seguintes obstáculos operacionais:	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de técnico-administrativos ainda insuficiente para a carga de trabalho dos setores da Universidade.</li> <li>- Transição de chefias, as quais impactaram a implantação de novos métodos e rotinas nos setores.</li> <li>- Adesão da Universidade a novas demandas de ensino e serviço à sociedade.</li> </ul>	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Universidade Federal do Ceará					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
08	010.126/2012-0	1543/2013-TCU-Plenário	9		Ofício 1054/2013-TCU/SECEX-CE
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Universidade Federal do Ceará					
Descrição da Deliberação					
9.1. Com fulcro no art. 250, II, do Regimento Interno do TCU, determinar ao Hospital Universitário Walter Cantídio - HUWC que:					
9.1.1. Quando da contratação por dispensa de licitação por emergência, solicite parecer jurídico específico para o objeto da contratação, conforme determina o art. 38, VI, da Lei nº 8.666/93;					
9.1.2. Efetue, quando da realização de processos licitatórios, a pesquisa prévia dos preços, junto a, no mínimo, três fornecedores, justificando a inobservância deste número mínimo, sempre que houver impossibilidade de cotação, em razão de restrições do mercado por ausência do número mínimo de fornecedores, em observância ao Acórdão 1861/2008-1ª Câmara;					
9.1.3. Adote providências no sentido de nomear servidor para atuar na condição de fiscal de contrato, tanto nas atuais avenças que estejam em vigência, quanto em futuras contratações, em atendimento ao disposto no art. 67 da Lei de					

Licitações;

9.1.4. Promova o acompanhamento e a fiscalização efetivos da execução dos contratos, procedendo ao registro de ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo como parâmetros os resultados previstos no contrato, conforme preceituado no art. 67 da Lei nº 8.666/1993;

9.1.5. Faça constar dos processos que contenham os contratos celebrados a análise das justificativas das alterações contratuais previstas no art. 65, caput, da Lei 8.666/1993, nos termos do art. 2º, caput, da Lei nº 9.784/1999;

9.1.6. Exija, em processos de aquisição e contratação, por inexigibilidade de licitação, contratados com produtor, empresa ou representantes comerciais tidos como exclusivos, que a comprovação de exclusividade tenha sido feita por atestado fornecido pelas entidades previstas no art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, quais sejam Órgão de Registro do Comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, por entidades equivalentes;

9.1.7. Insiram nos processos de pagamento os documentos comprobatórios de que ocorreram efetivamente os pagamentos das faturas, tais como a ordem bancária ou cheques, em cumprimento ao Parágrafo Único do art. 64 e art. 65 da Lei nº 4.320/1964;

9.2. Com fulcro no art. 250, III, do Regimento Interno do TCU, recomendar ao Hospital Universitário Walter Cantídio - HUWC que:

9.2.1. Estabeleça regras e controles formalizados para a seleção e contratação de comissionados, funcionários terceirizados e estagiários com entidades conveniadas, em observância ao princípio da eficiência, moralidade e impessoalidade previsto no caput do art. 37 da Constituição Federal;

9.2.2. Elabore e implemente organograma, manual e normas que estabeleçam as competências, atribuições e responsabilidades dos cargos efetivos e comissionados da área de suprimentos e aquisições, em observância ao princípio da eficiência;

9.2.3. Em observância ao princípio da eficiência, viabilize o acesso aos sistemas informatizados de controle de estoque de medicamentos da Farmácia Central e Farmácias Satélites à Gerência de Suprimentos, a fim de possibilitar a visualização e controle dos fluxos de entrada e saída dos aludidos estoques, desde a requisição até a utilização pelos pacientes;

9.2.4. Elabore manuais e normas próprios para execução das principais atividades envolvidas na realização de licitações, contratações diretas (dispensa e inexigibilidade), fiscalização e acompanhamento de contrato;

9.2.5. Implemente sistemática de supervisão formal dos trabalhos realizados pela área de suprimentos e aquisições, a fim de que se obtenha comunicação clara das funções e responsabilidades de todo o pessoal que está lotado nessa área, bem como efetue o registro da revisão sistemática dos trabalhos realizados e da aprovação das etapas críticas;

9.2.6. Implemente políticas e procedimentos formalizados que estabeleçam a separação entre funções e atividades consideradas incompatíveis, atentando também para que os servidores responsáveis pela realização da despesa ou pela solicitação da aquisição/prestação de serviços, não participem como membros de comissões instituídas para licitar, inclusive pregoeiro e equipe de apoio e como responsáveis pelo recebimento e atesto de bens e serviços ou de inventários físicos, em obediência ao princípio da segregação de funções;

9.2.7. Formalize, em norma ou manual, rotina de conferência das pesquisas preço de mercado, efetuadas para estabelecer os preços de referência, previamente à realização de licitações e aquisições diretas, em cumprimento ao princípio da eficiência administrativa, previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988;

9.2.8. Formalize, em norma ou manual, rotina para análise dos licitantes a fim de identificar possíveis relacionamentos que comprometem o caráter competitivo dos certames licitatórios: endereço, sócios, telefone e/ou e-mail comuns; sobrenomes comuns de sócios-administradores; área de atuação incompatível; data de constituição ou de registro na Junta Comercial próxima do certame; sócios com parentesco com servidores da unidade e a incompatibilidade do objeto licitado e o ramo de atividade da empresa, em cumprimento ao princípio da eficiência administrativa, previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal, bem como para garantir a escolha da melhor proposta para a Administração, constante do art. 3, da Lei nº 8.666/1993;

9.2.9. Formalize, em norma ou manual, rotina de análise das propostas, tanto dos preços quanto do formato, a fim de identificar práticas e fatos que indiquem que as mesmas não foram elaboradas de forma independente, em cumprimento aos princípios da eficiência e da moralidade administrativa, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal, bem como para garantir a escolha da melhor proposta para a Administração, constante do art. 3, da Lei nº 8.666/1993;

9.2.10. Proceda, doravante, a identificação detalhada dos serviços realizados pela Sameac constantes do contrato, discriminando procedimentos realizados somente por ela para a realização de cada serviço e as categorias envolvidas, quais sejam: procedimentos ambulatoriais de média e alta complexidade; procedimentos de internação (AIH) compreendendo média e alta complexidade e, ainda, estratégicos;

9.2.11. Elabore um programa de capacitação que contemple os servidores da área de suprimentos e aquisições, incluindo a área de licitações e contratos;

9.2.12. Elabore relatórios gerenciais e crie indicadores que informem, por meio de tabelas e gráficos: volume e representatividade de cada modalidade de compra em relação ao total de aquisições; o tempo médio de uma solicitação até a efetivação do empenho, em dias; e o tempo médio de compra por modalidade de licitação;

9.2.13. Contemplem, em seu organograma, os setores de licitações e de contratos, possibilitando maior clareza quanto

à subordinação hierárquica da comissão de licitações e da área de contratos;

9.2.14. A fim de possibilitar o controle integral do estoque de medicamentos por parte da Gerência de Suprimentos, compatibilize as atividades de estocagem e distribuição de medicamentos executadas pela Farmácia Central e satélites com as atividades exercidas pelo setor de suprimentos, de forma a facilitar a adoção de decisões gerenciais confiáveis e a fidedignas, com base nas informações disponibilizadas;

9.2.15. Expeça ato determinando a obrigatoriedade de que seja efetuada periodicamente rotatividade do pessoal que trabalha em funções críticas da área de suprimentos e de fiscalização de contratos do Hospital, bem como estabeleça critérios a serem fixados em tais normativos, com vista a diminuir o risco da existência de falhas e irregularidades nessas funções por períodos de tempo prolongados;

9.3. Com fulcro no art. 250, II, do Regimento Interno do TCU, determinar à Universidade Federal do Ceará - UFC que solicite de sua Procuradoria Jurídica que, quando da análise dos processos de inexigibilidade de licitação, manifeste-se quanto à legalidade do atestado de exclusividade, uma vez que a Lei das Licitações, em seu art. 25, inciso I, estipula que as entidades competentes para fornecer tal atestado são o Órgão de Registro do Comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, o Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, entidades equivalentes;

9.4. Com fulcro no art. 250, III, do Regimento Interno do TCU, recomendar à Universidade Federal do Ceará - UFC que:

9.4.1. Implemente um programa de capacitação que contemple o treinamento dos servidores que compõem a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, em observância ao princípio da eficiência;

9.4.2. Elabore estudo no sentido de definir a lotação adequada da unidade de Auditoria Interna da UFCE, bem como as atribuições de seus servidores, normatizando-os, a fim de que essa possa desempenhar suas atividades a contento;

9.4.3. Implemente um programa de capacitação específico para os servidores da Auditoria Interna da UFC, incluindo a área de licitações e contratos;

9.4.4. Requeira junto à Procuradoria Jurídica que essa adote como sistemática de trabalho, na elaboração de pareceres jurídicos em processos licitatórios e de contratos, a prática de registrar todas as alterações, discordâncias e melhorias apontadas pela área jurídica, a fim de demonstrar o real processo de análise e evolução das minutas dos editais de licitação, contratos e aditivos, evitando inserir nos referidos processos licitatórios pareceres jurídicos pela aprovação das minutas dos editais, sem registrar quaisquer ressalvas;

9.5. Dar ciência à UFC e ao HUWC que:

9.5.1. A ausência de rodízio entre servidores para a composição da comissão permanente de licitações contraria os termos do § 4º do art. 51 da Lei nº 8.666/1993;

9.5.2. Deve ser observado o estatuído no art. 15 do Decreto nº 6.029/2007, na celebração de contrato de trabalho de funcionários terceirizados, mormente quanto à necessidade da prestação de compromisso solene de acatamento e observância das regras estabelecidas pelo Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal e pelo Código de Ética do órgão ou entidade, caso este último venha a ser elaborado e adotado;

9.5.3. Deve ser divulgado o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, a fim de fomentar o conhecimento sobre a sua existência e o seu conteúdo, em observância ao disposto no art. 1º, II e IV, do Decreto nº 6.029/2007;

9.5.4. Há de se promover canais específicos com vistas ao recebimento de denúncias;

9.6. Remeter cópia integral deste Acórdão, assim como Relatório e Voto que o fundamentam, ao Reitor da Universidade Federal do Ceará e ao Diretor-Geral do Hospital Universitário Walter Cantídio;

9.7. Arquivar o presente processo.

#### **Providências Adotadas**

<b>Sector Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Universidade Federal do Ceará	

#### **Síntese da Providência Adotada**

9.1.1 – 9.2.15 e 9.4.4 – 9.5.4: Os ofícios 426/2013-SHU/MEAC/HUWC/UFC e 430/2013-SHU/MEAC/HUWC/UFC apresentam informações quanto ao tema.

9.2.3: Em 16/10/2013 houve pedido de novas informações e documentos complementares mediante o ofício 064/2013/AUDIN/UFC.

9.3: Em 25/09/2013, a Auditoria Interna solicitou documentação complementar ao ofício 364/2013-SHU.

9.4.2: Em 16/07/2013 a Auditoria Interna expediu a Recomendação 014/2013 requerendo o atendimento ao item em pauta.

9.4.4: Em 16/07/2013 a Auditoria Interna expediu a Recomendação 014/2013 requerendo o atendimento ao item em pauta.

9.5.1: Em 16/07/2013 a Auditoria Interna expediu a Recomendação 014/2013 requerendo o atendimento ao item em pauta.

9.5.4: Em 16/07/2013 a Auditoria Interna expediu a Recomendação 014/2013 requerendo o atendimento ao item em pauta.



9.2.6: Em 23/07/2013 foi enviado o ofício 470/2013-GR, o qual apresenta informações quanto ao tema da SAMEAC solicitado.
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento:</b>
O Hospital Universitário tem empreendido esforços para modificar suas rotinas em atendimento ao Acórdão 1543/2013, as quais terão sua efetividade no decurso do tempo.
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>
O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.
Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.
Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos <i>campi</i> de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.
Cumprir ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.
Contribuíram para o não atendimento completo das recomendações os seguintes obstáculos operacionais:
- Número de técnico-administrativos ainda insuficiente para a carga de trabalho dos setores da Universidade.
- Transição de chefias, as quais impactaram a implantação de novos métodos e rotinas nos setores.
- Adesão da Universidade a novas demandas de ensino e serviço à sociedade.

## 12 Relatório de Cumprimento das Recomendações do Órgão de Controle Interno

### 12.1 Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (Quadro A.9.2.1)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Relatório Preliminar 201305978	3.1.1.1	Ofício 19323/2013/NAC1/CGU
	Relatório Final 201305978	2.1.2.1	Ofício 30144/2013/NAC1/CGU
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Apurar a responsabilidade do Diretor Administrativo Financeiro dos Hospitais, do Pregoeiro e do Diretor Geral do Hospital Universitário Walter Cantídio, pela ocorrência dos fatos relatados.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Walter Cantídio			
Síntese da Providência Adotada			
Em 23/07/2013, houve o envio de Manifestação Prévia acerca do Relatório Preliminar 201305978 à Controladoria			

Geral da União.
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>
Atendido
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>
O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.
Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas discontinuidades de normas operacionais.
Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.
Cumprе ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, consta o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	Relatório Preliminar 201305978 Relatório Final 201305978	2.1.1.2 2.1.1.2	Ofício 19323/2013/NAC1/CGU Ofício 30144/2013/NAC1/CGU
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Apurar a responsabilidade do Superintendente dos Hospitais Universitários da UFC, que assinou os contratos nº 23/2011, nº 26/2011, nº 01/2012 e nº 05/2012, sem emissão prévia dos empenhos referentes às obrigações financeiras decorrentes.			
Recomendação 2: Promover melhorias na gestão financeira da unidade, de forma a evitar o comprometimento com despesas que não estejam garantidas por meio da emissão de empenhos prévios.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência dos Hospitais Universitários da UFC			
Síntese da Providência Adotada			
Em 23/07/2013, houve o envio de Manifestação Prévia acerca do Relatório Preliminar 201305978 à Controladoria Geral da União.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendido			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.			

Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.

Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.

Cumprido ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
03	Relatório Preliminar 201305978 Relatório Final 201305978	2.1.2.1 2.1.2.1	Ofício 19323/2013/NAC1/CGU Ofício 30144/2013/NAC1/CGU
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendação 1: Implementar rotina de apuração de vínculos entre empresas participantes de cotações de preços para a contratação por dispensa de licitação, garantindo que haja, no mínimo, 3 (três) propostas de empresas sem vínculos entre si.			
Recomendação 2: Avaliar a atuação da Comissão Permanente de Controle Interno, especialmente quanto ao quantitativo e capacitação dos integrantes e quanto à metodologia empregada para a identificação de falhas e irregularidades. Finalizada a avaliação, promover as melhorias necessárias.			
Recomendação 3: Apurar a responsabilidade pela ocorrência dos fatos relatados, com relação ao Diretor do Departamento de Contabilidade e Finanças, ao Pregoeiro, à Diretora do Departamento de Administração à época e ao Pró-Reitor de Administração à época.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Pró-Reitoria de Administração			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Em 23/07/2013, houve o envio de Manifestação Prévia acerca do Relatório Preliminar 201305978 à Controladoria Geral da União.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Atendido			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.			
Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.			
Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para			

rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.

Cumprе ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
04	Relatório Preliminar 201305978 Relatório Final 201305978	2.1.2.2 2.1.2.2	Ofício 19323/2013/NAC1/CGU Ofício 30144/2013/NAC1/CGU
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendação 1: Implementar rotina de apuração de vínculos entre empresas participantes de cotações de preços para a contratação por dispensa de licitação, garantindo que haja, no mínimo, 3 (três) propostas de empresas sem vínculos. Recomendação 2: Apurar a responsabilidade do Diretor do Departamento de Contabilidade e Finanças, do Pregoeiro e do Pró-Reitor de Administração à época pela ocorrência dos fatos relatados.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Pró-Reitoria de Administração			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Em 23/07/2013, houve o envio de Manifestação Prévia acerca do Relatório Preliminar 201305978 à Controladoria Geral da União.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Atendido			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.  Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.  Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.  Cumprе ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta			

de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	Relatório Preliminar 201305978 Relatório Final 201305978	2.1.3.1 2.1.3.1	Ofício 19323/2013/NAC1/CGU Ofício 30144/2013/NAC1/CGU
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 1: Recomenda-se que a Universidade instaure processo de Tomada de Contas Especial para apurar o prejuízo identificado e viabilizar o ressarcimento ao erário, tomando as medidas necessárias ao ressarcimento do dano tão logo finalizada a TCE. Recomendação 2: Apurar as responsabilidades administrativas dos servidores envolvidos, bem como das empresas Swot - Soluções em Eventos (CNPJ: 10.359.163/0001-19) e PR3 Comércio e Serviços Digitais Ltda. (CNPJ: 11.084.814/0001-78). Recomendação 3: Não obstante haver previsão expressa, no Estatuto da UFC, de que é competência do Conselho Universitário a apuração de responsabilidade do Reitor (art. 11, letra "r"), mas em virtude da gravidade dos fatos que envolvem o Reitor da UFC, o qual é o Presidente desse Conselho, além do envolvimento do ex Pró-Reitor de Administração e da ex-diretora de Administração, cargos vinculados diretamente a alta gestão da Universidade, levar ao conhecimento do Ministério da Educação esta constatação, para fins de apuração de responsabilidade do Reitor da UFC.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			
Síntese da Providência Adotada			
<p>Em 23/07/2013, houve o envio de Manifestação Prévia acerca do Relatório Preliminar 201305978 à Controladoria Geral da União.</p> <p>Em 16/01/2014, foi enviado à CGU atualização do Plano de Providências Permanente contendo informações sobre o ponto citado.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendido			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.</p> <p>Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas discontinuidades de normas operacionais.</p> <p>Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.</p> <p>Cumprido ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.</p>			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	Relatório Preliminar 201305978 Relatório Final 201305978	3.1.1.1 3.1.1.1	Ofício 19323/2013/NAC1/CGU Ofício 30144/2013/NAC1/CGU
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Apurar a responsabilidade do Diretor Administrativo Financeiro dos Hospitais, do Pregoeiro e do Diretor Geral do Hospital Universitário Walter Cantídio, pela ocorrência dos fatos relatados.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Walter Cantídio			
Síntese da Providência Adotada			
Em 23/07/2013, houve o envio de Manifestação Prévia acerca do Relatório Preliminar 201305978 à Controladoria Geral da União.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendido			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.</p> <p>Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas discontinuidades de normas operacionais.</p> <p>Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.</p> <p>Cumprе ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.</p>			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	Relatório Preliminar 201305978	3.1.1.2	Ofício 19323/2013/NAC1/CGU

	Relatório Final 201305978	3.1.1.2	Ofício 30144/2013/NAC1/CGU
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendação 1: Apurar a responsabilidade do Diretor Administrativo Financeiro dos Hospitais Universitários e do Diretor Geral do HUWC.			
Recomendação 2: Realizar diagnóstico e instituir programa de capacitação periódica do corpo técnico do HUWC, responsável pela confecção dos Termos de Referência.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Hospital Universitário Walter Cantídio			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Em 23/07/2013, houve o envio de Manifestação Prévia acerca do Relatório Preliminar 201305978 à Controladoria Geral da União.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Atendido			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.			
Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.			
Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.			
Cumpre ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
08	Relatório Preliminar 201305978	4.2.1.1	Ofício 19323/2013/NAC1/CGU
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendação 1: Contemplar no Parecer da unidade de auditoria interna as informações gerenciais sobre a execução do plano de trabalho do exercício de referência das contas.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>

Auditoria Interna
<b>Síntese da Providência Adotada</b>
Em 23/07/2013, houve o envio de Manifestação Prévia acerca do Relatório Preliminar 201305978 à Controladoria Geral da União.
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>
Atendido
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>
O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.
Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.
Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.
Cumprir ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
09	Relatório Preliminar 201305978 Relatório Final 201305978	4.2.1.3 5.2.1.2	Ofício 19323/2013/NAC1/CGU Ofício 30144/2013/NAC1/CGU
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Elaborar regimento interno, manuais, procedimentos sistematizados ou normas de execução, que disciplinem as atividades e a atuação da Unidade de Auditoria Interna da UFC.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Auditoria Interna			
Síntese da Providência Adotada			
Em 23/07/2013, houve o envio de Manifestação Prévia acerca do Relatório Preliminar 201305978 à Controladoria Geral da União.			
Em 16/01/2014, foi enviado à CGU atualização do Plano de Providências Permanente contendo informações sobre o ponto citado.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendido			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			



O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.

Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.

Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.

Cumprido ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	Relatório Preliminar 201305978 Relatório Final 201305978	4.2.1.4 5.2.1.3	Ofício 19323/2013/NAC1/CGU Ofício 30144/2013/NAC1/CGU
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Elaborar o RAINT conforme as orientações dispostas na IN SFC nº 01/2007 - art. 7º, incisos IV e V. Recomendação 2: Implementar instrumentos de medição de indicadores de eficácia e eficiência em cada ação de controle da AUDIN.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Auditoria Interna			
Síntese da Providência Adotada			
Em 23/07/2013, houve o envio de Manifestação Prévia acerca do Relatório Preliminar 201305978 à Controladoria Geral da União. Em 16/01/2014, foi enviado à CGU atualização do Plano de Providências Permanente contendo informações sobre o ponto citado.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendido			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.  Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.  Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para			

rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.

Cumprir ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
11	Relatório Preliminar 201305978 Relatório Final 201305978	4.2.1.5 5.2.1.4	Ofício 19323/2013/NAC1/CGU Ofício 30144/2013/NAC1/CGU
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendação 1: Normatizar e implementar rotina de elaboração de relatórios após a realização das auditorias. Recomendação 2: Implementar rotina de encaminhamento dos relatórios produzidos à CGU - Regional/CE no prazo estabelecido pelo Art. 8º da IN CGU N° 07/2006.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Auditoria Interna			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Em 23/07/2013, houve o envio de Manifestação Prévia acerca do Relatório Preliminar 201305978 à Controladoria Geral da União.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Atendido			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.  Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.  Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.  Cumprir ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	Relatório Preliminar 201305978 Relatório Final 201305978	4.2.1.6 5.2.1.5	Ofício 19323/2013/NAC1/CGU Ofício 30144/2013/NAC1/CGU
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 1: Elaborar norma de execução destinada a orientar tecnicamente sobre a formalização, organização e arquivamento dos processos de papéis de trabalho das ações de controle realizadas pela AUDIN/UFC.</p> <p>Recomendação 2: Formalizar processos de papéis de trabalho para possibilitar o controle e rastreamento dos documentos, aplicando-se, no que couber, as orientações da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Auditoria Interna			
Síntese da Providência Adotada			
<p>Em 23/07/2013, houve o envio de Manifestação Prévia acerca do Relatório Preliminar 201305978 à Controladoria Geral da União.</p> <p>Em 16/01/2014, foi enviado à CGU atualização do Plano de Providências Permanente contendo informações sobre o ponto citado.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendido			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.</p> <p>Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas discontinuidades de normas operacionais.</p> <p>Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.</p> <p>Cumpra ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.</p>			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	
Recomendações do OCI	

<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
13	Relatório Preliminar 201305978 Relatório Final 201305978	4.2.1.7 5.2.1.6	Ofício 19323/2013/NAC1/CGU Ofício 30144/2013/NAC1/CGU
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendação 1: Promover a necessária mudança no organograma, de modo a desvincular do Gabinete do Reitor a Unidade de Auditoria Interna, deixando-a subordinada ao Conselho de Curadores da UJ.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Gabinete do Reitor			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Em 23/07/2013, houve o envio de Manifestação Prévia acerca do Relatório Preliminar 201305978 à Controladoria Geral da União.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Atendido			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
<p>O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.</p> <p>Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.</p> <p>Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.</p> <p>Cumpram ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.</p>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
14	Relatório Preliminar 201305978	4.2.2.3	Ofício 19323/2013/NAC1/CGU
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendação 1: Designar/indicar formalmente o coordenador e administrador do sistema CGU-PAD.			
<b>Providências Adotadas</b>			

<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Gabinete do Reitor	
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
Em 23/07/2013, houve o envio de Manifestação Prévia acerca do Relatório Preliminar 201305978 à Controladoria Geral da União.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
Atendido	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
<p>O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.</p> <p>Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.</p> <p>Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.</p> <p>Cumprir ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.</p>	

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
15	Relatório Preliminar 201305978 Relatório Final 201305978	6.2.2.1 7.2.2.1	Ofício 19323/2013/NAC1/CGU Ofício 30144/2013/NAC1/CGU
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<p>Recomendação 1: Elaborar projeto básico das contratações de serviços, incluindo orçamento e detalhamento em nível analítico dos serviços contratados, nos termos do artigo 6º, inciso IX, combinado com o art. 7º, §2º, todos da Lei nº 8.666/93.</p> <p>Recomendação 2: Abster-se de transferir às fundações de apoio atividades de competência exclusiva da UFC, por falta de amparo legal.</p>			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Pró-Reitoria de Administração			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Em 23/07/2013, houve o envio de Manifestação Prévia acerca do Relatório Preliminar 201305978 à Controladoria Geral da União.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Atendido			

<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>
<p>O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.</p> <p>Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.</p> <p>Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.</p> <p>Cumprе ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.</p>

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
16	Relatório Preliminar 201305978 Relatório Final 201305978	6.1.2.1 7.1.2.1	Ofício 19323/2013/NAC1/CGU Ofício 30144/2013/NAC1/CGU
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendação 1: Apurar a responsabilidade da Coordenadora do Restaurante Universitário à época, do Pregoeiro e do Pró-Reitor de Administração à época.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Pró-Reitoria de Administração			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Em 23/07/2013, houve o envio de Manifestação Prévia acerca do Relatório Preliminar 201305978 à Controladoria Geral da União.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Atendido			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
<p>O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.</p> <p>Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.</p> <p>Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim.</p>			

As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.

Cumprer ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17	Relatório Preliminar 201305978	3.1.1.1	Ofício 19323/2013/NAC1/CGU
	Relatório Final 201305978	3.1.1.1	Ofício 30144/2013/NAC1/CGU
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Apurar a responsabilidade do Diretor Administrativo Financeiro dos Hospitais, do Pregoeiro e do Diretor Geral do Hospital Universitário Walter Cantídio, pela ocorrência dos fatos relatados.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Walter Cantídio			
Síntese da Providência Adotada			
Em 23/07/2013, houve o envio de Manifestação Prévia acerca do Relatório Preliminar 201305978 à Controladoria Geral da União.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendido			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.</p> <p>Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas discontinuidades de normas operacionais.</p> <p>Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.</p> <p>Cumprer ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.</p>			

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
18	Relatório Preliminar 201305978 Relatório Final 201305978	3.1.1.2 3.1.1.2	Ofício 19323/2013/NAC1/CGU Ofício 30144/2013/NAC1/CGU
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Apurar a responsabilidade do Diretor Administrativo Financeiro dos Hospitais Universitários e do Diretor Geral do HUWC. Recomendação 2: Realizar diagnóstico e instituir programa de capacitação periódica do corpo técnico do HUWC, responsável pela confecção dos Termos de Referência.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Walter Cantídio			
Síntese da Providência Adotada			
Em 23/07/2013, houve o envio de Manifestação Prévia acerca do Relatório Preliminar 201305978 à Controladoria Geral da União.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendido			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.</p> <p>Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descon continuidades de normas operacionais.</p> <p>Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.</p> <p>Cumprе ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.</p>			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
19	Relatório Preliminar 201305978 Relatório Final 201305978	2.1.1.1 2.1.1.1	Ofício 19323/2013/NAC1/CGU Ofício 30144/2013/NAC1/CGU



<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>		<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ		
<b>Descrição da Recomendação</b>		
Recomendação 1: Apurar a responsabilidade da diretora Geral da MEAC, de matrícula nº 2936275, da Diretora Administrativo Financeira Substituta, de matrícula nº 0292023, do Superintendente dos Hospitais Universitários da UFC, de matrícula nº 2220024, do Diretor Administrativo Financeiro dos Hospitais Universitários da UFC, de matrícula nº 1865317, da servidora de matrícula nº 2942178 e do Diretor Geral da MEAC, de matrícula nº 6289805, pelos fatos relatados.		
<b>Providências Adotadas</b>		
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>		<b>Código SIORG</b>
Hospital Universitário Walter Cantídio		
<b>Síntese da Providência Adotada</b>		
Em 23/07/2013, houve o envio de Manifestação Prévia acerca do Relatório Preliminar 201305978 à Controladoria Geral da União.		
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>		
Atendido		
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>		
<p>O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.</p> <p>Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas discontinuidades de normas operacionais.</p> <p>Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.</p> <p>Cumprе ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.</p>		

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
20	Relatório Preliminar 201305978 Relatório Final 201305978	2.1.1.2 2.1.1.2	Ofício 19323/2013/NAC1/CGU Ofício 30144/2013/NAC1/CGU
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<p>Recomendação 1: Apurar a responsabilidade do Superintendente dos Hospitais Universitários da UFC, que assinou os contratos nº 23/2011, nº 26/2011, nº 01/2012 e nº 05/2012, sem emissão prévia dos empenhos referentes às obrigações financeiras decorrentes.</p> <p>Recomendação 2: Promover melhorias na gestão financeira da unidade, de forma a</p>			

evitar o comprometimento com despesas que não estejam garantidas por meio da emissão de empenhos prévios.	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Hospitais Universitários da UFC	
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
Em 23/07/2013, houve o envio de Manifestação Prévia acerca do Relatório Preliminar 201305978 à Controladoria Geral da União.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
Atendido	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
<p>O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.</p> <p>Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas discontinuidades de normas operacionais.</p> <p>Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.</p> <p>Cumpram ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.</p>	

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
21	Nota Técnica 201114336/01	2	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendação 1: Quando do envio de informações em resposta às solicitações desta CGU ou de outros órgãos de controle, atentar para que essas informações sejam compatíveis com as documentações que as embasaram.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Em 16/01/2014, foi enviado à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas o ofício 009/2014/AUDIN/UFC, de 09/01/2014, encaminhando a Nota Técnica 201114336/01/2013/NAC-1/CGU-Regional/CE., para resolução das constatações apontadas.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Atendido			

<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>
<p>O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.</p> <p>Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.</p> <p>Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.</p> <p>Cumprе ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.</p>

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
22	Nota Técnica 201114336/01	7	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<p>Recomendação 1: Providenciar para que seja aprovado pelo Conselho Universitário da UFC norma que trate da colaboração esporádica, remunerada ou não, dos professores sujeitos ao regime de dedicação exclusiva em assuntos de suas especialidades. Tal norma deve prever explicitamente como se dará a autorização para a realização desse tipo de colaboração e quem será responsável por tal autorização, conforme estabelecido no Decreto nº 94.664/1987, art. 14, § 1º, "d".</p> <p>Recomendação 2: Analisar o vínculo existente entre o professor de matrícula SIAPE nº 1166221 e a UNIFOR, no período de abril de 2006 a agosto de 2007, bem como os indícios de atividade remunerada autônoma em 2004 (abril), 2005 (junho, julho, agosto e dezembro), 2006 (abril, julho e dezembro), 2007 (janeiro, maio, outubro e novembro), 2008 (abril e outubro), 2009 (fevereiro, março e abril), 2010 (fevereiro, maio e setembro) e 2011 (julho e dezembro), a fim de comprovar se tais atividades ocorreram ou não em desacordo com o regime do qual o professor está vinculado. Em caso de desrespeito ao vínculo de DE, providenciar a reposição ao erário dos valores porventura recebidos indevidamente pelo docente a título de DE durante o período em que tal regime foi violado.</p>			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Em 16/01/2014, foi enviado à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas o ofício 009/2014/AUDIN/UFC, de 09/01/2014, encaminhando a Nota Técnica 201114336/01/2013/NAC-1/CGU-Regional-CE., para resolução das constatações apontadas.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Atendido			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.

Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas discontinuidades de normas operacionais.

Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.

Cumprido ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
23	Relatório Preliminar 201203088	5.1.1.1	Ofício 17936/2012/NAC-1/CGU
	Relatório Final 201203088	5.1.1.1	Ofício 22977/2012/NAC-1/CGU
	Nota Técnica 201203088_1	2.1.1.1	Ofício 31015/2013/NAC-1/CGU
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Observar o prazo previsto no art. 7º da IN TCU no 55/2007, para o cadastramento das informações pertinentes aos atos de concessão de aposentadoria e pensão, no sistema SISAC e disponibilizá-las ao órgão de controle interno.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas			
Síntese da Providência Adotada			
Em 14/01/2014, foi enviado à Controladoria Geral da União o ofício 002/2014/AUDIN/UFC, encaminhando o Plano de Providências referente a esta Nota Técnica.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendido			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.			
Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas discontinuidades de normas operacionais.			
Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas			

aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.

Cumpram ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
24	Relatório Preliminar 201203088 Relatório Final 201203088 Nota Técnica 201203088_1	2.2.3.1 2.2.3.1 2.1.1.3	Ofício 17936/2012/NAC-1/CGU Ofício 22977/2012/NAC-1/CGU Ofício 31015/2013/NAC-1/CGU
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
Descrição da Recomendação			
<b>RECOMENDAÇÃO 003</b> Estabelecer um cronograma de treinamento, sensibilização e motivação dos servidores envolvidos com a licitação e acompanhamento dos contratos da UFC sobre os manuais de procedimentos, rotinas, fluxograma ou passo a passo adotados pela Entidade.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			
Síntese da Providência Adotada			
Em 14/01/2014, foi enviado à Controladoria Geral da União o ofício 002/2014/AUDIN/UFC, encaminhando o Plano de Providências referente a esta Nota Técnica.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendido			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.  Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.  Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.  Cumpram ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
25	Relatório Preliminar 201203088 Relatório Final 201203088 Nota Técnica 201203088_1	7.3.2.1 7.3.2.1 2.1.1.4	Ofício 17936/2012/NAC-1/CGU Ofício 22977/2012/NAC-1/CGU Ofício 31015/2013/NAC-1/CGU
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 1: Quando da solicitação de bens e serviços, fundamentar os quantitativos estimados dos objetos licitados, com base na real necessidade administrativa, instruindo os processos com levantamentos realizados e os critérios adotados.</p> <p>Recomendação 2: Quando da aquisição de bens e serviços, realizar ampla pesquisa de preços de mercado com vistas à adequada estimativa de valores a licitar e à verificação da compatibilidade dos preços licitados com os praticados no mercado, conforme determina jurisprudência do TCU e o art. 3º do Decreto nº 3.931/2001.</p> <p>Recomendação 3: Abster-se de prever nas contratações de serviços de eventos despesas sem amparo legal e distantes dos objetivos institucionais, em atendimento aos princípios da finalidade, austeridade e moralidade.</p> <p>Recomendação 4: Interromper a autorização de despesas previstas nos itens 06 - Almoço ou Jantar institucional - Tipo 1 e 07 - Almoço ou Jantar institucional - Tipo 2, 08 - Coquetel, 09 - <i>Coffee Break</i> A e 10 - <i>Coffee Break</i> B do Registro de Preços 101/2011, configurando os próximos eventos em consonância com os princípios da Administração Pública e os objetivos institucionais.</p> <p>Recomendação 5: Adotar providências no sentido de ressarcir o erário com os valores pagos indevidamente descritos nas alíneas "h" e "i", que somam o total de R\$ 73.925,00.</p> <p>Recomendação 6: Adequar os controles administrativos na execução e pagamento dos contratos, motivando adequadamente as demandas por despesas e evitando pagamentos indevidos.</p> <p>Recomendação 7: Observar a finalidade da programação orçamentária, atentando para a compatibilidade do gasto com o Programa/Ação, evitando a utilização de verba do Reuni para pagamentos de despesas que não sejam aderentes à promoção da revisão da estrutura acadêmica, possibilitando a mobilidade estudantil, a criação de vagas e o completo aproveitamento da estrutura e dos recursos humanos existentes.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			
Síntese da Providência Adotada			
Em 14/01/2014, foi enviado à Controladoria Geral da União o ofício 002/2014/AUDIN/UFC, encaminhando o Plano de Providências referente a esta Nota Técnica.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendido			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.</p> <p>Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas discontinuidades de normas operacionais.</p> <p>Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.</p>			

Cumprer ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
26	Relatório Preliminar 201203088	4.1.1.2	Ofício 17936/2012/NAC-1/CGU
	Relatório Final 201203088	4.1.1.2	Ofício 22977/2012/NAC-1/CGU
	Nota Técnica 201203088_1	2.1.1.5	Ofício 31015/2013/NAC-1/CGU
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Apurar a responsabilidade da servidora J. D. C. F. pela aprovação do Termo de Referência do Pregão nº 168/2010, em que consta a indicação, de forma indireta, por meio de características e especificações exclusivas, da marca <i>InterWrite</i> IW1277 para a Lousa Interativa, objeto do certame.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			
Síntese da Providência Adotada			
Em 14/01/2014, foi enviado à Controladoria Geral da União o ofício 002/2014/AUDIN/UFC, encaminhando o Plano de Providências referente a esta Nota Técnica.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendido			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.</p> <p>Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas discontinuidades de normas operacionais.</p> <p>Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.</p> <p>Cumprer ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.</p>			

Unidade Jurisdicionada

<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
27	Relatório Preliminar 201203088 Relatório Final 201203088 Nota Técnica 201203088_1	7.4.3.1 7.4.3.1 2.1.1.7	Ofício 17936/2012/NAC-1/CGU Ofício 22977/2012/NAC-1/CGU Ofício 31015/2013/NAC-1/CGU
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendação 1: Elaborar planilha dos valores pagos indevidamente, a partir da 1ª medição, a fim de proceder às pertinentes devoluções de recursos ou, se for o caso, compensação em futuros pagamentos à Construtora Borges Carneiro Ltda.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Pró-Reitoria de Planejamento e Pró-Reitoria de Administração			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Em 14/01/2014, foi enviado à Controladoria Geral da União o ofício 002/2014/AUDIN/UFC, encaminhando o Plano de Providências referente a esta Nota Técnica.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Atendido			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
<p>O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.</p> <p>Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas discontinuidades de normas operacionais.</p> <p>Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.</p> <p>Cumpram ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.</p>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
28	Relatório Preliminar 201203088 Relatório Final 201203088 Nota Técnica 201203088_1	7.4.2.2 7.4.2.2 2.1.1.8	Ofício 17936/2012/NAC-1/CGU Ofício 22977/2012/NAC-1/CGU



			Ofício 31015/2013/NAC-1/CGU
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendação 2: Que a Pró-Reitoria de Administração promova a divulgação e implantação dos procedimentos padronizados de aquisição de produtos e serviços no âmbito da Universidade, cobrando e supervisionando o cumprimento dos mesmos.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Pró-Reitoria de Administração			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Em 14/01/2014, foi enviado à Controladoria Geral da União o ofício 002/2014/AUDIN/UFC, encaminhando o Plano de Providências referente a esta Nota Técnica.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Atendido			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
<p>O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.</p> <p>Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas discontinuidades de normas operacionais.</p> <p>Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.</p> <p>Cumprir ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.</p>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
29	Relatório Preliminar 201203088	2.2.1.2	Ofício 17936/2012/NAC-1/CGU
	Relatório Final 201203088	2.2.1.2	Ofício 22977/2012/NAC-1/CGU
	Nota Técnica 201203088_1	2.1.1.9	Ofício 31015/2013/NAC-1/CGU
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendação 1: A AUDIN/UFC deverá adotar metodologia de trabalho que contemple a elaboração e a organização de papéis de trabalho, de forma a propiciar a compreensão das etapas de desenvolvimento das atividades realizadas pela Unidade.			
<b>Providências Adotadas</b>			

<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Auditoria Interna	
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
Em 14/01/2014, foi enviado à Controladoria Geral da União o ofício 002/2014/AUDIN/UFC, encaminhando o Plano de Providências referente a esta Nota Técnica.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
Atendido	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
<p>O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.</p> <p>Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descon continuidades de normas operacionais.</p> <p>Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.</p> <p>Cumprе ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.</p>	

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
30	Relatório Preliminar 201203088 Relatório Final 201203088 Nota Técnica 201203088_1	4.1.1.5 4.1.1.5 2.1.1.10	Ofício 17936/2012/NAC-1/CGU Ofício 22977/2012/NAC-1/CGU Ofício 31015/2013/NAC-1/CGU
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendação 2: Anular o Pregão Eletrônico nº 119/2011 (Processo nº 23067-P8659/11-25) e, conseqüentemente, o respectivo contrato firmado com a empresa PR3 Comércio e Serviços Digitais Ltda, nos termos dos artigos 49 e 59 da Lei nº 8.666/93.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Pró-Reitoria de Administração			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Em 14/01/2014, foi enviado à Controladoria Geral da União o ofício 002/2014/AUDIN/UFC, encaminhando o Plano de Providências referente a esta Nota Técnica.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Atendido			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo</b>			

<b>Gestor</b>
<p>O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.</p> <p>Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.</p> <p>Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.</p> <p>Cumprir ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.</p>

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
31	Relatório Preliminar 201203088 Relatório Final 201203088 Nota Técnica 201203088_1	7.4.2.1 7.4.2.1 2.1.1.11	Ofício 17936/2012/NAC-1/CGU Ofício 22977/2012/NAC-1/CGU Ofício 31015/2013/NAC-1/CGU
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendação 2: Que a Pró-Reitoria de Administração promova a divulgação e implantação dos procedimentos padronizados de aquisição de obras e serviços no âmbito da Universidade, cobrando e supervisionando o cumprimento dos mesmos.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Pró-Reitoria de Administração			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Em 14/01/2014, foi enviado à Controladoria Geral da União o ofício 002/2014/AUDIN/UFC, encaminhando o Plano de Providências referente a esta Nota Técnica.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Atendido			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
<p>O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.</p> <p>Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.</p> <p>Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para</p>			

rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.

Cumprе ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
32	Relatório Preliminar 201203088	2.1.1.1	Ofício 17936/2012/NAC-1/CGU
	Relatório Final 201203088	2.1.1.1	Ofício 22977/2012/NAC-1/CGU
	Nota Técnica 201203088_1	2.1.1.12	Ofício 31015/2013/NAC-1/CGU
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Recomenda-se que a Auditoria Interna aperfeiçoe seus processos de trabalho visando ao tempestivo atendimento às recomendações dos órgãos de controle, garantindo o contínuo aprimoramento da gestão e a regularidade dos atos praticados.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Auditoria Interna			
Síntese da Providência Adotada			
Em 14/01/2014, foi enviado à Controladoria Geral da União o ofício 002/2014/AUDIN/UFC, encaminhando o Plano de Providências referente a esta Nota Técnica.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendido			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.</p> <p>Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.</p> <p>Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.</p> <p>Cumprе ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta</p>			

de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
33	Relatório Preliminar 201203088	4.1.1.1	Ofício 17936/2012/NAC-1/CGU
	Relatório Final 201203088	4.1.1.1	Ofício 22977/2012/NAC-1/CGU
	Nota Técnica 201203088_1	2.1.1.14	Ofício 31015/2013/NAC-1/CGU
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
Descrição da Recomendação			
Recomendação 2: Recomenda-se que a Pró-Reitoria de Administração promova a divulgação e implantação dos procedimentos padronizados de aquisição de produtos e serviços no âmbito da Universidade, cobrando e supervisionando o cumprimento dos mesmos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			
Síntese da Providência Adotada			
Em 14/01/2014, foi enviado à Controladoria Geral da União o ofício 002/2014/AUDIN/UFC, encaminhando o Plano de Providências referente a esta Nota Técnica.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendido			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.</p> <p>Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas discontinuidades de normas operacionais.</p> <p>Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.</p> <p>Cumprе ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.</p>			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	
Recomendações do OCI	
Recomendações Expedidas pelo OCI	

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
34	Relatório Preliminar 201203088 Relatório Final 201203088 Nota Técnica 201203088_1	4.1.1.3 4.1.1.3 2.1.1.15	Ofício 17936/2012/NAC-1/CGU Ofício 22977/2012/NAC-1/CGU Ofício 31015/2013/NAC-1/CGU
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendação 1: Apurar a responsabilidade dos servidores L. C. U. S. e V. D. F. F. pelo favorecimento da empresa Audisom Comércio e Serviço Audiovisual Ltda no Pregão Eletrônico nº 168/2010. Recomendação 2: Estabelecer rotinas de controle no tocante à revisão e supervisão dos atos de classificação e adjudicação dos pregoeiros da UFC, a fim de evitar homologação do certame com impropriedades ou irregularidades.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Pró-Reitoria de Administração			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Em 14/01/2014, foi enviado à Controladoria Geral da União o ofício 002/2014/AUDIN/UFC, encaminhando o Plano de Providências referente a esta Nota Técnica.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Atendido			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.  Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas discontinuidades de normas operacionais.  Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.  Cumprer ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
35	Relatório Preliminar 201203091 Relatório Final 201203090 Nota Técnica 201203091_1	3.1.1.1 10.1.3.1 2.1.1.1	Ofício 17936/2012/NAC-1/CGU Ofício 22977/2012/NAC-1/CGU Ofício 31015/2013/NAC-1/CGU
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
<b>Descrição da Recomendação</b>			

Recomendação 1: Alimentar tempestivamente o sistema SIASG no que se refere ao acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos, inclusive os citados no fato, dando cumprimento aos artigos 1º, inc. VII, § 1º, e 5º, §§ 1º e 2º, da Instrução Normativa MPOG nº 01, de 8/8/2002, e o § 3º, art. 19, da Lei nº 12.309/2010.	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Hospitais Universitários da UFC	
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
Em 14/01/2014, foi enviado à Controladoria Geral da União o ofício 002/2014/AUDIN/UFC, encaminhando o Plano de Providências referente a esta Nota Técnica.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
Atendido	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
<p>O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.</p> <p>Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas discontinuidades de normas operacionais.</p> <p>Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.</p> <p>Cumprir ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.</p>	

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
36	Relatório Preliminar 201203091	2.1.2.1	Ofício 17936/2012/NAC-1/CGU
	Relatório Final 201203091	12.1.2.1	Ofício 22977/2012/NAC-1/CGU
	Nota Técnica 201203091_1	2.1.1.2	Ofício 31015/2013/NAC-1/CGU
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<p>Recomendação 1: Apurar os problemas e implementar soluções de modo que os setores envolvidos na contratação de serviços de limpeza e conservação do MEAC/HUWC/UFC tenham sucesso na licitação desses serviços, evitando a repetição de contratações diretas, inclusive, atentando para o cumprimento do limite de prazo estabelecido no inc. IV, art. 24, da Lei nº 8.666/93, e à busca pela melhor oportunidade para a Administração, nas decisões e no andamento dos procedimentos administrativos relativos às licitações e contratações diretas desses serviços.</p> <p>Recomendação 2: Abster-se de promover editais de licitação de serviços com condições restritivas de competitividade, que favoreçam a ações impugnadoras por parte de licitantes, tais como ignorar a introdução do Fator Previdenciário - FAP na fixação da alíquota do Seguro Acidente de Trabalho - SAT e a fixar alíquotas tributárias que atendam somente a empresas que seguem o regime tributário de lucro presumido.</p> <p>Recomendação 3: Apurar responsabilidade pela morosidade em atender à sentença judicial quanto à análise do mérito</p>			

da impugnação ao Edital do Pregão 17/2010 impetrado pela empresa Ensel, como também pelo insucesso e abandono do referido pregão e as correlatas contratações diretas emergenciais acima do prazo legal e a custos mais onerosos para a Administração.	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Hospitais Universitários da UFC	
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
Em 14/01/2014, foi enviado à Controladoria Geral da União o ofício 002/2014/AUDIN/UFC, encaminhando o Plano de Providências referente a esta Nota Técnica.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
Atendido	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
<p>O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.</p> <p>Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas discontinuidades de normas operacionais.</p> <p>Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.</p> <p>Cumpram ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.</p>	

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
37	Nota Técnica 23828/2013	2.1.1.1	Ofício 1295/2013/NAC-1/CGU
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendação 1: Instituir, caso seja conveniente e oportuno, grupo de trabalho para revisar as rotinas e procedimentos de planejamento e aquisição de bens e serviços da UFC para que sejam incluídos critérios de sustentabilidade ambiental, nos termos da IN/STLI n 01/2010 e Decreto n° 5.940/2006.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Pró-Reitoria de Administração			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Em 30/04/2013 foi realizada reunião promovida pela Pró-Reitoria de Administração em busca de solução conjunta para responder este item.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			



Atendido
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>
O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.
Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.
Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.
Cumprе ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
38	Nota Técnica 23828/2013	2.1.1.2	Ofício 1295/2013/NAC-1/CGU
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Oficializar uma rotina de aquisição de TI da UFC que contemple as etapas de planejamento da Contratação, Seleção do Fornecedor e Gerenciamento do Contrato, observando o princípio da segregação de funções entre os responsáveis de cada etapa, nos termos dos artigos 8º e seguintes da IN/MPOG nº 4, de 12/11/2010.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			
Síntese da Providência Adotada			
Em 13/05/2013, foi enviado à Controladoria Geral da União o ofício 067/2013/AUDIN/UFC, encaminhando resposta referente à presente Nota Técnica.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendido			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.			
Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.			
Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações			

operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.

Cumprе ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
39	Nota Técnica 23828/2013	2.1.1.4	Ofício 1295/2013/NAC-1/CGU
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Que a UFC utilize o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP para a totalidade dos processos concedidos, de modo a atender ao Decreto nº 5.999, de 19/12/2006.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Síntese da Providência Adotada			
Em 05/04/2013 foi encaminhado à Controladoria Geral da União o ofício 039/2013/AUDIN/UFC, em resposta à Nota Técnica 28328/2013.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendido			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.</p> <p>Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.</p> <p>Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.</p> <p>Cumprе ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.</p>			

Unidade Jurisdicionada

<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Universidade Federal do Ceará			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
40	Relatório Preliminar 201203088 Relatório Final 201203088 Nota Técnica 22.806 Nota Técnica 201203088_1	3.1.1.1 3.1.1.1 2.1.1.12	22977/2012/NAC-1/CGU-Regional/CE
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Universidade Federal do Ceará			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendação 1: Recomenda-se que a SRH/UFC adote medidas visando o cumprimento tempestivo, pelos servidores detentores de cargos e funções relacionados, da obrigação quanto à entrega da declaração de bens e rendas, atentando-se para o disposto no parágrafo único do art. 3o, letra "b", da Lei 8.730, de 10/11/1993.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
PROGEP			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Por meio do ofício Of. 182/CAP/PROGEP/UFC, de 31/01/2013, a PROGEP relata que todos os servidores relacionados entregaram as suas respectivas declarações de bens. Ademais, cita como a expedição de Ofício Circular cientificando os servidores detentores de cargos/funções quanto à obrigatoriedade da entrega de suas "Declarações de Bens e Rendas" e a Inclusão, no rodapé do contracheque, nos meses de fevereiro, março e abril, de alerta sobre a exigência prevista na Lei 8.730/93 como providências adotadas com o objetivo da entrega tempestiva das referidas Declarações.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
A constatação foi plenamente atendida, bem como foram adotadas medidas com o objetivo de corrigir futuras falhas quanto à entrega das referidas declarações.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.  Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas discontinuidades de normas operacionais.  Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.  Cumpre ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.			
<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Universidade Federal do Ceará			
<b>Recomendações do OCI</b>			

<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
41	Relatório Preliminar 201203088 Relatório Final 201203088 Nota Técnica 22.806 Nota Técnica 201203088_1	5.1.1.1 5.1.1.1 2.1.1.22 2.1.1.1	22977/2012/NAC-1/CGU-Regional/CE
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Universidade Federal do Ceará			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendação 1: Observar o prazo previsto no art. 7º da IN TCU no 55/2007, para o cadastramento das informações pertinentes aos atos de concessão de aposentadoria e pensão, no sistema SISAC e disponibilizá-las ao órgão de controle interno.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
PROGEP			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Os ofícios 1840/2012/DAP/SRH, 182/CAP/PROGEP/UFC e 1658/PROGEP/UFC, trazem esclarecimentos sobre os cadastramentos e relatam as capacitações dos servidores da PROGEP, bem como elenca as melhorias no departamento responsável pelos cadastramentos e a normalização da rotina. Tendo em vista a reiteração da constatação na Nota Técnica 201203088_1, a PROGEP emitiu o ofício 2876/PROGEP/UFC, na qual envia à CGU relatório do SISAC com a situação dos atos de 2012.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Tendo em vista a reiteração da constatação na Nota Técnica 201203088_1, a PROGEP emitiu o ofício 2876/PROGEP/UFC, no qual envia à CGU relatório do SISAC, comprovando a situação dos atos de 2012.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.  Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas discontinuidades de normas operacionais.  Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.  Cumprir ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Universidade Federal do Ceará			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
42	Relatório Preliminar 201203088 Relatório Final 201203088 Nota Técnica 22.806	6.1.1.1 6.1.1.1 2.1.1.1	22977/2012/NAC-1/CGU-Regional/CE

	Nota Técnica 201203088_1	2.1.1.2	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Universidade Federal do Ceará			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<p>Recomendação 1:  Promova as medidas necessárias para a implementação da reposição ao Erário dos valores pagos a maior a título de parcela 'complemento subsídio', de 11 servidores de matrícula 0288516, 0288579, 0288630, 0288674, 0290271, 0291326, 0290552, 1196918, 0289227, 1166589 e 0291447, observando o disposto no art. 46 da Lei no. 8.112/90 e suas alterações.</p> <p>Recomendação 2:  Adotar as medidas necessárias à reposição ao Erário, na forma do art. 46 da Lei nº 8.112/90 e suas alterações, dos valores pagos indevidamente a título de proventos integrais aos servidores de matrícula nº 0290093, 0293132, 0293457, 0291705 e 1166620.</p> <p>Recomendação 7:  Apurar os valores pagos a maior ao inativo de matrículas nº 0293030 e 6293030, decorrentes do descumprimento ao disposto no inciso XI, art. 37 da CF, que trata do limite remuneratório dos servidores públicos, visando à respectiva reposição ao erário, na forma do art. 46 da Lei nº 8.112/90.</p>			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
PROGEP			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Por meio dos ofícios 2525/2012/DAP/SRH, 3217/2012/DAP/SRH, 182/CAP/PROGEP/UFC, 1658/PROGEP/UFC e 2876/PROGEP/UFC, a PROGEP esclarece as pendências relativas às recomendações em referência.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
<p>A análise apresentada na Nota Técnica 201203088_1 considera as recomendações 01 e 07 atendidas.</p> <p>Em resposta à Nota Técnica supra citada, foram enviados, por meio do ofício 002/2014/AUDIN/UFC, os esclarecimentos necessários para o atendimento da Recomendação 02.</p>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
<p>O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.</p> <p>Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas discontinuidades de normas operacionais.</p> <p>Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.</p> <p>Cumprе ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.</p>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Universidade Federal do Ceará			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
43	Relatório Preliminar 201203088	2.1.1.21	22.806/2012/NAC-1/CGU-

	Relatório Final 201203088 Nota Técnica 22.806 Nota Técnica 201203088_1		Regional/CE
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Universidade Federal do Ceará			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Implementar sistemática de capacitação de servidores permitindo atualização continuada acerca das mudanças nos normativos pertinentes à área.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
PROGEP			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Por meio do Of.182/CAP/PROGEP/UFC, a PROGEP apresenta calendário de capacitação dos servidores, bem como para identificação de processos críticos, mapas de contexto e fluxos de trabalho.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Conforma análise da CGU na Solicitação de Auditoria 201305978/25, a recomendação foi plenamente atendida.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
<p>O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.</p> <p>Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.</p> <p>Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.</p> <p>Cumprе ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.</p>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Universidade Federal do Ceará			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
44	Relatório Preliminar 201203088 Relatório Final 201203088 Nota Técnica 22.806 Nota Técnica 201203088_1	2.2.3.2 2.2.3.2 2.1.1.21	22.806/2012/NAC-1/CGU-Regional/CE
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Universidade Federal do Ceará			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<p>Recomendação 1: Adotar mecanismos de controles internos eficientes na operacionalização da folha de pagamento para evitar o lançamento de informações incorretas, e conseqüentemente o acúmulo de pagamentos indevidos.</p>			

Recomendação 2: Implementar sistemática de capacitação de servidores permitindo uma atualização continuada acerca das mudanças nos normativos pertinentes à área.	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
PROGEP	
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
- Atendido por meio dos ofícios 1840/2012/DAP/SRH, enviado à CGU em resposta ao RA 201203088, e 182/2013/CAP/PROGEP/UFC, enviado em resposta à Nota Técnica 22.806/2012.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
As recomendações foram atendidas.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
<p>O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.</p> <p>Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.</p> <p>Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.</p> <p>Cumprir ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.</p>	

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Universidade Federal do Ceará			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
45	Ofício nº 34780/2013/DSEDU I/DC/CGU-PR		Ofício nº 34780/2013/DSEDU I/DC/CGU-PR
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Universidade Federal do Ceará			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<p>Trata-se de demanda autuada nesta Controladoria relatando o descumprimento da carga hora na por professora, matrícula Siape nº 1667012, em exercício na Universidade Federal do Ceará - UFC.</p> <p>O demandante afirma que a professora estaria descumprindo o regime de dedicação exclusiva, ao qual está submetida. Segundo informa o interessado, a servidora estaria comparecendo na UFC exclusivamente para ministrar aulas, não permanecendo na Instituição para, tirar dúvidas de alunos ou orientar em estudos e pesquisa, e ausentando-se totalmente da Universidade as quintas e sextas feiras.</p> <p>O demandante relata ainda, que 'as ausências são .de conhecimento de funcionários e professores, que tentam justifica-las alegando que a professora encontra-se prestando serviços ao Banco do Nordeste através' de convênio com a Associação Científica de Estudos e Pesquisa - ACEP</p> <p>Isto posto, venho Solicitar que essa Universidade, por meio de sua Auditoria Interna, apure a situação da servidora a Solicito, ainda, encaminhar os resultados da apuração a esta CGU no prazo de 60(sessenta) dias a contando</p>			

recebimento deste.	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
PROGEP	
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
Por meio do ofício externo - Gabinete 828/2013-GR, de 17 de dezembro de 2013, o Diretor do departamento ao qual está subordinado o docente contido na representação em epígrafe atesta a regularidade de sua carga-horária.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
Tendo em vista a manifestação encaminhada à CGU, considera-se a demanda atendida.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
<p>O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.</p> <p>Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.</p> <p>Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.</p> <p>Cumprе ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.</p>	

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Universidade Federal do Ceará			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
46			661/2012/NAC4/CGU-REGIONAL/CE
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Universidade Federal do Ceará			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<p>Após análise do processo acima mencionado, solicitamos:</p> <p>a) com referência ao cômputo de tempo insalubre, apresentar documentação que comprove o tempo exercido sob condições insalubres pelo servidor, durante o período compreendido entre 03/01/1983 a 11/12/1990, conforme disposto no artigo 6º da ON/SRH nº07, publicada em 21/11/2007, bem como a documentação ensejadora do reconhecimento do tempo de serviço público exercido pela ex servidora nos moldes disciplinados pela Instrução Normativa MPS/SPS nº 1, de 22/07/2010 - DOU de 27/7/2010, conforme disposto no artigo 12 da ON/SRH nº10, publicada em 8/11/10, que trata da conversão de tempo especial em tempo comum aos servidores amparados por decisões em mandados de Injução;</p> <p>b) justificar cômputo para anuênios do tempo de serviço prestado pelo servidor à SAMEAC, bem como as providências adotadas para a reposição ao erário da alteração do percentual de ATS, de 18% para 17%;</p> <p>c) com referência do registro SISAC, retificar:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- nos dados do servidor, a matrícula do servidor para 0293295 ;</li> <li>- no Anexo, o tempo de serviço averbado para 03 anos 07 meses e 06 dias.</li> </ul>			



2. Diante do exposto, encaminhamos esta Diligência ao órgão supracitado, para adoção das providências cabíveis, fixando o prazo máximo de trinta dias para o seu atendimento, conforme estabelecido na Instrução Normativa nº 55/2007-TCU, juntamente com a disponibilização do ato registrado no SISAC sob o nº 10790209-04-2012-000065-8 a este órgão de controle, para emissão de parecer.	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
PROGEP	
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
Por meio do of. 025/2013/AUDIN/UFC, de 14 de março de 2013, foram encaminhados os processos de aposentadorias pertinentes para análise da CGU.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
Em virtude do encaminhamento dos processos relacionados, aguarda-se a manifestação da CGU quanto ao atendimento das demandas.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.	
Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.	
Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.	
Cumprir ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.	

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Universidade Federal do Ceará			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
47			662/2012/NAC4/CGU-REGIONAL/CE
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Universidade Federal do Ceará			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Após análise do processo acima mencionado, solicitamos:			
a) com referência ao computo de tempo insalubre, apresentar documentação que comprove o tempo exercido sob condições insalubres pelo servidor, durante o período compreendido entre 01/12/1987 a 11/12/1990, conforme disposto no artigo 6º da ON/SRH nº 07, publicada em 21/11/2007, bem como a documentação ensejadora do reconhecimento do tempo de serviço público exercido no período de 12/12/1990 a 30/09/2000 sob condições especiais, prejudiciais a saúde ou à integridade física, nos moldes disciplinados pela Inscrição Normativa MPS/SPS nº 1, de 22/07/2010 - DOU de 27/07/2010, conforme disposto no artigo 12 da ON/SRH nº10, publicada em 08/11/2010, que trata da conversão de tempo especial em tempo comum aos servidores amparados por decisões em Mandados de Injunção;			
b) informar as providências adotadas para a reposição ao erário da alteração do percentual de ATS de 14% para 13%;			

c) anexar a declaração de bens do interessado.	
2. Diante do exposto, encaminhamos esta Diligência ao órgão supracitado, para adoção das providências cabíveis, fixando o prazo máximo de 30 dias para o seu atendimento, conforme estabelecido na instrução normativa nº55/2007-TCU, juntamente com a disponibilização do ato registrado no SISAC sob o nº 10790209-04-2012-000051-8 a este órgão de controle para emissão de parecer.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
PROGEP	
Síntese da Providência Adotada	
Por meio do of. 025/2013/AUDIN/UFC, de 14 de março de 2013, foram encaminhados os processos de aposentadorias pertinentes para análise da CGU.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Em virtude do encaminhamento dos processos relacionados, aguarda-se a manifestação da CGU quanto ao atendimento das demandas.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
<p>O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.</p> <p>Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas discontinuidades de normas operacionais.</p> <p>Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.</p> <p>Cumprе ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.</p>	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Ceará			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
48			663/2012/NAC4/CGU-REGIONAL/CE
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Ceará			
Descrição da Recomendação			
<p>Após análise do processo acima mencionado, solicitamos:</p> <p>a) Justificar a averbação do tempo de serviço especificada nos mapas, às fls. 16-verso e 29-verso, correspondente ao período de 16/05/1986 a 30/11/1972 no total de 2.026 dias, em desacordo com a cópia da certidão, às fls. 30, que compreende o período de 16/05/1967 a 30/03/1968, correspondente a 316 dias;</p> <p>b) Observado o item anterior, rever no SIAPE o registro do tempo de serviço do interessado no Ministério da Defesa, espelho CACOTAS às fls. 31, que se encontra em desacordo com a certidão, às fls. 30, e com os mapas, às fls. 16-verso e 29-verso;</p> <p>c) Anexar a certidão original do tempo de serviço prestado pelo interessado ao Ministério da Defesa, em substituição à fotocópia, às fls. 30;</p>			

d) Rever o adicional de tempo de serviço do interessado, considerando o exposto no item “a”, bem como as faltas incorridas pelo mesmo no período de apuração até 08/03/1999, constantes nos mapas, às fls. 16 e 19, procedendo aos acertos financeiros cabíveis;

e) Conforme simulação da aposentadoria do interessado, às fls. 35, efetuada no Sítio do Servidor/MP à luz dos elementos disponíveis no processo, o Abono de Permanência poderia ser requerido a partir de 27/08/2008, contudo conforme dados registrados no SIAPE, a concessão do citado abono reporta-se à data de 01/01/2004. Justificar;

f) Observado os itens anteriores, rever no SISAC:

- nos Dados da Concessão, os campos relativos ao tempo de serviço para aposentadoria e anuênios;
- nos Dados de Vantagens, o percentual e valor do ATS;
- no Anexo I, o tempo de serviço averbado;

g) Informar, anexando a respectiva documentação comprobatória, a situação atual do processo judicial (96.2706-4) que ampara o pagamento da vantagem consignada na rubrica Decisão Judicial Trans Jug AT, no valor de R\$613,09, bem como o seu depósito em juízo. E ainda, esclarecer a forma de cálculo da citada vantagem, tendo em vista a jurisprudência sistematizada do TCU “As rubricas referentes às sentenças judiciais devem sempre ser pagas em valores nominais (vantagem pessoal nominalmente identificada, sujeita exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo) e não com base na aplicação contínua e automática de percentuais parametrizados sobre toas as parcelas salariais do servidor”, bem como o item 9.2.1.2 do Acórdão 2161/2005-Plenário, que dispõe: “recalcular, em cada caso, o valor nominal deferido por sentença judicial relativa a planos econômicos, de tal forma que a quantia inicial seja apurada, quando possível, na data do provimento jurisdicional, limitando-se essa revisão ao prazo de 5 anos anteriores. Acrescentar ao valor nominal calculado na data da sentença, apenas os reajustes gerais de salário do funcionalismo público federal ocorridos no período e subtrair as sucessivas incorporações decorrente de novas estruturas remuneratórias criadas por lei, até a absorção integral dessa vantagem”.

2- Diante do exposto, encaminhamos esta Diligência ao órgão supracitado, para adoção das providências cabíveis, fixando o prazo máximo de trinta dias para seu atendimento, conforme estabelecido na Instrução Normativa nº 55/2007-TCU, juntamente com a disponibilização do ato registrado no SISAC sob o nº 10790209-04-2012-000039-9 a este órgão de controle, para emissão de parecer.

#### Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
PROGEP	

#### Síntese da Providência Adotada

Por meio do of. 011/2013/AUDIN/UFC, de 04 de janeiro de 2013, a Auditoria Interna encaminha esclarecimentos da PROGEP quanto às demandas solicitadas nas diligências 663 e 664//2012/NAC4/CGU-Regional/CE.

#### Síntese dos Resultados Obtidos

Em virtude do encaminhamento das cópias dos processos relacionados, aguarda-se a manifestação da CGU quanto ao atendimento das demandas.

#### Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.

Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.

Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.

Cumprir ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.

**Unidade Jurisdicionada**

<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Universidade Federal do Ceará			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
49			664/2012/NAC4/CGU-REGIONAL/CE
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Universidade Federal do Ceará			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<p>Após análise do processo acima mencionado (P12259/12-31), solicitamos:</p> <p>a) informar as providências adotadas para os acertos financeiros decorrentes da alteração do adicional de tempo de serviço de 20% para 18%, conforme documento, às fls. 16;</p> <p>b) constar no formulário Anexo I do registro SISAC, o tempo de licença prêmio não gozada computada em dobro para aposentadoria.</p> <p>2. Diante do exposto, encaminhamos esta Diligência ao órgão supracitado, para adoção das providências cabíveis, fixando o prazo máximo de trinta dias para o seu atendimento, conforme estabelecido na Instrução Normativa nº 55/2007-TCU, juntamente com a disponibilização do ato registrado no SISAC sob o nº 10790209-04-2012-0001333-6 a este órgão de controle, para emissão de parecer.</p>			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
PROGEP			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Por meio do of. 011/2013/AUDIN/UFC, de 04 de janeiro de 2013, a Auditoria Interna encaminha esclarecimentos da PROGEP quanto às demandas solicitadas nas diligências 663 e 664//2012/NAC4/CGU-Regional/CE.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Em virtude do encaminhamento das cópias dos processos relacionados, aguarda-se a manifestação da CGU quanto ao atendimento das demandas.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
<p>O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.</p> <p>Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.</p> <p>Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.</p> <p>Cumprе ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.</p>			
<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Universidade Federal do Ceará			
<b>Recomendações do OCI</b>			

<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
50	Relatório Preliminar 201305978 Relatório de Auditoria 201305978	3.1.2.1 3.1.2.1	Of. 9323/2013/NAC1/CGU Of. 30144/2013/NAC1/CGU
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Universidade Federal do Ceará			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendações: Recomendação 1: Formalizar o reconhecimento do direito ao Abono de Permanência, previamente à concessão e implantação do benefício na folha de pagamento dos servidores. Recomendação 2: Implementar manual de processos de trabalho na análise e concessão de Abono de Permanência.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
PROGEP			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
O documento “Manifestação acerca do Relatório de Auditoria Preliminar 201305978” encaminha esclarecimentos acerca das recomendações em referência, informando sobre a normalização da rotina de concessão do abono.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Atendido.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.  Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.  Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.  Cumprir ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
51	Nota Técnica 23828/2013	2.1.1.5	Ofício 1295/2013/NAC-1/CGU
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendação 1: Definir rotinas/procedimentos para serem executados quando da formalização dos processos licitatórios e de dispensa, fazendo constar, inclusive, a assinatura do servidor responsável pela emissão da declaração			

da situação do fornecedor no SICAF.	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Pró-Reitoria de Administração	
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
Em 13/05/2013, foi enviado à Controladoria Geral da União o ofício 067/2013/AUDIN/UFC, encaminhando resposta referente à presente Nota Técnica.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
Atendido.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
<p>O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.</p> <p>Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.</p> <p>Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.</p> <p>Cumprir ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.</p>	

## 12.2 Recomendações do OCI atendidas parcialmente / pendentes (Quadro A.9.2.2)

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
01	Nota Técnica 23828/2013	2.1.1.3	Ofício 1295/2013/NAC-1/CGU
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendação 1: Formalizar, junto à SPU/CE, demanda de avaliação dos bens, para, em seguida, proceder à atualização dos registros a eles relativos no Sistema Patrimonial Imobiliário da União - SPIUnet.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Pró-Reitoria de Administração			
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
Em 13/05/2013, houve o envio do ofício 067/2013/AUDIN/UFC, o qual apresentou respostas sobre o ponto citado. Contudo, segundo o ofício acima citado, as respostas e documentação apresentada ao item 2.1.1.3 ainda carece de encaminhamentos conclusivos, os quais serão atualizados a essa CGU logo que finalizados.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo</b>			

<b>Gestor</b>
<p>O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.</p> <p>Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.</p> <p>Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.</p> <p>Cumpram ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.</p> <p>Contribuíram para o não atendimento completo das recomendações os seguintes obstáculos operacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de técnico-administrativos ainda insuficiente para a carga de trabalho dos setores da Universidade.</li> <li>- Transição de chefias, as quais impactaram a implantação de novos métodos e rotinas nos setores.</li> <li>- Adesão da Universidade a novas demandas de ensino e serviço à sociedade.</li> </ul>

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Universidade Federal do Ceará			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
02	Relatório Preliminar 201203088 Relatório Final 201203088 Nota Técnica 22.806 Nota Técnica 201203088_1	6.1.1.1 6.1.1.1 2.1.1.1 2.1.1.2	22977/2012/NAC-1/CGU-Regional/CE
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Universidade Federal do Ceará			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<p>Recomendação 3: Apurar o tempo de exercício de função de confiança ou cargo comissionado, de cada servidor beneficiado com a incorporação da vantagem, a fim de verificar se o mesmo faz jus ao benefício, lembrando que: a inclusão da vantagem pela via administrativa deverá ocorrer somente após a opção do servidor beneficiado pela ação judicial pelo novo percentual estabelecido na Lei nº 11.526/2007, com as alterações de valores definidos na Medida Provisória nº 441/2008, convertida na Lei nº 11.907/2009.</p> <p>Em resumo, esclarecemos que a Unidade de Recursos Humanos não poderá efetuar o pagamento, em duplicidade, da Opção de Função nos casos em que já houve decisão judicial transitado em julgado definindo a forma de cálculo diferenciada dessa vantagem a seus servidores</p> <p>Recomendação 4: Informar, periodicamente, na base Siape (transação &gt;FPCORENDEX) as remunerações extrasiape recebidas pelos servidores cedidos, para fins de controle do teto remuneratório de que trata o art. 37, inciso XI da CF/1988.</p> <p>Recomendação 5: Regularizar o recebimento do auxílio alimentação da servidora cedida de matrícula nº 0756568 e proceder à apuração da responsabilidade administrativa de quem deu causa ao recebimento em duplicidade do referido auxílio.</p> <p>Recomendação 6: Proceder à apuração do montante recebido indevidamente a título de Auxílio Alimentação pela servidora cedida de matrícula 0756568 e, ato contínuo, implementar a devida reposição ao Erário do total obtido, nos termos do art. 46 da</p>			

<p>Lei nº. 8.112/90 e suas alterações.  Recomendação 8:  Proceder, conforme anunciado por essa Unidade, à implementação da reposição ao erário dos valores, porventura pagos a maior, referentes aos benefícios de pensão concedidos após 19/02/2004, em desacordo com o disposto na Lei nº 10.887/2004, observando os termos do art. 46 da Lei nº 8.112/90, bem como garantindo aos respectivos beneficiários, o direito ao contraditório e à ampla defesa.  Recomendação 10:  Rever, efetuando os acertos financeiros cabíveis, o valor atual da pensão paga aos beneficiários dos instituidores de matrícula Siape nº 6289708, 294107, 0288834, 0290527, 0289562, 0289716, 0288692 e 0289100.  Recomendação 11:  Que a SRH implemente rotinas de procedimentos de controle na folha de pagamento da UFC, com vistas a identificar pagamentos indevidos como o descrito no presente fato.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
PROGEP			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Por meio da Nota Técnica 201203088_1, a CGU reitera as recomendações em referência. Em resposta, a PROGEP emitiu o ofício 2876/PROGEP/UFC, o qual traz esclarecimentos sobre as recomendações desse ponto que se encontram parcialmente atendidos. Quanto a essa constatação, é importante salientar a evolução nas resoluções das recomendações com impactos financeiros (REC01 e REC08), as quais estão, em sua maioria, regularizadas.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.</p> <p>Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas discontinuidades de normas operacionais.</p> <p>Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.</p> <p>Cumprir ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.</p> <p>Contribuíram para o não atendimento completo das recomendações os seguintes obstáculos operacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de técnico-administrativos ainda insuficiente para a carga de trabalho dos setores da Universidade.</li> <li>- Transição de chefias, as quais impactaram a implantação de novos métodos e rotinas nos setores.</li> <li>- Adesão da Universidade a novas demandas de ensino e serviço à sociedade.</li> </ul>			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Ceará			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	Relatório Preliminar 201203088 Relatório Final 201203088 Nota Técnica 22.806	2.1.1.2 2.1.1.2 2.1.1.6	22977/2012/NAC-1/CGU-Regional/CE



Nota Técnica 201203088_1			
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Universidade Federal do Ceará			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendação 1: Cumprir, apresentando a documentação comprobatória, as determinações do TCU constantes dos itens 1.4.1.4, 1.4.1.5, 1.4.1.6, 1.4.1.8, 1.4.1.9, 1.4.1.10, 1.4.1.11, 1.4.2.3, 1.4.2.4, 1.4.2.5, 1.4.2.6, 1.4.2.10 e 1.4.2.18 do Acórdão nº 1617/2011 - TCU -2ª Câmara, retificado pelo Acórdão nº 9750/2011 - TCU - 2ª Câmara.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
PROGEP			
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
Os ofícios 2002/PROGEP/UFC, 179/2013-CPAC/UFC, 2068/PROGEP/UFC e 15/2013-CPAC/PROGEP/UFC, encaminhados ao TCU por meio dos ofícios 562/2013-GR e 768/2013-GR, trazem esclarecimentos sobre os itens apresentados na recomendação em questão. Tais ofícios foram encaminhados ao Tribunal em resposta ao ofício 1391/2013-TCU/SECEX-CE.  Atendidos: 1.4.1.7, 1.4.1.10, 1.4.2.3, 1.4.2.4, 1.4.2.5 Parcialmente: 1.4.1.4, 1.4.1.6, 1.4.1.8, 1.4.1.11, 1.4.2.6, 1.4.2.10, 1.4.2.18			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.  Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.  Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.  Cumprir ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.  Contribuíram para o não atendimento completo das recomendações os seguintes obstáculos operacionais: - Número de técnico-administrativos ainda insuficiente para a carga de trabalho dos setores da Universidade. - Transição de chefias, as quais impactaram a implantação de novos métodos e rotinas nos setores. - Adesão da Universidade a novas demandas de ensino e serviço à sociedade.			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Universidade Federal do Ceará			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
04	Relatório Preliminar 201203088 Relatório Final 201203088 Nota Técnica 22.806	7.1.3.1 7.1.3.1 2.1.1.6	22977/2012/NAC-1/CGU-Regional/CE

	Nota Técnica 201203088_1	2.1.1.13	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Universidade Federal do Ceará			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendação 1: Informar o professor sobre a necessidade de optar pelo regime parcial (20 horas semanais) ou integral (40 horas semanais, sem dedicação exclusiva à docência e pesquisa), sem prejuízo de sua jornada de trabalho normal na Universidade Federal do Ceará, e com a consequente perda do acréscimo remuneratório devido à dedicação exclusiva.			
Recomendação 2: Apurar o montante relativo ao acréscimo remuneratório em virtude do regime de DE, percebido pelo professor matrícula nº 1512032, durante o período em que exerceu o regime juntamente com outras atividades remuneradas, com vistas à reposição por parte deste ao erário, na forma da legislação.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
PROGEP			
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
A PROGEP encaminha, por meio of. 1658/PROGEP/UFC, o processo de mudança de jornada de trabalho do servidor, atendendo plenamente a Recomendação 01.			
Relativo à Recomendação 02, a Assessoria de Legislação e Normas emitiu Nota Técnica, encaminhada também pelo Of. 1658/PROGEP/UFC, trazendo questionamentos à Controladoria sobre a recomendação. Tais indagações foram respondidas pela Nota Técnica 201203088_1, a qual foi encaminhada à PROGEP para análise e providências.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.			
Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.			
Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.			
Cumprir ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.			
Contribuíram para o não atendimento completo das recomendações os seguintes obstáculos operacionais:			
- Número de técnico-administrativos ainda insuficiente para a carga de trabalho dos setores da Universidade.			
- Transição de chefias, as quais impactaram a implantação de novos métodos e rotinas nos setores.			
- Adesão da Universidade a novas demandas de ensino e serviço à sociedade.			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Universidade Federal do Ceará			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
05	Relatório Preliminar 201305978 Relatório Final 201305978	1.1.2.1 1.1.2.1	Ofício 19323/2013/NAC1/CGU

			Ofício 30144/2013/NAC1/CGU
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Universidade Federal do Ceará			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<p>Recomendação 1: Aprimorar os controles internos da área de pessoal de modo a minimizar a ocorrência de inconsistências entre as informações constantes da Declaração de Acumulação de Cargos, Empregos ou Funções e da Declaração de Imposto de Renda, quando constante do processo de concessão do benefício de aposentadoria.</p> <p>Recomendação 3: Certificar a existência ou não de acumulação de cargos e/ou empregos no tocante aos servidores de matrícula 289855, 1165794 e 292426 e em caso afirmativo, observar o cumprimento do inciso XVI, do art. 37 da CF/88, fazendo constar nos respectivos processos de concessão de aposentadoria por tempo de serviço as análises correspondentes.</p>			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
PROGEP			
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
A PROGEP emitiu os ofícios 2517/PROGEP/UFC e 2539/PROGEP/UFC, os quais trazem esclarecimentos acerca das recomendações em questão. Quanto à servidora 1165794, aguarda-se a manifestação da CGU quanto ao respectivo processo de acumulação			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
<p>O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.</p> <p>Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.</p> <p>Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.</p> <p>Cumprir ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.</p> <p>Contribuíram para o não atendimento completo das recomendações os seguintes obstáculos operacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de técnico-administrativos ainda insuficiente para a carga de trabalho dos setores da Universidade.</li> <li>- Transição de chefias, as quais impactaram a implantação de novos métodos e rotinas nos setores.</li> <li>- Adesão da Universidade a novas demandas de ensino e serviço à sociedade.</li> </ul>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Universidade Federal do Ceará			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
06	Relatório Preliminar 201305978 Relatório Final 201305978	5.1.1.1 6.1.1.1	Ofício 19323/2013/NAC1/CGU Ofício

			30144/2013/NAC1/CGU
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Universidade Federal do Ceará			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendações: Recomendação 1: Adotar ações e rotinas visando assegurar o registro tempestivo dos atos de concessão de aposentadorias e pensões no Sistema SISAC, em cumprimento ao art. 7º da IN/TCU nº 55/2007.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
PROGEP			
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
Em 22 de outubro de 2013, a PROGEP emitiu o of. 2517/PROGEP/UFC, encaminhado à CGU por meio do documento “Plano de Providências Permanente 2013”, o qual disponibiliza “ <i>relação de Atos SISAC relativos às pensões civis concedidas em 2013 (nos moldes já efetuados em relação aos atos de aposentadoria) para que os órgãos de controle atestem a tempestividade dos cadastramentos</i> ”.			
Tendo em vista as respostas do departamento responsável, aguarda-se a manifestação da CGU quanto ao atendimento da recomendação em referência.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.			
Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.			
Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.			
Cumprir ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.			
Contribuíram para o não atendimento completo das recomendações os seguintes obstáculos operacionais:			
- Número de técnico-administrativos ainda insuficiente para a carga de trabalho dos setores da Universidade.			
- Transição de chefias, as quais impactaram a implantação de novos métodos e rotinas nos setores.			
- Adesão da Universidade a novas demandas de ensino e serviço à sociedade.			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Universidade Federal do Ceará			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
07	Relatório Preliminar 201305978 Relatório Final 201305978	5.2.1.1 6.2.1.1	Ofício 19323/2013/NAC1/CGU Ofício 30144/2013/NAC1/CGU
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>

Universidade Federal do Ceará	
<b>Descrição da Recomendação</b>	
<p>Recomendação 1: Apresentar a documentação que ampare o registro das faltas constantes nos cartões de ponto do mês de janeiro/2012, serem consideradas somente como atrasos, bem como sobre as divergências encontradas no cumprimento da carga horária, referente aos servidores de matrículas nº 0292840, 1475962, 1255484, 0291694, 0291714, 3329709, 0292916, 1165900, 0292042, 1165910 e 1165859 Apresentar ainda os cartões de ponto do mês de janeiro/2012 dos servidores 1165963, 1363720 e 2434517, assim como a comprovação da adequabilidade dos respectivos horários à jornada de trabalho estabelecida para os mesmo.</p> <p>Recomendação 2: Instruir corretamente o Processo Administrativo Disciplinar nº 23067.24520/12-37, relativamente à informação sobre as faltas cometidas pela servidora matrícula Siape nº 291717.</p> <p>Recomendação 3: Comprovar os resultados dos processos administrativos disciplinares 23067.24523/12-25, 23067.24520/12-37, 23067.024524/12-98 e 23067.24521/12-08, que tratam, respectivamente da apuração de faltas cometidas pelos servidores de matrícula Siape nº 1166459, 291717, 1362076 e 1421924, tendo em vista os prazos estabelecidos no § 7º do art. 133 da Lei nº 8.112/90, incluído pela Lei 9.527/1997, para a conclusão do processo administrativo disciplinar submetido ao rito sumário.</p> <p>Recomendação 4: No tocante ao servidor matrícula Siape nº 0293783, adotar providências visando à efetiva apuração da situação funcional, sendo que, caso decidido pelo Reitor, seja deflagrada a abertura do regular processo administrativo disciplinar, conforme anunciado por essa Entidade.</p> <p>Recomendação 5: Tendo em vista o disposto no art. 143 da Lei nº 8.112/90, caso a autoridade responsável dessa Universidade tome ciência de irregularidades relativas ao abandono de cargo ou inassiduidade habitual de servidores, adotar tempestivamente o procedimento sumário a que se refere o art. 133 da referida lei.</p> <p>Recomendação 6: Implantar mecanismos de controle para a observância, no caso do pagamento de parcelas de meses anteriores, à soma da remuneração do mês a que se refere, para fins de aplicação do limite de subsídio e remuneração mensal estabelecido no inciso XI, Art. 37, CF/88.</p> <p>Recomendação 7: Adotar medidas para regularização das inconsistências relacionadas a pagamentos de vantagens/benefícios, tais como, incorporação de quintos em cargo ocupado pelo servidor após 25/11/1995, pensão à filha maior solteira que também é ocupante de cargo público, parcela referente a quintos/décimos em duplicidade, pensão concedida após 19/2/2004 em desacordo com o disposto na Lei nº 10.887/2004, opção de função a 9 servidores que não preencheram ou não comprovaram os requisitos exigidos para fazer jus a tal vantagem. Providenciar, ainda, o ressarcimento dos valores pagos a maior, observando o disposto no art. 46 da Lei nº 8.112/90 e suas alterações.</p> <p>Recomendação 8: Adotar providências para restituição ao erário dos valores pagos indevidamente, no tocante a 10 servidores (ativo/ aposentado) e pensão com somatório de remuneração/ provento/pensão superior ao limite estabelecido no inciso XI, Art. 37, CF, com pagamento na base Siape, e a 5 servidores com devolução do adiantamento de férias nos últimos 5 anos, em valor inferior ao recebido.</p> <p>Recomendação 9: Apresentar a documentação que ampara a interrupção da reposição ao erário por parte de 31 servidores identificados com parcela de devolução ao erário interrompida ou prazo e/ou valor alterados.</p> <p>Recomendação 10: Apresentar a documentação que comprove os registros efetuados no Siape quanto à alteração do posicionamento do servidor e/ou para a percepção da vantagem de incentivo à qualificação, ou a alteração do percentual da respectiva vantagem, bem como o saneamento das pendências relacionadas a inconsistências verificadas no Siape, tais como pagamento da vantagem do ATS sobre o Art. 184-1, da Lei 1.711/52 de 1 servidora, na rubrica 00040, quando o correto seria na rubrica 00041.</p>	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
PROGEP	
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>	
<p>Por meio dos documentos “Plano de Providências”, de 04 de novembro de 2013, e “Atualização do Plano de Providências”, de 16 de janeiro de 2014, a Auditoria Interna encaminha esclarecimentos do setor responsável quanto ao atendimento das recomendações em questão.</p> <p>Contudo, esclarecimentos posteriores são necessários para o atendimento pleno das recomendações 01, 04, 05, 06, 07 e 09, tendo em vista o envio de respostas parciais a essas inconformidades.</p>	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
<p>O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.</p> <p>Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas</p>	

descontinuidades de normas operacionais.

Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.

Cumpram ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.

Contribuíram para o não atendimento completo das recomendações os seguintes obstáculos operacionais:

- Número de técnico-administrativos ainda insuficiente para a carga de trabalho dos setores da Universidade.
- Transição de chefias, as quais impactaram a implantação de novos métodos e rotinas nos setores.
- Adesão da Universidade a novas demandas de ensino e serviço à sociedade.

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Universidade Federal do Ceará			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
08	Relatório Preliminar 201305978 Relatório Final 201305978	2.1.1.1 2.1.1.1	Ofício 19323/2013/NAC1/CGU Ofício 30144/2013/NAC1/CGU
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Universidade Federal do Ceará			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendação 1: Recomenda-se que o Superintendente dos Hospitais Universitários normalize a jornada de trabalho dos servidores, de modo a cumprir a Lei nº 8.112/1990 e o Decreto nº 1590/1995, art. 30 e parágrafos, com a redação conferida pelo Decreto nº 4.836/2003.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
PROGEP			
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
Por meio do documento “Plano de Providências”, de 04 de novembro de 2013, apresenta-se o seguinte esclarecimento: “As definições para saneamento da constatação de auditoria em referência estão aguardando conclusão final de apreciação da assessoria da UFC, para o encaminhamento final”.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
O ano de 2013 apresentou à Universidade o fortalecimento da sua Pró-Reitoria de Administração no que tange a rotinas, processos e saneamentos de práticas identificadas como inadequadas e obsoletas à consecução de atividades.			
Todavia, ainda continua comprometida a tomada de providências exigidas pelos órgãos de controle pela constante e ininterrupta rotatividade de servidores, em sua grande parte na área técnico-administrativa, redundando nas descontinuidades de normas operacionais.			
Dentre os pontos positivos ocorridos em 2013, pode-se destacar a execução de procedimentos padronizados para rotinas e fluxos das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento. Outra boa prática foi o incremento das ações operativas da Auditoria Interna impulsionadas com maior intensidade devido à destinação de uma chefia para tal fim. As visitas aos campi de Quixadá e Sobral o provam. Ação que merece ser evocada, com efeito, é o incremento de			

horas de treinamento realizadas pelos servidores da Auditoria Interna no ano.

Cumpram ressaltar que, em âmbito interno, a Audin teve, com efeito, seu tempo absorvido por trabalhos em que prestou assessoria, que podem ser comprovados pela presença de membros de sua equipe exigida em reuniões e eventos da própria Universidade, nos quais suas palavras e considerações foram exaustivamente requestadas. Dentre os temas tratados nas conferências e assembleias, constam o atendimento à instrução normativa para aquisição de serviços de TI, regularização contábil dos bens imóveis, estabelecimento de política de segurança da informação, busca conjunta de soluções, normatização dos restos a pagar, auxílio aos setores nas respostas às solicitações.

Contribuíram para o não atendimento completo das recomendações os seguintes obstáculos operacionais:

- Número de técnico-administrativos ainda insuficiente para a carga de trabalho dos setores da Universidade.
- Transição de chefias, as quais impactaram a implantação de novos métodos e rotinas nos setores.
- Adesão da Universidade a novas demandas de ensino e serviço à sociedade.- transição de chefias, as quais impactaram a implantação de novos métodos e rotinas nos setores.
- adesão da Universidade a novas demandas de ensino e serviço à sociedade.

### 13 Informações de Estrutura da Área de Auditoria Interna e Acompanhamento dos Resultados de seus Trabalhos, demonstrando, pelo menos:

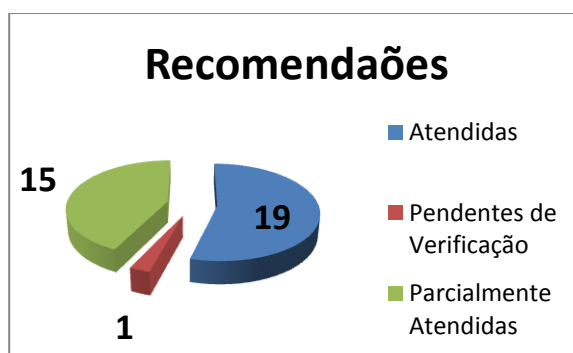
a) Estrutura e posicionamento da unidade de auditoria no organograma da UJ;

A unidade Auditoria Interna contou, no exercício de 2013, com a colaboração de 9 servidores, todos com exercício em sala própria na sede da Reitoria da UFC, posicionando-se com subordinação direta ao Reitor, nos termos do art. 15, §4º, do Decreto nº 3.591/2000.

b) Trabalhos mais relevantes realizados no exercício e principais constatações;

O detalhamento das constatações mais relevantes no exercício encontra-se consignado no Relatório Anual de Auditoria Interna – RAIN.T.

c) Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência;



d) Descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna;

As ações recomendadas pela unidade de Auditoria Interna são imediatamente despachadas pelo Gestor máximo ao setor responsável pela implementação, cabendo, no exercício seguinte, o acompanhamento da efetividade do seu cumprimento como escopo do Plano Anual de Ações de Auditoria interna – PAINT.

e) Informação da existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna;

Existe sim sistemática de acompanhamento dos resultados, consistente na previsão no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna de acompanhamento constante, quer das recomendações advindas da própria AUDIN, ou das recomendações de órgãos de controle federais.

f) Como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações;

As recomendações são destinadas diretamente ao Reitor em sua maioria. Para casos de encaminhamento a unidade inferior ao gestor máximo, o mesmo é remetido com cópia ao Reitor, para certificação.

g) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna.

As recomendações e Solicitações de Auditoria primam por indicar o risco pela não implementação da medida recomendada, prevenindo o gestor, a priori, para o caso de omissão.

#### **14 Parte A, Item 11, Anexo II (UFC)**

##### **14.1 Medidas adotadas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Item 11.1.1)**

a) Se a UJ está ou não está aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10;

A Universidade Federal do Ceará – UFC adota parcialmente as NBC T acima indicadas.

No que concerne a NBC T 16.9 estão sendo depreciados os bens adquiridos a partir do ano de 2010, a Amortização encontra-se em processo de implantação e a Exaustão não está sendo aplicada por inexistir ativos que ensejam a aplicação deste procedimento.



Quanto ao atendimento da NBC T 16.10, foi realizada Concorrência Pública nº 48/2013, tendo por vencedora a empresa Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda., a qual será responsável pela execução dos procedimentos previstos nesta norma.

b) Justificativa em caso de resposta negativa à alínea “a” acima;

O procedimento de Amortização estará implementado após a conclusão dos trabalhos da empresa Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda.

c) Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo;

Para realizar a estimativa da vida útil econômica do ativo esta instituição adotou a metodologia definida na Macro Função SIAFI 020330 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

d) Metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão;

Para o cálculo da depreciação, amortização e exaustão foi adotado o Método das Cotas Constantes.

e) As taxas utilizadas para os cálculos;

É seguida a tabela de vida útil disponibilizada no item 27 da Macro Função SIAFI nº 020330.

f) A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido;

A metodologia adotada para a avaliação e mensuração dos estoques, do imobilizado, do intangível e do diferido está de acordo com o item 68 da Macro Função SIAFI nº 020330. Para os demais itens, foram adotados os critérios da NBC T 16.10. Ressaltamos que, conforme informado no item “a”, foi realizada Concorrência Pública nº 48/2013, tendo por vencedora a empresa Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda., a qual será responsável pela execução dos procedimentos previstos na NBC T 16.10.

g) O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício.

A NBC T 16.9 estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, da amortização e da exaustão.

A NBC T 16.10 estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e a mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público

No exercício 2013 foram depreciados apenas os bens móveis adquiridos a partir do ano de 2010, representando o montante de R\$ 6.926.173,96, equivalente a 4,4% do total dos bens móveis desta universidade.

A depreciação dos bens móveis adquiridos antes do ano de 2010 e a implementação dos procedimentos de amortização encontra-se aguardando a conclusão dos trabalhos decorrentes da contratação da empresa Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda., vencedora da Concorrência Pública nº 48/2013. Tais registros irão gerar variações patrimoniais diminutivas. A exaustão não gerará impacto visto que inexistem ativos nesta instituição que ensejem a aplicação desse procedimento. Já o impacto da adoção dos procedimentos previstos na NBC T 16.10 poderá ser tanto de variações patrimoniais aumentativas quanto variações patrimoniais diminutivas.

Diante do exposto, o impacto só poderá ser mensurado em sua totalidade após implantação de todos os critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, em especial as NBC T 16.9 e NBC T 16.10.

## 14.2 Declaração do Contador da UFC – Com Ressalva (Item 11.2.2)

### Declaração do Contador da UFC – Com Ressalva

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):			Código da UG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC			153045
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante ao Grupo Contábil, representativo dos Bens Móveis e Bens Imóveis desta unidade jurisdicionada, não sendo possível emitir opinião sobre a sua consistência, tendo em vista que o respectivo inventário, segundo a direção do Departamento de Material e Patrimônio, ainda se encontra em elaboração.</p> <p>Para os demonstrativos de Fluxo de Caixa e de Resultado Econômico, embora seja uma exigência das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC T 16.6, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, ainda não estão disponibilizados no SIAFI, relativas ao exercício de 2013.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Fortaleza- CE	Data	Fevereiro de 2014
Contador Responsável	Valdeci Evangelista Fernandes	CRC n.º	16466

Valdeci Evangelista Fernandes  
Contador - CRC-Ce nº 16466-0

## 15 Indicadores de

**Desempenho nos Termos da Decisão TCU ° 408/2002 (Parte B, Anexo II, DN TCU No. 127, 15/5/2013)**

### 15.1 Séries Temporais dos Indicadores dos 5 últimos exercícios

**Quadros B.6.1 e B.6.2 - Indicadores de Gestão do TCU – Universidade Federal do Ceará – UFC – 2013**

ApgTI	6.075,00	5.839,00	7.308,00	8.268,00	7.760,00
ArTI	408,00	438,00	382,00	408,00	436,00
AgTI	14.978,92	17.030,93	17.345,20	17.654,48	18.270,34
Ag	21.289	22.538	25.971	26.956	24.663
Apg	3.038	2.920	3.654	4.134	3.880
Ar	204	219	191	204	218
Ndi	2.481	2.586	2792	2.684	2.920
Ingressantes-NI	4.731	6.204	5643	6.406	6.087
Custo corrente com HU (inclui 65% do HU)*	473.411.413,49	564.453.156,89	581.255.114,03	560.737.712,22	698.496.687,71
Custo corrente sem HU*	431.030.343,74	513.713.119,26	491.835.392,86	482.034.252,71	609.763.905,54
Número de funcionários Equivalente com HU	3.252,50	3.255,50	3.283,25	3.281,00	3.277,75
Número de funcionários Equivalente sem HU	1.916,25	1.954,00	1.927,00	1.990,00	2.047,50
Professor Equivalente	1.765,50	1.856,00	1.851,50	1.912,50	1.948,50
Número de professores Efetivos	1956	1842	1865	1883	1970
<b>Indicadores</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
I.A. Custo corrente com HU/Aluno Equivalente	14.107,42	14.889,98	14.278,39	12.694,32	16.457,08
I.B. Custo Corrente sem HU/Aluno Equivalente*	12.844,49	13.551,48	12.081,82	10.912,58	14.366,47
II. Aluno Tempo Integral/Professor	12,16	12,56	13,52	15,35	13,58
III.A. Aluno Tempo Integral/Func. Equivalente com HU	6,60	7,16	7,63	8,95	8,07
III.B. Aluno Tempo Integral/Func. Equivalente sem HU*	11,20	11,93	12,99	14,75	12,93
IV.A. Funcionário Equivalente com HU/ Prof. Equivalente**	1,84	1,75	1,77	1,72	1,68
IV.B. Funcionário Equivalente sem HU/Prof. Equivalente*	1,09	1,05	1,04	1,04	1,05
V. Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,70	0,76	0,67	0,65	0,67
V.I Grau de Envolvimento com Pós-Graduação (GEPG)	0,12	0,11	0,12	0,17	0,12
V.II Conceito CAPES para a Pós-Graduação	4,11	4,22	4,22	4,20	4,34
V.III IQCD	3,73	4,03	4,13	4,15	4,24
IX Taxa de Sucesso na Graduação(TSG)	66,86%	68,45%	69,06%	66,63%	56,51%

\* Nos anos de 2003 e 2004 não foram fornecidos dados suficientes para o cálculo desses indicadores.

\*\* A base de cálculo desse indicador é apenas a razão entre funcionários e professores em 2003 e 2004.

\*\*\* Esses Indicadores foram calculados baseado na base de cálculo do TCU de 2007. De 2003 a 2006 esses indicadores foram calculados com base nos d

#### Fonte: Elaboração da CPE/PRPL-UFC

As informações tiveram como fonte o Departamento de Contabilidade e Finanças – DCF, da Pró-Reitoria de Administração da UFC.

- a) Despesas correntes da UFC;
- b) Despesas correntes do Complexo Hospitalar – Hospital Universitário Walter Cantídio (HUWC) e Maternidade Escola Assis Chateaubriand (MEAC);
- c) Aposentadorias e reforma (conta nº 3.31.90.01);
- d) Pensões (conta nº 3.31.90.03);
- e) Despesas judiciais (conta nº 3.31.90.91).

Em relação às informações sobre custo e despesas com pessoal docente e técnico-administrativo, os dados utilizados nos indicadores foram fornecidos pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.

- a) Custo de pessoal docente: custo do pessoal docente cedido com ônus para a UFC, ressarcimento à UFC do pessoal docente cedido, custo do pessoal docente cedido sem ressarcimento para a UFC, despesa com afastamento de pessoal docente no País e no exterior.

b) Custo de pessoal técnico-administrativo: custo do pessoal técnico-administrativo cedido com ônus para a UFC, ressarcimento à UFC do pessoal técnico-administrativo cedido, custo do pessoal técnico-administrativo cedido sem ressarcimento para a UFC, despesa com afastamento de pessoal técnico-administrativo no País e no exterior.

As informações seguintes tiveram como fonte a Secretaria de Tecnologia da Informação, STI/SIAPE – fita espelho de dezembro de 2013, e pela PROGEP.

c) Docentes por regime de trabalho: total de docentes com 20horas/semana, total de docentes com 40 horas/semana, total de docentes com dedicação exclusiva; docentes por titulação: total de docentes graduados, total de docentes especialistas, total de docentes mestres, total de docentes doutores.

Em relação ao pessoal técnico-administrativo, as informações também foram prestadas pela PROGEP, que administra os recursos humanos da Universidade.

a) Servidores técnico-administrativos efetivos vinculados à UFC (sem considerar o Hospital Universitário Walter Cantídio – HUWC e Maternidade Escola Assis Chateaubriand - MEAC): total de servidores com 20h/semana, total de servidores com 30 horas/semana, total de servidores com 40 horas/semana, total de servidores cedidos e total de servidores afastados para qualificação.

b) Servidores técnico-administrativos efetivos da Superintendência dos Hospitais Universitários (HUWC e MEAC): total de servidores com 20h/semana, total de servidores com 30 horas/semana, total de servidores com 40 horas/semana, total de servidores cedidos, total de servidores afastados para qualificação.

c) Funcionários terceirizados vinculados à UFC (sem considerar HUWC e MEAC).

d) Funcionários terceirizados vinculados à Superintendência dos Hospitais Universitários (HUWC e MEAC).

Os dados relacionados aos alunos da UFC, ingresso, matrícula, diplomação, por curso e por período de matrícula, na graduação e na pós-graduação, foram obtidos nos bancos de dados sobre as informações acadêmicas, disponibilizados à Coordenadoria de Planejamento e Gestão Estratégica da Pró-Reitoria de Planejamento pela Secretaria de Tecnologia da Informação da UFC.

A partir desse conjunto sistematizado de informações, procedeu-se ao cálculo dos indicadores de gestão da UFC relativos ao ano de 2013, consoante os procedimentos recomendados pelo TCU.

### **15.2 Análise Crítica da UFC sobre os resultados dos Indicadores**

Constata-se, após análise da série histórica dos indicadores de gestão, que a UFC continua apresentando uma evolução quantitativa e qualitativa consolidada. Citam-se os indicadores Grau de Participação Estudantil, Conceito Capes, IQCD e os dados de Aluno Equivalente e Número de Diplomados. Porém houve um decréscimo na Taxa de Sucesso, que pode ser explicado pela grande expansão da oferta de novas vagas nos cursos de graduação iniciada em 2008 e que ainda não começou a impactar os diplomados; adicionalmente este indicador sofreu uma perturbação devido à greve de 2012 que atrasou o calendário de 2013, não sendo ainda possível identificar os diplomados de 2013.2. Essa situação está sendo diagnosticada, para que sejam implantadas ações corretivas.

### **15.3 Relação dos Projetos desenvolvidos pelas Fundações de apoio**

**Quadro B.6.3 (a) Relação de projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio – FCPC**

PROJETOS UFC/FCPC						
GPF	TITULO DO PROJETO	OBJETO	Nº DO CONTRATO	VIGENCIA	VALOR	MATERIAIS E RH DA UFC
2913	"MANUTENÇÃO DO NÚCLEO DE CINEMA DE ANIMAÇÃO DA CASA AMARELA"	MANUTENÇÃO DO NUCLEO DO CINEMA DE ANIMAÇÃO DA CASA AMARELA EUSELIO OLIVEIRA DA UFC - NUCA	P.16745/12-00	06/11/2014	272.650,00	MATERIAIS E RH
2914	"CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM HEMATOLOGIA CLÍNICA"	CAPACITAR O PROFISSIONAL FARMACEUTICO BIOQUIMICO NA AREA DE HEMATOLOGIA PARA EXECUTAR E TRANSMITIR OS AVENÇOS DA ESPECIALIDADE	P.25930/12-12	28/02/2014	219.272,08	MATERIAIS E RH
2917	"CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM ORTODONTIA PREVENTIVA"	CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM ORTODONTIA PREVENTIVA	P.10226/12-10	13/04/2013	69.284,00	MATERIAIS E RH
2918	"PORTAL DO ENSINO MÉDIO EM DIÁLOGO"	PROJETO PORTAL ENSINO MEDIO EM DIALOGO - ARTICULANDO REDE DE UNIVERSIDADES COM O ENSINO MEDIO	CT.118/2012	20/01/2014	116.474,52	MATERIAIS E RH
2921	"MISSÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA EM AQUICULTURA"	MISSÃO TECNICO-CIENTIFICA COMERCIAL INTERNACIONAL EM AQUICULTURA	CT.111/2012	07/12/2013	180.000,00	SERVIÇOS
2923	"IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS-PILOTO EM ESCOLAS PÚBLICAS - FASE II"	IMPLANTACAO E DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS PILOTO EM ESCOLAS PUBLICAS PARA O USO PEDAGOGICO DO LAPTOP EDUCACIONAL CONECTADO FASE II	CT.102/2012	31/12/2013	119.740,00	RH
2924	"UAB 2012"	IMPLANTACAO E OFERTA DOS CURSOS DE GARDUACAO DA UAB/UFC 2012.	CT. 112/2012	26/08/2014	12.260.840,80	MATERIAIS E RH
2927	AS NANOPARTICULAS INDUZEM NEURODEGENERATIVAS	AS NANOPARTICULAS INDUZEM NEURODEGENERATIVAS? COMPREENDENDO A ORIGEM DE FENOMENOS DAS ESPECIES REATIVAS OXIDATIVO E DA AGREGAÇÃO E DO MIS-DOBRAMENTO DA PROTEINA NA PRESENÇA DAS NANOPARTICULAS.	CT. 117/2012	01/01/2014	35.476,63	MATERIAIS

2929	"PRÓ-LETRAMENTO - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA"	REALIZAR UM CURSO VISANDO À CAPACITAÇÃO DOS PROFESSORES DO 1º, 2º E 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL E TURMAS MULTISSERIADAS	CT. 123/2012	22/11/2013	148.847,00	MATERIAIS E RH
2930	"ESPECIALIZAÇÃO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE"	FORMAR PROFESSORES PARA REALIZAR O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM ESCOLAS COMUNS DAS REDES DE ENSINO BRASILEIRAS	CT. 121/2012	30/07/2014	2.779.804,92	MATERIAIS E RH
2931	"CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EPIDEMIOLOGIA E VIGILÂNCIA EM SAÚDE"	REALIZAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EPIDEMIOLOGIA E VIGILÂNCIA A SAÚDE.	P. 13678/12-08	31/03/2014	120.000,00	MATERIAIS E RH
2933	"SISTEMA CONTÍNUO DE MONITORAMENTO DA INDÚSTRIA DE CULTIVO DE CAMARÃO MARINHO"	DESENVOLVER UM SISTEMA CONTINUADO DE COLETA DE INFORMAÇÕES DA INDÚSTRIA DE CULTIVO DE CAMARÕES MARINHOS (LITOPENAEUS VANNAMEI) NO ESTADO DO CEARÁ(CE)	CT. 125/2012	21/12/2014	461.000,00	RH
2934	"DISPOSITIVOS ATRADORES DE PEIXES"	REALIZAÇÃO DE CONSULTAS PÚBLICAS EM - COMUNIDADES PESQUEIRAS DO LITORAL DO ESTADO DO CEARÁ.	CT. 126/2012	07/12/2013	315.100,00	MATERIAIS E RH
2935	"MODERNIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE PESCA DA UFC"	AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS DIDÁTICAS DE PESQUISA	CT. 124/2012	31/01/2015	299.400,00	SERVIÇOS
2936	"MODERNIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES DA UPPMAR"	EQUIPAR A UPPMAR; DAR CONTINUIDADE AS PESQUISAS CIENTÍFICAS; FORMAR ALUNOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DE ENG. DE PESCA; POSSIBILITAR A PRODUÇÃO EM ESCALA COMERCIAL DE ALEVINOS E JUVENIS DE LUTJANÍDEOS EM CATIVEIRO; GERAR UM PROTOCOLO DE PRODUÇÃO DE LUTJANÍDEOS; PRODUZIR ALEVINOS DE LUTJANÍDEOS.	CT. 128/2012	07/12/2014	1.005.600,00	RH
2939	"SEMINÁRIO JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E TRABALHO"	PESQUISA SOBRE JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E TRABALHO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO		28/12/2013	395.603,28	RH
2940	"ONDAS CIDADÃS"	PROJETO ONDAS CIDADÃS - QUALIFICAÇÃO DAS AÇÕES DAS RÁDIOS ESCOLARES VINCULADAS AO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO	CT. 127/2012	31/12/2014	556.632,00	RH



2946	"CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL"	FORMAR EM NÍVEL DE ESPECIALIZAÇÃO PROFESSORES, COORDENADORES, DIRETORES DE CRECHES E PRÉ-ESCOLAS DA REDE PÚBLICA E EQUIPES DE EDUCAÇÃO INFANTIL DAS REDES PÚBLICAS DE ENSINO	CT. 130/2012	25/11/2014	691.561,20	MATERIAIS E RH
2963	"REGULAMENTO DO PLANO DE BENEFÍCIOS - LEGISLATIVO FEDERAL"	PESQUISA APLICADA COM ELABORAÇÃO DE PROJETO DE REGULAMNETO DO PLANO DE BENEFICIOS REFERENTES AO REGIME DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR DO PODER LEGISLATIVO FEDERAL.	CT. 16/2013	13/05/2013	98.000,00	RH
2964	"CURSO DE FORMAÇÃO CIDADÃ E AGROECOLOGIA"	APOIO PARA EXECUÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA DE INCLUSÃO PRODUTIVA DA JUVENTUDE FORMAÇÃO AGROECOLOGICA E CIDADÃ.	CT. 17/2012	21/11/2014	1.478.917,60	MATERIAIS E RH
2968	"SELEÇÃO DE BANCO DE GESTORES DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL"	SELEÇÃO PUBLICA P/COMPOSIÇÃO DE BANCO DE GESTORES ESCOLARES, P/DIRETOR E COORDNEADOR ESCOLAR DAS ESCOLAS DA REDE PUBLICA ESTADUAL DE ENSINO	CT. 17/2013	22/04/2014	603.200,00	RH
2974	"JORNALISMO DA TERRA"	BACHARELADO EM JORNALISMO - JORNALISMO DA TERRA	CT. 35/2013	11/05/2014	134.982,00	RH
2978	"LACT"	LABORATOIRO DE ANALISES CLINICAS E TOXICOLOGICAS PROF. DR. EURICO LITTON PINHEIRO DE FREITAS	P. 10730/13-92	10/06/2014	193.000,00	MATERIAIS
2982	"CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO, PESQUISA E INOVAÇÃO EM SAÚDE DA FAMÍLIA - PROVAB	CURSO DE ESP., PESQUISA E INOVAÇÃO EM SAÚDE DA FAMÍLIA - PROVAB	CT.44/2013	28/02/2015	3.053.250,00	RH
2983	"REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO PODER EXECUTIVO FEDERAL"	REGULAMENTACAO DO PLANO DE BENEFICIOS DO PODER EXECUTIVO FEDERAL	CT. 131/2012	07/12/2013	261.000,00	RH
2987	"CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENDODONTIA 2012"	FORMAR PROFISSIONAIS DA ÁREA DE ENDODONTIA	P. 20442/12-83	29/07/2014	167.200,00	MATERISI E RH
2991	"REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA DA EDUCAÇÃO - CONAE 2014 (SICONV)	APOIAR A REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA DA EDUCAÇÃO (CONAE2014)	CV. 786494/2013	30/03/2014	1.150.850,00	MATERIAIS E RH
2993	"REFORMULAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO DA ESPECIALIZAÇÃO EM	REFORMULAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO DA ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR	CV. 786281/2013	31/03/2014	338.277,50	MATERIAIS E RH

	GESTÃO ESCOLAR (SICONV)					
2994	"CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA"	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA	CV. 786342/2013	31/10/2014	524.627,50	MATERIAIS E RH
2998	"PRODUÇÃO DE VÍDEO AULAS PARA O PROGRAMA ESCOLA DE GESTORES"	PRODUÇÃO DE VIDEO AULAS PARA O PROGRAMA ESCOLA DE GESTORES	CV. 788053/2013	31/08/2014	350.961,26	MATERIAIS E RH
3024	CURSO DE RESIDENCIA MULTIPROFISSIONAL EM ÁREA DA SAÚDE - RESMULT	APOIAR À REALIZAÇÃO DO CURSO DE RESIDENCIA MULTIPROFISSIONAL EM ÁREA PROFISSIONAL DA SAUDE - RESMULTI	P. 21555/13-96	16/12/2014	55.000,00	MATERIAIS E RH
3009	PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR	GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO DO PROJETO PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR	CV. 788331/2013	31/12/2014	455.337,00	MATERIAIS E RH
4014	CURSO DE FORMAÇÃO ALUNO INTEGRADO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA	GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO DO PROJETO CURSO DE FORMAÇÃO ALUNO INTEGRADO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA	CV. 792192/2013	30/06/2014	239.990,24	MATERIAIS E RH
3032	OFERTA DO CURSO DE EXTENSAO A DISTANCIA FORMAÇÃO CONTINUADA EM CONSELHOS ESCOLARES E DO CURSO DE FORMAÇÃO P/ CONSELHEIROS ESCOLARES	OFERTA DO CURSO DE EXTENSÃO A DISTANCIA FORMAÇÃO CONTINUADA EM CONSELHOS ESCOLARES (CFCE) E DO CURSO DE FORMAÇÃO DE CONSELHEIROS ESCOLARES	CV. 792190/2013	31/12/2014	362.183,12	MATERIAIS E RH

**Quadro B.6.3 (b) Relação de projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio – ASTEF**

RELATÓRIO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A UFC
<b>Fundação de Apoio</b>

Nome: FUNDAÇÃO DE APOIO A SERVIÇOS TÉCNICOS, ENSINO E FOMENTO À PESQUISAS - FASTEF							
CONTRATOS							
Nº GERAL	Tipo	Nº	Objeto	Vigência		Valor	
				Início	Fim	Total de Recursos	Valor Recebido
5800006802	CONTRATO	F0048	1. Avanço na pesquisa na área de automação através de redes inteligentes, proteção de sistemas elétricos e comunicação via rede elétrica (BPL); 2. Implantação de um SRA (Sistema de reposição automática) para automação do sistema de distribuição de MT, tornando a rede inteligente; 3. Implantação de Sistema inteligente para mudanças automática de ajuste das proteções (SIAP) capaz de adequar os ajustes dos relés a uma nova topologia do sistema elétrico, após uma falta ou retirada intencional de um alimentador ou transformador.	03/11/2010	02/11/2013	644.662,37	459.075,94
05.13.0111.00	CONTRATO	F0092	Implantar estrutura para operação de processo de concessão de apoio à micro e pequenas empresas na modalidade de Subvenção Econômica, através de um processo de divulgação de edital, prospecção de empresas, apoio técnico para elaboração de propostas, análise, seleção, acompanhamento e suporte para as empresas selecionadas durante a vigência do projeto.	27/05/2013	24/05/2016	9.000.000,00	4.500.000,00
9000000594	CONTRATO	F0072	Desenvolver um modelo computacional robusto capaz de resolver o problema termoquímico-mecânico do processo construtivo de estruturas de barragem de concreto considerando os efeitos do comportamento viscoelástico do material, além de dispor de um modelo de otimização do processo construtivo.	23/11/2012	22/05/2015	1.408.809,78	31.0277.39
S/N	CONTRATO	F0069	O estágio tem por objetivos: a) Qualificar o estagiário na área de Eletrônica de Potência, junto ao Departamento de Engenharia Elétrica. da Empresa Concedente; b) Possibilitar à UFC mais um caminho para a obtenção de subsídios necessários à permanente atualização de seus currículos, visando a complementação do processo ensino-aprendizagem de seus estudantes, através de aprendizado de competências próprias de sua atividade profissional, bem como, proporcionar à UNIDADE CONCEDENTE, mais um canal de informações indispensável à sua constante aproximação das fontes de conhecimentos técnicos e científicos.	01/03/2012	31/03/2013	219.686,73	219.687,00

024/2011	CONTRATO	F0040	Qualificar mão de obra, visando atender a demandas da indústria nacional de petróleo e do gás natural; Planejar, acompanhar e implementar as diretrizes e procedimentos de Saúde, Meio Ambiente e Segurança, atendendo aos requisitos do Contrato, da Empresa e das normas específicas de SMS; Providenciar a emissão e/ou distribuição de documentos do SMS requeridos para o empreendimento; Coordenar e supervisionar a aplicação no Empreendimento dos conceitos e indicadores de SMS; Orientar, coordenar supervisionar as atividades de treinamento e conscientização em assuntos pertinentes a SMS para as equipes do Empreendimento, conforme requerido; e Administrar e manter os recursos dentro do orçamento e planejar as atividades das equipes para os serviços.	23/09/2011	30/09/2013	1.089.504,00	761.256,00
	CONTRATO	F0040.1	Qualificar mão de obra, visando atender a demandas da indústria nacional de petróleo e do gás natural; Planejar, acompanhar e implementar as diretrizes e procedimentos de Saúde, Meio Ambiente e Segurança, atendendo aos requisitos do Contrato, da Empresa e das normas específicas de SMS; Providenciar a emissão e/ou distribuição de documentos do SMS requeridos para o empreendimento; Coordenar e supervisionar a aplicação no Empreendimento dos conceitos e indicadores de SMS; Orientar, coordenar supervisionar as atividades de treinamento e conscientização em assuntos pertinentes a SMS para as equipes do Empreendimento, conforme requerido; e Administrar e manter os recursos dentro do orçamento e planejar as atividades das equipes para os serviços.	01/08/2012	18/07/2013	314.280,00	314.280,00
	CONTRATO	F0063	Investigar uma arquitetura alternativa para a construção de provedores de IaaS, onde os mesmos apenas incorrem em custos de propriedade quando os recursos usados para prover a sua infraestrutura são demandados pelos seus clientes, permitindo uma ampliação de algumas ordens de magnitude no limite que precisa ser imposto aos clientes.	04/04/2011	04/07/2013	32.945,00	32.945,00
TERMODEPARCERIA01/2012IGNº741186 - PROCESSIONº12273516	CONTRATO	F0085	Capacitação de artesãos sobre os conhecimentos básicos em Design e desenvolver o potencial criativo do artesão através destes.	01/03/2013	31/12/2013	45.000,00	45.000,00
P25090/10-63	CONTRATO	F0054	1- Atualizar profissionais da rede de vigilância em saúde das secretarias estaduais e municipais de saúde da área de vigilância epidemiológica de influenza, para atuar nas ações de rotina e em situações de emergência em Saúde Pública utilizando o modelo de educação à distância com carga horária de 80h. 2- Produzir materiais instrucionais para a formação de recursos	16/12/2010	14/12/2013	926.576,00	463.288,00

			<p>humanos em vigilância em saúde de acordo com as diretrizes da UNASUS e licenciá-los para livre circulação finalidades educacionais e não comerciais.</p> <p>3- Estruturar um programa educacional de abrangência nacional em Vigilância em Saúde mediado por tecnologias interativas com oferta de cursos de extensão.</p>				
P15244/12-71	CONTRATO	F0071	<p>Este plano de trabalho tem como objetivo detalhar a execução do objeto do Contrato celebrado entre a Universidade Federal do Ceará - UFC e a Fundação de Apoio a Serviços Técnicos Ensino e Fomento à Pesquisa - Fundação ASTEF para: Realização do Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis - PMQC no Estado do Ceará; Apoio às atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico do Departamento de Engenharia Química da UFC e Implantação do Sistema da Qualidade conforme a Norma NBR ISO/IEC 17025/2005.</p>	17/05/2012	16/11/2013	2.951.158,48	555.990,12
P20469/10-78	CONTRATO	F0039	<p>O estágio tem por objetivos:</p> <p>a) Qualificar o estagiário na área Tecnológica, junto ao Departamento do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica da Empresa Concedente;</p> <p>b) Possibilitar à UFC mais um caminho para a obtenção de subsídios necessários à permanente atualização de seus currículos, visando a complementação do processo ensino-aprendizagem de seus estudantes, através de aprendizado de competências próprias de sua atividade profissional, bem como, proporcionar à UNIDADE CONCEDENTE, mais um canal de informações indispensável à sua constante aproximação das fontes de conhecimentos técnicos e científicos.</p>	29/10/2010	31/05/2013	224.821,58	224.821,58
P25348/12-01	CONTRATO	F0079	<p>Realizar o processo de formação inicial e continuada em EDH a Distância prioritariamente para professores da Educação Básica da Rede Pública e outros profissionais da educação social em direitos humanos contemplando as áreas do PNEDH com o intuito de apoiar a formação destes profissionais; a produção e publicação de materiais didáticos especializados em direitos humanos para professores/as e estudantes; incentivar a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade na educação em direitos humanos; inserir o tema de direitos humanos como conteúdo curricular na formação de agentes sociais públicos e privados; oportunizar ações de ensino, pesquisa e extensão com foco na EDH além da criação de atividades educativas por meio eletrônico utilizando a educação à distância.</p>	19/11/2012	18/11/2013	3.986.000,00	664.074,07

P25.353/12-32	CONTRATO	F0080	Elaboração e implementação de recursos, atividades interativas e materiais educacionais para um sistema Educacional On-Line com softwares educativos, multimídias e material didático digital para a oferta nacional da formação de conselheiros escolares : módulo introdutório e módulos temáticos, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares.	19/11/2012	20/11/2014	665.442,36	349.859,52
P25345/12-12	CONTRATO	F0078	Capacitar técnicos das secretarias estaduais e municipais de educação dos seguintes Estados : Amazonas, Acre, Amapá, Ceará, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins. A ação será viabilizada por meio da oferta de 1.040 vagas no Curso de Extensão a Distância Formação Continuada em Conselhos Escolares, visando qualificá-los para o trabalho com a gestão democrática nas escolas e nos sistemas ou redes de ensino em que atuam especificamente no que concerne à implantação e ao fortalecimento dos Conselhos Escolares.	19/11/2012	20/11/2014	104.032,32	20.806,45
P26643/12-58	CONTRATO	F0082	Aprofundar o debate em torno de focos e indicadores da Matriz de Monitoramento das Políticas de Juventude.	23/11/2012	22/11/2013	642.612,00	133.560,00
<b>CONVÊNIOS</b>							
	CONVÊNIO	FBN002	Desenvolver conhecimentos multidisciplinares sobre as novas tecnologias emergentes de Engenharia da Computação, em especial na área de comunicações, incluindo aspectos como estudo e aplicação de conceitos de diversidade por cooperação em sistemas emergentes de rádio cognitivo, a fim de avaliar desempenho e comparar novas tecnologias emergentes, além de formar pesquisadores para atuação nos mercados regional e nacional, com competência na grande área de Engenharia da Computação, de forma consistente com o mercado e as dimensões do parque industrial estadual, ainda carente de mão de obra especializada.	27/04/2012	27/04/2013	74.813,00	40.153,00
2012/132	CONVÊNIO	FBN001	1. Estudar o emprego de técnicas de processamento de sinais em sistemas MIMO; 2. Estudar, propor e avaliar algoritmos eficientes para o projeto de transceptores em sistemas MIMO com e sem coordenação entre células; 3. Estudar, propor e avaliar métodos e ferramentas para a determinação de limitantes da capacidade ergódica de sistemas MIMO em diversos cenários de canal; e 4. Estudar e avaliar os benefícios e limites da coordenação de sistemas MIMO diferentes, para um aumento no desempenho geral do sistema de comunicação móvel de próxima geração.	13/04/2012	13/10/2013	98.122,00	56.286,00

2012/131	CONVÊNIO	FBN003	<p>1. Propor e implementar arquiteturas de redes de sensores sem fio consistentes com os requisitos funcionais e não funcionais do Projeto; 2. Estudar as tecnologias envolvidas e como as mesmas estão relacionadas e também a sua integração com as redes de telefonia móvel; 3. Capacitar a equipe de pesquisadores para torná-los aptos e analisarem o desempenho qualitativo e quantitativo de redes de sensores sem fio; 4. Pesquisar e propor funcionalidades que possam ser agregadas às arquiteturas propostas com o objetivo de torná-la integrável com uma rede de telefonia móvel; 5. Gerar documentação (monografias e artigos) que auxiliem o desenvolvimento de arquiteturas futuras de redes de sensores sem fio, considerando as principais aplicações: monitoramento ambiental, monitoramento de rebanhos, medidas em larga escala para concessionárias públicas de água e energia e monitoramento de sinais vitais em seres humanos; e 6. Tornar todos os pesquisadores aptos para difundirem o conhecimento adquirido em futuros projetos e trabalhos acadêmicos.</p>	27/04/2012	27/12/2013	79.758,00	60.000,00
	CONVÊNIO	FBN004	<p>Desenvolver um Sistema híbrido Biogás_Fotovoltaico para Geração descentralizada no semiárido.</p>	09/05/2013	08/11/2013	74.800,00	38.000,00
--	CONVÊNIO	F0055.01	<p>Prestar assistência técnica em serviços de Engenharia, em benefício de pessoas com renda familiar até 03 (três) salários mínimos. A meta é beneficiar até 200 (duzentos) imóveis unifamiliares por ano, através da orientação técnica em construção de edificações autogeridas e/ou autoconstruídas, em comunidades carentes no Estado do Ceará; Contribuir para implementação do Núcleo de Informação Tecnológica no CREA-CE para divulgação das novas tecnologias de engenharia, por meio de palestras; Divulgar as ações do ETecS nas comunidades por meio de palestras; Viabilizar a transferência de tecnologias geradas em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação na área de Habitação de Interesse Social.</p>	13/03/2012	31/05/2013	49.012,00	49.012,00
01.12.0209.001 869/2010	CONVÊNIO	F0091	<p>Desenvolver um sistema integrador (software) aplicado a projeto e produção de sistemas construtivos em alvenarias de habitações de interesse social com base na coordenação modular e na conectividade de componentes no contexto da industrialização aberta, a partir da identificação dos sistemas construtivos, análise dos componentes existentes e sistematização dos processos de projeto, fabricação, transporte e montagem.</p>	12/06/2012	11/06/2014	244.020,00	128.015,7 4

01.12.0112.00-1859/10	CONVÊNIO	F0049	A Rede Nacional de Tratamento de Esgotos Descentralizados - RENTED tem como objetivo geral desenvolver sistemas locais e descentralizados de manejo de águas residuárias de origem doméstica, incluindo aspectos de sustentabilidade e de gerenciamento de subprodutos líquidos, sólidos e gasosos. A RENTED tem os seguintes objetivos específicos: 1. Realizar estudos de caracterização qualitativa e quantitativa de águas residuárias de origem doméstica; 2. Aprimorar sistemas uni e multifamiliares de tratamento águas residuárias; 3. Desenvolver sistemas hidrosanitários com vista à segregação das águas residuárias; 4. Desenvolver soluções para disposição ou reuso urbano dos efluentes tratados; 5. Desenvolver soluções para disposição de resíduos sólidos gerados no tratamento de águas residuárias; 6. Desenvolver soluções para controle de emissões gasosas do tratamento de águas residuárias de origem doméstica em empreendimentos habitacionais; 7. Realizar estudos de viabilidade econômica, análise do ciclo de vida, pegada ecológica e avaliação quantitativa de riscos biológicos e químicos; 8. Desenvolver sistema de apoio à decisão simplificado para auxiliar a seleção de alternativas de manejo de águas residuárias de origem doméstica em empreendimentos habitacionais.	05/04/2012	04/04/2014	5.704.961,20	2.306.343,10
CONVENION° 01.13.0110.00	CONVÊNIO	F0093	Implantar estrutura para operação de processo de concessão de apoio à micro e pequenas empresas na modalidade de Subvenção Econômica, através de um processo de divulgação de edital, prospecção de empresas, apoio técnico para elaboração de propostas, recebimento de propostas, análise, seleção, acompanhamento e suporte para as empresas selecionadas durante a vigência do projeto.	27/05/2013	27/05/2016	712.052,68	284.821,07
01.13.0092.00-REF.1862/10	CONVÊNIO	F0061	O objetivo geral da rede de pesquisa do tema em saneamento ambiental é estudar processos que otimizem a produção de biogás e o seu posterior aproveitamento como fonte de energia elétrica, em rede de pesquisa. Para tal, a rede compromete-se a desenvolver soluções tecnológicas a partir de biogás de sistemas de tratamento de esgotos e aterros sanitários, visando à geração distribuída de energia de forma a atender os requisitos exigidos pelas concessionárias de energia elétrica.	13/05/2013	12/05/2015	419.475,00	211.350,24
01.11.0084.00-1825/10	CONVÊNIO	F0050	Desenvolver novas tecnologias ligadas a caracterização do fluxo subterrâneo, estudar a microbiota e contaminantes presentes nas águas subterrâneas, em especial a contaminação por hidrocarbonetos (Benzeno, Tolueno, Etilbenzeno e Xilenos - BTEX). Além de Estudar os impactos quanto a subsidência de solo, devido à exploração excessiva de água subterrânea.	05/04/2011	05/04/2014	1.098.443,75	823.745,85



1860/10	CONVÊNIO	F0062	O projeto tem como objetivo geral desenvolver metodologias sustentáveis de gestão de resíduos sólidos com ênfase em tecnologias de redução e valorização para ambientes urbanos. Em função do que preconiza a recente Lei 12305 de agosto de 2010 sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e baseando-se nos quantitativos gerados, problemas ambientais e de saúde pública de correntes da gestão inadequada de resíduos, foram priorizados estudos de processos e tecnologias de redução e valorização de : resíduos orgânicos biodegradáveis e não biodegradáveis de origem doméstica (ROrg), resíduos da construção civil (RCC) e resíduos de equipamentos eletro eletrônicos (REEE).	02/05/2012	02/05/2014	449.810,00	96.803,29
6000.0067369. 11.4-SAP- 4600354772	CONVÊNIO	F0060	Visa a complementar a formação dos alunos nos cursos de graduação e mestrado em temas relacionados em Ciência e Engenharia de Petróleo e Gás, da Universidade Federal do Ceará, gerar pesquisa aplicada e promover a especialização de profissionais para atender a demanda do setor de Petróleo, Gás, Energia e Biocombustíveis, por meio da aplicação de recursos provenientes da Cláusula de Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento previsto no contrato de concessão.	09/11/2011	10/03/2014	482.198,40	192.879,3 6
6000.0081935. 13.4/46004062 80	CONVÊNIO	F0087	Visa a complementar a formação dos alunos nos cursos de graduação e mestrado em temas relacionados em Ciência e Engenharia de Petróleo e Gás, da Universidade Federal do Ceará, gerar pesquisa aplicada e promover a especialização de profissionais para atender a demanda do setor de Petróleo, Gás, Energia e Biocombustíveis, por meio da aplicação de recursos provenientes da Cláusula de Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento previsto no contrato de concessão.	16/04/2013	15/07/2015	165.139,20	66.055,68
0050.0022.845. 06.4- 4600279691	CONVÊNIO	F0011	Desenvolvimento do Projeto TEMPAV na UFC, que irá projetar, construir e monitorar sistematicamente as pistas experimentais em várias regiões do país, visando a implantação de um banco de dados de materiais, tecnologias e desempenho de pavimentos asfálticos, correlacionando resultados de laboratório e campo. Este projeto é a primeira fase do projeto SDIMPA (Sistema de Dimensionamento de Pavimentos Asfálticos), que visa o desenvolvimento de um método de dimensionamento de pavimentos asfálticos.	22/07/2008	30/05/2013	1.390.987,50	1.169.137, 20
0050.0071957. 11.9- 4600346285	CONVÊNIO	F0065	Possibilitar a continuidade da REDE DE ASLFATO N/NE, dando seguimento às ações iniciadas no Edital 03/2001 e continuadas em 2004 e em 2006 junto à FINEP e à PETROBRAS. A REDE 13 vem produzindo resultados importantes para a área de pavimentação que têm sido aproveitados em parcerias entre universidades nacionais e internacionais, com a PETROBRAS e outras empresas da cadeia produtiva do asfalto. Permanece o propósito de fortalecer a linha de pesquisa em asfalto, capacitar pessoal em todos os níveis, desenvolver novas tecnologias e produtos, transferindo os desenvolvimentos para o segmento produtivo.	30/11/2010	30/11/2013	300.000,00	300.000,0 0

	CONVÊNIO	F0084	O projeto tem como objetivo realizar uma pesquisa comparativa investigando dois tipos de tecnologia de desenvolvimento de software e avaliar a implementação com base em variáveis selecionadas.	18/02/2013	01/11/2013	41.800,00	41.800,00
	CONVÊNIO	F0076	O projeto tem como objetivo realizar uma pesquisa de métodos e técnicas de desenvolvimento de software, visando identificar práticas aderentes ao contexto de desenvolvimento e manutenção de produtos e serviços móveis, desenhar proposta de processo e avaliar a implementação com base em estudos experimentais.	01/01/2013	31/12/2013	29.920,00	29.920,00
	CONVÊNIO	F0073	Realizar uma pesquisa de algoritmos, métodos, técnicas e hardware visando a caracterização (especificação) de um dispositivo móvel capaz de reconhecer comando de voz humana em ambiente ruidoso.	01/09/2012	01/03/2013	22.396,00	22.396,00
01/2013	CONVÊNIO	F0081	Aquisição de Equipamentos, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no anexo I deste Edital.	21/03/2013	20/03/2014	160.622,00	160.622,00
P12265/13-15	CONVÊNIO	F0095	Formar em nível de aperfeiçoamento todos os professores que atuam no ciclo de alfabetização, incluindo os que atuam nas turmas multisseriadas e multietapa. Apoiar esses professores a planejarem as aulas e a usarem de modo articulado os materiais e as referências curriculares e pedagógicas ofertados pelo MEC às redes que aderirem às ações do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.	18/10/2013	30/09/2014	3.271.354,40	3.271.354,40
<b>TERMO DE COOPERAÇÃO</b>							
0050.0080277.12.9-SAP4600392520	TERMO DE COOPERAÇÃO	F0075	O principal objetivo deste projeto é desenvolver rotas sintéticas para a produção de biolubrificantes, bem como avaliar melhorias e otimização dos processos estabelecidos (Patente PI0905200-3A2,2011) visando ampliação de escala e obtenção de produtos com elevada estabilidade oxidativa e baixa temperatura de fluidez. 1. Avaliação de melhorias na rota sintética, já estabelecida na patente, para a produção de	06/02/2013	06/02/2015	948.582,95	408.718,54

			<p>biolubrificantes derivados do óleo de mamona em escala piloto; 2. Desenvolvimento e caracterização química de novos produtos biolubrificantes, tendo 1-octanol como álcool precursor; 3. Estudos das reações de epoxidação do éster 12-ricinoleato de 2-etilhexila e comparação das propriedades com os produtos hidrogenados; 4. Caracterização físico-química dos biolubrificantes e mapeamento das propriedades com relação aos processos de reação/separação utilizados; 5. Avaliação de estabilidade termo-oxidativa e estimativa da biodegradabilidade dos biolubrificantes sintetizados em laboratório; 6. Elaboração de relatórios referentes às pesquisas realizadas em laboratório.</p>				
0050.0062909. 10.9- SAP:46003213 78	TERMO DE COOPERAÇ ÃO	F0044	<p>Este projeto tem como objetivo geral obter informações científicas para otimização da produção de biolubrificantes e proposição de rotas de obtenção destes bioprodutos a partir de biomassa utilizando catálise heterogênea nas etapas de transesterificação e acetilação. - Obtenção e caracterização de catalisadores heterogêneos bimetálicos à base de sílica e metais de transição. - Avaliação de rotas sintéticas para produção de biolubrificantes. - Estudo da otimização das rotas sintéticas já existentes para a produção de biolubrificantes a partir do óleo de mamona, utilizando os catalisadores sintetizados. - Caracterização físico-química dos bioprodutos obtidos. - Avaliação da eficiência do processo de síntese. - Caracterização dos catalisadores após as reações para avaliar a possibilidade de sua reutilização.</p>	08/12/2010	15/12/2013	716.490.6	479.595.3
0050.0061236. 10.9- 4600318293	TERMO DE COOPERAÇ ÃO	F0041	<p>Estudar os processos de obtenção de biossolventes oxigenados a partir de glicerina, para agregar valor aos subprodutos gerados na produção de biodiesel e obter solventes orgânicos a partir de matéria-prima renovável.</p>	13/10/2010	20/10/2013	760.741.8	645.756.3 5
0050.0062641. 10.9	TERMO DE COOPERAÇ ÃO	F0045	<p>Obtenção de biolubrificantes em escala laboratorial e piloto; Estudos para otimização das rotas sintéticas e dos processos de produção de biolubrificantes a partir do óleo de mamona; Acompanhamento dos processos e realização de ensaios laboratoriais para verificação das propriedades físico-químicas dos bioprodutos; Adequação dos processos de produção e purificação dos bioprodutos em escala-piloto; Avaliação de estabilidade termo-oxidativa e estimativa da biodegradabilidade dos bioprodutos; Treinamento da equipe técnica nas instalações da UFC e da Petrobras; Avaliação conjunta dos problemas e necessidades dos novos processos estudados no Núcleo Experimental; Elaboração de procedimentos e relatórios referentes às pesquisas realizadas nas unidades e em laboratório.</p>	12/01/2011	09/07/2013	2.959,109.12	2.959,109. 12

0050.0049164. 09.9- 4600291546	TERMO DE COOPERAÇ ÃO	F0015	O principal objetivo deste projeto é acompanhar e prover suporte científico aos trabalhos de pesquisa e desenvolvimento de biolubrificantes nas plantas piloto instaladas no Núcleo Experimental do CENPES na unidade da Petrobras LUBNOR (NuEx CENPES/LUBNOR), em Fortaleza.	05/02/2009	20/03/2013	1.965,227.04	1.965,227. 04
0050.0081263. 13.9- SAP:46004103 21	TERMO DE COOPERAÇ ÃO	F0086	Estudar a separação de CO2 de outros gases utilizando uma unidade PSA de duas colunas em escala de bancada.	08/08/2013	08/08/2015	1.280,315.82	827.548,0 8
0050.0061159. 10.9- 4600318167	TERMO DE COOPERAÇ ÃO	F0042	<p>1. Código computacional voltado para a simulação de processos de recuperação avançada de petróleo em conjunto com a injeção de CO2 e considerando-se o equilíbrio de duas e três fases hidrocarbonetos. Alguns itens importantes para a simulação de processos de CO2 PARA A Petrobras serão implementados, tais como a histerese nas curvas de permeabilidades relativas para processos envolvendo WAG (Water Alternating Gas), injeção de mistura de gases (CO2 puro ou CO2 juntamente com gases hidrocarbonetos tais como metano ou etano), processo de não equilíbrio entre fases o qual é importante para processos envolvendo elevadas vazões de injeção de gás no reservatório, e cálculo da pressão mínima de miscibilidade de CO2 na fase óleo. Este último item deverá ser incluído como um pré-processamento do simulador UTCOMP visto que, para a melhoria do processo de recuperação através da injeção de CO2, torna-se importante trabalhar com pressões de injeção superiores à pressão mínima de miscibilidade. Outros itens importantes para a empresa, como cálculo de propriedades físicas dos fluidos residentes (densidades, viscosidades, etc.) e solubilização do CO2 nas fases líquida, serão automaticamente calculados no código. O código em questão empregará uma tecnologia numérica moderna, o Método dos Volumes Finitos Baseado em Elementos (“<i>Element Based Finite Volume Method</i>” – Ebfvm), utilizando malhas não estruturadas para discretização do domínio físico (reservatório).</p> <p>2. Consolidação de uma linha de pesquisa na Universidade Federal do Ceará em métodos de recuperação avançada de petróleo (MRAP) envolvendo o método composicional/químico através da injeção de CO2 em conjunto com malhas não estruturadas genéricas e com formulação baseada em elementos. Em conjunto com malhas não estruturadas serão estudadas também funções de interpolação para os termos advectivos com o intuito de reduzir o efeito de orientação de malhas. Desenvolvimento de softwares que apresentem modelos de recuperação avançada de petróleo com uma tecnologia numérica moderna (Ebfvm).</p>	25/10/2010	30/05/2014	1.497,212.22	1.497,212. 22

			3. Formação de recursos humanos na área de recuperação avançada de petróleo através de estudos envolvendo o modelo composicional/químico, e empregando malhas não estruturadas com Formulações baseadas em elementos.				
0050.0079416. 12.9- SAP(46003879 02)	TERMO DE COOPERAÇ ÃO	F0074	O principal objetivo deste projeto é realizar o estudo mais aprofundado da sensibilidade à corrosão de novos materiais por meio da técnica PERC (Polarização Eletroquímica de Reativação Potencial Cíclica) realizada de forma não destrutiva por um dispositivo desenvolvido em projeto recente realizado pelo Engesolda - UFC para a Petrobrás "Desenvolvimento de Equipamento para Medição Qualitativa em Campo da Sensitização em Aços Inoxidáveis Através da Técnica PERC (Polarização Eletroquímica de Reativação Potencial Cíclica)".	28/11/2012	28/11/2014	519.703.8	519.703.8
0050.0071702. 11.9- SAP:46003507 11	TERMO DE COOPERAÇ ÃO	F0064	Este projeto tem o objetivo de implantar o novo Laboratório de Pesquisa em Engenharia de Soldagem para avaliação, pesquisa e desenvolvimento de procedimentos e de depósitos realizados por soldagem (aspectos operacionais e metalúrgicos) voltados para o Setor de Petróleo e Gás Natural. Este novo laboratório deverá ser construído a partir da estrutura do atual Engesolda (Laboratório de Engenharia de Soldagem da Universidade Federal do Ceará), porém em nova localização e com maior capacidade operacional. Especificamente, este laboratório de pesquisa contribuirá para formação de recursos humanos (treinamento e ensino de graduação, especialização, mestrado e doutorado) e para apoiar atividades de pesquisa vinculadas aos processos de soldagem e as consequências da soldagem sobre a qualidade e durabilidade de componentes soldados quando submetidos às condições extremas, tais como altas temperaturas, desgastes e exposição a ambientes altamente corrosivos. Além destes objetivos, a implantação deste laboratório permitirá que as atuais atividades envolvendo o CENPES/Petrobrás e a UFC sejam ampliadas para atender a crescente demanda da Petrobras e de empresas vinculadas ao Setor de Petróleo e Gás Natural na formação de recursos humanos e na realização de pesquisa associado à área de soldagem.	05/01/2012	04/01/2014	8.470,552.7	6.371,767. 76

0050.0083820. 13.9- SAP:46004090 37	TERMO DE COOPERAÇ ÃO	F0090	Este projeto visa dar continuidade aos estudos de otimização das condições de exploração de petróleo na zona pré-sal, recentemente descobertos em território nacional, por intermédio de estudos de sistema emulsionados (óleo/água), no que tange sua formação e estabilidade, em diferentes condições operacionais de pressão e temperatura (fluidos em pressões e temperaturas próximas às condições operacionais de tratamento primário - separadores, até condições de alta temperatura e pressão, denominados na literatura técnica de HPHT - <i>high pressure high-temperature</i> ). Para tal, este projeto conta de duas linhas de atuação, a saber: estudo experimental de composição, formação, (des)estabilidade de emulsões; e estudos de simulação molecular para elucidar os mecanismos atômicos que regem a estabilização das emulsões.	13/08/2013	13/08/2015	3.493,096.47	369.508,4 8
0050.0082356. 13.9	TERMO DE COOPERAÇ ÃO	F0083	O objetivo do presente projeto de P&D é ter uma versão zero do programa de dimensionamento mecânico-empírico para pavimentos asfálticos, incluindo um programa de análise estrutural validado com resultados das pistas experimentais. Para tal serão construídas e monitoradas novas pistas e será continuado o monitoramento das pistas já executadas no estado do Ceará.	15/04/2013	14/04/2016	1.401,197.31	294.250,0 0
0050.0083473. 13.9- SAP:46004105 77	TERMO DE COOPERAÇ ÃO	F0089	Este projeto visa dar continuidade aos estudos do processo de inibição de incrustação pela técnica de <i>squeeze</i> . Nesta sequência pretende-se estudar fundamentos do fenômeno de inibição de forma a contribuir para a predição e controle da incrustação. Serão ainda incorporados estudos de squeezes multifuncionais (incrustação e asfalto) e desempenho de suspensões de nanomateriais no meio poroso que podem ser utilizados tanto para incrementar a mobilidade dos inibidores como para auxiliar em processos complementares ao de inibição.	01/08/2013	01/08/2015	1.532,382.6	320.781,9 0
01.10.0590.00	TERMO DE COOPERAÇ ÃO	F0043	Possibilitar a continuidade da REDE DE ASFALTO N/NE, dando seguimento às ações iniciadas no Edital 03/2001 e continuadas em 2004 e em 2006 junto à FINEP e à PETROBRAS. A REDE 13 vem produzindo resultados importantes para a área de pavimentação que têm sido aproveitados em parcerias entre universidades nacionais e internacionais, com a PETROBRAS e outras empresas da cadeia produtiva do asfalto. Permanece o propósito de fortalecer a linha de pesquisa em asfalto, capacitar pessoal em todos os níveis, desenvolver novas tecnologias e produtos, transferindo os desenvolvimentos para o segmento produtivo.	30/11/2010	31/05/2014	942.799,00	613.799,0 0

**Quadro B.6.3 (c) Relação de projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio - ACEP**

Quadro B.6.3 – Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio											Valores em R\$ 1,00			
Fundação de Apoio														
Nome: ACEP - Associação de Estudos e Pesquisas								CNPJ: 01.921.606/0001-22						
Projeto		Instrumento Contratual												
		Contrato				Convênio								
Nº	Tipo	Nº	Objeto	Vigência		Valor		Nº	Objeto	Vigência		Valor		
				Início	Fim	Bruto	Repassado em 2013			Início	Fim	Bruto	Repassado em 2013	
	2	S/N	Curso de Extensão em Análise do Discurso e Pragmática.	-	-	-	R\$ 155,00							
	2	S/N	Curso de Extensão em Aspectos Socioculturais da Alemanha, Áustria e Suíça.	-	-	-	R\$ 6,69							
	1	S/N	Curso de Especialização em Administração Financeira (Turma 2011).	24/02/2011	24/02/2014	-	R\$ 2.310,29							
	1	S/N	Curso de Especialização em Administração Financeira (Turma 2013).	24/02/2011	24/02/2014	-	R\$ 4.421,24							
	1	S/N	Curso de Especialização em Auditoria (Turma 2011).	02/11/2009	02/11/2012	-	R\$ 1.430,49							
	1	S/N	Curso de Especialização em Auditoria (Turma 2012).	02/11/2009	02/11/2012	-	R\$ 2.272,62							
	1	S/N	Curso de Especialização em Auditoria para Profissionais da Saúde.	01/07/2010	01/07/2013	-	R\$ 14.841,25							
	1	S/N	Curso de Especialização em Controladoria (Turma 2011).	07/01/2009	09/01/2015	-	R\$ 1.942,81							
	1	S/N	Curso de Especialização em Controladoria (Turma 2012).	07/01/2009	09/01/2015	-	R\$ 3.792,43							
	1	S/N	Curso de Especialização em Controladoria (Turma 2013).	07/01/2009	09/01/2015	-	R\$ 1.380,46							
	1	S/N	Curso de Especialização em Direito Público (Turma 2010).	12/08/2010	12/08/2015	-	R\$ 3.978,22							

1	S/N	Curso de Especialização em Direito Público (Turma 2012).	12/08/2010	12/08/2015	-	R\$ 6.738,42						
1	S/N	Curso de Especialização em Direito Público (Turma 2013).	12/08/2010	12/08/2015	-	R\$ 3.279,57						
1	S/N	Curso de Especialização em Estudos Clássicos.	01/06/2008	01/06/2010	-	R\$ 2,18						
1	S/N	Curso de Especialização em Gestão de Compras e Suprimentos (Turma 2010).	12/08/2010	12/08/2013	-	R\$ 42.604,13						
1	S/N	Curso de Especialização em Gestão de Compras e Suprimentos (Turma 2013).	12/08/2010	12/08/2013	-	R\$ 4.507,05						
1	S/N	Curso de Especialização em Gestão Hospitalar e de Organizações de Saúde (Turma 2010).	01/07/2010	01/07/2013	-	R\$ 185,46						
1	S/N	Curso de Especialização em Gestão Hospitalar e de Organizações de Saúde (Turma 2012).	01/07/2010	01/07/2013	-	R\$ 2.790,30						
1							008/2008	Curso de Especialização em Administração da Qualidade (Turma 2010).	12/05/2008	02/05/2015	-	R\$ 34,55
1							001/2012	Curso de Especialização em Administração da Qualidade (Turma 2012).	12/05/2008	02/05/2015	-	R\$ 8.717,87
1							008/2008	Curso de Especialização em Administração de Recursos Humanos (Turma 2010).	12/05/2008	02/05/2015	-	R\$ 2.406,73
1							001/2012	Curso de Especialização em Administração de Recursos Humanos (Turma 2012).	12/05/2008	02/05/2015	-	R\$ 6.560,24
2	S/N	Curso de Extensão em Introdução ao Grego Koiné e Clássico	10/03/2011	10/03/2013	-	R\$ 283,30						



1	S/N	Curso de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas (Turma 2010).	16/08/2010	16/08/2014	-	R\$ 3.227,65						
1	S/N	Curso de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas (Turma 2011).	16/08/2010	16/08/2014	-	R\$ 8.036,02						
1	S/N	Curso de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas (Turma 2012).	16/08/2010	16/08/2014	-	R\$ 8.171,94						
1	S/N	Curso de Mestrado Profissional em Economia de Finanças e Seguros (Turma 2013).	01/10/2013	01/10/2015	-	R\$ 8.541,29						
1	S/N	Curso de Mestrado Profissional em Economia do Setor Público (Turma 2010).	07/01/2009	07/01/2013	-	R\$ 13,96						
1	S/N	Curso de Mestrado Profissional em Economia do Setor Público (Turma 2011).	07/01/2009	07/01/2013	-	R\$ 16.892,13						
1	S/N	Curso de Mestrado Profissional em Economia do Setor Público (Turma 2013).	01/10/2013	01/10/2015	-	R\$ 7.704,48						
1	S/N	Curso de Mestrado Profissional em Administração e Controladoria (Turma 2010).	07/01/2009	07/01/2015	-	R\$ 304,03						
1	S/N	Curso de Mestrado Profissional em Administração e Controladoria (Turma 2011).	07/01/2009	07/01/2015	-	R\$ 9.099,08						
1	S/N	Curso de Mestrado Profissional em Administração e Controladoria (Turma 2012).	07/01/2009	07/01/2015	-	R\$ 39.075,03						
1	S/N	Curso de Mestrado Profissional em Administração e Controladoria (Turma 2013).	07/01/2009	07/01/2015	-	R\$ 28.195,70						
2	S/N	XV Seminário Nacional e VI Seminário Internacional Mulher e Literatura.	-	-	-	R\$ 2.524,95						
2	S/N	XXVI Semana de Estudos Clássicos.	-	-	-	R\$ 39,68						
2	S/N	V Semana de Marketing.	-	-	-	R\$ 5,22						

2	S/N	Colóquios de Cultura Clássica II	-	-	-	R\$ 1,15							
				<b>Total</b>	-	R\$ 228.754,22					<b>Total</b>	-	R\$ 17.719,39
<b>Recursos Pertencentes às IFES Envolvidos nos Projetos</b>													
<b>Projeto</b>			<b>Recursos das IFES</b>										
<b>Nº</b>	<b>Tipo</b>	<b>Financeiros</b>		<b>Materiais</b>				<b>Humanos</b>					
		<b>Valor</b>	<b>Tipo</b>	<b>Valor</b>		<b>Quantidade</b>		<b>Valor</b>					
-	-	-	-	-		-		-		-			
<b>Tipo:</b>													
<b>(1) Ensino</b>													
<b>(2) Pesquisa e Extensão</b>													
<b>(3) Desenvolvimento Institucional</b>													
<b>(4) Desenvolvimento Científico</b>													
<b>(5) Desenvolvimento Tecnológico</b>													

Fonte: ACEP 2014

## 16 Indicadores do anuário UFC

As tabelas 16.1 e 16.2 apresentam os indicadores de produtividade dos hospitais universitários.

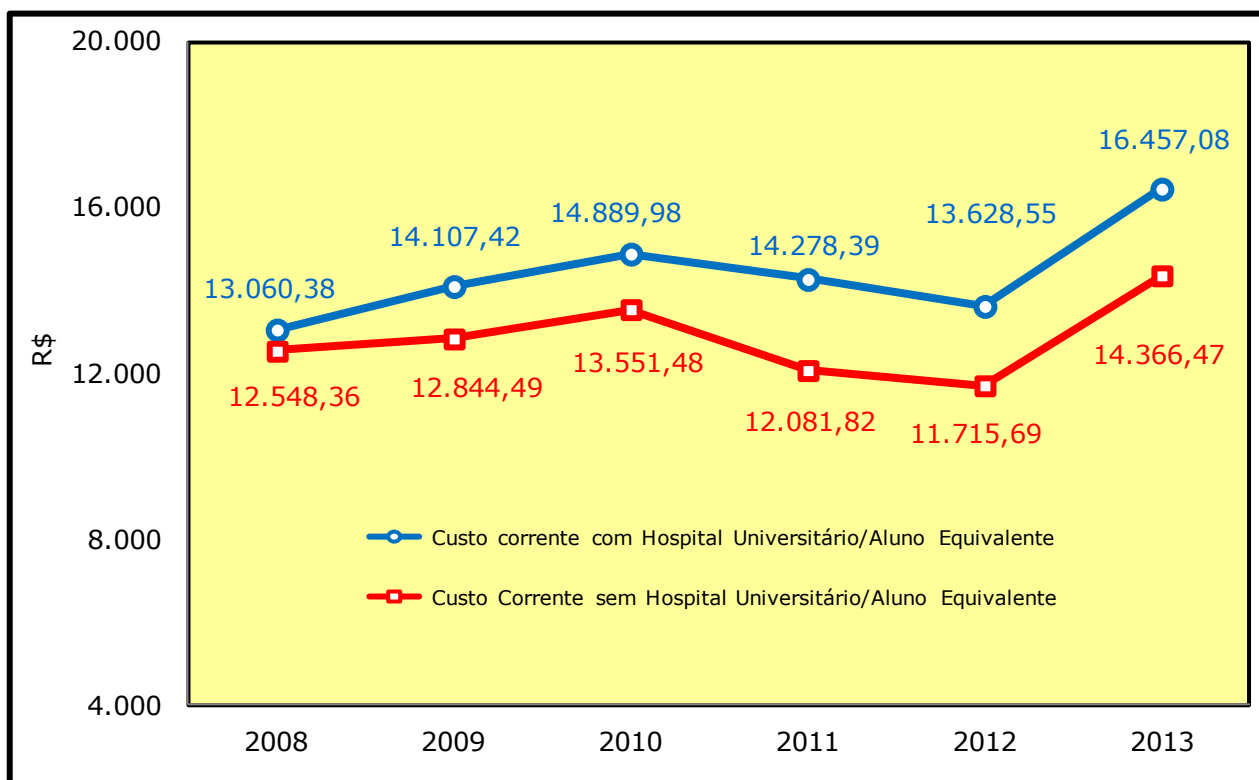
**Tabela 16.1 - INDICADORES DE PRODUTIVIDADE MEAC - 2007 A 2013**

<b>INDICADORES</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Leitos Ativados	220	220	220	220	215	215
Relação Servidor UFC/Leito	2,43	2,37	2,17	2,49	2,30	2,95
Relação Funcionário SAMEAC <sup>1</sup> /Leito	1,63	1,57	1,54	1,51	1,60	2,10
Relação Médico/Leito	0,75	0,68	0,62	0,60	0,50	0,65
Relação Enfermeiro/Leito	0,41	0,40	0,41	0,45	0,40	0,56
Relação Auxiliar de Enfermagem/Leito	1,61	1,59	1,54	1,65	1,20	2,10
Média de Pacientes/dia	136,76	135,60	136,00	122,00	114,00	154,00
Total de Altas	9.030	9.418	10.637	8.357	7.804	7.713
Total de Óbitos Neonatais	152	130	110	103	102	104
Total de Óbitos Adulto	25	25	14	18	16	16
<b>Total Geral de Óbitos</b>	<b>177</b>	<b>155</b>	<b>124</b>	<b>121</b>	<b>118</b>	<b>120</b>
Total de Nascidos Vivos	5.284	5.102	4.294	4.215	3.641	3.777
Taxa de ocupação	62,20%	62,10%	63,30%	56,60%	52,70%	92,50%
Taxa de Infecção Hospitalar-UTI Adulta-Materna	77%	45%	-	25%**	18%	21,04%
Taxa de Infecção Hospitalar-Neonatal	55%	65%	58,10%	54%	65%	68,60%

**Tabela 16.2 - INDICADORES DE PRODUTIVIDADE HUWC - 2008 A 2013**

INDICADORES	2008	2009	2010	2011	2012	2013	% Variação 2013/2012
Nº de Leitos Ativados	238	238	242	242	247	247	0,00
Nº de Servidores <sup>1</sup>	956	942	907	934	878	839	-4,44
Nº de Funcionários (terceirizados) <sup>2</sup>	693	735	741	715	746	791	6,03
Relação Médico/Leito <sup>3</sup>	1,32	1,28	1,19	1,18	0,90	1,30	44,44
Relação Enfermeiro/Leito <sup>4</sup>	0,63	0,63	0,61	0,63	0,58	0,71	22,41
Relação Técnico de Enfermagem/Leito <sup>5</sup>	0,95	0,92	1,61	1,7	1,62	1,92	18,52
Relação Servidor/Leito	4,02	3,96	3,75	3,86	3,55	4,26	20,00
Relação Funcionário/Leito <sup>6</sup>	2,94	3,09	3,06	2,95	3,02	4,02	33,11
Relação Todos/Leito <sup>7</sup>	-	7,05	6,81	6,81	6,57	8,27	25,88
Taxa Média de Permanência	9	9,1	10	10,4	9,5	9,2	-3,16
Taxa de Ocupação Geral	71,10%	70,20%	71%	69,70%	70,70%	72,30%	2,26
Índice de Renovação <sup>8</sup>	28,7	28,1	25,8	24,5	27,2	24	-11,76
Índice de Substituição <sup>9</sup> (dias)	3,7	3,9	4,1	4,5	3,9	9,2	135,90
Média de pacientes/dia <sup>10</sup>	168,83	166,68	171,3	168,6	174,71	148,7	-14,89
Total de Altas	6.556	6.404	5.938	5.659	6.718	5.922	-11,85
Total de Óbitos	264	287	298	259	265	234	-11,70
Taxa de Infecção Hospitalar	7,44%	6,23%	6,57%	8,07%	7,15%	7,10%	-0,70
Faturamento Médio Mensal (em Milhões)	2,824	2,600	2,803	3,498	3,544	4,246	19,81

**Gráfico 16.1 - CUSTO CORRENTE/ALUNO EQUIVALENTE - 2008 A 2013**



**Gráfico 16.2 - ALUNO TEMPO INTEGRAL/PROFESSOR/FUNCIÓNÁRIO - 2008 A 2013**

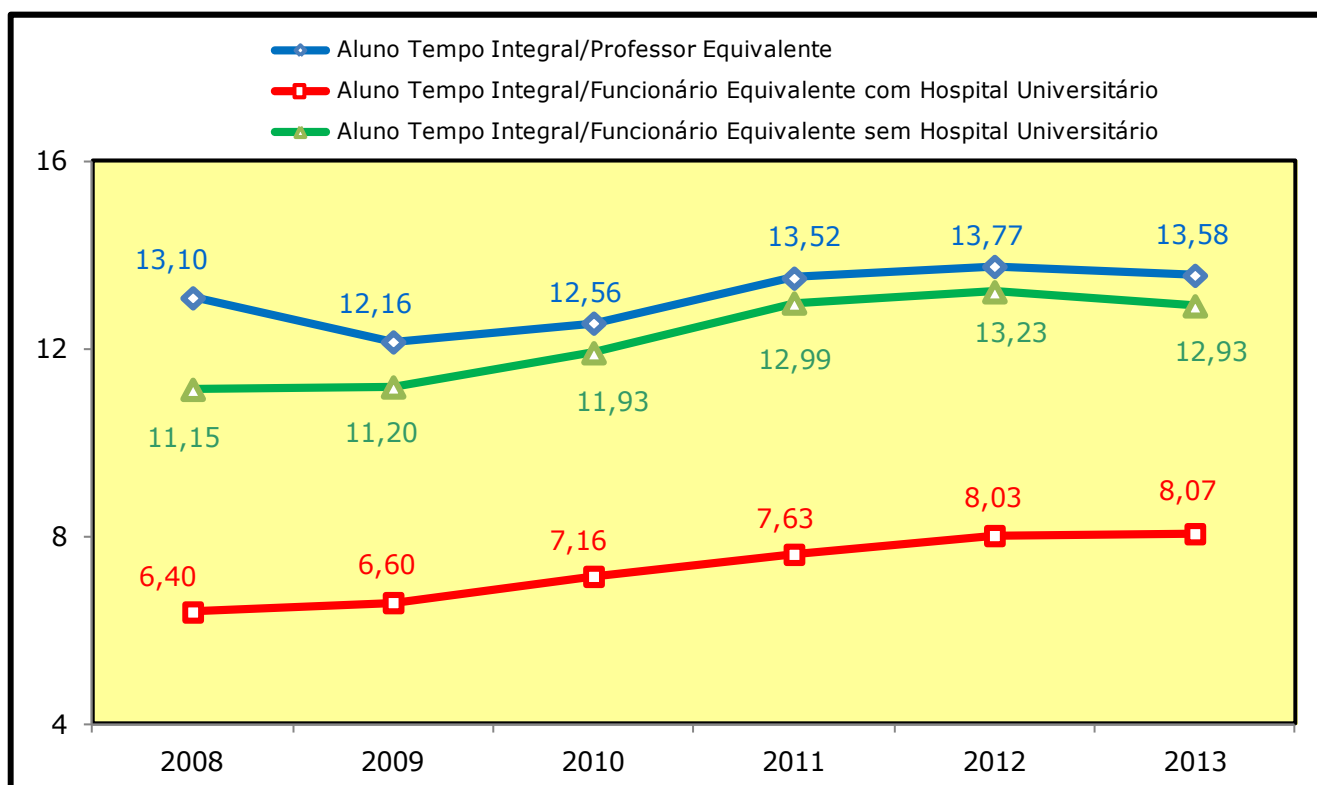


Gráfico 16.3 - FUNCIONÁRIO EQUIVALENTE/PROFESSOR EQUIVALENTE

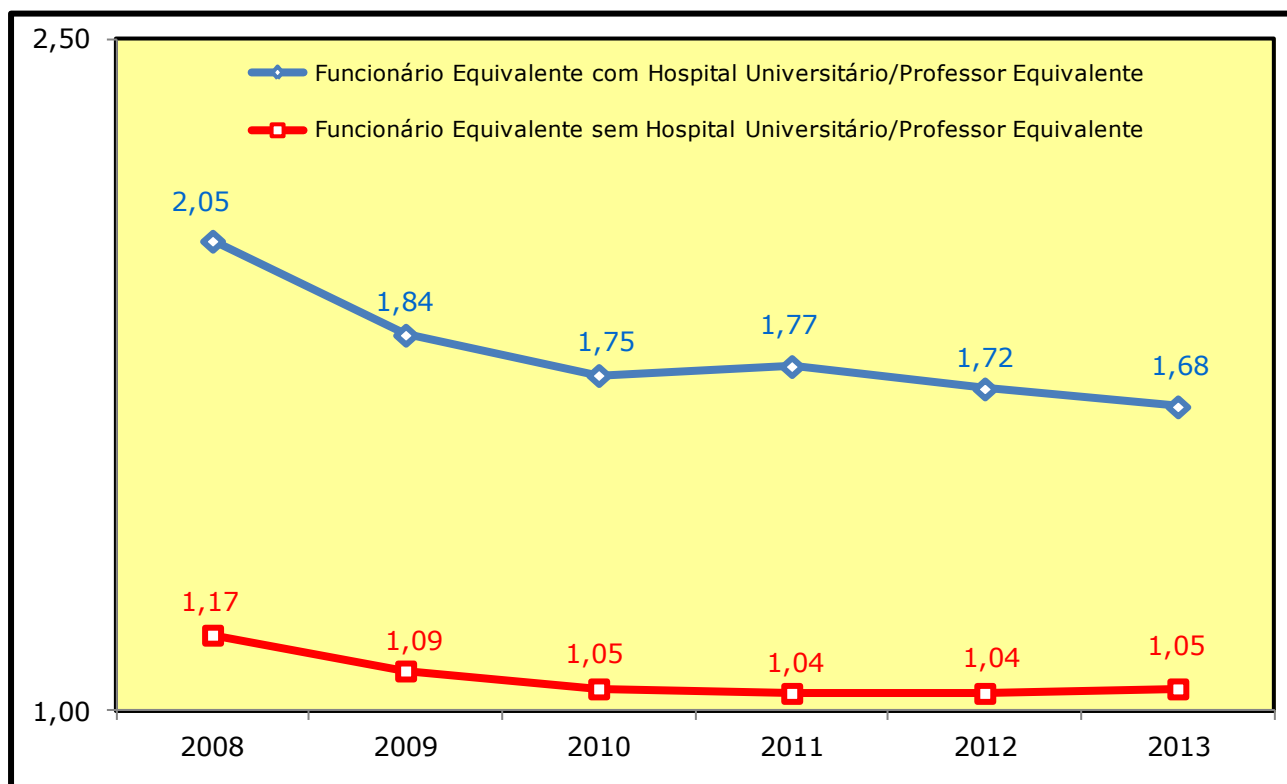
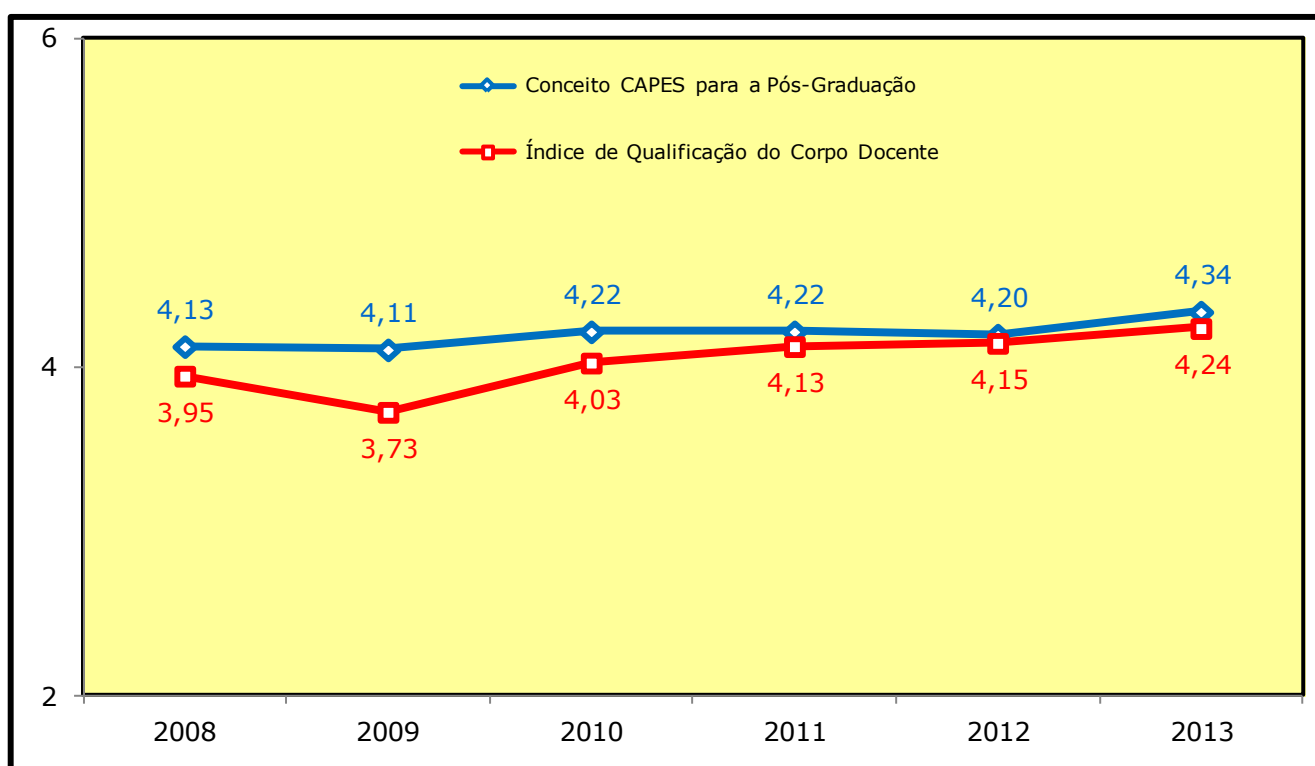


Gráfico 16.4 - CONCEITO CAPES E ÍNDICE DE QUALIFICAÇÃO - 2008 A 2013



## 17 Relacionamento com a Sociedade (Parte A, item 10, Anexo II)

A UFC mantém vários canais de comunicação com a sociedade, tais como a Ouvidoria, o Portal da UFC e o SIC (serviço de informação cidadã).

O SIC da UFC (<http://www.ufc.br/acessoainformacao/servico-de-informacao-aocidadao-sic>) atendeu em 2013 110 pedidos de informações, tendo atendido 109 e classificado apenas 1 como informação confidencial.

O Portal da UFC disponibiliza as mais diversas informações tais como os anuários estatísticos, os relatórios de gestão, normas administrativas, PDI etc. Encontram-se também no Portal da UFC *links* para todas as unidades acadêmicas e administrativas.

A Ouvidoria da UFC (<http://www.ufc.br/contatos/803-ouvidoria-geral>), Vinculada ao Gabinete do Reitor, atua nas instâncias acadêmicas e administrativas, tendo como objetivo mediar a defesa dos direitos e interesses da comunidade universitária e do público externo em sua relação direta com a UFC. Segue na Tabela 19.1 um resumo de demandas da Ouvidoria no exercício de 2013.

<b>Tabela 18.1 - OUVIDORIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS NA UFC</b>	
<b>CONTATO</b>	<b>Quantidade</b>
Carta	3
E-mail	1.017
Pessoal	122
Telefone	65
<b>TOTAL</b>	<b>1.207</b>
<b>MANIFESTAÇÃO</b>	
Elogio	19
Solicitação de Informação	352
Reclamação	818
Sugestão	18
<b>TOTAL</b>	<b>1.207</b>
<b>VÍNCULO</b>	
Aluno	657
Professor	53
Servidor	54
Sem Vínculo com a UFC	443
<b>TOTAL</b>	<b>1.207</b>
<b>TEMAS</b>	

Atendimento	355
Carteira Estudantil	0
Endereço	1
Ensino	133
Evento	8
Gestão	79
Grade Curricular	5
Histórico/Diploma/IRA	65
Manutenção/Infraestrutura	68
Matrícula	83
Parceria	11
Pesquisa	1
Pós-Graduação	2
Relações Humanas	43
Seleção/Ingresso	118
Site UFC	65
Taxas/Pagamento	98
Transferência	72
<b>TOTAL</b>	<b>1.207</b>



# **RELATÓRIO DE GESTÃO UFC 2013**

## **ANEXOS I:**

**Memorial de Cálculo dos Indicadores do TCU**

**Ações do PROGERE na gestão de resíduos da UFC**

**Indicadores adotados pelo FORPLAD**

**Relação Obras Concluídas em 2013**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (DOCENTES)					base 2013	
Quadro do Número de Professores Equivalente						
Docentes por Regime de Trabalho	Nº	Nº	Nº	Pesos	Equivalente	
1.1 Efetivos com 20h/semana	138	/	/	0,5	69	(+)
1.2 Efetivos com 40h/semana	152	/	/	1	152	(+)
1.3 Efetivos com DE	1694	/	/	1	1.694	(+)
1.4 Substitutos 20h/semana	/	49	/	0,5	25	(+)
1.5 Substitutos 40h/semana	/	102	/	1	102	(+)
1.6 Visitantes	/	20	/	1	20	(+)
1.7.1 Afastados Capacitação (20h/sem.)	/	/	2	0,5	1	(-)
1.7.2 Afastados Capacitação (40h/sem.)	/	/	1	1	1	(-)
1.7.3 Afastados Capacitação (DE)	/	/	91	1	91	(-)
1.8.1 Cedidos para Órgãos (20h/sem.)	/	/	3	0,5	2	(-)
1.8.2 Cedidos para Órgãos (40h/sem.)	/	/	2	1	2	(-)
1.8.3 Cedidos para Órgãos (DE)	/	/	15	1	15	(-)
1.9 Em Mandato eletivo (20hs)	/	/	1	0,5	1	(-)
1.10 Em Mandato eletivo (40hs)	/	/	0	1	0	(-)
1.11 Em Mandato eletivo (DE)	/	/	1	1	1	(-)
<b>Total</b>	<b>1.984</b>	<b>171</b>	<b>116</b>		<b>1.949</b>	<b>(=)</b>
Quadro de Qualificação do Corpo Docente						
Docentes por Titulação	Nº	Nº	Nº	Pesos	Qualificação	
2.1 Efetivo Graduado	36	/	/	1	36	(+)
2.2 Efetivo Especialista	58	/	/	2	116	(+)
2.3 Efetivo Mestre	478	/	/	3	1.434	(+)
2.4 Efetivo Doutor	1398	/	/	5	6.990	(+)
2.5 Substituto Graduado	/	66	/	1	66	(+)
2.6 Substituto Especialista	/	2	/	2	4	(+)
2.7 Substituto Mestre	/	65	/	3	195	(+)
2.8 Substituto e Visitante Doutor	/	38	/	5	190	(+)
2.9 Afastado Graduado	/	/	0	1	0	(-)
2.10 Afastado Especialista	/	/	1	2	2	(-)
2.11 Afastado Mestre	/	/	62	3	186	(-)
2.12 Afastado Doutor	/	/	31	5	155	(-)
2.13 Cedido Graduado	/	/	0	1	0	(-)
2.14 Cedido Especialista	/	/	0	2	0	(-)
2.15 Cedido Mestre	/	/	3	3	9	(-)
2.16 Cedido Doutor	/	/	17	5	85	(-)
2.17 Mandato Eletivo Graduação	/	/	0	1	0	(-)
2.18 Mandato Eletivo Mestre	/	/	0	3	0	(-)
2.19 Mandato Eletivo Doutor	/	/	2	5	10	(-)
<b>Total</b>	<b>1.970</b>	<b>171</b>	<b>116</b>		<b>8.584</b>	<b>(=)</b>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS			base 2013	
Quadro1	Nº	Pesos	Func. Equivalente	
<b>1. Nº Funcionários (Incluindo o Complexo Hospitalar)</b>				
1.1 Funcionários com 20h/semana	211	0,5	105,50	(+)
1.2 Funcionários com 30h/semana	69	0,75	51,75	(+)
1.3 Funcionários com 40h/semana	3.127	1	3.127,00	(+)
1.4 Funcionários cedidos	46	1	46,00	(-)
1.5. Funcionários afastados para qualificação e mandato eletivo	19	1	19,00	(-)
1.6.1 Professores do ensino médio e/ou fundamental - 20h/semana	3	0,5	1,50	(+)
1.6.2 Professores do ensino médio e/ou fundamental - 30h/semana	0	0,75	0,00	(+)
1.6.3 Professores do ensino médio e/ou fundamental - 40h/semana	57	1	57,00	(+)
<b>Número de funcionários equivalentes COM HU</b>	3.407		<b>3.277,75</b>	<b>(=)</b>
<b>Quadro 2 - Funcionários / Carga Horária</b>				
<b>Nº Pesos T2</b>				
<b>2. Nº Funcionários</b>				
2.1 Funcionários com 20h/semana	211	0,5	105,50	
2.2 Funcionários com 30h/semana	69	0,75	51,75	
2.3 Funcionários com 40h/semana	3.127	1	3.127,00	
			<b>3.284,25</b>	
<b>Quadro 3 - Funcionários / Professor do Ensino Médio</b>				
<b>Nº Pesos T3</b>				
2.6.1 Professores do ensino médio e/ou fundamental - 20h/semana	3	0,5	1,50	
2.6.2 Professores do ensino médio e/ou fundamental - 30h/semana	0	0,75	0,00	
2.6.3 Professores do ensino médio e/ou fundamental - 40h/semana	57	1	57,00	
			<b>58,50</b>	
<b>Quadro 4 - Funcionários / Cedidos, Afastados Capacitação</b>				
<b>Nº Pesos T4</b>				
2.4 Funcionários cedidos	46	1	46,00	
2.5. Funcionários afastados para qualificação	19	1	19,00	
			<b>65,00</b>	
<b>Quadro 5 - Funcionários / HUWC</b>				
<b>Nº Pesos T5</b>				
<b>2.7 Funcionários Téc. Administrativos do HUWC</b>				
2.7.1 Funcionários com 20h/semana	137	0,5	68,50	
2.7.2 Funcionários com 30h/semana	15	0,75	11,25	
2.7.3 Funcionários com 40h/semana	684	1	684,00	
			<b>763,75</b>	
<b>Quadro 6 - Funcionários / MEAC</b>				
<b>Nº Pesos T6</b>				
<b>2.8 Funcionários Téc. Administrativos da MEAC</b>				
2.8.1 Funcionários com 20h/semana	49	0,5	24,50	
2.8.2 Funcionários com 30h/semana	8	0,75	6,00	
2.8.3 Funcionários com 40h/semana	436	1	436,00	
			<b>466,50</b>	
<b>Quadro 7 - Funcionários / Excluindo o Complexo Hospitalar</b>				
<b>Nº Pesos T7</b>				
<b>Funcionários equivalentes SEM HU (T2 + T3 - T4 - T5 - T6)</b>			<b>2.047,50</b>	

Conceitos CAPES - Somente para Mestrado e Doutorado Acadêmico

Discriminação	Nº Programas de Pós	Soma Conceitos	Conceito CAPES/MEC *
---------------	---------------------	----------------	----------------------

MESTRADO	52	220	4,23
DOUTORADO	41	184	4,49
<b>TOTAL UFC</b>	<b>93</b>	<b>404</b>	<b>4,34</b>

Fonte: CAPES; Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - UFC

\* Razão entre soma dos conceitos pelo número de cursos

<b>AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i> DA UFC - CAPES</b>			
<b>Centro/Faculdade</b>		<b>Conceito CAPES</b>	
		<b>Mestrado</b>	<b>Doutorado</b>
<b>Centro de Ciências - CC</b>	Bioquímica	4	4
	Ciências da Computação	5	5
	Física	6	6
	Geografia	5	5
	Geologia	3	3
	Química	5	5
	Matemática	6	6
	Ecologia e Recursos Naturais	4	4
<b>Faculdade de Direito - FaDir</b>	Direito	4	4
<b>PRPPG</b>	Desenvolvimento e Meio Ambiente	5	4
	Biotecnologia - RENORBIO		5
<b>Centro de Ciências Agrárias - CCA</b>	Agronomia - Fitotecnia	4	4
	Engenharia Agrícola - Irrigação e Drenagem	4	4
	Agronomia - Solos e Nutrição de Plantas	4	4
	Economia Rural	3	
	Engenharia de Pesca	4	4
	Ciência e Tecnologia de Alimentos	4	4
	Zootecnia	4	4
	Biotecnologia de Recursos Naturais	4	4
<b>Inst. De Cultura e Arte - ICA</b>	Filosofia	4	4
	Artes	3	
	Comunicação	3	
<b>Centro de Humanidades - CH</b>	História	4	4
	Letras	4	4
	Linguística	5	5
	Psicologia	4	
	Sociologia	4	4
<b>Centro de Tecnologia - CT</b>	Engenharia Civil - Recursos Hídricos	6	6
	Engenharia e Ciência de Materiais	4	4
	Engenharia Elétrica	4	4
	Engenharia de Teleinformática	5	5
	Engenharia de Transportes	4	4
	Engenharia Química	5	5
	Engenharia Mecânica	4	
	Engenharia Civil: Estruturas e Construção Civil	3	
<b>Faculdade de Educação FACED</b>	Educação	4	4
<b>Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem - FFOE</b>	Enfermagem	5	5
	Ciências Farmacêuticas	4	4
	Odontologia	4	4
	Desenvolv. e Inovação Tecnológica em Medicamentos		4
<b>Faculdade de Economia, Administração, Atuária e</b>	Administração e Controladoria	4	
	Economia	5	5

<b>Contabilidade - FEAAC</b>			
<b>Faculdade de Medicina - FaMed</b>	Cirurgia	5	5
	Farmacologia	6	6
	Saúde Pública	4	
	Microbiologia Médica	5	5
	Ciências Médicas	6	6
	Patologia	4	
	Saúde Coletiva		4
<b>Inst. Ciência do Mar - LABOMAR</b>	Ciências Marinhas Tropicais	4	4
<b>Campus em Sobral</b>	Biotecnologia (Sobral)	4	
	Ciências da Saúde (Sobral)	3	
	Engenharia Elétrica e de Computação (Sobral)	3	
	Saúde da Família (Sobral)	3	
<b>Campus do Cariri</b>	Desenvolvimento Regional Sustentável	3	
	<b>Soma dos conceitos CAPES</b>	<b>220</b>	<b>184</b>
	<b>Total de Cursos de Pós Graduação</b>	<b>52</b>	<b>41</b>
	Razão Conceito / N° de Cursos	4,23	4,49

**CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL**

Centro/Faculdade	Mestrado Profissional UFC	CAPES	
		Mestrado Profissional 1	
<b>PRPPG</b>	Avaliação de Políticas Públicas	4	
	Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior	4	
	Ensino de Ciências e Matemática	3	
<b>FEAAC</b>	Administração e Controladoria	4	
	Economia	4	
<b>Faculdade de Medicina - FaMed</b>	Farmacologia Clínica	5	
<b>Centro de Humanidades - CH</b>	Letras em Rede Nacional	4	
<b>Centro de Tecnologia - CT</b>	Gestão de Recursos Hídricos	3	
<b>Saúde da Família - FFOE</b>	Saúde da família	3	
<b>Inst. Cultura e Artes</b>	Artes em Rede Nacional	3	
<b>CC</b>	Matemática em Rede Nacional	3	

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)**

**INDICADORES DE GESTÃO base ano 2013**

Item		Valor
Ia	Custo Corrente com HU (R\$) / Aluno Equivalente	16.457,08
Ib	Custo Corrente sem HU (R\$) / Aluno Equivalente	14.366,47
II	Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	13,58
IIIa	Aluno Tempo Integral / Funcionário equivalente com HU	8,07
IIIb	Aluno Tempo Integral / Funcionário equivalente sem HU	12,93
Iva	Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente	1,68
Ivb	Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	1,05
V	Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,74

VI	Grau de Envolvimento com Pós-Graduação (GEPG)	0,14
VII	Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação (Acadêmico)	4,34
VIII	Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	4,24
IX	Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	56,51%
	Ag - alunos matriculados Graduação	24.663
	Apg - alunos matriculados pós-graduação	3.880
	Ar - alunos matriculados residência médica	218
	AgTI - alunos graduação tempo integral	18.270,34
	ApgTI - alunos pós-graduação tempo integral	7.760,00
	ArTI - aluno residência médica tempo integral	436,00
	ATI - alunos em tempo integral	26.466,34
	AgE - aluno equivalente de graduação	34.247,53
	AE - aluno equivalente	42.443,53
	Ndi - Número de alunos Diplomados	2.920
	Ni - Número de Ingressantes	6.087

## **Ações do PROGERE na gestão de resíduos da UFC**

**Fortaleza - CE, fevereiro de 2014**

### **1 Introdução**

O Programa de Gerenciamento de Resíduos da UFC (PROGERE) foi criado em setembro de 2005 e reúne um conjunto de procedimentos e ações para a implantação de um sistema integrado de redução, reutilização e reciclagem dos diversos tipos de resíduos gerados nas unidades da UFC. Em 2009 o PROGERE passou a colaborar, numa parceria com a DIURB (Divisão Limpeza e de Serviços Urbanos da UFC), com a gestão dos resíduos recicláveis, em atenção ao Decreto Federal nº 5.940/2006, que “institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências”.

Nesse sentido o PROGERE atua em 2 vertentes. A primeira dedica-se ao gerenciamento dos resíduos recicláveis produzidos nas unidades acadêmicas e administrativas, que geram principalmente papel, além de outros resíduos como plásticos, vidros, e outros (Decreto nº5940/2006 – Coleta Seletiva Solidária). A outra vertente enfoca a necessidade de gerenciamento dos resíduos laboratoriais originados em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

### **2 Metas alcançadas**

Das metas traçadas para 2013 foram ampliados os setores participantes da Coleta Seletiva Solidária; as doações de recicláveis para Associações de Catadores cadastradas também foram ampliadas; otimizou-se o Banco de Dados de Resíduos Laboratoriais, e o Banco de Reagentes Laboratoriais; ampliamos a assessoria na Gestão de Resíduos Laboratoriais, com atividades de inventário e intercâmbio de reagentes entre diversos laboratórios, parcerias realizadas com Empresas Juniores da UFC; foram desenvolvidas pesquisas e ensaios de novas metodologias de tratamento de resíduos laboratoriais; ações de educação ambiental ministradas em disciplinas dos cursos de Biotecnologia e Química - Bacharelado; além de participações em encontros e eventos científicos.

### **3 Resíduos Recicláveis**

A atuação do PROGERE no gerenciamento dos resíduos recicláveis da UFC (Decreto nº5940/2006 – Coleta Seletiva Solidária) em parceria com a DIURB obteve a adesão de novos

setores da UFC em 2013: Departamento de Matemática; Departamento de Zootecnia; Departamento de Biologia; Curso de Arquitetura; Casa de Cultura Britânica; Curso de Comunicação; Departamento de Fisioterapia; e Departamento de Medicina Clínica. Um total de 47 setores da UFC já participam da Coleta Seletiva Solidária conforme tabela 1.

No ano de 2013, a Coleta Seletiva Solidária recolheu mais de 28 toneladas de recicláveis, dos resíduos produzidos nos campi da UFC em Fortaleza, que ao invés de serem levados para aterros sanitários foram doados para serem reciclados, além de gerarem emprego e renda.

Os impactos positivos dessa ação em 2013: socialmente temos uma empregabilidade de mais de 60 trabalhadores, e um ganho de renda de mais de R\$ 6.000,00 pelas Associações de Catadores cadastradas; ambientalmente colaboramos com o aumento da vida útil dos aterros sanitários, e diminuimos a exploração dos recursos naturais uma vez que os resíduos recicláveis são reinseridos na matriz produtiva.

Os principais resíduos recicláveis doados em 2013 foram papel branco (60,43%), papel misto (14,88%), ferro (12,12%), papelão (7,82%), vidro escuro (4,41%), e outros (0,33%).

No período de 5 anos que a Coleta Seletiva Solidária funciona na UFC, foram doadas mais de 60 toneladas de recicláveis.

**Tabela 1 – Setores da UFC participantes da Coleta Seletiva Solidária**

Campus do Pici	
1	Pró-Reitoria de Graduação
2	Centro de Ciências
3	Centro de Tecnologia
4	Centro de Ciências Agrárias
5	Departamento de Biologia
6	Departamento de Química Analítica e Físico-Química
7	Departamento de Química Orgânica e Inorgânica
8	Departamento de Engenharia Hidráulica e Ambiental
9	Departamento de Engenharia Agrícola
10	Departamento de Economia Agrícola
11	Departamento de Eng. De Pesca
12	Departamento de Eng. Elétrica
13	Departamento de Eng. de Transportes
14	Departamento de Matemática
15	Departamento de Eng. Metalúrgica
16	Departamento de Eng. Mecânica
17	Departamento de Geografia
18	Departamento de Estatística

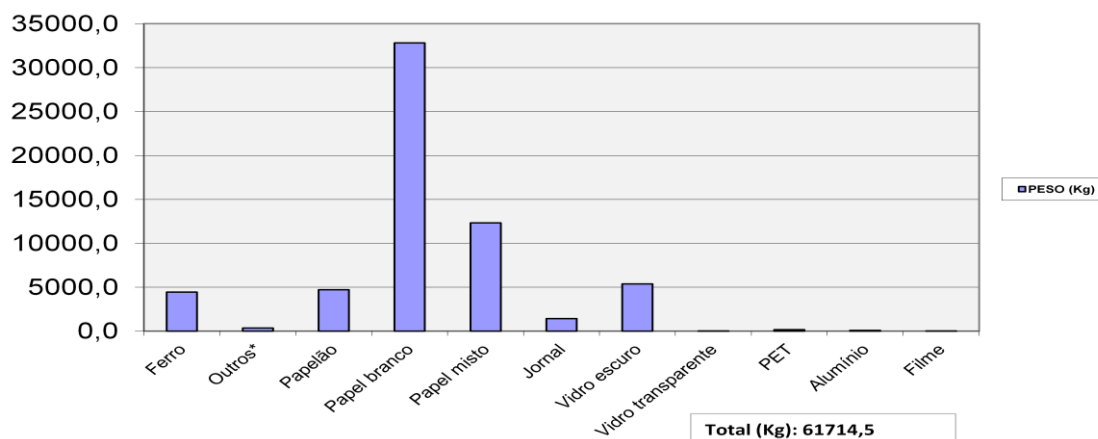


19	Departamento de Zootecnia
20	Prodema
21	NDC (Núcleo de Desenvolvimento da Criança)
22	DAA/DIURB
23	COP
<b>Campus do Porangabuçu</b>	
24	Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem (Coordenação)
25	Faculdade de Medicina (Coordenação)
26	Faculdade de Odontologia
27	Departamento de Enfermagem
28	Departamento de Fisioterapia
29	Departamento de Medicina Clínica
<b>Campus do Benfica</b>	
30	Gabinete da Reitoria
31	Pró-Reitoria de Extensão
32	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE)
33	Casa Amarela;
34	ICA
35	Curso de Arquitetura
36	Casa de Cultura Britânica
37	Curso de Comunicação
38	Assessoria de Comunicação
39	FEAAC.
40	Faculdade de Educação (FACED)
41	SINTUFC
42	SRH (DDH)
43	SRH (DDP)
44	SRH (DAP)
45	Faculdade de Direito
46	SINTUFC
47	Prefeitura do Benfica

Os Gráficos 1 e 2 apresentam os resultados do período de doação de janeiro de 2009 a dezembro de 2013. Nesse intervalo a UFC realizou 24 doações de materiais recicláveis, beneficiando 12 associações de catadores, conforme tabela 2.

**Gráfico 1 – Quantidade dos resíduos recicláveis doados (jan/2009 a dez/2013)**

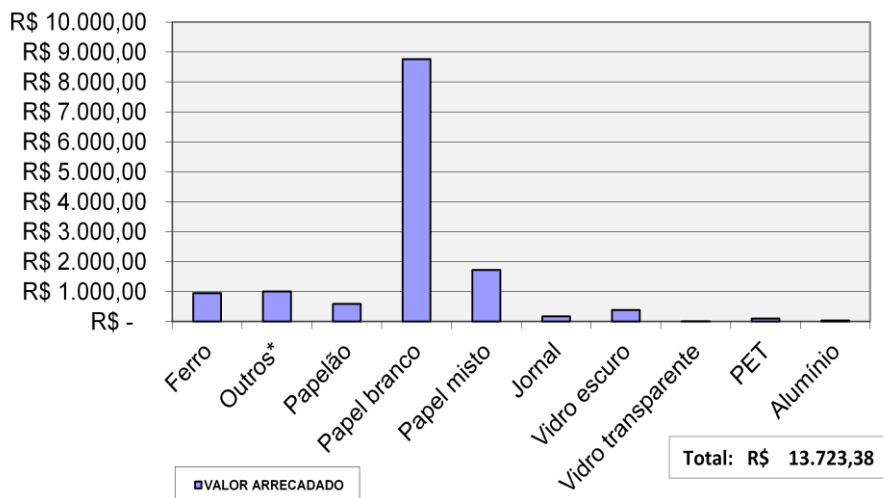
**Caracterização dos recicláveis doados pela UFC**  
período: (jan/2009 a dez/2013)



\* Resíduos não diferenciados

**Gráfico 2 – Valores arrecadados pelas associações com a doação de resíduos recicláveis pela UFC (jan/2009 a dez/2013)**

**Valor arrecadado pelas associações com os recicláveis doados pela UFC**  
período: jan/2009 a dez/2013



\*Outros: PVC, plástico sopro, telhas, madeira

**Tabela 2 – Associações de Catadores que receberam doações da UFC**

01	Raio de Sol
02	Amigos da natureza
03	Ascajan
04	Rede dos catadores de Resíduos Sólidos Recicláveis do Estado do Ceará

05	Associação Ecológica dos coletores de materiais recicláveis de Serrinha e adjacências
06	Associação dos Agentes Ambientais Rosa Virgínia
07	Reciclando
08	Associação dos Agentes Ambientais da Jurema
09	SOCRELP
10	Associação Viva a Vida
11	Associação Dom Lustosa
12	Associação Maravilha

#### 4 Resíduos Laboratoriais

As ações do PROGERE no gerenciamento de resíduos laboratoriais são especificadas como: 1) inventário e classificação de resíduos laboratoriais no ponto gerador; 2) cadastramento de reagentes, ainda aptos para uso, no **Banco de Reagentes do PROGERE**; 3) doação de reagentes que compõem o Banco de Reagentes; 4) desenvolvimento de novas metodologias de tratamento de resíduos laboratoriais. 5) assessoria na gestão de resíduos laboratoriais no ponto gerador - manejo e reutilização de substâncias, tratamento e descarte de resíduos, otimização de procedimentos; e metodologias de redução de escala para experimentos realizados em várias disciplinas das áreas de química analítica, química orgânica e química inorgânica.

Foram catalogados 1020 reagentes, abrangendo ácidos, bases, sais, hidróxidos, e solventes orgânicos, totalizando um montante de 545,945 Kg de material sólido e 555,22 L de material líquido. A partir desse avanço conseguimos doar 466 reagentes, perfazendo 151,395 Kg de material sólido e 189,395 L de material líquido, que corresponde a 27,73% e 34,11% do passivo sólido e líquido registrado.

Na interface da ação extensionista com a pesquisa destacamos um trabalho que apresenta o tratamento de redução do resíduo de Mohr, contendo o íon cromato em seu estado de oxidação mais tóxico, o Cr(VI), produzido nos laboratórios do Departamento de Química Analítica e Físico-Química, empregando métodos não agressivos (bagaço do caju), em conjunto com um evaporador solar, construído pelo PROGERE. Na interface com o ensino destacamos as aulas ministradas nas disciplinas de Introdução ao Curso de Química, do bacharelado em Química; e a disciplina de Biossegurança, do bacharelado em Biotecnologia.

Entre as parcerias realizadas destacamos a que foi firmada com a empresa júnior do bacharelado em Biotecnologia - AUG - Biotec, para a realização do inventário de resíduos do Departamento de Bioquímica do Campus do Pici.

## 5 Indicadores adotados pelo FORPLAD

A partir de 2007 foi adotado um conjunto de indicadores específicos para as ações constantes dos programas que compõem ações e atividades fins da UFC, a partir de decisões nacionais tomadas no Fórum de Pró-Reitores de Planejamento e Administração (FORPLAD). O intuito é fornecer parâmetros apropriados para a avaliação do desempenho da gestão da UFC no conjunto de suas atividades, possibilitando, ainda, o estabelecimento de metas de progresso no decorrer de certo período temporal. De outra parte, esses indicadores poderão ser utilizados pelos órgãos de supervisão e de controle na comparação do desempenho da UFC ao longo do tempo, assim como com os de outras IFES de mesmo porte.

Pretende-se, assim, construir uma série histórica desses indicadores, de modo a se obter uma visão abrangente do desempenho da UFC nos seus mais diversos espaços de atuação, dentre os quais: o ensino de graduação, a pós-graduação, a extensão, o acervo bibliográfico, os recursos humanos e o sistema hospitalar.

### Grupo A - Ensino de Graduação (presencial).

#### Indicador A1 - Relação Diplomados/Docente (RDD): Número de Diplomados na Graduação/Professor Equivalente (com a inclusão dos docentes temporários).

Ano 2007: RDD = 1,54.

Ano 2008: RDD = 1,56.

Ano 2009: RDD = 1,27.

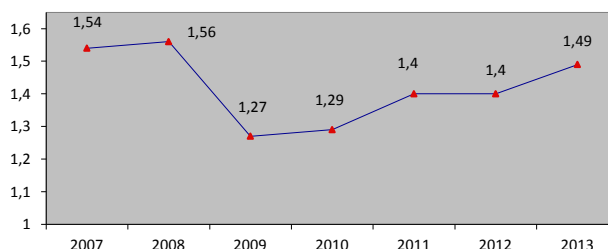
Ano 2010: RDD = 1,29.

Ano 2011: RDD = 1,40.

Ano 2012: RDD = 1,40.

Ano 2013: RDD = 1,49.

Série histórica do Indicador A1



A análise da série histórica dos valores do indicador A1 nos possibilita constatar que houve redução do seu valor entre 2008 e 2009, sobretudo devido à contratação de elevado número de docentes, por conta do REUNI. Não obstante, desde 2009 há, claramente, aumento no valor do indicador A1, refletindo, assim, otimização do uso da mão de obra docente no processo de formação dos discentes de graduação.

### **Indicador A.2 - Relação Aluno/Docente (RGD): Aluno em Tempo Integral/Professor Equivalente.**

Ano 2007: RGD = 11,89.

Ano 2008: RGD = 13,12.

Ano 2009: RGD = 12,55.

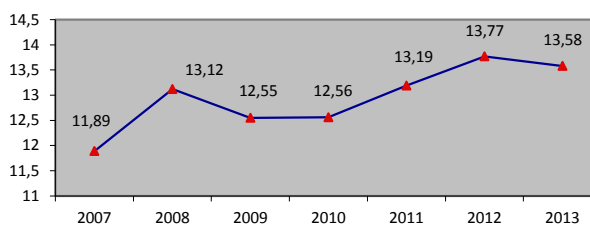
Ano 2010: RGD = 12,56.

Ano 2011: RGD = 13,19.

Ano 2012: RGD = 13,77.

Ano 2013: RGD = 13,58.

Série histórica do Indicador A2



Os valores do indicador A2 nos possibilitam constatar que a relação quantitativa aluno/professor aumentou desde 2009, estabilizando-se em torno de 13 alunos/professor até 2011. A partir de 2012 o valor tem rondado a relação 14 alunos/professor. Esta tendência corrobora a interpretação do indicador A1 de que há otimização do uso da mão de obra docente no ensino de graduação.

### **Indicador A.3 - Índice de Crescimento das Vagas oferecidas na Graduação (IVG): (Número de vagas no ano de 2011 / Número de Vagas no ano de 2006) x 100.**

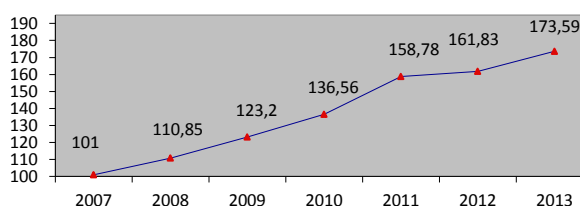
Ano 2007: IVG = 101,00.

Ano 2008: IVG = 110,85.

Ano 2009: IVG = 123,20.

Ano 2010: IVG = 136,56.

Série histórica do Indicador A3



Ano 2011: IVG = 158,78.

Ano 2012: IVG = 161,83.

Ano 2013: IVG = 173,59.

O indicador A3 revela a evolução do número de vagas oferecidas para os cursos de graduação, tendo como referência o ano 2006. Conforme os resultados, o ápice da série histórica deu-se em 2013, com substantivo aumento de quase 74% nas vagas ofertadas, comparativamente a 2006. Tal tendência revela a contundente resposta da UFC ante a crescente demanda pelos seus cursos de graduação.

**Indicador A.4 - Índice de Crescimento das Matrículas na Graduação (IMG):**  
**Número de Matrículas no ano atual / Número de Matrículas no ano anterior) x 100.**

Ano 2007: IMG = 95,4.

Ano 2008: IMG = 104,4.

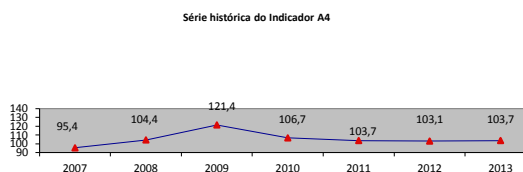
Ano 2009: IMG = 121,4.

Ano 2010: IMG = 106,7.

Ano 2011: IMG = 103,7.

Ano 2012: IMG = 103,1.

Ano 2013: IMG = 103,7.



Os valores do indicador A4 indicam aumento sistemático das matrículas na graduação, desde 2008, com ápice em 2009. A tendência identificada fortalece a interpretação do Indicador A3, no qual se fez menção à resposta contundente da UFC no atendimento às demandas sociais pelos seus cursos de graduação, pois o crescimento das matrículas indica maior quantidade de alunos em formação, ao longo do período analisado.

**Indicador A.5 - Densidade do Processo Seletivo de Ingresso (DPSI): Número de Inscritos no processo seletivo / Número de vagas oferecidas para a graduação.**

Ano 2007: DPSI = 9,34.

Ano 2008: DPSI = 7,67.

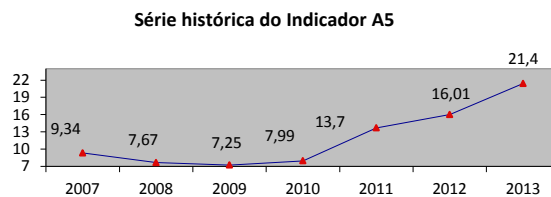
Ano 2009: DPSI = 7,25.

Ano 2010: DPSI = 7,99.

Ano 2011: DPSI = 13,70.

Ano 2012: DPSI = 16,01.

Ano 2012: DPSI = 21,40.



O indicador A5 revela a demanda social pelas vagas oferecidas em cursos de graduação. Em 2013 ocorreu o ápice no valor desse indicador, revelando a qualidade desses cursos, reconhecida pela elevada demanda social pelos mesmos.

#### **Indicador A.6 - Taxa de Matrícula Noturna (TMN): Número de Matrículas em Cursos Noturnos / Número Total de Matrículas.**

Ano 2007: TMN = 0,23.

Ano 2008: TMN = 0,16.

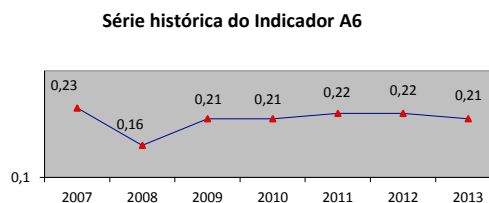
Ano 2009: TMN = 0,21.

Ano 2010: TMN = 0,21.

Ano 2011: TMN = 0,22.

Ano 2012: TMN = 0,22.

Ano 2013: TMN = 0,21.



O indicador A6 revela a proporção de matrículas noturnas em cursos de graduação, cuja média histórica ronda 21% desde 2009. Em 2013 verificou-se que 21% das matrículas estão concentradas em cursos noturnos, acentuando, assim, a relevância social deste tipo de curso.

## GRUPO B - PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*.

**Indicador B.1 - Taxa de Matrícula da Pós-Graduação (TMPG): Número de Matrículas na Pós-Graduação / (Número de Matrículas na Graduação) + (Número de Matrículas na Pós-Graduação).**

Ano 2007: TMPG = 0,10.

Ano 2008: TMPG = 0,12.

Ano 2009: TMPG = 0,16.

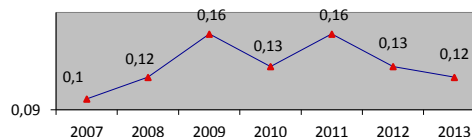
Ano 2010: TMPG = 0,13.

Ano 2011: TMPG = 0,16.

Ano 2012: TMPG = 0,13.

Ano 2013: TMPG = 0,12.

Série histórica do Indicador B1



O indicador B1 revela a proporção de matrículas em cursos de pós-graduação, considerando-se o total de matrículas da IES. Em 2011 verificou-se que 16% das matrículas da UFC estavam concentradas na pós-graduação, ocorrendo diminuição desde então, com valor 0,12 em 2013.

**Indicador B.2 - Taxa de Cobertura de Bolsas de Mestrado (TBM): Número de bolsas de mestrado / (Número de matriculados no mestrado).**

Ano 2007: TBM = 0,33.

Ano 2008: TBM = 0,48.

Ano 2009: TBM = 0,47.

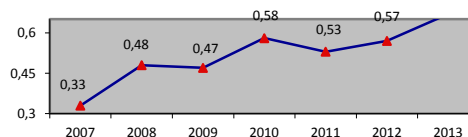
Ano 2010: TBM = 0,58.

Ano 2011: TBM = 0,53.

Ano 2012: TBM = 0,57.

Ano 2013: TBM = 0,67.

Série histórica do Indicador B2





O indicador B2 revela a proporção de discentes de cursos de mestrado que contam com bolsas de estudo, considerando-se o total de mestrandos da IES. Em 2013 verificou-se que 67% dos mestrandos da UFC contam com algum tipo de bolsa de estudo, com tendência crescente desde 2011.

**Indicador B.3 - Taxa de Cobertura de Bolsas de Doutorado (TBD): Número de bolsas de doutorado / (Número de matriculados no doutorado).**

Ano 2007: TBD = 0,56.

Ano 2008: TBD = 0,56.

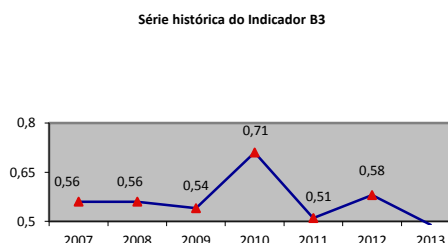
Ano 2009: TBD = 0,54.

Ano 2010: TBD = 0,71.

Ano 2011: TBD = 0,51.

Ano 2012: TBD = 0,58.

Ano 2013: TBD = 0,49.



O indicador B3 expressa a proporção de discentes de cursos de doutorado que contam com bolsas de estudo, considerando-se o total de doutorandos da IES. Em 2013 verificou-se que 49% dos doutorandos da UFC contam com algum tipo de bolsa de estudo, apesar de o ápice ter ocorrido em 2010, com 71%.

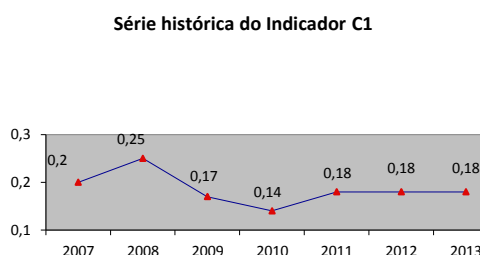
**GRUPO C - EXTENSÃO.**

**Indicador C.1 - Taxa de Alunos Executores de Ação de Extensão (TEG): Número de Alunos de Graduação em Ações de Extensão / Número de Alunos Matriculados na Graduação.**

Ano 2007: TEG = 0,20.

Ano 2008: TEG = 0,25.

Ano 2009: TEG = 0,17.



Ano 2010: TEG = 0,14.

Ano 2011: TEG = 0,18.

Ano 2012: TEG = 0,18.

Ano 2013: TEG = 0,18.

O indicador C1 expressa a proporção de discentes de cursos de graduação envolvidos na execução de ações de extensão, considerando-se o total de graduandos da UFC. Em 2013 verificou-se que 18% dos graduandos da UFC estiveram envolvidos na execução de ações de extensão, apesar de o ápice ter ocorrido em 2008, com 25%.

**Indicador C.2 - Taxa de Docentes Executores de Ações de Extensão (TDE):  
Número de Docentes Executores de Ações de Extensão / Número Total de Docentes em  
Atividade (excluindo-se os temporários).**

Ano 2007: TDE = 0,83.

Ano 2008: TDE = 0,93.

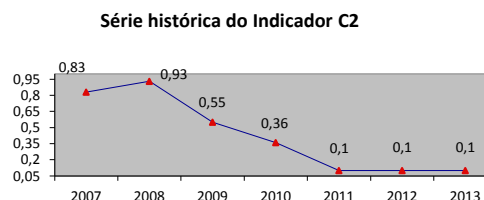
Ano 2009: TDE = 0,55.

Ano 2010: TDE = 0,36.

Ano 2011: TDE = 0,10.

Ano 2012: TDE = 0,10.

Ano 2013: TDE = 0,10.



O indicador C2 revela a proporção de discentes envolvidos na execução de ações de extensão, considerando-se o total de docentes efetivos da UFC. Em 2013 verificou-se que 10% dos docentes efetivos da UFC estiveram envolvidos na execução de ações de extensão, apesar de o ápice ter ocorrido em 2008, com 93%.

## GRUPO D - ACERVO BIBLIOGRÁFICO

**Indicador D.1 - Densidade de Livros por Matrícula (DLM): Número de Livros / [(Matrículas na Graduação) + (Matrículas na Pós-Graduação)].**

Ano 2007: DLM = 7,45.

Ano 2008: DLM = 7,79.

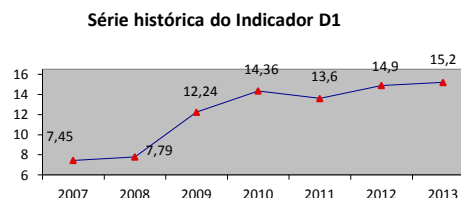
Ano 2009: DLM = 12,24.

Ano 2010: DLM = 14,36.

Ano 2011: DLM = 13,60.

Ano 2012: DLM = 14,90.

Ano 2013: DLM = 15,20.



O indicador D1 revela que o potencial de disponibilidade de acervo para o contingente de alunos de Graduação e de Pós-Graduação da UFC teve crescimento em comparação a 2012 da ordem de 2%, ultrapassando o patamar de 15 exemplares/aluno.

**Indicador D.2 - Densidade de Títulos de Periódicos por Programa de Pós-Graduação (DP): Número de Títulos de Periódicos / Número de Programas de Pós-Graduação.**

Ano 2007: DP = 7,63.

Ano 2008: DP = 7,27.

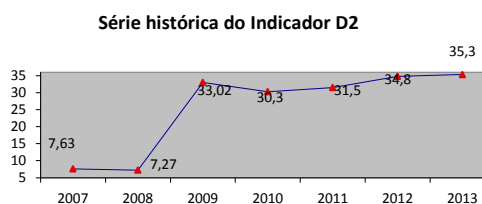
Ano 2009: DP = 33,02.

Ano 2010: DP = 30,30.

Ano 2011: DP = 31,50.

Ano 2012: DP = 34,80.

Ano 2013: DP = 35,30.



O indicador D2 revela que ocorreu aumento regular da quantidade de periódicos disponibilizados aos Programas de Pós-Graduação da UFC, a partir de 2010. Atualmente, há mais de 35 títulos de periódicos disponíveis para cada um dos Programas de Pós-Graduação da UFC.

## GRUPO E - CORPO DE SERVIDORES DOCENTES E TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

**Indicador E.1 - Taxa de Técnico-Administrativos (TA's) com Curso de Pós-Graduação (Especialização, Mestrado e Doutorado) (TAPG): Número de Servidores TA's com Curso de Pós-Graduação / Número Total de TA's.**

Ano 2007: TAPG = 0,19.

Ano 2008: TAPG = 0,22.

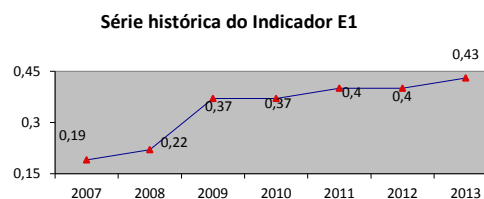
Ano 2009: TAPG = 0,37.

Ano 2010: TAPG = 0,37.

Ano 2011: TAPG = 0,40.

Ano 2012: TAPG = 0,40.

Ano 2013: TAPG = 0,43.



O Indicador E1 expressa a proporção de técnicos-administrativos com curso de pós-graduação. Conforme se percebe a partir da série histórica, o maior valor do referido indicador deu-se em 2013, no qual há 43% de servidores técnico-administrativos com algum tipo de curso de pós-graduação (*lato* ou *stricto sensu*). Indicador E.2 - Taxa de Docente em Dedicção Exclusiva (TDDE): Número de Docentes em Dedicção Exclusiva / Número de Docentes (em efetivo exercício).

Ano 2007: TDDE = 0,64.

Ano 2008: TDDE = 0,83.

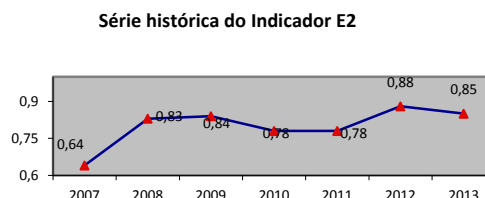
Ano 2009: TDDE = 0,84.

Ano 2010: TDDE = 0,78.

Ano 2011: TDDE = 0,78.

Ano 2012: TDDE = 0,88.

Ano 2013: TDDE = 0,85.



O Indicador E2 revela a proporção de docentes com dedicação-exclusiva à UFC. Conforme se percebe a partir da série histórica, o maior valor do referido indicador deu-se em 2012, quando havia 88% de docentes em regime de dedicação-exclusiva. Não obstante, em 2013 havia 85% da força de trabalho docente da UFC em regime de dedicação-exclusiva.

**Indicador E.3 - Taxa de Docentes Temporários (DT): Número de Docentes Temporários / (Número de Docentes Efetivos + Número de Docentes Temporários).**

Ano 2007: DT = 0,24.

Ano 2008: DT = 0,15.

Ano 2009: DT = 0,08.

Ano 2010: DT = 0,08.

Ano 2011: DT = 0,07.

Ano 2012: DT = 0,10.

Ano 2013: DT = 0,08.



O Indicador E3 expressa a proporção de docentes temporários na UFC. Conforme se observa, o maior valor do referido indicador deu-se em 2007, quando havia 24% de docentes temporários. Não obstante, em 2013 havia tão-somente 8% da força de trabalho docente da UFC em regime temporário de trabalho.

**Indicador E.4 - Taxa de Docentes com Doutorado (TDOU): Número de Docentes com Doutorado / Número Total de Docentes.**

Ano 2007: TDOU = 0,43.

Ano 2008: TDOU = 0,68.

Ano 2009: TDOU = 0,65.

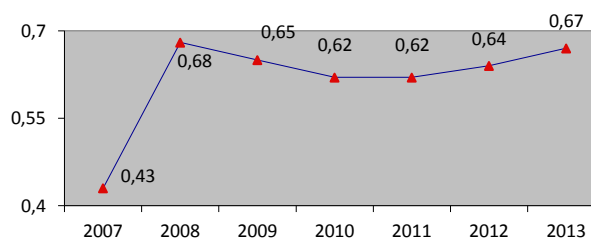
Ano 2010: TDOU = 0,62.

Ano 2011: TDOU = 0,62.

Ano 2012: TDOU = 0,64.

Ano 2013: TDOU = 0,67.

Série histórica do Indicador E4



O Indicador E4 revela a proporção de docentes com doutorado, na UFC. Conforme se percebe a partir da série histórica, o maior valor do referido indicador deu-se em 2008, quando havia 68% de docentes com doutorado. Não obstante, em 2013 havia 67% da força de trabalho docente da UFC com titulação de doutor.

**Indicador E.5 - Taxa de Docentes com Mestrado (TMES): Número de Docentes com Mestrado / Número Total de Docentes.**

Ano 2007: TMES = 0,19.

Ano 2008: TMES = 0,26.

Ano 2009: TMES = 0,25.

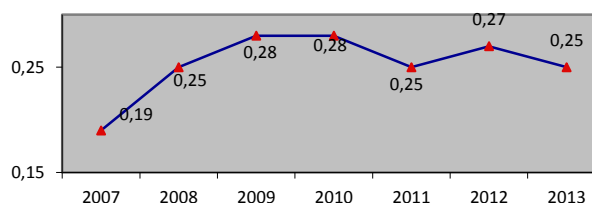
Ano 2010: TMES = 0,28.

Ano 2011: TMES = 0,28.

Ano 2012: TMES = 0,27.

Ano 2013: TMES = 0,25.

Série histórica do Indicador E5



O Indicador E5 expressa a proporção de docentes com mestrado, na UFC. Conforme se percebe a partir da série histórica, o maior valor do referido indicador deu-se no biênio 2010-2011,

quando havia 28% de docentes mestres. Desde então seu valor tem decaído, estando atualmente em torno de 25%.

## GRUPO F - COMPLEXO HOSPITALAR (HUWC E MEAC)

Estes indicadores referem-se ao Complexo Hospitalar vinculado à UFC e constituído pelo Hospital Universitário Walter Cantídio (HUWC) e pela Maternidade Escola Assis Chateaubriand (MEAC).

### Indicador F.1 - Taxa de Mortalidade Infantil (TMI): Total de Óbitos Infantis / Total de Nascidos Vivos.

Ano 2007: TMI = 0,05.

Ano 2008: TMI = 0,03.

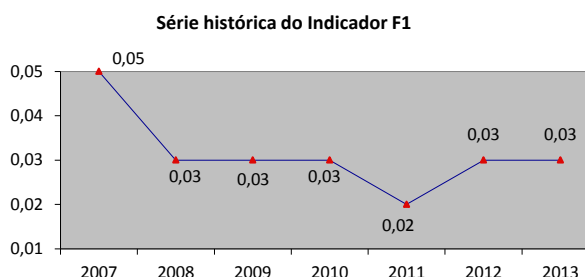
Ano 2009: TMI = 0,03.

Ano 2010: TMI = 0,03.

Ano 2011: TMI = 0,02.

Ano 2012: TMI = 0,03.

Ano 2013: TMI = 0,03.



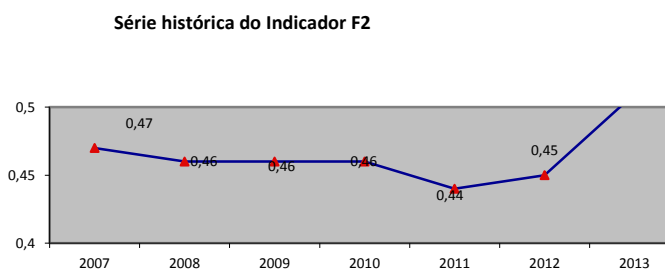
O Indicador F1 expressa a taxa de mortalidade infantil, cuja tendência histórica, desde 2007, tem sido a redução no seu valor. Assim, o menor valor deu-se em 2011, com tão-somente 2% de mortalidade infantil sobre o número total de nascidos vivos. Desde então seu valor tem estado em torno de 3%.

### Indicador F.2 - Taxa de Partos Cirúrgicos ou Cesarianas (TP): Total de Cesarianas / Total de Partos.

Ano 2007: TP = 0,47.

Ano 2008: TP = 0,46.

Ano 2009: TP = 0,46.



Ano 2010: TP = 0,46.

Ano 2011: TP = 0,44.

Ano 2012: TP = 0,45.

Ano 2013: TP = 0,51.

O Indicador F2 revela a taxa de partos cesarianos (cirúrgicos), cuja tendência histórica, desde 2007, tem sido a redução no seu valor. No entanto, em 2013 houve acréscimo desse indicador, revelando que 51% dos partos foi do tipo cesariana.

### **Indicador F.3 - Taxa de Intervenções Cirúrgicas (TIC): Total de Intervenções Cirúrgicas / Total de Internações.**

Ano 2007: TIC = 0,64.

Ano 2008: TIC = 0,73.

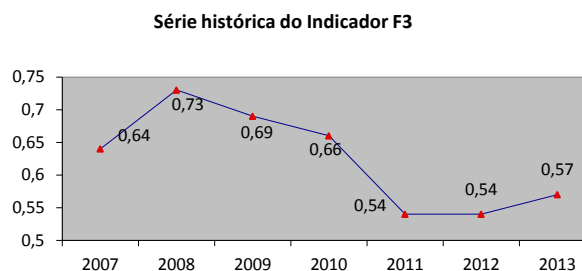
Ano 2009: TIC = 0,69.

Ano 2010: TIC = 0,66.

Ano 2011: TIC = 0,54.

Ano 2012: TIC = 0,54.

Ano 2013: TIC = 0,57.



O Indicador F3 revela a taxa de intervenções cirúrgicas sobre o total de internações, cuja tendência histórica, desde 2008, tem sido a redução no seu valor. Assim, no biênio 2011-2012 o valor do indicador rondou 54%. Não obstante, em 2013 o número de intervenções cirúrgicas sobre o número total de internações ascendeu a 57%.

### **Síntese avaliativa**

Os resultados obtidos com a geração dos indicadores de desempenho do FORPLAD permitem-nos identificar duas especificidades institucionais entre 2007 e 2013, a saber:

- Pontos fortes:** *na graduação* houve otimização do uso da mão de obra docente no ensino de graduação, ocasionando aumento da eficácia na



diplomação de discentes de graduação; houve aumento na oferta de vagas destinadas à graduação, constituindo-se em clara resposta à crescente demanda social; houve crescimento das matrículas de graduação, indicando maior quantidade de alunos em formação; houve reconhecimento social sobre a qualidade dos cursos de graduação da UFC, visto a elevada quantidade de candidatos inscritos no processo seletivo, isto é, elevada demanda social pelos cursos de graduação; há significativa parcela discente matriculada em cursos noturnos de graduação, significando o atendimento de demanda social muito específica; **na pós-graduação** há 67% dos mestrandos com bolsa de estudo; há 49% dos doutorandos com bolsa de estudo; **na extensão** houve 18% dos graduandos da UFC envolvidos na execução de projetos/ações; **no sistema de bibliotecas** há atualmente mais de 15 livros por aluno matriculado (na graduação e na pós-graduação); há mais de 35 títulos de periódicos disponíveis para cada um dos Programas de Pós-Graduação da UFC; **nos recursos humanos** há 85% dos docentes em regime de dedicação-exclusiva; há 67% dos docentes com doutorado, sendo 25% com mestrado; há 43% de servidores técnico-administrativos com algum tipo de curso de pós-graduação (*lato* ou *stricto sensu*); **no complexo hospitalar** há tendência de estabilização da taxa de mortalidade infantil (em torno de 3% ao ano).

b. **Pontos frágeis:** **na extensão** verificou-se que tão somente 10% dos docentes efetivos da UFC estiveram envolvidos na execução de projetos/ações dessa natureza; **no complexo hospitalar** houve aumento na proporção de partos cesarianos (cirúrgicos); há tendência de aumento do número de intervenções cirúrgicas sobre o total de internações realizadas.

<b>RELAÇÃO DAS OBRAS E REFORMAS CONCLUÍDAS EM 2013</b>	
<b>ORDEM</b>	<b>UNIDADE ACADÊMICA</b>
<b>Centro de Ciências-CC/ Campus do Pici</b>	
1	AMPLIAÇÃO DO BLOCO 910 - DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA E MATEMÁTICA
2	AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO BLOCO 938/939 DA QUÍMICA
3	MODERNIZAÇÃO DOS LABORATÓRIOS DA PÓS-GRADUAÇÃO EM QUÍMICA
4	SUBSTITUIÇÃO DA REDE ELÉTRICA DOS BLOCOS 931,932,933,935 e 939/
5	CONSTRUÇÃO DO LABORATÓRIO DE QUÍMICA ANALÍTICA
6	INSTALAÇÃO DE 02 GRUPOS GERADORES DE 135KVA E 02 NO BREAKS DE 65 KVA
7	EXECUÇÃO DE UMA SUBESTAÇÃO DE 300KVA NA EXTENSÃO DO BLOCO 929 DO
<b>Centro de Ciências Agrárias-CCA/ Campus do Pici</b>	
1	MODERNIZAÇÃO DOS BLOCOS 826 E 828 DA ECONOMIA AGRÍCOLA
2	CONSTRUÇÃO DO GALPÃO DE MÁQUINAS DO CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS (2ª E
3	REFORMA DO LABORATÓRIO DE CEREAIS/ DETAL/ CAMPUS DO PICI
4	SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO/ IMPERMEABILIZAÇÃO DA LAJE DA FÁBRICA DE DOCES
<b>Centro de Tecnologia-CT/ Campus do Pici</b>	
1	CONCLUSÃO DA AMPLIAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TELEINFORMÁTICA
2	AMPLIAÇÃO DO LABORATÓRIO DE ENGENHARIA DE SISTEMA DE COMPUTAÇÃO-LESC
3	REFORMA DO BLOCO 703 - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE TRANSPORTES,
4	CONSTRUÇÃO DO LABORATÓRIO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM FORÇA MOTRIZ
<b>Instituto de Cultura e Arte-ICA/ Campus do Pici</b>	
1	CONSTRUÇÃO DA 2ª ETAPA DO INSTITUTO DE CULTURA E ARTE-ICA
<b>Instituto de Educação Física e Esportes-IEFES/ Campus do Pici</b>	
1	AMPLIAÇÃO DO BLOCO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
<b>Centro de Humanidades-CH/ Campus do Benfica</b>	
1	CONSTRUÇÃO DO BLOCO DIDÁTICO DO CENTRO DE HUMANIDADES (1ª ETAPA DE
<b>Faculdade de Educação-FACED/ Campus do Benfica</b>	
1	REFORMA DOS BLOCOS 122 E 123 DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO
<b>Faculdade de Economia, Administração, Atuárias, Contabilidade e Secretariado-FEAACS/ Campus do Benfica</b>	
1	REFORMA DO BLOCO 01 DE PÓS GRADUAÇÃO DA FEAACS
<b>Faculdade de Direito/ Campus do Benfica</b>	
1	REFORMA DAS FACHADAS E BANHEIROS DA FACULDADE DE DIREITO
<b>Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem-FFOE/ Campus de Porangabussu</b>	
1	CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DA FACULDADE DE FARMÁCIA, ODONTOLOGIA E
2	COMPLEMENTO E MODERNIZAÇÃO DO BLOCO DE ENFERMAGEM/ FFOE
3	REFORMA DO BLOCO DA FARMÁCIA/ FFOE
<b>Faculdade de Medicina-FAMED/ Campus de Porangabussu</b>	
1	REFORMA DO BLOCO DA FISIOTERAPIA
2	MODERNIZAÇÃO DO BLOCO DE PATOLOGIA E MEDICINA LEGAL
3	CONSTRUÇÃO DA 2ª ETAPA DO BLOCO DE MEDICINA
<b>Campus do Cariri</b>	
1	CONSTRUÇÃO DA 4ª ETAPA DO CAMPUS DO CARIRI EM JUAZEIRO DO NORTE/CE
2	REFORMA DOS LABORATÓRIOS DE FÍSICA, CERÂMICA E POLÍMEROS DA 1ª ETAPA
3	CONCLUSÃO DO CENTRO ACADÊMICO DO CURSO DE MEDICINA E RAMPA DE
<b>Campus de Sobral</b>	
1	EXECUÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO CAMPUS DE SOBRAL
2	COMPLEMENTO DA CONSTRUÇÃO DO BLOCO D DO CURSO DE ODONTOLOGIA DE SOB
3	COMPLEMENTO DA CONSTRUÇÃO DO BLOCO B DO CURSO DE ODONTOLOGIA DE SOB
4	CONSTRUÇÃO DO BLOCO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE MEDICINA NO
5	SERVIÇOS PARA FUNCIONAMENTO DOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DE
<b>Campus de Quixadá</b>	
1	CONSTRUÇÃO DO BLOCO 02, DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO DO CAMPUS DE QUIXADÁ
2	PAVIMENTAÇÃO E GRADIL DO CAMPUS DE QUIXADÁ
<b>Outras (Reformas/Obras em Unidades Dispersas)</b>	
1	CONSTRUÇÃO DO BLOCO REFEITÓRIO DO CAMPUS DE PORANGABUSSU
2	RECUPERAÇÃO DAS UNIDADES ACADÊMICAS PARA INSTALAÇÃO DE PLATAFORMAS
3	AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO BLOCO ATELIER DE ARQUITETURA E
4	REFORMA DO LABORATÓRIO DE PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE
5	REFORMA DA CLÍNICA DE PSICOLOGIA/ CAMPUS DO BENFICA
6	OBRA DE DRENAGEM DO CAMPUS DO PICI
7	REFORMA DA CASA DE CULTURA ALEMÃ/ CAMPUS DO BENFICA
8	AMPLIAÇÃO DO OBSERVATÓRIO DA SEARA DA CIÊNCIA/ CAMPUS DO PICI
9	REFORMA DO LABORATÓRIO DE PRODUTOS NATURAIS/ CAMPUS DO PICI
10	EXECUÇÃO DAS INSTALAÇÕES DAS BANCADAS DOS LABORATÓRIOS E DA OFICINA
11	REFORMA DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA-NDC/ CAMPUS DO PICI

<b>RELAÇÃO DAS OBRAS E REFORMAS EM EXECUÇÃO INICIADAS EM 2013</b>			
<b>REFORMA</b>	<b>OBRA</b>	<b>ORDEM</b>	<b>UNIDADE ACADÊMICA</b>
			<b>Centro de Ciências-CC/ Campus do Pici</b>
	X	1	DRENAGEM DA VIA DE CONTORNO DO CENTRO DE CIÊNCIAS E ACESSO AO ICA
X		2	REFORMA DOS LABORATÓRIOS DA PÓS-GRADUAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE QUÍMICA ANALÍTICA E FÍSICO QUÍMICA/ BLOCO 938 E 939
X		3	REFORMA DOS LABORATÓRIOS DE PESQUISA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FÍSICA, LAB. DE MATERIAIS FUNCIONAIS AVANÇADOS E LAB. DE
	X	4	EXECUÇÃO DE COBERTA E PISO CIMENTADO NO LABORATÓRIO DE PRODUTOS E TECNOLOGIA EM PROCESSOS/ BLOCO 933-935
	X	5	CONSTRUÇÃO DA 2ª ETAPA DO BLOCO DE APOIO À PESQUISA DO CENTRO DE CIÊNCIAS
	X	6	AMPLIAÇÃO DO BLOCO 910 - DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA E MATEMÁTICA APLICADA - 2ª ETAPA
	X	7	CONSTRUÇÃO DE COBERTAS SOBRE AS MARQUISES DOS BLOCOS DE QUÍMICA 931
X		8	REFORMA DOS LABORATÓRIOS DE PRODUTO E TECNOLOGIA EM PROCESSOS E DE BIOINORGÂNICA/ BLOCOS 933 E 824/ DEPARTAMENTO DE QUÍMICA ORGÂNICA E INORGÂNICA
			<b>Centro de Ciências Agrárias-CCA/ Campus do Pici</b>
	X	1	CONSTRUÇÃO DO BLOCO DA UNIDADE DIDÁTICA DO CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
X		2	REFORMA DO BLOCO 826 - ECONOMIA AGRÍCOLA
X		3	REFORMA DO GALPÃO DA OVINOCAPRINOCULTURA/ BLOCO 819/ DEPARTAMENTO DE ZOOTECNIA
	X	4	4ª ETAPA DA CONSTRUÇÃO DO BLOCO DE APOIO À PESQUISA EM FITOTECNIA E ZOOTECNIA
X		5	REFORMA DA ESTAÇÃO DE PISCICULTURA
X		6	REFORMA DO BLOCO 870 - LABORATÓRIO DE GEOPROCESSAMENTO
X		7	REFORMA DO LABORATÓRIO DE TECNOLOGIA DE ALIMENTOS
			<b>Centro de Tecnologia-CT/ Campus do Pici</b>
	X	1	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE TECNOLOGIA EM ASFALTO
X		2	INTERLIGAÇÃO E REFORMA DAS INSTALAÇÕES DO PRÉDIO DO DEPARTAMENTO DE TELEINFORMÁTICA/ DETI
	X	3	CONSTRUÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO LABORATÓRIO MULTIUSO DA BIOTECNOLOGIA
X		4	REFORMA DO BLOCO 709 - ENGENHARIA QUÍMICA
	X	5	CONSTRUÇÃO DO NOVO LABORATÓRIO DE ENGENHARIA DE SOLDAGEM - 2ª ETAPA
X		6	REFORMA DA SECRETARIA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/ CAMPUS DO PICI
			<b>Instituto de Cultura e Arte-ICA/ Campus do Pici</b>
	X	1	CONSTRUÇÃO DA 3ª ETAPA DO INSTITUTO DE CULTURA E ARTE-ICA
	X	2	URBANIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO MURO DE ARRIMO, ESTACIONAMENTO E LAJE DE PISO DO ICA
			<b>Instituto de Educação Física e Esportes-IEFES/ Campus do Pici</b>
	X	1	COMPLEMENTO DA CONSTRUÇÃO DO BLOCO DO IEFES
	X	2	CONSTRUÇÃO DO ALOJAMENTO DO IEFES/ CAMPUS DO PICI
			<b>Centro de Humanidades-CH/ Campus do Benfica</b>
	X	1	CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DIDÁTICA DO CENTRO DE HUMANIDADES
			<b>Instituto de Ciências do Mar-LABOMAR</b>
X		1	REFORMA DO LABORATÓRIO DE ENSINO PRÁTICO E SALA DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL-PET
			<b>Campus do Cariri</b>
	X	1	CONSTRUÇÃO DO REFEITÓRIO E CIRCULAÇÃO VERTICAL DA FACULDADE DE MEDICINA DE BARBALHA/CE
			<b>Campus de Sobral</b>
	X	1	SERVIÇOS DE FORNECIMENTO E MONTAGEM DA SUBESTAÇÃO DA FACULDADE DE MEDICINA DE SOBRAL
			<b>Campus de Russas</b>
	X	1	CONSTRUÇÃO DO CAMPUS AVANÇADO DE RUSSAS/CE
			<b>Campus de Crateús</b>
	X	1	CONSTRUÇÃO DO CAMPUS AVANÇADO DE CRATEÚS/CE
			<b>Outras (Reformas/Obras em Unidades Dispersas)</b>
X		1	MODERNIZAÇÃO DA BIBLIOTECA CENTRAL/ CAMPUS DO PICI
	X	2	CONSTRUÇÃO DO BLOCO DIDÁTICO DA UFC VIRTUAL/ CAMPUS DO PICI
	X	3	AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO/ CAMPUS DO PICI
X		4	REFORMA DOS GALPÕES DO ALMOXARIFADO E OFICINA DA FAZENDA VALE DO CURU EM PENTECOSTE/CE
	X	5	CONSTRUÇÃO DAS RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS DE Nº 1665 E 2142/ BENFICA/ FORTALEZA
	X	6	EXECUÇÃO DE SUBESTAÇÃO NA ÁREA DA PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO/ CAMPUS DO BENFICA
X		7	COMPLEMENTO DA REFORMA DO ALMOXARIFADO CENTRAL/ CAMPUS DO PICI
X		8	REFORMA DA ÁREA DE CONVIVÊNCIA DO DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES-DC
X		9	REFORMA E URBANIZAÇÃO DO ENTORNO DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO DO CAMPUS DE PORANGABUSSU
X		10	REFORMA DO PAVILHÃO REITOR MARTINS FILHO/ DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO/ CAMPUS DO BENFICA
X		11	CONSTRUÇÃO DE 06 ABRIGOS PARA O GRUPO GERADOR/ UFC
	X	12	CONSTRUÇÃO DA CISTERNA PARA O ABASTECIMENTO DOS BLOCOS DO REFEITÓRIO E FISIOTERAPIA/ CAMPUS DE PORANGABUSSU

**ANEXO II**  
**Exemplo de Manual de Processo de trabalho**

# Manual de Processos, Normas e Políticas

*Auto Avaliação Institucional*



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO CEARÁ

## ÍNDICE

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>25</b>
<b>1.1</b> .....	<b>IDENTIFICAÇÃO</b>
.....	<b>56</b>
<b>QUADRO I – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE</b> .....	<b>56</b>
<b>1.1.2 Organograma Funcional</b> .....	<b>56</b>
<i>Em relação ao organograma funcional, disponibilizado no Anexo III do Relatório de Gestão, as atribuições e competências dos componentes da UFC são descritos no Regimento da Reitoria. Trata-se o Regimento da Reitoria de documento oficial da Instituição disponibilizado no link abaixo:</i> .....	<b>56</b>
<i>(<a href="http://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/regimento_reitoria/regimento_reitoria.pdf">http://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/regimento_reitoria/regimento_reitoria.pdf</a>)</i> .....	<b>57</b>
<b>2 OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS</b> .....	<b>60</b>
2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE     60	
<b>2.1.1 Competência Institucional</b> .....	<b>60</b>
<b>2.1.2 Objetivos Estratégicos</b> .....	<b>61</b>
2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS 61	
<b>2.2.1 Plano Estratégico da UFC</b> .....	<b>61</b>
<b>2.2.2 Plano de Trabalho do Exercício</b> .....	<b>62</b>
2.3 PROGRAMAS DE GOVERNO E AÇÕES EXECUTADAS NO EXERCÍCIO DE 2013   63	
<b>2.3.1 Programas de Governo cujas Ações Integram a Programação da UFC</b> .....	<b>63</b>
<b>2.3.2 Execução Física das Ações Realizadas pela UFC</b> .....	<b>65</b>
2.4.1 Programação .....	<b>79</b>
2.4.2 Movimentação de Crédito Interna e Externa.....	<b>80</b>
<b>4 INFORMAÇÕES SOBRE OS RECURSOS HUMANOS (PARTE A, ITEM 5, ANEXO II)</b> .....	<b>91</b>
4.3 CUSTO DE PESSOAL DA UJ     95	
4.4 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS     96	
SEGUNDO O RESPONSÁVEL PELO SETOR, NA FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS CONSTANTES DOS QUADROS A.5.2.3 E A.5.2.4, DEPARA-SE CONSTANTEMENTE COM A DIFICULDADE DAS EMPRESAS CONTRATADAS EM CUMPRIR INTEGRALMENTE O QUE PRECEITUA OS RESPECTIVOS CONTRATOS, NECESSITANDO DA APLICAÇÃO DE SANÇÕES.   101	
4.7 SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS 102	
4.8 ACUMULAÇÃO DE CARGOS     102	
4.9 COMPOSIÇÃO DE QUADRO DE ESTAGIÁRIOS 102	
4.10 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS     103	
<b>9 ASPECTOS RELACIONADOS À GESTÃO AMBIENTAL (PARTE A, ITEM 8, ANEXO II)</b> .....	<b>145</b>
<b>11 GESTÃO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO (PARTE A, ITEM 7, ANEXO II)</b> .....	<b>153</b>
<b>12 PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA O ATENDIMENTO DAS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU ...</b>	<b>155</b>
<b>13 RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO</b> .....	<b>188</b>
<b>13.1 RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI (QUADRO A.9.2.1)</b> .....	<b>188</b>
<b>13.2 RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS PARCIALMENTE / PENDENTES (QUADRO A.9.2.2)</b> .....	<b>233</b>
<b>15 PARTE A, ITEM 11, ANEXO II (UFC)</b> .....	<b>243</b>
<b>ANEXOS I:</b> .....	<b>276</b>
<b>MEMORIAL DE CÁLCULO DOS INDICADORES DO TCU</b> .....	<b>276</b>
<b>AÇÕES DO PROGERE NA GESTÃO DE RESÍDUOS DA UFC</b> .....	<b>276</b>

<b>INDICADORES ADOTADOS PELO FORPLAD .....</b>	<b>276</b>
<b>FORTALEZA - CE, FEVEREIRO DE 2014 .....</b>	<b>282</b>
<b>1. .... OBJETIVO</b>	<b>309</b>
<b>2. .... RESPONSABILIDADES</b>	<b>309</b>
<b>3. .... POLÍTICAS GERAIS</b>	<b>309</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• LEI nº 10.861 – INSTITUI O SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – SINAES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS; 310</li> <li>• PORTARIA NORMATIVA nº 40/2007 - INSTITUI O E-MEC, SISTEMA ELETRÔNICO DE FLUXO DE TRABALHO E GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCESSOS DE REGULAÇÃO, AVALIAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO SISTEMA FEDERAL DE EDUCAÇÃO, E O CADASTRO E-MEC DE INSTITUIÇÕES E CURSOS SUPERIORES E CONSOLIDA DISPOSIÇÕES SOBRE INDICADORES DE QUALIDADE, BANCO DE AVALIADORES (BASIS) E O EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DE ESTUDANTES (ENADE) E OUTRAS DISPOSIÇÕES. 310</li> </ul>	
<b>4. .... NOTAÇÃO PARA MODELAGEM DE PROCESSOS DE NEGÓCIOS</b>	<b>310</b>
<p>O EVENTO DE INÍCIO É REPRESENTADO POR UM CÍRCULO E SIMBOLIZA O COMEÇO DA EXECUÇÃO DO PROCESSO. O EVENTO DE FIM É REPRESENTADO POR UM CÍRCULO COM BORDA EM NEGRITO E SIMBOLIZA O FINAL DO PROCESSO. 310</p> <p>O PROCESSO É REPRESENTADO POR UM RETÂNGULO, QUE SIMBOLIZA UMA ETAPA DE UM PROCESSO FORMADO PELA REALIZAÇÃO SEQUENCIAL DE UM DETERMINADO CONJUNTO DE ATIVIDADES AFINS. 310</p> <p>A ATIVIDADE É REPRESENTADA POR UM RETÂNGULO ARREDONDADO E SIMBOLIZA UMA DETERMINADA QUANTIDADE DE TAREFAS QUE DEVEM SER EFETUADAS DENTRO DE UM PROCESSO. CADA ATIVIDADE POSSUI UMA IDENTIFICAÇÃO REFERENTE À COMO AS AÇÕES SÃO REALIZADAS. EM GERAL, AS AÇÕES SÃO DESCRITAS COMO: MANUAIS, SISTÊMICAS (REALIZADAS POR UM USUÁRIO NO SISTEMA) OU AUTOMÁTICAS (REALIZADAS PELO SISTEMA COM BASE NUMA PARAMETRIZAÇÃO PRÉVIA). ESTAS AÇÕES SÃO REPRESENTADAS, RESPECTIVAMENTE, PELO DESENHO DE UMA MÃO, UM BONECO E DUAS ENGRENAGENS. 310</p> <p>OS EVENTOS INTERMEDIÁRIOS SÃO REPRESENTADOS POR CÍRCULOS QUE SIMBOLIZAM A INTERLIGAÇÃO DE ATIVIDADES NA MESMA PÁGINA DO FLUXO. ESTES EVENTOS SINALIZAM TANTO SAÍDAS COMO ENTRADAS, NO CASO DE SAÍDAS, AS SETAS SÃO PREENCHIDAS, ENQUANTO QUE, NAS ENTRADAS, AS SETAS SÃO VAZIAS. CASO HAJA MAIS DE UMA INTERLIGAÇÃO DENTRO DO FLUXO, OS CÍRCULOS POSSUIRÃO CORES DIFERENTES, DE FORMA A FACILITAR A VISUALIZAÇÃO. OS EVENTOS INTERMEDIÁRIOS PODEM TAMBÉM SINALIZAR UMA AÇÃO ESPECÍFICA COMO: A ESPERA DENTRO DE UM MESMO PROCESSO SENDO DEMONSTRADA POR UM RELÓGIO DENTRO DO CÍRCULO. 311</p> <p>OS GATEWAYS PODEM REPRESENTAR A ESCOLHA ENTRE DUAS OU MAIS ATIVIDADES ADJACENTES OU AS POSSÍVEIS ROTAS CONDICIONAIS GERADAS POR UMA DECISÃO. OS GATEWAYS PODEM REPRESENTAR TAMBÉM ATIVIDADES DESEMPENHADAS DE FORMA PARALELA. A CONDICIONAL É REPRESENTADA POR UM LOSANGO, ENQUANTO O PARALELISMO É REPRESENTADO POR UM LOSANGO PREENCHIDO POR UMA CRUZ. 311</p> <p>A LINHA DE FLUXO É REPRESENTADA POR UMA LINHA COM UMA SETA E É UTILIZADA PARA DEMONSTRAR A ORDEM SEQUENCIAL NA QUAL CADA ATIVIDADE É DESEMPENHADA. 311</p> <p>A RAIAS É REPRESENTADA POR UM RETÂNGULO NOMEADO E É UTILIZADA PARA ORGANIZAR E DELIMITAR AS DIFERENTES ATIVIDADES DE UM MESMO PROCESSO. 311</p>	
<b>5. .... PROCESSOS, NORMAS E POLÍTICAS DA AUTO AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL</b>	<b>311</b>
<b>5.1.....COORDENAR A AUTO AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL</b>	<b>312</b>
<b>5.1.1 DESCRIÇÃO DO PROCESSO.....</b>	<b>312</b>
<b>5.1.2 – FLUXO – AAI1 – COORDENAR A AUTO AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....</b>	<b>313</b>
<b>5.1.3 – QUADRO DE TAREFAS .....</b>	<b>313</b>

<b>5.2.....</b>	<b>EXECUTAR A AUTO AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL</b>	<b>314</b>
<b>5.2.1 DESCRIÇÃO DO PROCESSO.....</b>		<b>314</b>
1)	INDICADORES DE DESEMPENHO: CONSISTE NA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUTO AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, QUE COMPILA DADOS DO ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA UNIVERSIDADE E DO CENSO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, POSSIBILITANDO A COMPARAÇÃO DO DESEMPENHO DA UNIVERSIDADE NO ÂMBITO NACIONAL E INTERNACIONAL.	314
2)	AVALIAÇÃO INTERNA (SINAES): CONFORME O § 1º DA LEI Nº 10.861, O SINAES TEM POR FINALIDADE A “MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, A ORIENTAÇÃO DA EXPANSÃO A SUA OFERTA, O AUMENTO PERMANENTE DA SUA EFICÁCIA INSTITUCIONAL E EFETIVIDADE ACADÊMICA E SOCIAL E, ESPECIALMENTE, A PROMOÇÃO DO APROFUNDAMENTO DOS COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES SOCIAIS DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, POR MEIO DA VALORIZAÇÃO DE SUA MISSÃO PÚBLICA, DA PROMOÇÃO DOS VALORES DEMOCRÁTICOS, DO RESPEITO À DIFERENÇA E À DIVERSIDADE, DA AFIRMAÇÃO DA AUTONOMIA E DA IDENTIDADE INSTITUCIONAL.” ESTA AVALIAÇÃO É EFETUADA POR MEIO DE FORMULÁRIOS DIRECIONADOS AOS ALUNOS E PROFESSORES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO.	314
3)	AVALIAÇÃO EXTERNA: REFERE-SE AO RECEBIMENTO DA COMISSÃO DE AVALIADORES DESIGNADOS PELO MEC PARA AVALIAR A INSTITUIÇÃO OU CURSO DE GRADUAÇÃO. A NECESSIDADE DA VISITA É DETERMINADA PELO MEC.	314
<b>5.2.3 QUADRO DE TAREFAS.....</b>		<b>317</b>
•	FOLDERS;	317
•	BANNERS;	317
•	WEBPAGE;	317
•	POP-UP;	318
<b>5.2.4 AUTO AVALIAÇÃO INTERNA (SINAES).....</b>		<b>318</b>
•	FOLDERS;	318
•	BANNERS;	318
•	WEBPAGE;	318
•	POP-UP;	318
•	FM UNIVERSITÁRIA.	318
•	ALUNOS: MATRÍCULA NO SEMESTRE SEGUINTE;	319
•	PROFESSORES: CONSOLIDAÇÃO DAS NOTAS NO SIGAA.	319
<b>5.2.5 AVALIAÇÃO EXTERNA.....</b>		<b>319</b>
<b>5.3.1 DESCRIÇÃO DO PROCESSO.....</b>		<b>320</b>
<b>5.3.4 INDICADORES DE DESEMPENHO.....</b>		<b>322</b>
<b>6. EQUIPE.....</b>		<b>323</b>
	CARGO / ÁREA	323
	PRINCIPAIS RESPONSABILIDADES	323
	PROCESSOS QUE EXECUTA* (LÍDER)	323
•	DEFINE PERÍODO, PRAZO E ASPECTOS DA AVALIAÇÃO	323
•	ELABORA FORMULÁRIO	323
•	INSERE FORMULÁRIO NO SIGAA	323
•	GERA RELATÓRIO CONSOLIDADO	323
•	ELABORA / AJUSTA RELATÓRIO INSTITUCIONAL	323
•	AUTORIZA DIVULGAÇÃO DO RELATÓRIO INSTITUCIONAL	323
•	EFETUA AVALIAÇÃO	323
•	ENDEREÇA OBSERVAÇÕES DA AVALIAÇÃO EXTERNA AOS GESTORES RESPONSÁVEIS	323
•	DETERMINA / REDEFINE AÇÕES DE MELHORIA	323
•	ELABORA RELATÓRIOS COM RESULTADOS	323



- ELABORA / CORRIGE RELATÓRIO DE INDICADORES DE DESEMPENHO 323

<b>7.</b> .....	<b>VIGÊNCIA</b>
.....	<b>323</b>
<b>8.</b> .....	<b>ATUALIZAÇÕES DO MANUAL DE PROCESSO</b>
.....	<b>325</b>
<b>ANEXOS III</b> .....	<b>326</b>
<b>ORGANOGRAMAS</b> .....	<b>326</b>

## 1. OBJETIVO

Este manual tem como objetivo a descrição dos processos, normas e políticas que compõe o Processo de Auto Avaliação Institucional de forma a estruturar, padronizar e aperfeiçoar o processo.

O processo de Auto Avaliação Institucional tem como função principal as atividades de desenvolvimento, coordenação e promoção das avaliações da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Como exemplo da execução de tais atividades, temos:

Gerar indicadores quantitativos e qualitativos que possibilitem a análise da qualidade institucional, usando, para tal, dados primários da UFC;

Promover o pleno desenvolvimento da avaliação institucional da UFC;

Coordenar e desenvolver a pesquisa institucional, no âmbito da UFC;

Desenvolver, a partir de estudos especiais, análise prospectiva sobre o desenvolvimento da UFC;

Promover avaliação de impacto das atividades de formação do alunado da UFC, com base no acompanhamento dos egressos.

## 2. RESPONSABILIDADES

A coordenação de Auto Avaliação Institucional cabe à Coordenadoria de Avaliação Institucional, subordinado à Pró-Reitoria de Planejamento (PRPL).

Todas as atividades e políticas aqui demonstradas apresentam princípios orientadores básicos, não abordando todas as situações extraordinárias possíveis. As oportunidades de melhorias devem ser constantes na dinâmica do crescimento organizacional. Caso o servidor possua alguma sugestão, esta deve ser encaminhada à Pró-Reitoria de Planejamento, responsável por avaliar a possibilidade de incorporar a sugestão.

É de responsabilidade de cada servidor envolvido nas atividades do processo de Auto Avaliação Institucional conhecer e entender as normas e políticas existentes. Qualquer questão ou dúvida que influencie no desenvolvimento das atividades devem ser imediatamente esclarecidas junto à Pró-Reitoria de Planejamento. A Pró-Reitoria de Planejamento deverá atuar e orientar todos os servidores e colaboradores terceirizados, em todos os níveis hierárquicos, com vistas à conduta ética e respeito aos valores da Universidade Federal do Ceará e à legislação vigente.

Todos os servidores da Pró-Reitoria de Planejamento deverão atuar de forma alinhada, em coordenação técnica e funcional com as normas, políticas e procedimentos divulgados.

## 3. POLÍTICAS GERAIS

A Universidade Federal do Ceará deve assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais dos servidores portadores de toda e qualquer necessidade especial, estabelecendo mecanismos e disponibilizando ferramentas que assegurem à pessoa o pleno exercício de suas funções e seus direitos básicos, decorrentes da Constituição e das leis, propiciando seu bem-estar pessoal e social.

Além disto, deverá garantir o respeito às pessoas portadoras de necessidade especial, que devem receber igualdade de oportunidades na sociedade por reconhecimento dos direitos que lhe são assegurados.




Dentre os dispositivos legais que regem as atividades do processo, estão:




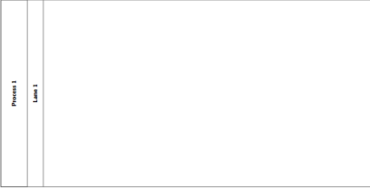
Lei nº 10.861 – Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências;

Portaria Normativa nº 40/2007 - Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.

Decreto nº 5.773/2006 - Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no Sistema Federal de Ensino.

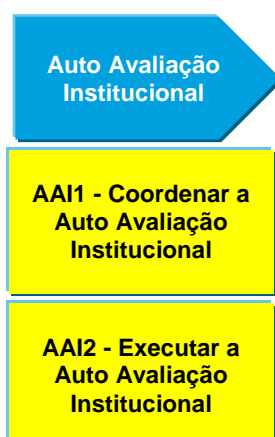
#### 4. NOTAÇÃO PARA MODELAGEM DE PROCESSOS DE NEGÓCIOS

Definição	Representação Gráfica
<p>O <b>evento de início</b> é representado por um círculo e simboliza o começo da execução do processo. O <b>evento de fim</b> é representado por um círculo com borda em negrito e simboliza o final do processo.</p>	
<p>O <b>processo</b> é representado por um retângulo, que simboliza uma etapa de um processo formado pela realização sequencial de um determinado conjunto de atividades afins.</p>	
<p>A <b>atividade</b> é representada por um retângulo arredondado e simboliza uma determinada quantidade de tarefas que devem ser efetuadas dentro de um processo. Cada atividade possui uma identificação referente à como as ações são realizadas. Em geral, as ações são descritas como: manuais, sistêmicas (realizadas por um usuário no sistema) ou automáticas (realizadas pelo sistema com base numa parametrização prévia). Estas ações são representadas, respectivamente, pelo desenho de uma mão, um boneco e duas engrenagens.</p>	

Definição	Representação Gráfica
<p>Os <b>eventos intermediários</b> são representados por círculos que simbolizam a interligação de atividades na mesma página do fluxo. Estes eventos sinalizam tanto saídas como entradas, no caso de saídas, as setas são preenchidas, enquanto que, nas entradas, as setas são vazias. Caso haja mais de uma interligação dentro do fluxo, os círculos possuirão cores diferentes, de forma a facilitar a visualização. Os eventos intermediários podem também sinalizar uma ação específica como: a espera dentro de um mesmo processo sendo demonstrada por um relógio dentro do círculo.</p>	
<p>Os <b>gateways</b> podem representar a escolha entre duas ou mais atividades adjacentes ou as possíveis rotas condicionais geradas por uma decisão. Os gateways podem representar também atividades desempenhadas de forma paralela. A <b>condicional</b> é representada por um losango, enquanto o <b>paralelismo</b> é representado por um losango preenchido por uma cruz.</p>	
<p>A <b>linha de fluxo</b> é representada por uma linha com uma seta e é utilizada para demonstrar a ordem sequencial na qual cada atividade é desempenhada.</p>	
<p>A <b>raia</b> é representada por um retângulo nomeado e é utilizada para organizar e delimitar as diferentes atividades de um mesmo processo.</p>	

## 5. PROCESSOS, NORMAS E POLÍTICAS DA AUTO AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A figura a seguir representa o mapa do processo de Auto Avaliação Institucional, na qual estão organizados e descritos os seguintes processos:



**AAI3 - Gerar  
Informações  
relevantes**

## 5.1 Coordenar a Auto Avaliação Institucional

### 5.1.1 Descrição do Processo

O processo de Auto Avaliação Institucional inicia-se com o planejamento das atividades, a partir da reunião da Comissão Própria de Avaliação Central e Setorial. Neste momento, os integrantes das CPAs definem os aspectos que serão considerados na elaboração do formulário de avaliação, o período de aplicação da avaliação e o prazo da avaliação.

O processo de Auto Avaliação Institucional é executado conforme descrito nos artigos 3 e 11 da Lei 10.861 (SINAES).

Conforme Art.11 da Lei nº 10.861 (SINAES), a CPA Central deve conduzir os processos de avaliação internos, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, considerando as seguintes diretrizes previstas na referida:

**“I – [...] participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos;**

**II – Atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior.”**

O Art. 3º da lei nº 10.861 descreve os elementos da Auto Avaliação:

**“Art.3º A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes:**

**I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;**

**II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;**

**III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;**

**IV – a comunicação com a sociedade;**

**V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;**

**VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;**

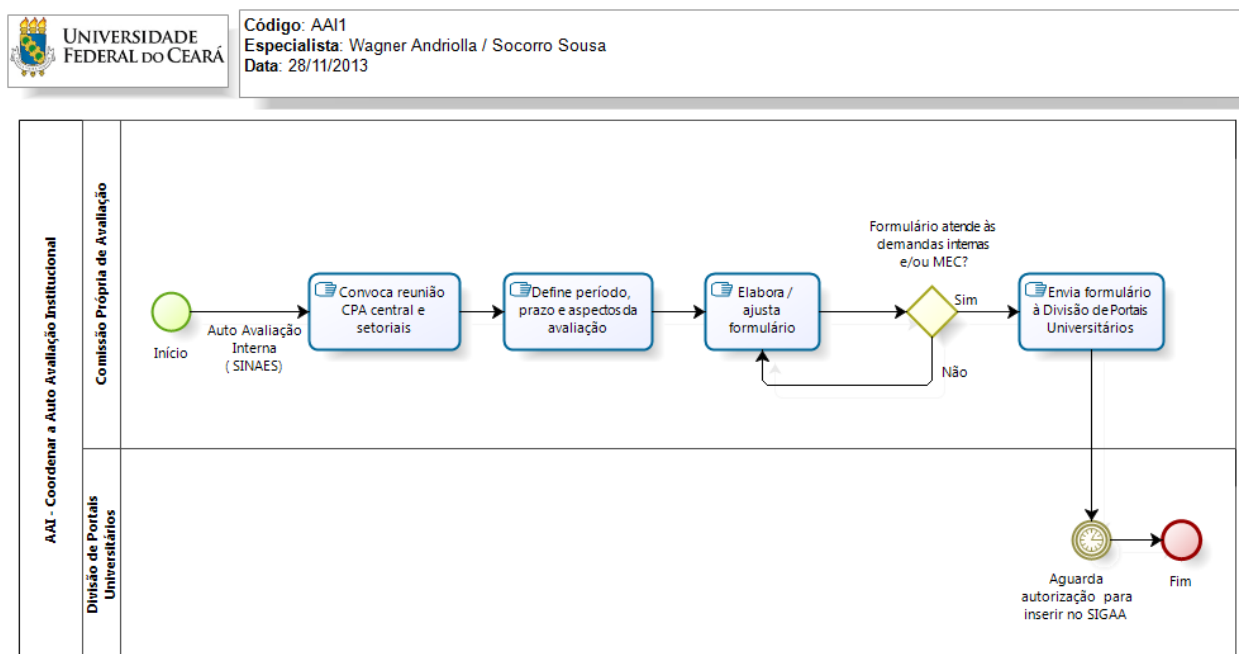
**VII – infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;**

VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto avaliação institucional;

IX – políticas de atendimento aos estudantes;

X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.”

### 5.1.2 – Fluxo – AAI1 – Coordenar a Auto Avaliação Institucional



### 5.1.3 – Quadro de Tarefas

Processo: Coordenar a Auto Avaliação Institucional				
Seq.	Atividade	Tarefa	Sistema/ documento	Responsável
1		Semestralmente, o Presidente da Comissão Própria de Avaliação Central convoca, através de ofício, reunião com os membros da CPA setoriais, a fim de definir os aspectos abordados, o período e o prazo para aplicação da avaliação interna (SINAES).	Ofício	Presidente da Comissão Própria de Avaliação (CPA) Central
2	Elaboração do Formulário de Auto Avaliação Interna (SINAES)	A CPA elabora/reavalia o formulário de forma a adequá-lo às necessidades da Universidade e às determinações do art.3º da Lei nº 10.861.  É importante ressaltar que o formulário deve respeitar a diversidade e as especificidades da	N/A	Coordenadoria Própria de Avaliação (CPA) Central e Setorial

Processo: Coordenar a Auto Avaliação Institucional				
Seq.	Atividade	Tarefa	Sistema/ documento	Responsável
		<p>Universidade. Dessa forma, o instrumento avaliativo deve permanecer sobre constante análise e atualização, de maneira que esteja sempre ajustado à realidade da Universidade, refletindo seus dados de forma fidedigna .</p> <p>Após adequação do conteúdo do formulário, encaminha o arquivo à STI.</p>		
3	Encaminhamento do Formulário de Auto Avaliação Interna (SIANES) para Divisão de Portais Universitários	Após o recebimento do formulário, a Divisão de Portais Universitários (STI), aguardará autorização da Comissão Própria de Avaliação para disponibilizar o formulário aos alunos e professores no sistema SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas).	SIGAA	Divisão de Portais Universitários (STI)

## 5.2 Executar a Auto Avaliação Institucional

### 5.2.1 Descrição do Processo

A Auto Avaliação Institucional é um dos procedimentos avaliativos que objetiva proporcionar informações relevantes acerca da Universidade. Este procedimento é subdividido em 3 etapas, como segue:

Indicadores de Desempenho: Consiste na elaboração do Relatório de Auto Avaliação Institucional, que compila dados do Anuário Estatístico da Universidade e do Censo de Educação Superior, possibilitando a comparação do desempenho da Universidade no âmbito Nacional e Internacional.

Avaliação Interna (SINAES): Conforme o § 1º da Lei nº 10.861, o SINAES tem por finalidade a “melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão a sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.” Esta avaliação é efetuada por meio de formulários direcionados aos alunos e professores dos cursos de graduação.

Avaliação Externa: Refere-se ao recebimento da comissão de avaliadores designados pelo MEC para avaliar a Instituição ou curso de graduação. A necessidade da visita é determinada pelo MEC.

As comissões recebidas podem ser relacionadas a um curso específico ou a toda Instituição. Caso o Conceito Institucional (CI - ENADE) for inferior a 03 (três), a visita será realizada pela Comissão de Curso, Caso o Índice Geral de Cursos (IGC) seja inferior a 03 (três), a responsável pela visita

será a Comissão Institucional. A comissão será composta, conforme § 1º do art. 14 da Portaria Normativa nº 40:

**“§ 1º: As Comissões de Avaliação *in loco* de instituições serão compostas por três avaliadores e as de curso, por dois avaliadores, sorteado pelo sistema e-MEC dentre integrantes do Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES (Basis).”**

O IGC/CI insatisfatório acarreta em diversas consequências, tais como: indeferimento da autorização de curso, além de requerer renovação de reconhecimento ou credenciamento. O requerimento deve ser encaminhado juntamente como plano de melhorias acadêmicas, contendo justificativa sobre a causa do indicador insatisfatório, bem como medidas capazes de produzir melhora efetiva no curso, conforme art. 35-C, da Portaria Normativa nº 40/2007.

A Universidade/Curso é dispensada da avaliação *in loco*, caso, obtenha um IGC/CI satisfatório. Neste caso, o cadastro do e-MEC exibirá a menção “dispensado” nos campos correspondentes ao Conceito Institucional (CI).

Vale ressaltar que, esta avaliação independe dos resultados auferidos na Auto Avaliação Institucional e Avaliação Interna (SINAES).

O Art.17 - da Portaria Normativa nº 40/2007 lista a documentação que a Universidade necessitará apresentar no momento da avaliação externa:

**I - relatórios parciais e finais do processo de auto avaliação da instituição;**

**II - relatórios de avaliação dos cursos da instituição disponíveis;**

**III - informações sobre protocolos de compromisso e termos de saneamento de deficiências e seus relatórios de acompanhamento, bem como sobre os planos de melhorias referidos no art. 35-C, I, quando for o caso;**

**IV - dados de avaliação dos programas de pós-graduação da instituição pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), quando houver;**

**V - informações sobre o credenciamento e o último credenciamento da instituição, considerando especialmente o seu PDI;**

**VI - indicadores de qualidade da instituição de seus cursos e do desempenho de seus estudantes no ENADE;**

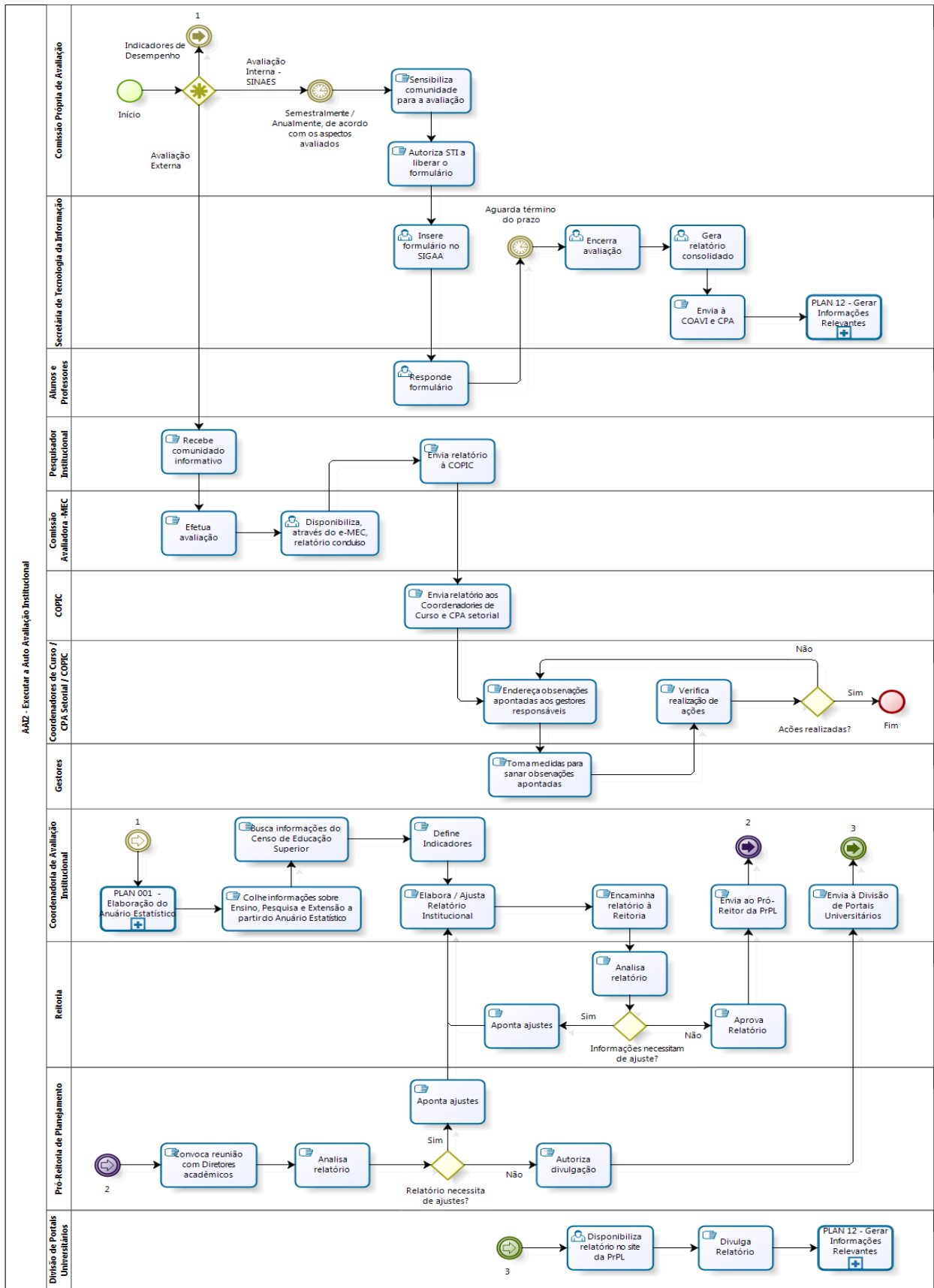
**VII - os dados do questionário socioeconômico preenchido pelos estudantes, disponíveis no momento da avaliação;**

**VIII - os dados atualizados do Censo da Educação Superior e do Cadastro e-MEC;**

**IX - outros considerados pertinentes pela CONAES.**

### **5.2.2 Fluxo – AAI2 – Executar a Auto Avaliação Institucional**





## 5.2.3 Quadro de Tarefas

Processo: Executar a Auto Avaliação Institucional – Indicadores de Desempenho				
Seq.	Atividade	Tarefa	Sistema/ documento	Responsável
1	Coleta dos dados	A coleta dos dados é realizada com base nas informações referentes a Ensino, Pesquisa e Extensão do Anuário Estatístico da Universidade e dados do Censo de Ensino Superior do ano corrente.	N/A	Coordenador - Coordenadoria de Avaliação Institucional
2	Definição dos Indicadores de Desempenho	Os indicadores de desempenho devem projetar a Universidade no âmbito mundial e demonstrar a situação da Universidade diante dos indicadores nacionais, utilizados pelo Tribunal de Contas da União (TCU), Ministério da Educação (MEC) e demais órgãos aplicáveis.	N/A	Coordenador - Coordenadoria de Avaliação Institucional
3	Preparação da versão preliminar do Relatório	Após a definição dos indicadores que serão utilizados, é criada uma versão preliminar do Relatório, que é enviada para revisão do Reitor. O Coordenador do COAVI (Colegiado de Avaliação Institucional) efetua eventuais correções demandadas pelo Reitor.	N/A	Coordenador - Coordenadoria de Avaliação Institucional / Reitor
4	Revisão do Relatório	O Relatório, após revisão do Reitor, é enviado ao Pró-Reitor de Planejamento, que convoca os Diretores Acadêmicos, para reunião de apresentação e análise do relatório. O Coordenador do COAVI efetua eventuais correções demandadas pelos Diretores Acadêmicos.	N/A	Coordenador - Coordenadoria de Avaliação Institucional / Pró-Reitor PRPL
5	Divulgação do Relatório	Somente após autorização do Pró-Reitor da PRPL, o Coordenador do COAVI envia o arquivo à Divisão de Portais Universitários, que disponibilizará o documento no <i>site</i> da Pró-Reitoria de Planejamento no <i>link</i> ( <a href="http://www.prpl.ufc.br">www.prpl.ufc.br</a> ).	N/A	Coordenadoria de Avaliação Institucional / Divisão de Portais Universitários
6		Uma vez disponibilizado no site da Universidade, os dados são divulgados à comunidade acadêmica por meio de:  <i>Folders;</i>  <i>Banners;</i>  <i>Webpage;</i>	N/A	Divisão de Portais Universitários

Processo: Executar a Auto Avaliação Institucional – Indicadores de Desempenho				
Seq.	Atividade	Tarefa	Sistema/ documento	Responsável
		<p><i>Pop-up;</i></p> <p>Vale ressaltar que, qualquer meio de divulgação que se julgar necessário e aplicável poderá ser utilizado para promoção da avaliação</p>		

#### 5.2.4 Auto Avaliação Interna (SINAES)

Processo: Executar a Auto Avaliação Institucional – Auto Avaliação Interna (SINAES)				
Seq.	Atividade	Tarefa	Sistema/ documento	Responsável
1	Divulgação da Avaliação Interna	<p>A avaliação interna é divulgada, afim de sensibilizar a comunidade acadêmica para participação.</p> <p>Os meios de divulgação são:</p> <p><i>Folders;</i></p> <p><i>Banners;</i></p> <p><i>Webpage;</i></p> <p><i>Pop-up;</i></p> <p>FM Universitária.</p> <p>Vale ressaltar que qualquer meio de divulgação que se julgar necessário e aplicável poderá ser utilizado para promoção da avaliação.</p>	N/A	Comissão Própria de Avaliação
2		No período previamente determinado, a Comissão Própria de Avaliação deverá autorizar, através de ofício, a Divisão de Portais Universitários a disponibilizar o formulário no SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas)	Ofício / SIGAA	Comissão Própria de Avaliação Central / Divisão de Portais Universitários
4	Aplicação da Avaliação	<p>É obrigatório, que alunos e professores, respondam ao formulário. O prazo para participação da avaliação é de 10 a 15 dias corridos, conforme determinado pela CPA.</p> <p>Aqueles que não responderem a avaliação terão as seguintes atividades bloqueadas:</p>	SIGAA	Alunos e Professores da Universidade

		Alunos: Matrícula no semestre seguinte; Professores: Consolidação das notas no SIGAA.		
5	Encerramento da Avaliação	Na data previamente determinada pela CPA Central, a avaliação deve ser encerrada, através da retirada do formulário do sistema SIGAA.	SIGAA / Relatório Consolidado	Secretaria de Tecnologia da Informação
7	Resultados da Avaliação	Os resultados deverão ser compilados em relatórios, que serão encaminhados à COAVI e à CPA.  O relatório endereçado à CPA deve conter apenas dados referentes às unidades acadêmicas, e o endereçado à COAVI contém informações institucionais.	SIGAA / Relatório Consolidado	Secretaria de Tecnologia da Informação

### 5.2.5 Avaliação Externa

<b>Processo: Executar a Auto Avaliação Institucional – Avaliação Externa (MEC/INEP)</b>				
<b>Seq.</b>	<b>Atividade</b>	<b>Tarefa</b>	<b>Sistema/ documento</b>	<b>Responsável</b>
1	Informe de Avaliação	Recebe comunicado do Ministério da Educação, informando sobre a visita de comissão para avaliação, a respectiva data e a lista de documentos que podem ser solicitados para análise, conforme Art. 17-K da Portaria Normativa nº40/2007.	N/A	Pesquisador Institucional
2	Visita da Comissão	A visita da comissão avaliadora do MEC deve ser acompanhada por representantes da CPA Setorial; da Coordenadoria de Planejamento, Informação e Comunicação (COPIC) e pela Coordenação do Curso avaliado, que devem auxiliar a comissão em toda e qualquer demanda ou necessidade apresentada.	N/A	Comissão Própria de Avaliação – Setorial / COPIC / Coordenação do Curso

3	Apresentação dos Resultados  Acompanhamento dos Resultados	A visita da comissão avaliadora resultará em relatório, que será disponibilizado ao Pesquisador Institucional, por meio do e-MEC. O Relatório deverá ser enviado à COPIC, para que esta encaminhe aos coordenadores de curso e à CPA Setorial, os quais deverão endereçar o conteúdo do relatório aos gestores responsáveis.	N/A	Comissão Própria de Avaliação – Setorial / COPIC / Coordenação do Curso
4		Por fim, os resultados são acompanhados de forma a garantir que as ações de melhoria sejam implementadas pelos gestores envolvidos.	N/A	Comissão Própria de Avaliação – Setorial / COPIC / Coordenação do Curso

### **5.3 Gerar Informações Relevantes para administração superior, gestão das U.A. e coordenações de cursos de graduação**

#### **5.3.1 Descrição do Processo**

Os resultados da Auto Avaliação Interna (SINAES) e da Avaliação dos Indicadores de Desempenho geram informações de fundamental importância para Universidade, pois são utilizados como norteadores na elaboração de planos de ação de melhoria e, assim, elevar o nível de desenvolvimento da Universidade.

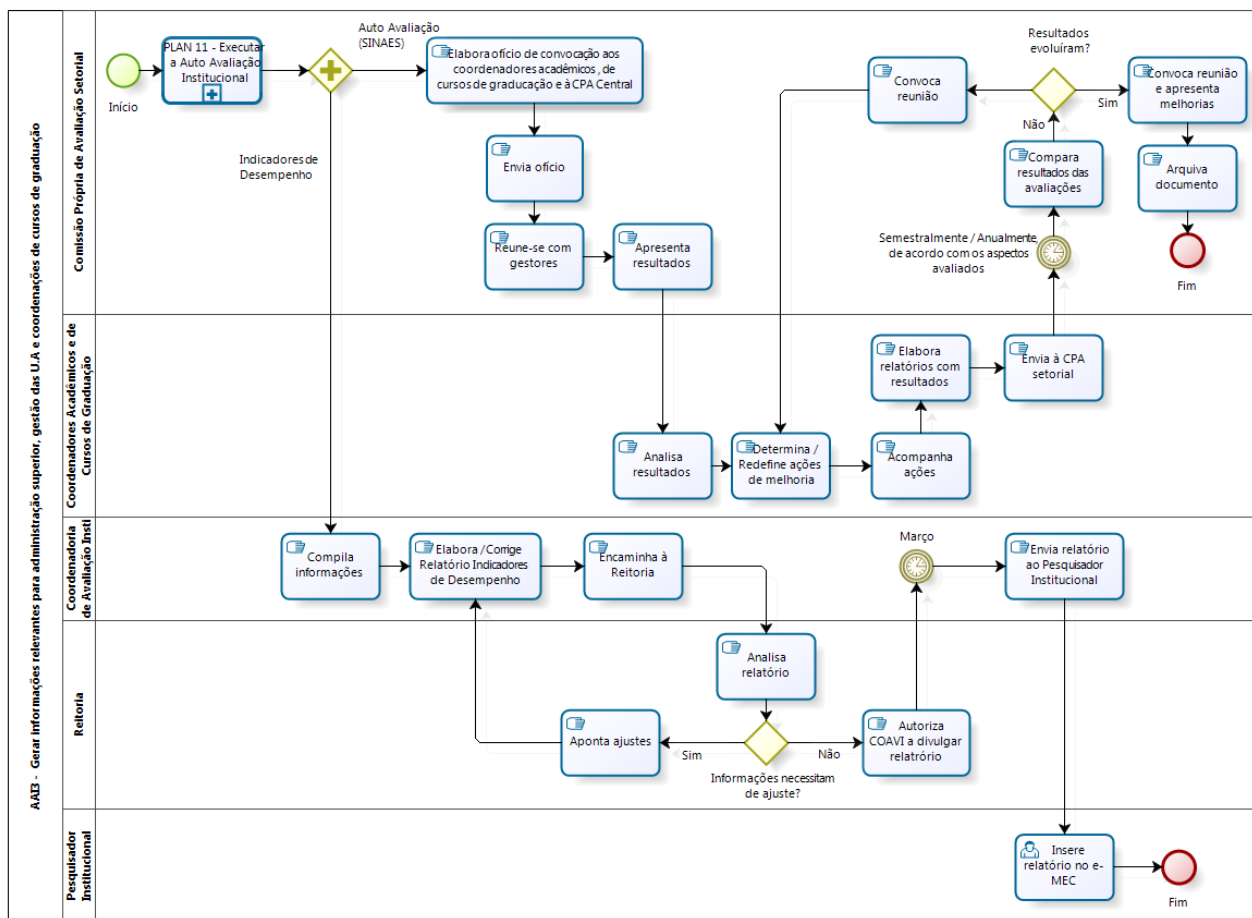
A Auto Avaliação Interna (SINAES) tem seus resultados apresentados aos Coordenadores Acadêmicos e de Cursos de Graduação, que definem ações de melhoria para sanar as deficiências apontadas na avaliação.

O resultado da Avaliação dos Indicadores de Desempenho é disponibilizado ao MEC e utilizadas como ferramenta avaliativa do Ministério.

O plano de ação elaborado para sanar as inconsistências identificadas é definido no Parágrafo I do Art35 - C Portaria Normativa nº 40/2007:

**I - plano de melhorias acadêmicas, contendo justificativa sobre eventuais deficiências que tenham dado causa ao indicador insatisfatório, bem como medidas capazes de produzir melhora efetiva do curso ou instituição, em prazo não superior a um ano, aprovado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da instituição, prevista no art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.**

#### **5.3.2 – Fluxo – AAI3 – Gerar Informações Relevantes**



### 5.3.3 Auto Avaliação Interna (SINAES)

Processo: Gerar Informações Relevantes– Auto Avaliação Interna (SINAES)				
Seq.	Atividade	Tarefa	Sistema/ documento	Responsável
1	Apresentação dos Resultados	A CPA convoca os representantes da gestão estratégica e os gestores das unidades acadêmicas, por meio de ofício, para reunião de apresentação dos resultados obtidos na aplicação da Auto Avaliação Interna (SINAES). Durante a reunião, os participantes devem analisar os resultados e determinar ações de melhoria para sanar as ineficiências apontadas pela auto avaliação.	Ofício	Comissão Própria de Avaliação / Gestores de Unidades Acadêmicas / Representantes da Gestão Estratégica
2		Os responsáveis devem elaborar plano de melhoria, contendo medidas capazes de	N/A	Comissão Própria de

		produzir melhora efetiva do curso ou da instituição em prazo não superior a um ano  Conforme parágrafo I do art. 35-C da Portaria Normativa 40, a aprovação deve ser realizada pela CPA.		Avaliação / Gestores de Unidades Acadêmicas / Representantes da Gestão Estratégica
4	Acompanhamento do plano de melhoria	Anualmente, os resultados das avaliações são comparados, afim de identificar evolução ou regressão. Efetuando a análise frequentemente é possível identificar o impacto das ações de melhoria desenvolvidos. Caso os resultados não tenham evoluído, o plano de ação de melhorias deve ser revisto.	N/A	Comissão Própria de Avaliação

#### 5.3.4 Indicadores de Desempenho

<b>Processo: Gerar Informações Relevantes– Indicadores de Desempenho</b>				
<b>Seq.</b>	<b>Atividade</b>	<b>Tarefa</b>	<b>Sistema/ documento</b>	<b>Responsável</b>
1	Início do processo de elaboração do relatório de Auto Avaliação Institucional	O relatório de Auto Avaliação Institucional é elaborado a partir dos resultados obtidos na avaliação interna (SINAES), dos formulários respondidos por alunos e professores, e os dados da avaliação institucional.	N/A	Comissão Própria de Avaliação
2	Revisão do Relatório	Ao concluir a versão preliminar do relatório, este deverá ser encaminhado à revisão do Reitor.	Relatório de Avaliação Institucional	Comissão Própria de Avaliação
3		O Reitor poderá sinalizar ajustes no relatório, os quais deverão ser efetuados pela CPA. Posteriormente, o documento deverá ser submetido, novamente, à análise do Reitor para autorização da divulgação do relatório.	N/A	Reitoria
4	Divulgação do Relatório	Somente após a autorização do Reitor, o documento deverá ser encaminhado pela CPA à Coordenadoria de Planejamento para inserção do arquivo no sistema e-MEC.  O documento deverá ser inserido no sistema no final do mês de março pelo Pesquisador	N/A	Coordenadoria de Planejamento

		responsável.		
--	--	--------------	--	--

## 6. EQUIPE

A equipe diretamente responsável pelo processo de Auto Avaliação Institucional da Universidade Federal do Ceará é composta pelos cargos e profissionais relacionados abaixo. A tabela ilustra a atuação dos profissionais, no que diz respeito às principais responsabilidades, relacionadas aos processos descritos neste Manual:

Cargo / Área	Principais Responsabilidades	Processos que executa* (líder)
Presidente da Comissão Própria de Avaliação	Define período, prazo e aspectos da avaliação Elabora formulário	AAI1 - Coordenar a Auto Avaliação Institucional
Secretária de Tecnologia da Informação	Inserir formulário no SIGAA Gera relatório consolidado	AAI2 - Executar a Auto Avaliação Institucional (Avaliação Interna – SINAES)
Coordenador de Avaliação Institucional	Elabora / Ajusta Relatório Institucional	AAI2 - Executar a Auto Avaliação Institucional (Indicadores de Desempenho)
Pró-Reitoria de Planejamento	Autoriza divulgação do relatório Institucional	-
Comissão Avaliadora - MEC	Efetua avaliação	AAI2 - Executar a Auto Avaliação Institucional (Avaliação Externa)
Coordenadores de Curso / CPA Setorial / COPIC	Endereça observações da avaliação externa aos gestores responsáveis	-
Coordenadores Acadêmicos e de Cursos de Graduação	Determina / Redefine ações de melhoria Elabora relatórios com resultados	AAI3 - Gerar Informações relevantes (Auto Avaliação (SINAES))
Coordenadoria de Avaliação Institucional	Elabora / Corrige Relatório de Indicadores de Desempenho	AAI3 - Gerar Informações relevantes (Indicadores de Desempenho)

(\* ) Refere-se àqueles processos pelo qual o profissional é responsável pela execução de **80% ou mais das atividades** descritas nos fluxogramas do tópico 06 deste Manual.

## 7. VIGÊNCIA



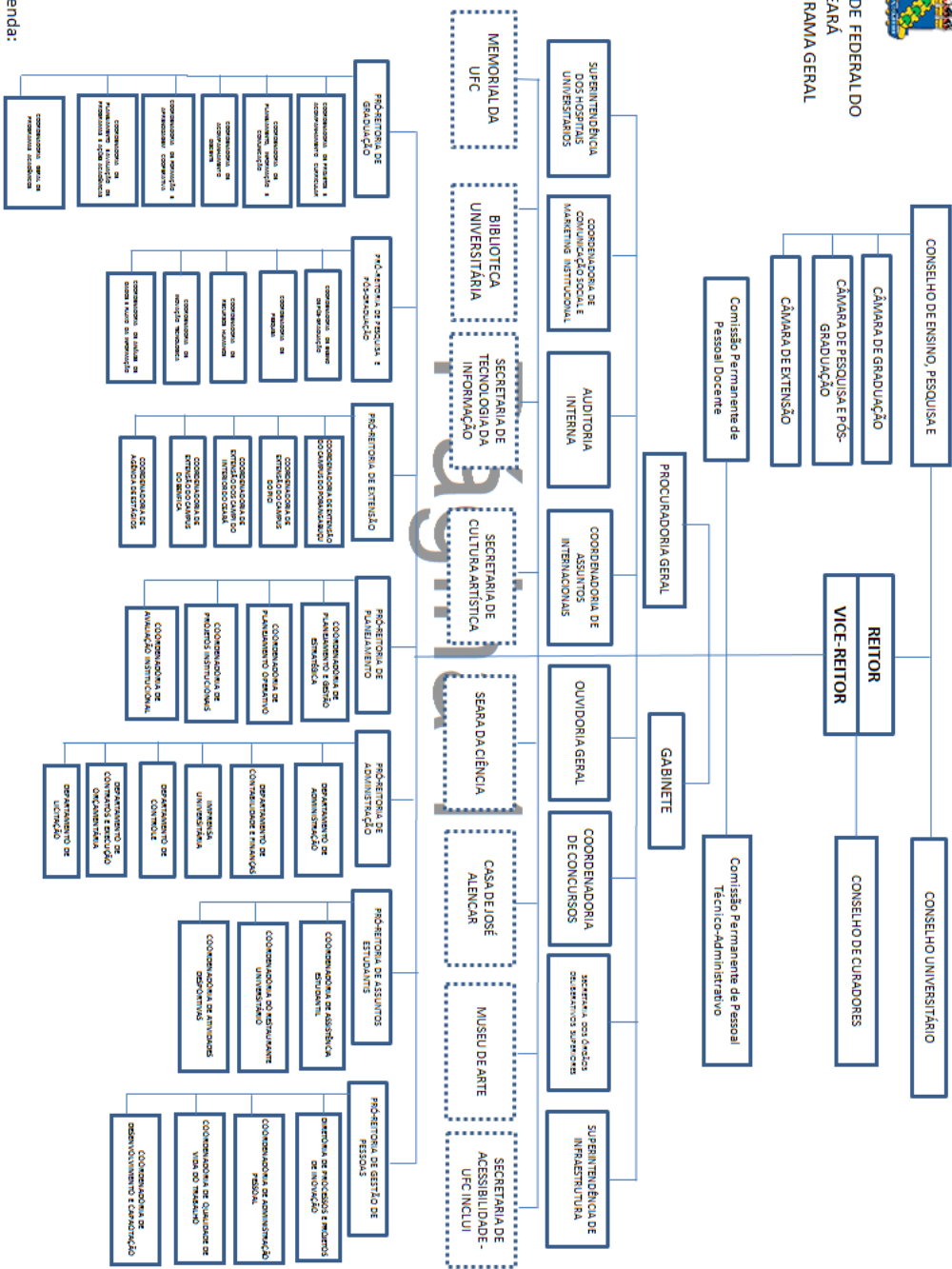
Este manual entra em vigor na data de sua assinatura e divulgação, revogando-se disposições em contrário.



**ANEXOS III**  
**Organogramas**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
CEARÁ  
ORGANOGRAMA GERAL



Legenda:  
 Órgãos Suplementares

